

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 114.º



COIMBRA
1950

INSTITUTO DE COIMBRA

DIRECÇÃO

ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO . . .	<i>Presidente</i>
DIOGO PACHECO DE AMORIM . . .	<i>Vice-Presidente</i>
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL .	<i>Secretário</i>
FRANCISCO REBELO GONÇALVES . . .	»
GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LOBO	»
MAXIMINO DE MORAIS CORREIA . . .	»
AMADEU FERRAZ DE CARVALHO . . .	<i>Tesoureiro</i>
TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES	<i>Director da 1.^a classe</i>
JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS . . .	» » 2. ^a »
MANUEL LOPES DE ALMEIDA . . .	» » 3. ^a »
Coronel BELISÁRIO PIMENTA . . .	<i>Director da Biblio- teca</i>

O INSTITUTO

VOLUME 114.º

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 114.º



COIMBRA

1950

COMISSÃO DE REDACÇÃO

ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO

TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES

JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS

MANUEL LOPES DE ALMEIDA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua da Ilha n.º 1

COIMBRA

HORA DE JUSTIÇA

SENHOR PRESIDENTE DESTE INSTITUTO DE COIMBRA
MINHAS SENHORAS
MEUS SENHORES:

Não é esta a primeira vez, Senhor Presidente, que, por sua generosa e amiga incumbência — que não pode deixar de ser obrigante para mim — me é dada a palavra em sessões ou em representação desta velha e douta Academia à beira do seu primeiro centenário, antecipado já da publicação do centésimo volume da sua Revista — longa e valiosa obra cultural, porventura igualada ou excedida apenas, no género, pelas notáveis e ricas *Memórias* da Academia das Ciências de Lisboa.

E já aqui venho hoje para outra tarefa, tão grata quanto honrosa, que V. Ex.^a me talha.

E quando o executá-la se me afigurava, desta vez, coisa mais simples e mais fácil — pois a palavra, em boa verdade, não me pertence, mas à ilustre Senhora, nossa preclara confrade, que vai ser a oradora da noite — transforma-a o imprevisto — já agora irremediável — numa quase obsediante preocupação quem nem contraste chega a ser, por impossível.

É que não esqueci a última voz que se ouviu nesta mesma sala e deste mesmo lugar, em que o acaso e o favor me colocam, a voz eloquente de um grande homem de letras, de um grande orador — o Professor Egas Moniz — em quem os louros da ciência internacional consagraram o que esta lhe fica a dever na abertura de caminhos novos no campo da Medicina e aqui veio — ou, melhor — aqui regressou, após longa ausência, para receber a mais alta dignidade e honra, que poderíamos outorgar-lhe.

Por isso, terei — já agora — que obedecer, falando a escutar ainda essa voz, pensando — como refúgio único do meu receio — que os ecos da sua beleza diluirão as minhas palavras, em tudo pobres e pequenas, menos na sinceridade que as inspira.

*

Evoca hoje este Instituto de Coimbra Amélia Janny — uma curiosa e distinta figura de Mulher e de Poetisa do puro romantismo coimbrão, que em Coimbra nasceu, em Coimbra viveu sempre uma vida, que não foi curta, a sentir, a escrever e a declamar seus versos, inspirada no seu encanto e no seu culto.

Será mais uma hora de justiça que chega e ao Instituto se deve, como, nos mais próximos tempos, as horas de Eugénio de Castro e de Mestre Gonçalves.

Hora de justiça e também uma hora de reparação.

Há muito se esbatera — ou quase apagara — na memória, tão frágil e incerta, desta terra, o nome que ela tantas, tantas vezes aclamara em festas de caridade, em comemorações cívicas, em ruidosas manifestações académicas, como o tricentenário de Camões, nos folguedos alegres do seu povo.

Depressa esqueceram os seus versos, que por aí se cantavam e sabiam de cor e se aprendiam sem esforço porque era límpidos, de clara expressão, espontâneos, brotando, quase sempre, de uma impressão rápida, mas incisiva.

Dela bem poderá dizer-se — ajeitando-lhe o pensamento do malaventurado Chénier — «l'art ne fait que des vers, le coeur seul est poète» — que a arte desses versos lhe vinha do coração, porque, antes de tudo, os sentia.

O culto da sua bondade, que aqui floresceu a par com o do seu talento, esse mais depressa se amortece, ou quase extingue...

Mas Coimbra é assim, como algumas mulheres caprichosas, inconstantes, ingratas no rumo ou no querer de seus próprios amores...

Ora se apaixona ou delira em entusiasmo excessivo e pródigo, nem sempre justo e medido, ora se esquiva, repudia até os que mais e melhor lhe querem...

Regosijemo-nos, porém.

Se o primeiro centenário do nascimento de Amélia Janny passou quase em injusto e doloroso silêncio, aqui nos reunimos hoje para avivar a sua memória, atenuando assim — ao mesmo tempo — mais uma culpa de ingratidão...

E se, nesta Casa, se mantém o pensamento inicial da lei dos nossos Estatutos, no regimento da sua vida científica e associativa, seja esta uma oportunidade para lembrar que, na sua tradição, viveu sempre o justiceiro preito aos que bem hajam merecido no cultivo das ciências, das belas letras e das artes exaltando seus méritos ou seus serviços.

Não se quebrou, felizmente, a tradição.

E ainda bem que a figura de Amélia Janny vai como que ressurgir nesta Sala, tal como ela foi, como a viu Teixeira de Pascoais — *«alta e magra, duma leveza aérea no andar, que a desligava do solo empedrado e lhe diluía a velhice no sorriso perpétuo dos seus lábios»* (1).

Assim vi eu ainda essa Senhora, na sua feminilidade encantadora, passar por essas ruas saudada com carinhoso respeito, com o prestígio do seu talento poético e da sua bondade, com a admiração por tudo quanto a tornou singular em Coimbra.

Na verdade, Amélia Janny não foi só a Poetisa de tão inspirados versos, que primorosamente declamava, numa voz doce e clara, nem aquela delicada e cativante figura que, à sua volta e com larguesa, soube espalhar o bem com simplicidade e com modéstia.

Não; não foi só isso.

Aquela sua casa — pequenina e acolhedora — da Couraça de Lisboa — tão cheia sempre da luz incomparável do sol de Coimbra, sobre o vale alegre do Mondego — a cujos sor-

(1) Teixeira de Pascoais — *O Penitente* — (Camilo Castelo Branco) — págs. 283-284.

tilégios e encantos a poetisa se manteve sempre fiel — foi, por muitos anos, apetecido e obrigado lugar de reunião das mais proeminentes e festejadas e marcantes figuras da Coimbra das últimas décadas do século passado e dos primeiros anos do actual.

Mesmo sem querer, penso naquele «*cantinho*» da Travessa de Santa Catarina, em que Maria Amália também reunia alguns dos mais finos e cultos espíritos do seu tempo.

E para lembrar que de Coimbra para Lisboa, da saleta da Couraça para o salão de Santa Catarina, foram, mesmo, alguns dos seus assíduos frequentadores, como, além de outros, António Cândido, Bernardino Machado, o Conde de Monsaraz.

E que — lá como cá — era uma Mulher que encantava e prendia, à sua beira, homens de inconfundível prestígio intelectual e moral, homens de ciência e homens da política, que, em mútua compreensão e tolerância, em nível de alta mentalidade e cultura, sabiam conversar, sabiam entender-se e sabiam respeitar-se.

Ignoro se — como já se disse — Maria Amália teria dominado ou inspirado o discutido e famoso grupo dos «*Vencidos da vida*» ou teria sido mesmo a sua «*orientadora*» (1).

Não o creio.

O chamado «*vencidismo*» — salienta-o Manuel Gaio, um dos nossos escritores que melhor o conheceu e definiu — foi o exemplo representativo do mais aberto e largo espírito de independência mental, de livre crítica e de tolerância, que, sem submissão a preceitos, não acatava opiniões feitas nem defendia princípios adoptados (2).

E — sendo assim — uma «*orientação alheia*» seria a negação desse espírito livre, dessa independência, seu apnágio e seu orgulho.

(1) No *Diário de Notícias* de 20 de Outubro de 1943 — *Maria Amália Vaz de Carvalho e os Vencidos da Vida*.

(2) Manuel da Silva Gaio — *Os Vencidos da Vida* — Coimbra — Imprensa da Universidade, 1931, págs. 13 e 54.

E domínio?

Algum teriam exercido as duas escritoras — a de Lisboa e a de Coimbra — sobre os que reuniam nos seus adoráveis serões, no seu aliciante convívio, mas livremente consentido e até desejado.

Mas esse teria sido — antes e acima de tudo e com exclusão de outro — o do Talento, o da Bondade o do Espírito e esse — e só esse — lhes permitiu juntar tantos homens ilustres, cada um deles valendó por si, fora da sua dispersão na vida e nas ideias.

E — sob qualquer aspecto que se encare — esse facto constituirá, só por si, razão de superioridade — e sobeja — para todas as homenagens de admiração e respeito.

Ambas — Maria Amália e Amélia Janny — foram, sem dúvida, altas e dignas Senhoras, bem portuguesas em seus formosos talentos, em suas respeitáveis virtudes.

Maria Amália pôde ter, em vida, a sua hora de consagração, a sua hora de justiça.

Senta-se, com Carolina Michaëlis — as duas únicas Mulheres portuguesas a quem, até hoje, se concedeu a singular dignidade — nas cadeiras académicas do antigo Palácio de Jesus e é ainda a velha Academia do Duque de Lafões que comemora, com solenidade e brilho, o seu 50.º aniversário literário.

Amélia Janny não conheceu essa hora.

Teve apenas escassos e fugidios momentos em que, ao declamar seus versos, foi aplaudida com sincero e vibrante entusiasmo.

Mostra agora — e felizmente — o Instituto de Coimbra não ter esquecido aquela que, além do mais, ocupou distinto e merecido lugar entre os seus confrades.

E como o faz — ou, melhor — como pretendeu fazê-lo?

Destinando hoje este lugar para evocação da que, pelos anos fora, foi a «*Poetisa do Mondego*», a duas Senhoras da mesma estirpe literária — a quem a Musa da Poesia um dia bem fadou para sempre, traçando-lhes idênticos destinos — Domitila de Carvalho e Virgínia Gersão.

E ninguém melhor para o ocupar, honrando-o.

Ambas são nossas ilustres consócias.

Domitíla de Carvalho é justamente com Amélia Janny que entra nesta Academia — eleitas no mesmo dia 6 de Julho de 1896 — as duas primeiras Mulheres a quem o Instituto abre, jubilosamente, as suas portas.

A ambas liga também o mesmo culto — fervoroso e constante — que já inspirara a sua irmã mais velha em arte, por esta Coimbra do Mondego de «*ribas rumorosas*», que, para Domitíla, foi sempre

«Catedral dos meus sonhos, Casto Bem

 Terra d'Amor...

 Sempre nova e florida como quem
 Torna ao Presente as horas do Passado (1)

E nem a tribuna parlamentar, a que ambas subiram e ilustraram, lhes fez perder — ou diminuir sequer — seus altos méritos literários, revelados como escritoras, na limpidez emotiva dos seus versos nem a suprema graça de Mulher.

Infelizmente, não poderemos ouvir Domitíla de Carvalho.

E todos nós sentiremos, por isso, a mesma sincera e justificada pena, tão bem se ajustaria ao tema e a este ambiente a sua voz inspirada na sua saudade.

Por certo, não deixará ela de nos acompanhar, neste momento, com o seu pensamento e o seu próprio coração.

Vamos, porém, ter o grato prazer de a ouvir, Minha Senhora, falar-nos, com a sua cultura e o seu coração, evocando uma figura de Mulher, que bem merece essa honra.

E eu teria, talvez agora — como manda a tradição desta Casa — de a apresentar, mesmo a quem, porque de sobra a conhece, justamente muito a admira.

(1) Coimbra — *Terra de Amores* in «Poetas de Coimbra» — 1939, pág. 31.

Mas como Joaquim de Carvalho — o amigo dilecto e Mestre insigne, em idêntico passo — não terei coragem para o fazer.

Por isso, pronunciarei apenas o seu nome, com o respeito, a que tem inteiro jus, agradecendo-lhe — e bem sei que o posso fazer — aquella Amélia Janny — tão de Coimbra, tão nossa — que, com verdade e beleza, aqui nos vem hoje trazer, sorrindo apoiada no seu braço, como se, há dois ou três quartos de século, na calma paisagem coimbrã dessa época, elegante e distinta no seu vestido romântico, ela aqui viesse também esta noite para nos encantar declamando alguns dos seus mais lindos e festejados versos.

COSTA RODRIGUES

AMÉLIA JANNY (*)

EX.^{mo} SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE COIMBRA,
MINHAS SENHORAS E
MEUS SENHORES:

Quando, a 25 de Fevereiro de 1842 (1), nasceu em Coimbra aquela que, aos 4 anos de idade, fez a sua primeira quadra — tão pequenina que ainda não sabia registá-la e foi a família que a passou ao papel —, mal a cidade do Mondego poderia supor que esse nascimento havia de ser uma glória para si e motivo de remorso para os que lhe sobreviveram e não pensaram em perpetuar o seu nome.

Dizia assim essa quadra (2):

Ó chuva, caí, caí,
Em cima da minha mão;
Assim caísse a virtude
Dentro do meu coração!

Não era, positivamente, uma criança vulgar aquela que, aos 4 anos de idade, estabelecia o paralelo entre a realidade da chuva caindo sobre a sua mão pequenina e a ideia abstracta do cair da virtude «dentro do seu coração».

Ouviu-lhe Deus a sua prece — ou não fossem as crianças sempre ouvidas por Jesus! — e por isso assim a viram, no decorrer da sua longa vida, espalhar em torno de si,

(*) Conferência realizada no Instituto de Coimbra, em homenagem à memória da insigne Poetisa, no dia 5 de Junho de 1950.

(1) A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* regista, erradamente, a data de 1839.

(2) Nas *Figuras do Passado*, a pág. 222, diz-se que ainda não tinha quinze anos quando a compôs:

«Foi nessa idade que, em uma tarde de chuva, estendendo da sua janela a mão para aparar algumas gotas de água, fez uma

com os primores do seu talento e a sensibilidade do seu coração, as jóias da sua bondade e inteligência, que, como as Rosas da Rainha Isabel, também tiveram o dom de se converter em pão, quando não foram bálsamo para aqueles que sofriam ou radioso foco de esperança para os que, mergulhados nas trevas, descreiam da própria Luz.

Na tranquilidade da sua casa da Travessa da Couraça de Lisboa, tendo em frente o Mondego, de areias ebúrneas que querem ser cor-de-rosa, os salgueirais dos rouxinóis, os dois Templos da Rainha Santa, a Quinta que guarda ainda o sangue de Inês com as Lágrimas que por ela choraram as Filhas do Mondego, a Lapa dos Esteios, que há-de eternamente falar daquele poeta-cego que foi o ídolo do seu tempo e o esteio duma nova geração — que modernos ideais haviam de deitar por terra —, na suavidade desta paisagem de sonho é que Amélia Janny, a *Nova Safo*, como lhe chamou Castilho, o *Rouxinol do Mondego* ⁽¹⁾, como lhe chamaram todos, havia de compor a maior parte das suas delicadíssimas poesias.

pequena quadra, que ficou na memória das pessoas da família, não tendo nunca sido publicada:

Ó chuva! caf, caf!
 Caf-me na minha mão:
 Assim pudera a virtude
 Cair-me no coração.»

Já A. Janny tinha morrido quando Pinto Osório escreveu este artigo (excepto na parte já publicada no *Almanaque de Ponte de Lima* de 1910).

Penso que uma criada da Poetisa, a quem adiante faço referência — Brígida —, estaria mais bem informada deste incidente: em primeiro lugar, porque diz que o ouviu muitas vezes contar à sua ama; em segundo, porque aos 14 anos foi Amélia Janny apresentada a Castilho, já como um *talento poético*; finalmente, porque nessa idade a Poetisa não conflaria somente à «memória das pessoas da família» o registo da sua primeira produção literária.

E já não falo no gesto, que é verdadeiramente infantil, repetido, dia a dia, por todas as crianças, quando principia a chover.

(1) Houve também quem lhe chamasse o *Cisne do Mondego*.

Filha dum académico natural de Ponte de Lima, que havia de ser mais tarde professor da Universidade, Par do Reino e um parlamentar distinto, o Conselheiro António Correia Caldeira — e não António Caldeira Coelho, como se diz erradamente na grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, pois que este, cujo nome completo é António Correia Caldeira Coelho, é neto do Conselheiro, e, portanto, sobrinho da Poetisa — e de D. Maria Herculana da Silva e Veiga, herdou do sangue dos Caldeiras, com o sentimento artístico, uma verdadeira inclinação para a poesia, em que já seu tio Luís ⁽¹⁾, o autor das *Flores da Bíblia*, que foi também parlamentar, se tinha notabilizado, sendo o seu estro equiparado por Pinheiro Chagas ao de Soares de Passos.

Caetano Gonçalves, no seu livro *Grandes Nomes e Pequenos Factos*, consagra uma das suas memórias a Amélia Janny, afirmando que ela herdara o valor intelectual do tio materno dos Caldeiras, D. Francisco de S. Luís — o Cardeal Saraiva — que, segundo a biografia traçada pelo desembargador limiano António Ferreira, teria sido não seu tio mas segundo-primo.

Da família do Conselheiro Correia Caldeira (que casou mais tarde com uma Senhora de apelido Deslandes, de origem francesa, a que alude Júlio de Castilho na *Lisboa Antiga*) ainda há parentes próximos de Amélia Janny na nossa capital, entre os quais uma irmã, D. Ana Deslandes Correia Caldeira Marques Soares, e um sobrinho, o Ex.^{mo} Senhor Dr. António Correia Caldeira Coelho, que hoje nos honra com a sua presença.

No *Almanaque de Ponte de Lima* de 1910, também o Conselheiro Pinto Osório se ocupou desta interessantíssima figura do seu tempo, num artigo incluído mais tarde no volume *Figuras do Passado*, em que o autor se oculta sob o pseudónimo de Pedro Eurico.

Sabe-se que António Caldeira — a cujo carácter e bondade Pinto Osório se refere, chamando-lhe português de

(1) Luís Arsénio Marques Correia Caldeira.

velha têmpera e tecendo-lhe os maiores elogios — quis cumprir os seus deveres de pai, pensando mesmo em levar a criana para junto dos seus; mas a mãe, que a idolatrava, declarou que só renunciaria   ventura de a ter consigo se ele levasse a filha para a sua companhia.

Sabe-se também que ao Zorro — uma pequena povoac o dos arredores de Coimbra — foi algumas vezes o tio Luís ver a pequenina, que sentava nos seus joelhos, beijando-a e acarinhando-a; é bem conhecida a nobreza de carácter da família Caldeira de Ponte de Lima, e Am lia Janny não podia temer no futuro a falta de proteco. Mas Deus destinara doutro modo: A mãe, casando com o Dr. Raimundo Francisco da Gama, médico muito distinto, deu-lhe um padrasto que havia de ser para ela um verdadeiro pai.

O carinho que a sua alma sensibil ssima teria querido encontrar, naturalmente, naqueles que lhe deram o ser (1),

(1) Embora nunca o confessasse — por muitas razões, como é natural, entre as quais não podia deixar de pesar a gratidão para com o padrasto —, a lembranca do pai não se lhe apagava da alma.

Quando, em 1910, foi hóspede de Pinto Osório, as maravilhas de Ponte de Lima despertaram no seu peito sentimentos que ela pretendia ocultar.

Naquela poesia, que foi uma das últimas que escreveu e a que deu o nome da terra dos Caldeiras, mostra-nos a sua emoo na «ponte romana», «banhada de luar» — penso que do luar de Agosto — quando o corac o lhe batia «nervoso»; e, referindo-se  s «auras», que pareciam entoar

«Os maviosos sons duma balada!»,

Am lia Janny termina assim o seu canto, revelador dum sentimento que lhe morava na alma:

Foi, talvez, devaneio essa harmonia,
Ef mero prazer diluído em pranto,
Um eco do passado... a fantasia
Bordando um sonho que eu amara tanto!...

Pinto Osório recebeu esta poesia doze dias antes da morte da Poetisa. Ele mesmo o diz, quando a transcreve e recorda o passeio que deram «acompanhando o rio até à Ponte da Barca, pela margem

reduziu-lho o Destino, nos primeiros anos, apenas ao da mãe, que ela adorava, e depois também ao do padrasto, que teve pela criança essa idolatria que o havia de acompanhar até ao fim da vida — bem triste nos últimos tempos, porque aquele cérebro, tão lúcido, foi a pouco e pouco perdendo a razão.

Desse amor elevado e puro falam-nos sobejamente dois sonetos que a Poetisa dedicou a esses dois entes tão queridos, em cujas sepulturas os mandou gravar, e que hoje podem ler-se ainda no cemitério da Conchada.

Rezam assim essas duas inscrições:

S A U D A D E

*À memória querida de minha Mãe,
D. Maria Herculana da Silva e Veiga*

Dia vinte de Abril — data lutuosa! . . .
E vejo em festa toda a natureza!
Há na minha alma o escuro da tristeza . . .
E a pradaria é verde e luminosa!

Vai na minha alma a vaga procelosa,
E, no ambiente, que plácida beleza!
Em saudade cruel sinto-me presa,
E tudo, em liberdade, sente e goza!

Foi hoje, ó minha Mãe, foi hoje o dia
Em que findou o teu sofrer imenso,
A tua incomparável agonia!

Ai! que tortura! quando nisto penso,
Julgo na minha a tua mão já fria,
E, nos meus olhos, teu olhar suspenso!

20 de Abril de 1907.

esquerda, e, depois de alguma demora em Arcos de Valdevez, admirando os formosos panoramas que enquadram aquela vila, tendo regressado «pela margem direita, não se cansando [ela] de admirar as belezas do rio, [e] fazendo repetidamente parar o trem!» *Figuras do Passado*, págs. 234 e 235.

Este soneto é um verdadeiro mimo literário: é mais que isso: é a própria Saudade que soluça, debruçada sobre a recordação que a faz viver.

À MEMÓRIA

*sempre viva do meu Padrasto,
o Dr. Raimundo Francisco da Gama*

Com que amor me criaste, e que respeito
Nesse amor encontrei desde criança!
De recordá-lo esta alma jamais cansa,
Nem de amar o teu nome este meu peito.

Tu, tu foste o meu Pai — alma de eleito!
Eu era o teu orgulho, a tua esperança,
Porque feita de extremo era a balança
Que me pesava como um ser perfeito.

Tudo o que sou te devo; e a desventura,
Pagando tanto bem, deu-te na vida
Só espinhos, desgostos e amargura!

E do destino a vaga embravecida
Despenhou-te no abismo da loucura,
Ave que, inda a voar, tombou ferida!

Abril de 1907.

Aos anos de sua mãe também Janny consagra uma poesia que Pinto Osório faz, no livro já citado, preceder destas palavras:

«Todos que temos sentido no peito o mais santo e mais puro dos affectos, fásca divina — o amor por nossas mães; todos que se enlevam nesse sentimento, mais que nenhum outro recíproco e leal; todos que fizeram dele

um perene culto de saudade, que lhes é como que religião;
— todos — hão-de reconhecer que esta poesia de Amélia
Janny deveria ler-se e ouvir-se de joelhos, como uma
piedosa oração!»:

AOS ANOS DE MINHA MÃE

A ti, que, debruçada no meu berço,
Por noites de amargura e de agonia,
Velaste, coração em dor submerso,
Abrasada na febre em que eu ardia;

A ti, que me ensinaste, entre mil beijos,
A louvar o Senhor, em cada aurora,
Que encerraste as esperanças e os desejos
Em ver-me alegre e forte de hora em hora;

A ti, que, da afeição fazendo escudo,
Afrontaste o rigor de atroz destino,
Que, ao deixares, por mim, família e tudo,
O teu seio de mãe soltava um hino;

A ti, ó minha Mãe! mártir obscura,
Que percorreste a via dolorosa,
Forte do teu amor, com mão segura,
A amparar-me, a sorrir-me carinhosa;

A ti, que eu vejo sempre, se a doença
Me entristece, me abate e curva a fronte,
Junto de mim, qual brilha, em noite densa,
Uma estrela surgindo no horizonte;

Livro, em cujas páginas eu leio
Um poema de amor e de ternura,
Voz como outra não há, seguro esteio,
Repreensão que sorri; perdão que dura;

Olhar em que se espelha o affecto imenso,
Onde vão reflectir-se as minhas dores,
Abrigo sem igual, luz de que eu penso,
Mística urna de imurcháveis flores;

A ti, no dia dos teus anos, dera
 A alegria que em prantos consumiste,
 Os folgedos da tua primavera,
 Em vez da tua vida amarga e triste!

.....

Mas não foi só o amor da mãe e do padrasto que a embalaram na vida. Amélia Janny viu-se rodeada de afeições e a sua casa foi um verdadeiro centro de cultura, onde se reuniu o melhor que aqui passou por Coimbra.

Primeiro com o frescor da mocidade, aliado à sua inteligência viva, depois com a elegância ainda da sua figura e suprema gentileza, sempre unidas à bondade e ao brilho do seu espírito, encantou todos os que por lá passaram, com a sua conversa inteligente e profunda, com a forma por que tomava parte nos grandes problemas da Humanidade, que o Mundo inteiro procurava resolver, e com a recitação das suas deliciosas poesias, tão sentidas por todos, naquela época de Romantismo, que as lágrimas, segundo nos contam os periódicos do tempo, chegavam a deslizar pelas faces dos que ouviam a sua voz meiga, vibrante e límpida.

Pode bem dizer-se que todas as notabilidades da época a conheceram e apreciaram:

Em 1875, participando a um amigo que vinha para Coimbra com os filhos, Camilo disse: «Vou ouvir, ao romper de alva, trinar a Amélia Janny nos sinceirais do Mondego» (1);

(1) «No próximo S. Miguel (cronologia aldeã) vamos todos para Coimbra. Não sei se me formarei também em teologia, para confundir o Aires do Porto. Sorriem-me prelibações de glória ouvindo o Miguel Osório a discursar no Instituto acerca da casa de Maria Teles, sua sétima avó. Hei-de erguer-me ao romper da alva, para ouvir trinar a Amélia Janny nos sinceirais.»

António Cabral, *Camilo Desconhecido*, pág. 194.

Ver também *O Penitente (Camilo Castelo Branco)*, de Teix. de Pascoais, pág. 283.

João de Deus consagra-lhe a poesia que começa assim:

Oh Janny, teus ais me exaltam;
Partem d'alma e n'alma ecoam;

e que Pinto Osório transcreve sem alterações, aludindo às que lhe fez Teófilo Braga, que lhe arripiam os nervos;

António Cândido, amigo íntimo da casa, a quem farei novas referências, tinha pelo seu talento e pela sua inteligência, como ele mesmo tantas vezes confessa, a maior admiração;

Teixeira de Pascoais — que só a conheceu em 1896 — descreve-a assim n'*O Penitente*: «Passou por mim, na Cou-raça de Lisboa, alta e magra, duma leveza aérea no andar, que a desligava do solo empedrado e lhe diluía a velhice, no sorriso perpétuo dos seus lábios. Era mais que um sorriso, era ela — uma sílfide, de cabelo grisalho a enfeitar-lhe as rugas da testa alevantada na direcção do Parnaso, donde as musas enviam a inspiração aos seus eleitos cá de baixo»;

Antero de Quental, descrevendo no vol. 1 das *Prosas* as festas do Entrudo, diz-nos assim:

«Mostrou-se bem aqui o generoso coração dos conimbricenses, pois ninguém havia que negasse o cântaro ou a panela velha, que jazia abandonada ao canto do lar: até a mimosa Poetisa, o rouxinol destes salgueirais, ofereceu por sua mão um cântaro à academia folgazã. E era realmente um cântaro cheio de magia e feitiços! Quando no meio da calçada passava de mão em mão descrevendo no ar engraçadas piruetas, parecia mesmo que lhe saíam do bojo lufadas de poesia.

Era uma reserva de necrológios e alguns idílios à mistura.» (1);

(1) *Ob. cit.*, págs. 229 e 230. Devo a consulta das *Prosas* à obsequiosa informação do Ex.^{mo} Senhor Coronel Belisário Pimenta.

Bordalo Pinheiro fez-lhe um primoroso retrato à pena;

Alfredo de Campos elogia-a num álbum literário de 1878, intitulado *Museu Ilustrado*;

De quanto foi apreciada, falam-nos ainda os livros da sua biblioteca, em cujas dedicatórias se encontram referências ao seu talento, à sua inteligência, à sua bondade, e que se vêem firmados por Castilho (as duas traduções de Molière — *Avarento* e *Tartufo*), Eugénio de Castro (*Salomé*), Gonçalves Crespo e Maria Amália (*Nocturnos, Miniaturas*), Trindade Coelho (*Os Meus Amores* e a *Autobiografia*), Júlio de Castilho (*Inês de Castro* e *Memórias de Castilho*), Pinto Osório (*A tromba* e *As Cem Melhores Poesias da Literatura Portuguesa* coligidas por Carolina Michaëlis), Henrique Trindade Coelho (*Cartas*), Conde de Monsaraz (*Musa Alentejana, Obras de Macedo Papança e Catarina de Ataíde*), Gomes de Amorim (*Memória Biográfica de Garrett*), Domingos Ramos (a tradução do *Rei Lear* de Shakespeare, em encadernação especial), Sousa Costa (*Os Meus Pecados*), Luís Vermell y Busquets (*O Púlpito da Igreja de Santa Cruz*), etc., etc..

Honrou-a também com a sua amizade S. Ex.^a Rev.^{ma}, o Sr. D. Manuel Correia de Bastos Pina, que era tão íntimo da casa que um dia, referindo-se à divisão onde acidentalmente entrara, lhe disse, gracejando: — «Ora hoje é que lhe entrou o «bispo» na cozinha!»

Foi muito seu amigo o Ex.^{mo} Senhor Doutor José Cypriano Rodrigues Dinis, que foi a primeira pessoa a quem, nos meus tempos antigos, ouvi falar de Amélia Janny e a quem muito sensibilizou a ideia carinhosa do Professor, por tantos títulos Ilustre, Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho, Presidente deste Instituto.

A essa ideia — produto dum cérebro que tão luminoso se tem sempre mostrado e que foi para ela guiado pela

bondade do seu coração e pelo seu profundo espírito de justiça — deve Amélia Janny o ser aqui lembrada neste momento.

Pena foi que S. Ex.^a não tivesse procurado obter, para esta homenagem prestada pelo Instituto de Coimbra à memória da Insigne Poetisa, melhor instrumento que a escassez dos meus limitadíssimos recursos.

Frequentaram também a sua casa os Professores Doutores António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, de saudosa memória, Guimarães Pedrosa, Frederico Laranjo, Mendes dos Remédios, Eugénio de Castro, Luís da Cunha Gonçalves (e seu irmão, o Conselheiro Caetano Gonçalves), o Dr. Francisco Simões dos Reis (a quem se deve uma colecção de poesias de Amélia Janny, que mandou copiar à mão e lhe ofereceu depois, em encadernação de luxo, com o título de *Flores do Génio*), o Conselheiro Abel de Andrade (que ainda há dias me afirmou que tinha sido muito seu amigo), a Marquesa de Pomares, o Conde e a Condessa de Monsaraz, o Conde da Aurora, Mendes Leal e a mulher, a Viscondessa de Passos (filha de Passos Manuel) e o marido, os Drs. Mário, António e Augusto de Aguiar, o Dr. Alexandre Torres, o Dr. João de Paiva, a grande pianista D. Glória Castanheira, as duas irmãs D. Maria José e D. Margarida Ribeiro, espíritos cultos da época, além doutras senhoras da melhor sociedade (1).

Nas *Figuras do Passado*, Pinto Osório diz-nos assim de Amélia Janny (2):

«Era interessantíssimo o seu dizer, cheio de observação

(1) Numa visita que fez a Ponte de Lima, a que adiante aludo, também, entre outras pessoas, «a Senhora Condessa e Conde de Bertandos muito expressivamente lhe manifestaram a sua simpatia». *Figuras do Passado*, pág. 233.

(2) *Ob. cit.*, pág. 221.

e de espírito (1). E nunca faltava o assunto! Mulher inteligentíssima, dotada de rara memória, durante meio século, esteve, naquela casinha da formosa encosta, a ver e registrar todos os acontecimentos, conhecendo, mais ou menos, todos os homens distintos das diversas gerações académicas, que, nesse largo período, passaram por Coimbra!

Tinha uma singular atracção aquele ninho de ave canora! Ninho de poesia, de virtude e de bondade! Onde a caridade recebia culto por diversas formas e aparecia nas suas variadas manifestações.»

Mas não foi só entre as quatro paredes do seu cantinho coimbrão que Amélia Janny foi ouvida e apreciada.

Apresentada a Castilho em 1856 (2) — tinha 14 anos — por António Xavier Rodrigues Cordeiro, um dos poetas d'O *Trovador*, foi aquele que, por sua vez, mais tarde, a apresentou ao público no Grémio Literário de Lisboa, onde a concorrência de eruditos e famílias da primeira sociedade foi tão grande que centenas de pessoas não tiveram lugar, sendo obrigadas a retirar-se.

Tinha encetado as conferências, dias antes, Pinheiro Chagas, falando sobre «Shakespeare e a arte dramática»; agora cabia a vez a Castilho. E foi nessa conferência que o consagrado mestre da poesia apresentou ao público aquela que havia de ser, durante tanto tempo, um dos seus ídolos.

E Amélia Janny recitou. Era a primeira vez que ali se ouvia, do alto da cadeira onde tinham tomado lugar os nomes mais ilustres nas Ciências e na Literatura, a voz duma mulher. E essa mulher, que surpreendeu o público, deixou-o extasiado com as belas produções do seu talento!

Foi aplaudida com delírio, porque ouviam da boca

(1) Vejam-se as correspondências de Coimbra para o *Diário de Notícias* de 20 e 21 Março de 1914.

(2) Caetano Gonçalves diz que foi em 1857, aos 15 anos. Os jornais da época e a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* falam do ano de 1856.

duma mulher, com energia viril, a defesa do seu ideal, essa luminosa ideia do progresso pela instrução, pelo trabalho e pela virtude.

Dizem os jornais que «os homens se acomodavam à entrada, trepados a cadeiras, quase dependurados das bandeiras das portas, cada qual como podia», e acrescentavam «que valia a pena qualquer sacrifício para ouvir recitar versos de Amélia Janny, a inspirada poetisa de Coimbra, e de António Feliciano de Castilho — o nosso primoroso poeta».

«Bem haja a distinta poetisa — diz Albano Coutinho —, que vai respondendo aos que murmuram do acanhamento intelectual da mulher portuguesa, apresentando-lhes a ilustração do seu espírito e a força varonil do seu ânimo. Parabéns ao nosso primeiro poeta, que acompanha a mulher ilustrada onde quer que ela desponte, que a anima com a sua voz de mestre e com o seu incitamento de amigo. Oxalá que a inauguração dos saraus literários no Grémio pela Senhora Dona Amélia Janny possa concorrer para levar a mulher talentosa portuguesa a entrar nas lutas da inteligência ao lado do homem ilustrado!»

Foi também Castilho que a apresentou em Coimbra, no Teatro Académico, em Maio de 1862. Ouçamos o que a este respeito nos diz a ilustre escritora Teresa Leitão de Barros:

«É mansa como as águas que a embalam a vida desta poetisa que teve as maiores qualidades da sua escola e a quem o pontífice Castilho coroou de louros e murta chamando-lhe «Nova Safo» perante uma assembleia moça e suspensa, num decantado sarau do Teatro Académico de Coimbra, em que Junqueiro e Antero foram vencidos, no aplauso público, pela sua voz cantante e tímida.»

Pinto Osório conta-nos que «as suas mãos não foram as que menos entusiásticamente a aplaudiram», e lembra,

com saudades, essa noite em que «a harmonia dos seus versos», a sua recitação, a suavidade da sua voz encantaram a irrequieta assembleia, que a premiou com palmas e homenagens de respeito» (1).

Castilho também recitou, nessa noite, entre outras composições, a «Lenda de Nossa Senhora da Nazaré», a «Carta à Imperatriz do Brasil» e o «Janota»; mas faltava-lhe a luz dos olhos, e a sua recitação, «vagarosamente cadenciada e monótona», não podia rivalizar com a do Rouxinol do Mondego.

Teófilo Braga não deu «relevo, que fizesse impressão», aos versos que recitou da *Visão dos Tempos*; Guerra Junqueiro, muito novo ainda, quase não se ouviu...; e Antero, «esse adorável rapaz de 20 anos» — como nos diz Pinto Osório —, «com a fronte aureolada de cabelos de ouro», entrando «no palco — que era a tribuna dos poetas — com passo firme e o ar de independência desdenhosa», não recitou, leu. «Leu, sentado a uma mesa, alguns dos versos que depois publicou nas *Odes Modernas*».

Ainda outros poetas se fizeram ouvir; mas as honras da noite couberam a Amélia Janny. O próprio Castilho, na Conversação Preambular do poema «D. Jaime» diz assim:

«Até como que simbolizando a Musa do Mondego, uma gentil Poetisa veio, nova Safo, merecer neste certame coroa de louros e murta. Ditosa filha de Coimbra! com os teus donosos vinte anos, todos em flor! com a tua voz suave e tímida, como aroma exalado da tua alma! Amélia Janny, perdoa se hoje, diante de maior público, te renovo os meus aplausos.» (2).

A sua voz tão apreciada fez-se ouvir nos saraus da academia coimbrã, várias vezes realizados no Teatro Académico, na Associação dos Artistas, no Instituto de Coimbra, no Grémio Literário de Lisboa, em festas de comemorações

(1) *Almanaque de Ponte de Lima de 1910*, pág. 157.

(2) D. Jaime (na 13.^a ed., pág. LVII).

históricas, nos espectáculos de caridade, onde havia qualquer manifestação de arte ou se invocava a generosidade do público para a miséria dos infelizes.

A sua recitação impecável dominava a multidão que a ouvia, e os seus versos, que ela nunca negava a qualquer pedido de colaboração, por mais modesto que fosse, eram apreciadíssimos, pela sua pureza e correcção de forma, pelas ideias, acessíveis na sua simplicidade, pela facilidade com que se exprimia, pelo modo como sabia dirigir-se ao coração de todos.

Amélia Janny soube sentir a dor dos que sofriam e chorar com eles.

Viveu a vida do seu tempo, e foi muito feliz, porque soube vivê-la.

Mendes dos Remédios, na sua *História da Literatura Portuguesa*, não esquece o nome da Poetisa, que «firmou poesias de autêntico valor», dizendo:

«A sua musa é tranquila, doce e perfumada, como o foi todo o seu viver, consagrado ao amor de Coimbra, à amizade do pequeno grupo de admiradores que com ela conviviam, ao círculo de grandes e fecundos ideais que lhe povoavam o coração — a amizade entre os indivíduos, a paz entre os cidadãos, o progresso e a liberdade. Viveu eternamente jovem, querida e estimada e quando ela desapareceu alguma coisa se foi com ela — desta paz dourada que nos nossos tempos perturbados nos parece um sonho.»

Aludindo, em seguida, ao facto de as suas poesias se encontrarem dispersas, Mendes dos Remédios acha que «era um preito merecido que Coimbra lhas reunisse».

Também, num artigo sobre a Poetisa, datado de 23 de Julho de 1922 e saído três dias depois n' *O Despertar*, a propósito da lápide que pensaram colocar na casa em que viveu Amélia Janny, o eminente Professor Doutor Costa Pimpão insiste na mesma nota, fazendo esta pergunta: «Porque se

não pensa na publicação em volume dos seus trabalhos, o que não só honraria Janny mas aquele que levasse a efeito tão bela homenagem?»

«De Amélia Janny — continua o ilustre Catedrático — existem pedaços do seu fulgentíssimo talento — mas só pedaços... Vá mão piedosa recolher esse tesouro opulento esparso pelas colunas dos jornais e revistas e terá prestado à memória da Poetisa e ao bom nome da sua terra, e que é também a nossa, uma belíssima consagração.»

E continua: «Em nosso modesto entender a lápide deveria *seguir* e não *preceder* a publicação das suas obras».

Na verdade, Coimbra, que tanto lhe deve, ainda que nos custe confessá-lo, tem sido ingrata para a memória de Janny (1). Nem as suas poesias se publicaram ainda, nem a lápide foi colocada na sua casa, nem uma rua conserva o seu nome!

Aquela alma, sempre pronta a glorificar os outros, não recebeu o preito de gratidão que lhe era devido.

João Jardim de Vilhena, que, moço ainda, acompanhara Eugénio de Castro a casa da Poetisa, lamenta igual-

(1) Não deixa de ser interessante estabelecer o paralelo entre a ingratidão de Coimbra para Janny e a de Ponte de Lima para seu tio Luís. A esta última refere-se Pinto Osório nas *Figuras do Passado*, a pág. 201.

Também no mesmo livro, a pág. 207, se lê:

«Uma das paixões, que a acompanhou em todos os dias da sua vida, foi o amor pela sua terra!

Amou Coimbra, como só se ama uma mãe! As ofensas feitas a Coimbra, doíam-lhe como feitas a ela própria!

Dessa sensibilidade do seu affecto se encontraram provas ainda depois da sua morte!

Fez testamento. Legava os seus haveres (que eram modestos) a uma parenta, que sempre protegeu. Sabendo, porém, que essa parenta estava em comunhão política com os que ela chamava os *inimigos de Coimbra*, deu um traço no testamento e declarou que o inutilizava!

mente, num artigo publicado na *Gazeta de Coimbra* de 1 de Novembro de 1945, esta ingratição sem nome da cidade do Mondego.

Desde pequeno, segundo diz, ouvira os parentes falar da «sua radiosa mocidade, da sua fina elegância de provinciana e sobretudo da sua inspiração, que ditava sentidas poesias a propósito de vários acontecimentos, e que fora, por assim dizer, a musa protectora dos talentos poéticos que fervilharam desde 1860 a 1880», ou antes, «desde que ela fora apresentada por Rodrigues Cordeiro a Castilho», em 1856, «como um portento poético, até ao tricentenário de Camões, aclamado e festejado em Coimbra, e em que ela tomou parte activa com a sua fulgurante e arrebatadora poesia — Pátria».

Percorrendo os jornais da época, vê-se bem com que ternura se falava da delicada Poetisa.

Cheia de espírito é a «Carta a Petrónio, folhetinista de Pedrouços», em que o autor — Camilo Castelo Branco —, que se oculta sob o pseudónimo de Felizardo, lhe diz assim (1):

«Pois se amas a poesia, regala as meninas de Pedrouços, lê-lhes estes versos de encantadora originalidade, escritos por Amélia Janny. Não é já uma poesia este nome? É de Coimbra a dama, não te sei dizer mais nada. Se as auras do Mondego lhe vaporam de aromas as tranças castanhas ou loiras; se nas cristalinas águas da linda Inês se espelham os olhos azuis ou negros da poetisa, também não sei. Coimbra, Mondego, Janny, tudo isto é poesia».

Cita depois os versos, em que há alusão a um amor traído, à leviandade do namorado, à vida que se lhe esvai

(1) Esta carta também se encontra transcrita por Alberto Teles na sua obra *Camilo Castelo Branco na Cadeia da Relação do Porto*, a pág. 24. Devo esta preciosa informação ao vastíssimo saber do Ex.^{mo} Senhor Coronel Belisário Pimenta.

nas orgias e à entrada no Hospital, seguida do arrependimento, do perdão e da morte.

O tema não pode ser mais romântico.

Com muita graça, Camilo continua:

«Eu desejo sinceramente que esta melancólica história seja toda imaginária, para me não condoer da vida trabalhosa do mal-fadado herói da poesia, e também dos dissabores da mimosa cantora.

No nosso tempo de Coimbra, meu caro Petrônio, a poesia estava em tudo menos nas senhoras. O aspecto taciturno e desconfiado das damas era como um capacete de neve nas cabeças ardentes daquela mocidade que enxameava no Penedo da Saudade e Águas de Maias a namorar a natureza e Teresa Fortunata também. Não se chamava Teresa Fortunata uma onzeneira que me comprou a loba e a capa por dez tostões e um vintém? Que saudades eu tenho dos meus vinte anos, e dum Tito Lívio, edição *princeps*, que vendi por setecentos e vinte, na rua de Quebra-Costas!»

Num artigo de A. Ferreira de Freitas, datado de 16 de Maio de 1867, em que se alude à acção da Associação dos Artistas, desenvolvida pelos apóstolos da ciência, às aulas nocturnas, etc., há esta referência à célebre poetisa:

«Em seguida, a convite do mesmo Senhor» — trata-se de Olímpio Nicolau Rui Fernandes — «a Corina dos tempos modernos, D. Amélia Janny, fez ouvir a sua voz maviosa, oferecendo-nos os valiosos frutos da sua lira de ouro.

Honra lhe seja, que não nos poupou a horas de prazer, horas de que se recordarão sempre, com infinda saudade, aqueles que tiveram a dita de a ouvir.

Amélia Janny é incontestavelmente a primeira poetisa dos nossos tempos: os seus versos não são, como os de mil festejados poetas, uma mera toada melodiosa, são muito mais: ali encontram-se os princípios modernos, princípios sociais e filosóficos.»

Como se vê, a figura de Amélia Janny deslumbrou a sociedade do seu tempo.

Num jornal datado de 23 de Setembro de 1870, Júlio César Machado, que principia o seu artigo falando duma comédia de Teixeira de Vasconcelos, diz-nos assim:

«Se passarmos do teatro para as salas, encontramos como heroína da semana a Ex.^{ma} Senhora D. Amélia Janny, jovem poetisa, que chegou há pouco de Coimbra, onde reside, que está sendo em Lisboa muito festejada no mundo das letras, e em honra de quem os Senhores António Feliciano de Castilho e António Xavier Rodrigues Cordeiro deram três *soirées*.» (1)

Não era tão «pequeno» como se pode depreender das palavras de Mendes dos Remédios o círculo dos seus admiradores.

Naquela reunião em que nos fala Júlio César Machado, em casa de Rodrigues Cordeiro, encontravam-se D. António da Costa, Pinheiro Chagas, os Castilhos (António Feliciano, José e Júlio), e, além das duas poetisas que já mencionei — Amélia Janny e Maria Amália, que deixara a sua solidão de Pintéus para a vir conhecer —, uma outra, que também recitou poesias suas — Mariana Mazarém.

(1) Foi na última destas reuniões que Amélia Janny viu, pela primeira vez, Maria Amália Vaz de Carvalho, com quem já se correspondia e de quem foi depois muito amiga.

Essa amizade manteve-se sempre pela vida fora.

Em casa da ilustre escritora a encontrou, um ano antes da sua morte, D. Amélia Caldas Xavier (Roxane), que diz assim na *Capital* — secção intitulada «Serões Femininos» —:

«O ano passado, pelo verão, encontrámo-nos, a poetisa e eu, no hospitaleiro e nobre salão da sr.^a D. Maria Amália Vaz de Carvalho, em Santa Catarina, e o conhecimento pessoal da ilustre poetisa deu-me o prazer que geralmente sente quem sabe admirar ao descobrir as delicadezas duma fina alma de mulher, cheia de emotividade, e as cintilações luminosas dum espírito gentil, cultivado e vivo, da mais interessante vivacidade.»

(Este artigo vem transcrito nas *Fig. do Passado* a pág. 238.)

É natural que os seus amigos mais íntimos fossem os da sua terra, os que por cá passaram no seu tempo.

Já me referi à longa série de notabilidades que frequentaram a sua casa, entre os quais o grande António Cândido, que mantinha com ela e com a família aquelas estreitas relações de amizade que são bem raras na vida e que, em cartas encantadoras, se não cansa de lhe render as suas homenagens de respeitosa admiração e afeição sincera (1).

(1) Devo a leitura dessas preciosíssimas cartas, tão interessantes para quem quisesse fazer um estudo sobre a psicologia do autor, à gentileza e generosidade das Ex.^{mas} Senhoras Ds. Virgínia, Sofia e Maria Angélica Azevedo Leitão, filhas do tão distinto médico Dr. Artur de Azevedo Leitão, já falecido, e netas, pelo lado paterno, duma prima direita de Amélia Janny.

A irmã mais velha do Dr. Azevedo Leitão é que foi, por testamento, herdeira da Poetisa.

Já que aqui apresento a minha homenagem de gratidão à Ex.^{ma} Família que me confluou, juntamente com as cartas de António Cândido, tão preciosa documentação sobre Amélia Janny, levando mesmo a sua suprema gentileza a mostrar-me os livros que lhe foram oferecidos e a cujas dedicatórias já fiz referência, não quero deixar de estender também essa homenagem ao Ex.^{mo} Senhor Doutor José Cypriano Rodrigues Dinis — a quem, com muita honra para mim, me prendem laços de parentesco, que a maior consideração e amizade profunda têm procurado tornar cada vez mais fortes — e ao Ex.^{mo} Senhor Dr. António Luís da Costa Rodrigues, que, também com a sua amizade e suprema gentileza, tem sido incansável a atender todas as minhas impertinências, procurando sempre documentar-me e emprestando-me generosamente os livros da sua biblioteca.

Depois de ter realizado a minha conferência, mas ainda a tempo de eu poder lucrar com a sua esplêndida lição, o Ex.^{mo} Senhor Coronel Belisário Pimenta, cujos métodos e processos de estudo são os mais perfeitos que conheço, levou a sua gentilíssima amabilidade ao ponto de me oferecer uma cópia do verbete em que, através das suas contínuas e inteligentes leituras, foi registando todas as referências que encontrou à Poetisa.

Vou transcrever a cópia desse verbete, tal como a recebi, por-

Doutras reuniões nos falam ainda os jornais da época, como aquela que teve lugar em casa do Dr. Matos de Car-

que S. Ex.^a não incluiu nesta lista algumas obras que eu já tinha consultado.

Alberto Teles — *Camilo Castelo Branco na Cadeia da Relação do Porto*, pág. 24;

Antero de Quental — *Prosas*, vol. I, págs. 229-230;

J. M. Dias Ferrão — *João Brandão*, pág. 5, nota 4;

António Cabral — *Camilo Desconhecido*, pág. 194;

D. Tomás de Noronha — *De Capa e Batina*, págs. 179 e segs.;

Feliciano Ramos — *Trindade Coelho*, págs. 286-287;

Ribaltas e Gambianas (várias poesias), n.º 11, pág. 82; n.º 18, pág. 143; n.º 28, pág. 220;

A Lira (várias poesias), a pág. 6, a pág. 37 e a pág. 52.

Pátria (Recitada no Clube Académico em a noite de 5 de Fevereiro de 1881). Poesia impressa pela Casa Minerva, Coimbra, 1881, em cartolina de 0,223 × 0,311. São 20 quadras.

ADITAMENTO

Trechos Literários de Alexandre Herculano e Cartas do mesmo autor e doutros escritores ilustres a D. Guiomar Torrezão, colleccionadas, publicadas e editadas por sua irmã com prefácio por Dr. Armelim Júnior, págs. 42-43.

Na revista *Portugal Pitoresco*, Coimbra, 1879, vol I:

Reminiscências — A Palmira Leiria, Novembro 1878, pág. 38;

Salve! — A D. Maria José Martins Ribeiro, Fevereiro 1879, pág. 73.

Na revista *Panorama Fotográfico de Portugal*, Coimbra, 1871-1874:

Lamentos — Maio 1869, vol. I, págs. 56-60;

Poesia — No album da... D. Maria da Glória da Fonseca e Vasconcelos, vol. II, págs. 24-25;

Nunca mais! (Sem data) — Vol. II, págs. 103-105;

Ó Mocidade! — 25 de Fevereiro 1874, vol. IV, págs. 22-24;

A Borboleta (Sem data) — Vol. IV, pág. 86.

Na revista *Gazeta Ilustrada*, Coimbra, 1901:

Soneto — «Do Mondego nas ribas murmurosas...», 1889,

valho, para festejar o 20.º aniversário da Poetisa, e outra em casa de D. Maria do Carmo Feijó, em que Amélia Janny recitou uma poesia que muito agradou, chamada «A uns Olhos», e em que Júlio de Castilho também tomou parte,

a pág. 204 do n.º 26 (O original deste soneto pertence ao meu sobrinho Rui Costa Ferreira).

Três cantos — Poesia em bilhete postal com o retrato da autora em simili-gravura.

Na revista *Literatura Ilustrada*, Coimbra, 1860:

A Virtude — pág. 14;

A Noite — pág. 30;

O Trovador e a Donzela (acompanhando esta poesia uma gravura de Coelho sobre o desenho de Manuel Maria Bordalo Pinheiro) — Coimbra, Fevereiro de 1859, pág. 56.

À gentileza do Ex.^{mo} Senhor Coronel Belisário Pimenta, e decerto ainda à sólida amizade que há tantos anos une as nossas famílias — e que tanto honra a minha — devo também o subido obséquio de S. Ex.^a me ter emprestado todos estes livros da sua esplêndida biblioteca.

E, já agora, não posso deixar de dizer ainda que ao saudoso carinho duma antiga criada, Brígida — hoje em casa da Família Rodrigues Dinis — que recortou, dos jornais da sua antiga ama, tudo o que lhe dizia respeito, no momento em que inutilizaram todos os seus papéis, devo eu, sem grande trabalho, o conhecimento que me ficou do que foi, no seu tempo, a sua acção verdadeiramente notável e do modo por que foi reconhecida e apreciada. Pena foi que a essa ideia carinhosa, que assinala uma saudade que ficou para sempre, não tivesse presidido outro critério, porque aqueles que um dia quiserem servir-se do seu espólio, para um trabalho digno desse nome, quase nunca encontrarão, naquela série de documentos, nem o nome dos jornais que os registam nem a data da sua publicação.

Contudo aqui ficam também duas palavras de reconhecimento pelo que, de lágrimas nos olhos, me entregou a carinhosa Brígida, mostrando-me, numa grande moldura, um retrato esplêndido da sua antiga ama.

recitando uma composição sua, de carácter humorístico — «Amor em Leilão».

Não encontramos, nos versos de Janny, nenhuns com esse nome. Cremos, porém, que se trata duma poesia intitulada «Seus Olhos», que, dita por uma rapariguinha de 20 anos, tinha todas as condições para agradar ao público.

É esta:

SEUS OLHOS

*Nem já sei qual fiquei sendo
Depois que os vi*

Gonçalves Dias.

Seus olhos fulgentes, travessos, escuros,
De vivo esplendor,
Soberbos, humildes, audazes, fagueiros,
Abrasam de amor.

Seus olhos são astros que acendem a inveja
Da estrela no céu,
Que espera submissa, zelosa e amante
Um meigo olhar seu.

Seus olhos ardentes, cintilam, faíscam,
Com mago fulgor;
A lava candente que expele o Vesúvio
Não tem mais calor.

Seus olhos são vagas, que embatem e morrem
No meu coração;
Que agitam constante procela iracunda
No mar da paixão!

Seus olhos subjagam, se pedem, se imploram
Com pejo e temor,
Ao pé de seus olhos, sepulcro à descrença
E um berço ao amor!

Seus olhos, se mandam, sublimes de orgulho,
Mais podem que um rei;
De rojo os altivos sem tino se prostram;
Seus raios dão lei.

Seus olhos são hinos, são Bíblia que nunca
Se acaba de ler;
São como o infinito, que a vista do homem
Não pode abranger!

Seus olhos sagazes, falando eloquentes,
Vêm a alma acordar!
Revolvem arcanos, perscrutam segredos
Que o peito encerrar!

Seus olhos assaltam e vencem; têm chaves
De oculto poder!
E deitam tais chamas, que nelas queimado,
Agrada o morrer!

Seus olhos celestes, tesouros divinos,
Presente dos céus,
São glória dos anjos, brilhantes, roubados
À coroa de Deus!

Seus olhos, cautela!... Não queiram fitá-los!
Fugir-lhe é melhor;
Que eu fui borboleta, crestei-me, inda vivo,
Mas vivo na dor!

Agosto de 1861.

Numa reunião em casa de Gomes de Amorim, depois de a Poetisa ter deliciado os convidados com a recitação de poesias suas, foi tal o entusiasmo, que se apoderou de todos, que lhe pediram, com a maior insistência, oferecendo-se mesmo para abrir uma assinatura, que publicasse os seus versos em volume.

Mas, embora Amélia Janny tivesse prometido revê-los e publicá-los ⁽¹⁾ e se tivesse mostrado satisfeita com o título de *Violetas* — que Xavier Cordeiro propôs — e sobre o qual

(1) •Eram muitas as pessoas que lhe pediam para coligir em livro os seus versos.

Muito especialmente a instigavam a isso o Dr. Guimarães

César Machado se pôs a divagar com felicidade —, as suas composições nunca foram publicadas.

— «Para quê?» — dizia ela. «Nós passamos neste mundo como fogos fátuos, e depois, ninguém mais se lembra de nós, do que pensámos e do que produzimos. Glória só na vida. O esquecimento na morte.»

Amélia Janny não podia sentir o que afirmava, embora tenhamos de confessar que acertou, pois em breve foi votada a um esquecimento que não merecia. Se a sua modéstia a obrigava a falar assim relativamente às suas produções, havia de se lembrar, por força, de que não teria recebido a cultura que tinha, e todos lhe reconheciam, se os grandes vultos que a precederam tivessem procedido como ela.

E o *progresso*, que ela mesmo defendeu numa poesia sua, tão apreciada na época, seria, afinal, uma palavra sem sentido.

Amélia Janny tinha dentro da sua alma o sol radioso que lhe iluminava o espírito. Em noites de insónia, quando nenhum outro podia raiar para ela, era esse sol que lhe iluminava os quadros que a sua primorosa pena havia de reproduzir depois.

Essas noites de insónia eram acompanhadas de horríveis dores de cabeça; e, quanto mais os seus olhos se lhe fechavam, para ver se dormia, mais a sua imaginação a torturava, numa cavalgada louca, sem querer parar.

Eram os oprimidos que lhe surgiam das trevas, como espectros da Desgraça, sem apoio moral, sem um raio de

Pedrosa, o abalisado professor, com cuja amizade muito se honrava, João de Paiva e eu.

Dizia-me que era preciso uma grande selecção e que se sentia sem forças para a fazer.

Chegou-me a dizer que tinha começado esse trabalho e que teria por auxiliar a Senhora Marquesa de Pomares; e não podia tê-la melhor, porque a nobre e distintíssima senhora, além de amiga dedicada de Amélia Janny, é também uma distinta poetisa.

— *Figuras do Passado*, pág. 235.

instrução que lhes iluminasse o caminho, esmagados pela dupla mó da soberba e da injustiça — e então Amélia Janny juntava aos outros, aos que tinham olhos para estas misérias, todo o esforço da sua alma para lha tirar de cima.

Traduzido em verso, foi esse esforço que nos deu o «Progresso», oferecido pela autora à Associação dos Artistas de Coimbra, ao festejar-se o aniversário da sua fundação, a 12 de Maio de 1867, e tão elogiado nos jornais da época.

Essa poesia, que, em benefício da mesma associação, foi vendida a 80 réis, abre deste modo:

Progresso! palavra mágica,
Sedutora, eterna fada!
A tua vara encantada
Faz mil prodígios surgir!
Quem te nega foge pálido
Ante o poder de teu braço,
Que transpõe e vence o espaço,
Rasgando o seio ao porvir!

Progresso! mistério esplêndido,
Às gerações revelado,
Quando o Senhor expirado
Tinha nos braços da cruz;
Escrito na lei suavíssima
Que Ele deixou no Calvário,
Abrindo o mago sacrário
De amor, liberdade e luz!

Progresso! pomposo túmulo
Dos negros erros de outrora!
Tu imperas como a aurora,
Que as densas trevas desfaz;
Tu és o berço magnífico,
Onde se embalam, formosas,
As ideias grandiosas,
Que em profusão tu nos dás!

Acerca destes versos diz F. Guimarães Fonseca:

«Todos nós ouvimos ainda na alma, como a reminiscência dum cântico celeste, que nos perfumasse as inefáveis

delícias dum sonho suavíssimo, aqueles versos da Sr.^a D. Amélia Janny» ... «Quem pode descrever do progresso, se uma voz delicadamente feminil, docemente vibrada dos seios da alma, melodiosamente embalada em nuvens da poesia do céu, nos abre com chave de ouro as portas do éden do futuro?»

Albano Coutinho diz que essa poesia é uma «obra em que transparecem os sentimentos mais nobres duma alma de mulher, que evangeliza as ideias civilizadoras do seu tempo, e é, nas lides do trabalho, companheira dos que progridem pelos esforços da inteligência».

A obra de Amélia Janny, que ela, como vimos, não quis ou já não pôde reunir, dispersou-se por jornais e revistas literárias, tendo apenas sido impressos, em folheto, «O Médico» (que a Poetisa escreveu em homenagem ao padrao e foi divulgado em 1895 pelo Congresso da Tuberculose), o «Progresso» (oferecido, como se disse, à Associação dos Artistas de Coimbra), «A Guerra» (dedicada a Castilho, sobre a pavorosa dissenção Franco-Prussiana, que encheu de sangue duas nações poderosas), a «Pátria» (1) e poucos mais.

No *Cisne do Mondego* (1857), nos *Prelúdios Literários* (1858-1861), n' *O Conimbricense*, na *Estreia Literária* (1858), no *Panorama Fotográfico de Portugal*, do Dr. Augusto Simões de Castro, no *Portugal Pitoresco*, na *Crisálida* (1863), no *Tribuno Popular* (1856) — jornais e revistas de Coimbra —, bem como nos de Lisboa [*A Mulher* (1883), a *Ilustração Universal* (1884), a *Semana de Lisboa, Repúblicas*, etc.]; no *Almanaque das Senhoras* (de Lisboa), n' *A Borboleta* (de

(1) Esta poesia, que foi tão apreciada, começa assim:

Quem a não ama? Quem não traz no íntimo
Seu grato nome a perfumar-lhe a vida?!
Quem se não sente estremecer de júbilo,
Se entre as primeiras a contempla erguida?!

Braga—1876), n' *A Alvorada* (de Famalicão—1885), no número único d' *A Imprensa Portuguesa aos Povos de Andaluzia*, no *Almanaque do Comércio do Lima*, n' *O Figueirense* (1863), na revista *Brasil e Portugal*, fundada em Lisboa por Augusto de Castilho, no *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* (Lisboa — de 1851 em diante), na *Literatura Ilustrada* — em todos eles se vê sempre, acompanhando-a os maiores elogios, a colaboração de Amélia Janny (1).

Qualquer manifestação de arte fazia vibrar as fibras sensibilíssimas do coração da Artista.

Quando, em Março de 1864, a grande actriz Emília das Neves deu, no Teatro Académico, duas récitas em benefício dos estudantes pobres, os *Prelúdios Literários*, *O Conimbricense* e a *Crisálida*, referindo-se ao extraordinário mérito da artista no papel de Margarida Gauthier, n' «A Dama das Camélias», dizem que dum dos camarotes, banhada em lágrimas, Amélia Janny se ergueu, declamando magistralmente um improvisado que começava assim:

Mulher que me arrebatas, quem pudera
 Dizer o que tu és!
 Queria eu ter essa glória, e, rival tua,
 Ir depô-la a teus pés!

Quem hoje fizesse o mesmo expor-se-ia, decerto, a uma coisa bem diferente dos elogios da imprensa. Naquele tempo Amélia Janny era a intérprete do sentir geral, e aquela mulher, que sabia traduzir em palavras o sentimento que dominava a multidão, recebia do público um aplauso comovido, uma ovação bem sincera.

(1) Os seus primeiros versos foram publicados, quando a Poetisa tinha 16 anos, por um parente seu por afinidade, António Lúcio Tavares Crespo, num jornal de Leiria — *O Liz* —, e reproduzidos depois, no n.º 11 do *Cisne do Mondego* (11-v-1857), pelo seu redactor, Augusto César da Silva Matos, que foi juiz e muito seu amigo, (Cf. *Fig. do Pass.*, pág. 223).

Era no tempo em que a emoção das plateias se traduzia por mil formas diversas e não só, como hoje, por meio de palmas, que aquecem o ambiente, capas e flores que se arremessam ao palco; chapéus, gorros, pombos, canários e poesias, tudo isso era pouco para a exteriorização dos sentimentos dos nossos homens de há cem anos.

O delírio que reinou em Coimbra quando Elisa Volpini, a célebre cantora italiana, mimoseou os estudantes com três saraus, a 3, 4 e 5 de Abril de 1857, atingiu o auge, e foi com aquelas mesmas manifestações que ela foi mimoseada no palco, onde foi aplaudida calorosamente, chegando a ter catorze chamadas seguidas.

Foram três dias de feriado para os estudantes; e Batalha Reis, na sua carta a Augusto Machado, que estava em Paris, fala-nos da visita de Volpini à Lapa dos Esteios, da primorosa recepção dos Viscondes de Canas, do Mondego coalhado de barcos, da multidão que a esperava no Cais...

O articulista fala ainda da récita que se seguiu, em que Amélia Janny — cuja alma, segundo ele diz, devia compreender a de Volpini, pois que eram «uma a intérprete dos sentimentos poéticos, a outra a própria poesia desvelando em notas de fogo os sublimes segredos da sua natureza» — recitou dum camarote uma poesia consagrada à Artista.

Termina assim essa composição:

Volpini! a primavera antecipou-se,
Vestiu-se com primor, trajou mil galas,
Quis hospedar-te aqui;
Tornou límpido o céu, macio o prado,
E só à flomela impôs silêncio,
P'ra te escutar a ti!

Já quando o grande Rosa veio a Coimbra, em 7 de Março de 1863, muitos papelinhos foram ter ao palco a felicitá-lo; mas só o de Janny mereceu a honra de ser transcrito nos jornais.

São apenas 4 quadras, que fecham deste modo:

Quando, em rápido olhar, prendes, dominas
A multidão que vês,
Canto a Pátria e a ti, dizendo: Salve,
Artista português!

Dedicada a Rey Colaço, encontramos também uma poesia, intitulada «A Voz do Mar», que principia assim:

Enquanto me demoro a ver a eterna luta
Desse revolto mar que se debate além,
Atirando, feroz, numa insolência bruta,
A vaga que se arqueia, à rocha que a detém,

Pergunto muita vez, dominada, absorvida,
Nesse abismo suspenso o meu ansioso olhar,
Que dirá essa voz, tão forte e desabrida,
Quando se eleva e cai, na praia, a soluçar.

A Tuna de Valladolid fez esta quadra:

Na Espanha nunca anoitece;
Só pairam sombras confusas,
Se a negra mantilha desce
Nos olhos das Andaluzas.

Também as manifestações de júbilo com que era acolhida, apesar de toda a sua modéstia, lhe caíam na alma.

Um dia em que Amélia Janny, já então de 40 anos, se encontrava sentada num dos bancos do Penedo — era isto em 1890 —, lembraram-se uns cinquenta académicos de lhe fazer uma apoteose.

Encontravam-se aí Agostinho de Campos, João Jardim de Vilhena, Alberto de Oliveira, Henrique de Vasconcelos, Oliveira Soares e parece que também Alberto Osório de Castro, resolvendo todos «fazer uma Corte de Amor, uma tarde literária em honra do Rouxinol, no Penedo da Saudade. E, se bem se disse, melhor se efectuou».

Com tanta vida — e a sabê-la aproveitar tão bem — compreende-se como lhe seria dolorosa a ideia da velhice,

que todavia aceitou com a mesma resignação, com que vergou a cabeça ao beijo glacial da morte; mas se, espírito profundamente católico, se entregava confiadamente às mãos de Deus, a sua alma de Poetisa não podia deixar de chorar a sua mocidade.

É uma prova do que acabo de dizer a sua delicadíssima poesia

CÂMARA ARDENTE.

No luxuoso salão de púrpura forrado,
Avista-se uma urna em pedestal dourado.

Sobre ela ondeia e treme a chama de mil lumes;
Respiram-se no ar suavíssimos perfumes;

E, sobre o pavimento, em profusão de cores,
Alastram-se festões de peregrinas flores.

Em desalinho, solta a farta e longa trança,
Suspira, ajoelhada e moribunda, a Esperança;

E, defronte, gentil e belo como a aurora,
Na urna debruçado, o Amor soluça e chora.

E, quando esmorecia o vago som da reza,
Soltada, a meia voz, dos lábios da Tristeza,

E se iam apagando os últimos clarões
Dos círios funerais, de extintas ilusões;

Então, com mão febril, fechei o ataúde,
Onde ficava — morta — a minha Juventude!

* * *

Amélia Janny era infatigável. A sua Musa não tinha descanso, e, como já disse, nunca a Poetisa soube dizer que não a qualquer pedido que lhe fizessem, embora viesse das classes mais humildes.

Na fundação da Associação Protectora dos Velhos e Crianças da Figueira da Foz, ou do Hospital de Santa Comba Dão, nos pavilhões das fogueiras de S. João e da Rainha Santa, na saudade dos epitáfios, nas récitas do teatro portalegrense em benefício do Hospital suburbano para os tuberculosos, sempre os versos de Amélia Janny foram ouvidos ou lidos com carinho.

«À sentidíssima morte do Doutor Sousa Refóios» também Janny consagrou o seu «Tributo de Saudade», que principia assim:

Morrer à mão do crime! Ignóbil ironia!
 Quem tanta vez salvara, à força de cuidados,
 Imolando o sossego, a saúde, a alegria,
 Nos antros da miséria, a vida aos desgraçados!

No 8.º aniversário da Associação dos Artistas houve em Coimbra uma festa a que presidiu o Visconde de Vila Maior, que era então Reitor da Universidade.

Mal Janny entrou na sala, recebeu-a calorosamente uma salva de palmas. Foi para essa cerimónia que escreveu «A Guerra» (1), que lhe mereceu a célebre carta de Castilho, que os jornais transcreveram e que principia assim:

«O poema da Guerra, com cuja dedicatória V. Ex.^a se dignou de me honrar, há-de deixar consagrada para a memó-

(1) Os últimos versos de A. Janny são os que fez sobre «Ponte de Lima» e ao «Tribunal de Haia».

Pinto Osório, nas *Figuras do Passado*, a pág. 236, diz:

«Ela, que, em 1870, tinha fulminado a carnificina desse ano, escrevendo o seu brilhante poemeto *A Guerra*, parece que adivinhava que os campos duma grande parte da *Europa* iam converter-se em mares de sangue! Saudou por isso a conferência de *Haia*. Pensou até em ir de perto saudar os sacerdotes da *Paz*.

Chegou a fazer as malas para ir à Holanda na companhia de duas senhoras, sobrinhas de João de Paiva.

Não pôde ir! Caía de cama, e nunca mais se levantou dela! No dia 19 de Março de 1914, faleceu!»

ria dos vindiros uma das minhas mais justas ufancias; será documento que prove haver eu tido a fortuna de desenterrar um dos brilhantes principalíssimos que adornam a coroa da poesia portuguesa.»

Adriano Antero diz que «A Guerra, apesar da sua pequenez» (é uma poesia de 16 páginas) «vale mais que muitos livros volumosos que para aí correm grandemente laureados».

Mas aquele que escreveu estas palavras e muitas outras de rasgado elogio, classificando de «bela toda essa composição», foi o primeiro a apontar-lhe alguns defeitos.

Outros jornais a classificaram também de «admirável de inspiração e primorosa na forma»; «uma das melhores poesias portuguesas que *tinham aparecido* nos últimos tempos».

Júlio de Sequeira diz que os cantos de Amélia Janny «não são epopeias do passado nem do futuro, não são Lusíadas nem Prometeus, são cantos líricos; as suas teorias não são de Hegel, nem de Taine, não são o panteísmo de Goethe nem o materialismo de Spinoza, são as teorias do coração; a sua poesia é subjectiva, individual, e a sua individualidade é amor e frieza, esperança e desespero, alegria e dor, saudade e aspiração».

Amélia Janny sabia escolher os temas que dominam as multidões, e, alma bem portuguesa, numa época em que a Literatura pedia tudo ao sentimento, aliando a facilidade de escrever ao seu estro romântico, o Rouxinol do Mondego cantava assim, afinando a voz pela dos seus irmãos, embevecidos de luar nas hastes dos salgueiros:

O Sino repicara alegremente
Chamando à festa a gente do povoado;
Para ouvir um orador muito afamado,
Tudo ia ligeiro e impaciente.

Vivera ali, criança e adolescente,
Pelos montes errante, a guardar gado,
Ordenara-se à custa do morgado,
Homem piedoso, benfazejo e crente.

Ficara bom: nunca esquecerá aquela
Que ao peito seu, tão pobre e amando-o tanto,
Tanta vez o levava a essa capela!

Sobe ao púlpito, enfim, sob esse encanto;
Mas na turba só vê a imagem d'Ela,
E desce sem falar, banhado em pranto.

Outras vezes era sobre a Recordação que se debruçava;
e então escrevia:

CONTRASTES

Foi numa noite fria, escura e densa,
Que te vi e falei a vez primeira,
Que a minha alma sentiu a chama intensa
Que iluminou a minha vida inteira!

E foi numa manhã calmosa e bela
— À luz do sol — a nossa despedida...
Veio de então o frio que me gela,
A cerração que enluta a minha vida!

Até o seu gato «Billy» lhe mereceu uma primorosa
poesia — não foi aquele que, no *In Illo Tempore* (1) Trindade
Coelho diz ter ajudado a matar —, pois que este morreu de
velhice:

Gracioso, ondulante, alegre e comodista,
Tem o viver feliz dum gato afdalgado,
No seu pular nervoso atitudes de artista,
E espertezas e ardis dum príncipe encantado.

E continua, sempre no mesmo tom, a descrição do gato
e o seu amor por ele.

(1) *Ob. cit.*, pág. 351 na 4.^a ed.

* * *

Estudando Amélia Janny no seu meio, nas suas relações, na sua obra e na sua acção, perguntei a mim mesma:
— Quem teria inspirado as suas poesias mais íntimas?
Ela não o disse, e ninguém o sabe; mas, baseada naquele verso, tão verdadeiro —

«Pode-se lá viver sem ter amado alguém!...» —,

eu pergunto:

— Quem a teria feito dizer ao seu «Pranto», que caía no mar:

«Vai, que ninguém adivinha
O tormento que deflnha
Nesta hora o meu coração:
Que a minha dor vive oculta,
Como lágrima sepulta
Das águas no turbilhão!

.....

Quantas vezes eu, sorrindo,
Doida alegria fingindo,
Anseio só por chorar?
E o mundo, em sua loucura,
Inveja a minha ventura,
Deseja como eu gozar!!!»

— Quem a teria feito dizer «À Poesia», sua «confidente e amiga» — que era,

... nas trevas de veladas noites,
A estrela de alva precedendo a aurora —:

.....

«Quando, exaurida, me descaí a fronte
E no futuro, desolada, cismo,
Sem que uma esperança me ilumine a vida,
Sem ter a força de encarar o abismo;

É então que as asas desprendendo rápidas,
Fendendo o espaço, qual subtil vapor,
Vens dar-me a fé, que se extinguiu em lágrimas,
E a doce crença que murchava em flor.»?

— Para quem iria o seu pensamento naquela poesia a que chamou «Impossível», quando disse:

•Tu és o pomo vedado
Do éden da minha vida;
És a visão do passado
Ao meu porvir transmitida.

Tu és esbelta palmeira
No meu deserto viver,
Cuja sombra feiticeira
Me convida a adormecer.

Tu és a rosa do ermo,
Que em meio de urzes brotou:
És o princípio e o termo
Do que minha alma sonhou.

Tu és a fonte escondida,
Murmurando sem cessar,
Que me ilude e me convida,
Sem nunca a poder tocar!

És o sol que me aparece,
Cujo brilho me seduz,
Que me abrasa e não me aquece
Que me cega e me dá luz!

És um sonho de ventura,
De que desperto a sofrer:
Abismo de imensa altura
Que fascina e faz tremer!...

.....»

— Quem teria sido, afinal, o inspirador destas poesias?

Lendo uma certa correspondência para a qual o Ex.^{mo} Senhor Dr. Costa Rodrigues me chamou a atenção, parece-me que não será difícil adivinhá-lo.

Em cada vida há sempre um caminho a trilhar, e nesse caminho, ou fora dele, um ponto que se fita de longe e se quer atingir.

Ainda que em todos os casos se lhe possa chamar assim, parece que só se lhe deve dar o nome de Ideal quando fica longe desse caminho — e tão longe que todas as forças da nossa alma, convergindo harmònicamente para esse ponto luminoso, raras vezes conseguem vencer o espaço que nos separa dele.

Penso que os poetas não o atingem nunca; e, se uns encolhem os ombros e percorrem indiferentes a longa ou curta senda que lhes é destinada, outros curvam-se abatidos, ou esbracejam agressivos na convulsa agitação da impotência humana.

Os poetas do Romantismo fitavam os seus olhos tristes nesse ponto distante, que em geral lhes era iluminado por um amor-impossível, quase sempre irreal, um amor de tortura, que se diluía em lágrimas até ao alvorejar doutro amor, ou se encontrava perdido nos dois caminhos que conduziam à loucura ou à morte.

Sem fechar os olhos ao amor, talvez porque esse amor foi impossível, Amélia Janny, dando-lhe uma amplitude maior, transformou-o num sentimento de Beleza.

Esse amor, a que a sua virtude nunca poderia dar esse nome, converteu-o ela em admiração e Amizade — Amizade tão profunda que talvez nem à sua maior amiga, D. Emília Sofia Midosi, tivesse confessado o que ao papel confiou.

Essa Amizade — que a eleva e não macula o seu nome, porque foi sempre virtuosa (1), digna e pura —

(1) «Foi uma pobre mulher cheia duma enorme riqueza moral e intelectual» — *Figuras do Passado*, pág 236.

Até o próprio D. Tomás de Noronha, no artigo que escreveu sobre a Poetisa, no seu livro *De Capa e Batina* — artigo esse que

penso que a teria Amélia Janny consagrado a António Cândido.

A ele é dirigida aquela «Saudação», a que pertencem estas estrofes, em que a Poetisa se refere a Candemil, berço do orador:

As vozes da tempestade
Acordando as serranias,
O brado das ventanias
Chamando os ecos d'além,
Deram-te a voz que domina
As multidões assombradas,
Quando a teus pés, subjugadas,
Teu génio domá-las vem!

Os sons maviosos e doces
Do campanário da ermida
— Harmonia indefnida
Que nos encanta e seduz —
Deram-te os meigos acentos
D'inimitável cadência,
Quando, em jorros de eloquência,
Tua alma ao céu nos conduz!

Essa poesia termina assim:

Sê grande... fadou-te a glória!
Mimoso de seus carinhos,
Não te assustem os espinhos,
Segue tranquilo essa luz,
Soldado firme da Igreja,
Pregando aos simples e aos sábios;
Mane sempre de teus lábios
A palavra de Jesus!

Pelas cartas que me passaram pelas mãos, penso poder deduzir que devia ter sido esta a maior amizade masculina

tanto macula o nome do autor, que o despeito tornou injustissimamente cruel — se não atreve a negar-lhe estas palavras: «...; e, a par com o respeito pela sua virtude, longe da vista, a simpatia medrava devotamente por aquela figura lendária».

da vida de Amélia Janny — amizade que a honra tanto como a daquela mulher tão ilustre o honrava a ele; amizade em que não há uma só palavra que a faça perder a sublimidade do seu carácter.

Em que pensaria Janny, já tão longe da sua mocidade, quando, a 2 de Setembro de 1905, escreveu este soneto:

Como vai longe o dia de ventura
Em que vi esse olhar, que nunca esquece!
Como tudo se apaga e se esvaece!
Como sempre o que é bom *bem pouco dura!*

Chego a temer, na minha vida escura,
De me enganar na senda, que parece
Levar-me ao foco em que a minha alma aquece,
A esse bem, que, sem cessar, procura!

Nunca entendi como este amor ardente
Veio pousar — conquistador altivo —
Sobre este peito que soluça e sente!

Ao vê-lo assim encantador e esquivo,
Penso na morte quando estou contente,
Passo na vida sem saber que vivo!

Evola-se de todas as cartas de António Cândido o perfume suavíssimo duma Amizade grande, que o espírito equilibradíssimo de Amélia Janny soube sempre manter elevado até ao fim da sua vida. A Poetisa é, portanto, sincera, quando nos diz:

Quero, da minha existência
Nos tristes despenhadeiros,
Ver o sol da consciência
Sem sombras ou nevoeiros.

* * *

Amélia Janny pertenceu ao Instituto de Coimbra, ao Retiro Literário português (do Rio de Janeiro) e ao Grémio Literário do Pará.

Num concurso da Academia de Mont-Réal de Toulouse, a sua poesia «Victor Hugo» grangeou-lhe um prémio.

Joseph Benoliel, em Lisboa, verte para francês uma poesia sua, intitulada «O Palácio da Paz».

Encontra-se assim, numa folhinha impressa, entre os papéis de Brígida:

O PALÁCIO DA PAZ

*Ao Apóstolo da Paz
Dr. João de Paiva*

O Palácio da Paz! Que enorme glória
Num século inquieto e turbulento
Dar, num milagre, às páginas da História
A história desse altivo monumento!

Dizer à Guerra: Pára! e à efervescência
Da ambição, da política invejosa,
Da luta dos interesses, na veemência
Do rugir das paixões, essa onda irosa:

— Só a Paz é profícua, o forte laço
Que tanto prende sem magoar o pulso;
Leva-nos ao triunfo o seu abraço,
À dita universal, o seu impulso!

Só ela é grande, a atlética figura
Que deve, enfim, domar, reger a vida,
Não à custa de angústias e tortura,
À passagem da Guerra fratricida,

Mas em jorros de luz e de justiça,
Hasteando a bandeira da verdade,
Abatendo os esforços da cobiça,
Para alcançar o bem da Humanidade!

Coimbra, 8 de Novembro de 1913.

Amélia Janny

A folha em que se encontra tem em cima estes dizeres:

Overgedrukt uit het Orgaan van den
Algemeenen Nederlandschen Bond
«Vrede door Recht», December 1913.

*

Een Portugeesch Vredes-vers

E, do outro lado, lê-se:

LE PALAIS DE LA PAIX

*A l'Apôtre de la Paix
Dr. João de Paiva*

Ô Palais de la Paix! de quelle immense gloire,
En ce siècle inquiet, emporté, véhément,
Va rehausser l'éclat des pages de l'Histoire
L'histoire de ton noble et sacré monument!

Car tu viens dire: «Halte!» à la Guerre inhumaine,
Aux brigues des partis et des ambitions,
Aux luttes d'intérêts, à l'envie, à la haine,
Aux flots impétueux des sombres passions;

Car tu viens affirmer que la Paix seule est belle,
Que c'est le seul lien à la fois doux et fort,
Qu'elle seule au succès nous porte sur son aile,
Que le bonheur commun fleurit sous son essor;

Que seule elle est féconde et sublime et splendide,
Que son bras tout-puissant doit régir nos destins,
Non au prix de la Guerre atroce, fratricide,
Non au prix des soupirs, des larmes, des chagrins;

Mais à force d'amour, de lumière et justice
Sous le drapeau du droit et de la vérité,
Foulant aux pieds les vains efforts de l'avarice,
Ayant le Bien pour loi, pour but, l'Humanité!

Lisbonne, 10-11-913

Traduction par Joseph Benoliel.

Para as festas do tricentenário de Camões, em que o seu coração de Portuguesa não podia deixar de vibrar intensamente, também fez aquela poesia a que pertencem estas duas quadras:

Sofreu como ninguém, lutou como um gigante;
Um malfadado amor... rasgou-lhe o coração;
E pede, ao naufragar, exausto, agonizante,
Salvar o seu País — erguendo uma só mão!

É que essa mão continha a história, nunca lida,
Dos brios nacionais, dos feitos de além-mar,
Dessas vitórias mil duma nação, erguida
Ao máximo esplendor que é dado conquistar.

Espírito de eleição, ao seu amor pela Paz e pela Pátria
juntava o forte amor pela Natureza.

Da profundidade deste sentimento fala-nos este

SONETO:

A vida vale pouco — tudo mente;
É breve a infância e curta a mocidade;
Gasta-se o tempo em busca da verdade,
Que tanto esmaga e dilacera a gente!

É sempre mais feliz quem menos sente,
Ou quem de ter valor se persuade;
No coração humano há só vaidade,
E quem a satisfaz vive contente.

Por isso te amo tanto, ó Natureza,
Linda, potente, majestosa e forte,
Sempre nova na graça e na beleza!

Ser venturosa não me coube em sorte;
Mas ao teu esplendor minha alma presa,
Só por não mais te ver me custa a morte!

* * *

Teresa Leitão de Barros classifica o facto de Amélia Janny ter morrido sem publicar as suas poesias — quando tinha prometido fazê-lo — como «uma providencial traição

do Destino». «Não é» — acrescenta — «porque os versos de Janny não merecessem a banal homenagem de viverem, presos e juntos, entre as paredes duma estante, mas porque não seria a poetisa, nem os seus admiradores mais próximos no Tempo, aqueles que foram adeptos da mesma seita literária, o indicado para saber descobrir, em produção de tão irregular valia, alguns exemplos mais reveladores e típicos do que conseguiu esse estro exaltado e mesmo algumas amostras de beleza eterna.»

Ora — pergunto eu — não acontece com a obra de Amélia Janny o que se verifica com qualquer outra obra? São, por acaso, de igual valor, todas as composições dum livro de versos? E são sempre as mesmas poesias aquelas que mais agradam aos que reputamos cultos?

Mas, o que me parece ainda mais grave é que, quando, um dia, alguém, nas condições que exige a ilustre escritora que muito admiro, o pretenda fazer, decerto não achará então os versos de Amélia Janny, que hoje mesmo são tão difíceis de obter na sua totalidade!

Os mortos esquecem depressa, e, mortos já, como ela, a maior parte dos seus admiradores, que possuíam os originais, nem sempre as famílias dos que se vão guardam religiosamente o seu espólio.

Em princípio, não podemos deixar de dar uma certa razão a Teresa Leitão de Barros. E penso até que a maior parte dos escritores só teriam lucrado se lhes conhecessem apenas as obras-primas; creio bem que não haverá nenhum cuja produção esteja absolutamente nivelada. As antologias são uma prova disso.

Pertence depois aos criticos o trabalho de selecção, ainda mesmo que a obra tenha sido editada pelo seu autor.

É possível que nem este saiba sempre escolher o que é melhor na sua obra: Corneille preferia, entre as suas tragédias, aquelas que tinham merecido menos calor do público, e Virgílio quis queimar a *Eneida*. . .; mas, se o autor publica

aquilo que quer e não acerta na escolha, a culpa é sua. Uma edição póstuma é sempre uma grande responsabilidade.

Mas os versos de Amélia Janny vão-se perdendo dia a dia. Ora, se é voz corrente que, na Escola a que pertence, tem o seu lugar bem marcado, parece que é de justiça que se não deixe perder aquilo que, justamente, lhe dá jus a esse lugar. Impõe-se, portanto, a publicação da obra.

Mas, pelo que tive ocasião de ver, é um trabalho muito difícil. Confrontando os poucos originais da autora com o que a imprensa deixou sair, confrangemo-nos, porque às vezes uma simples pontuação mal feita altera completamente o sentido da poesia. E não é só a pontuação: há erros muito mais graves: sílabas a menos, palavras trocadas que fazem até perder a rima, etc..

Nalguns jornais de Brígida encontram-se ainda algumas correcções feitas pela sua antiga ama. Um desses erros fez-me até pena, porque, sem ela ter culpa, lhe foi apontado como um defeito.

Ora, nessas folhas manuscritas, que tão gentilmente me deixaram ler, há muitos erros de cópia, ou então dos jornais, revistas ou almanaques onde foram colher essas poesias. Amélia Janny não escreveu assim. O que a sua mão nos deixou escrito autoriza-me a fazer esta afirmação.

Parece que vai sair em breve a sua obra. Estamos certos de que esse trabalho há-de estar confiado a pessoa de alto saber e de critério, que não precisa nada das minhas observações.

Peço até perdão de ter tocado neste assunto.

Que o livro das suas maravilhosas poesias saia então; que uma simples lápide fique a lembrá-la aos que passam, e Coimbra terá pago a Amélia Janny o seu tributo de amor.

Coimbra, 5 de Junho de 1950.

VIRGÍNIA FARIA GERSÃO

OBJECTOS DE LITURGIA VISIGÓTICA ENCONTRADOS EM PORTUGAL

SÉCULOS V A VII

(ALGUNS ELEMENTOS PARA A SUA CRONOLOGIA)

Muito pouco se têm prendido os arqueólogos portugueses com o estudo dos tempos em que os povos Godos dominaram a região Peninsular ora ocupada por Portugal. No entanto tal época tem destacado interesse por explicar importantíssimas questões da nossa proto-história.

Seria conveniente que todos os aspectos culturais desta época fossem devidamente estudados no seu conjunto, acompanhando em ritmo e desenvolvimento paralelo os que, versando temas de direito e numismática, ultimamente foram publicados.

Ao revisarmos os materiais guardados nos nossos Museus, nas coleções públicas ou particulares, a breve trecho verificámos que de forma alguma escasseiam os restos destes tempos visigodos. Outra coisa não era de esperar se atendermos a que a duração da dominação político-militar na Península dos povos suevo-visigóticos teve a larga duração de três centúrias. Convém, no entanto assinalar, como fez Reinhart (1) que, se exceptuarmos os numismas, *del reino suevo quedaram muy pocos restos hasta nuestros dias*. Outro tanto não podemos dizer dos visigodos.

Uma das influências que mais vincadamente aparece marcada na Península, após a chegada dos Godos à *Hispania*, nos começos do século v (415), como aliados das autoridades do Império Romano para combater os Bagaudes e os Suevos, é a acusada pelos objectos de adorno recolhidos nas necrópoles conhecidas e tipicamente germânicas. Assim, sabemos que as hostes godas pertenciam a um povo único e essen-

(1) W. Reinhart, *El Reino Hispanico de los Suevos y sus monedas*, in «Arch. Esp. de Arqueologia», n.º 4, Madrid, 1942.

cialmente Germânico. Por alguns achados esporádicos e pelos espólios encontrados nas necrópoles de Carpio del Tajo, Castiltierra e Herrera de Pisuerga, reconhecemos a arte puramente goda, em especial nas grandes fíbulas aquiliformes e nas fivelas de cinturão usadas por este povo, pertencas de indumentária, muito semelhantes às dos Ostrogodos, povo também germânico e fixado contemporaneamente em Itália e com o qual estavam os visigodos unidos por estreitas relações político-artísticas.

A chegada dos visigodos teve grande importância, desempenhou destacado papel na evolução das artes menores especialmente no que se refere ao adorno pessoal. Esta influência não se manifesta da mesma forma na arquitectura e na escultura regional (1). A evolução das artes visigodas, de um e outro lado dos Pirinéus segue caminhos distintos e não é devida propriamente aos godos mas a certas atitudes culturais das populações Galas e Hispano Romanas e entre estas, muito especialmente, às Galaicas e Astures.

A arte Peninsular do século v apresenta aspectos, os mais variados, revelando caracteres diferenciativos os diversos focos artísticos que se mantiveram ou foram criados de novo. Neste tempo e dentro de certos limites, interromperam-se também as habituais relações entre as diferentes províncias, desaparecem as grandes oficinas de objectos de arte e pela primeira vez se verifica o que podemos chamar uma interrupção na tradição artística vigente. Precisamente neste momento as comunidades cristãs são a vanguarda da cultura, as defensoras do património tradicional e, nestes núcleos, facilmente vemos reflectidas as novas influências tanto provindas do Ocidente como do Oriente.

O estudo da torentica Hispano-visigoda não está sequer esboçado na parte respeitante a Portugal, trabalho que urge ser feito, de forma a acompanharmos os trabalhos realizados

(1) Helmut Schlunk, *Arte visigoda*, in «Ars Hispaniae», vol II, pág. 228, Madrid, 1947.

no resto da Península, podendo assim ajudar o esclarecimento de importantes questões ligadas com a existência de distintas oficinas de fabrico situadas no rincão Astur-leonês, na Callaecia e na Lusitânia. Contribuiríamos para melhor iluminar os tempos próximos do século VII, um dos mais obscuros da história da Europa, tempos em que a *Hispania* teve um certo apogeu artístico-cultural entre os demais países europeus.

Nesta nota indico alguns objectos de bronze usados nos tempos visigóticos e que foram encontrados em Portugal. Circunscrevo o âmbito desta tentativa de inventário, referindo tão somente os que estão de certo modo ligados à liturgia cristã.

Igualmente ao sucedido no resto da Península, o maior lote destes bronzes, da época visigoda, aparecidos em Portugal e dos quais tive conhecimento, é constituído por uma série de recipientes, constituídos por restos de escudela, cujo diâmetro não excede 25 cms., com um cabo, para mais facilmente nela se pegar.

Estes objectos eram empregues nos templos para a imposição dos sacramentos do baptismo, quiçá para a comunhão.

Para explicarmos o seu *usus* socorremo-nos de miniaturas, de iluminuras de documentos coevos que mostram a administração do baptismo com objectos parecidos.

Se admitirmos tratar-se da imposição dos primeiros sacramentos teremos, assim, explicado as legendas existentes nalguns exemplares conhecidos.

Seriam pois *patenas crismalis*. Dado que numa patena guardada no Museu Arqueológico Nacional de Madrid se lê a inscrição XPS H EST, Ferrandis (1) pensa poder servir tal objecto de toreutica visigoda para conter o pão sagrado.

Simultaneamente deviam ser usados os jarritos votivos, alguns com legendas, encontrados em diferentes lugares e

(1) Jose Ferrandis, *Artes Decorativas Visigodas*, in «História de España», sob a Direcção de Ramon Menendez Pidal, vol. III, pág. 538, Madrid, 1940.

que com as patenas deviam formar um conjunto litúrgico, facto este que se supõe, pois jamais foram encontradas ambas as peças juntas.

Alguns destes jarros devem ter sido importados, outros porém devem ser réplicas locais e fundidos em oficinas peninsulares, pelo que é do maior interesse dar a conhecer todo o material existente a fim de melhor estudar estes objectos litúrgicos, esclarecendo dúvidas, que por maior rareza, redobrado interesse há em bem conhecê-los. Procura-se estabelecer a sua proveniência, a sua cronologia. Para fixação deste último detalhe é do maior interesse o aparecimento, em La Grassa, Tarragona, em 1816, ao

surribar-se uma vinha, de um jarrito, seguramente importado, repleto com vários centenaes de moedas de ouro, indicando-nos, com segurança, ter sido o tesouro enterrado nos primeiros anos do reinado de Recesvinto (649-72). Tem este jarrito paralelos com outros encontrados em sepúlcros do Württemberg, da Itália e do Egito. Parece a Schlunk⁽¹⁾

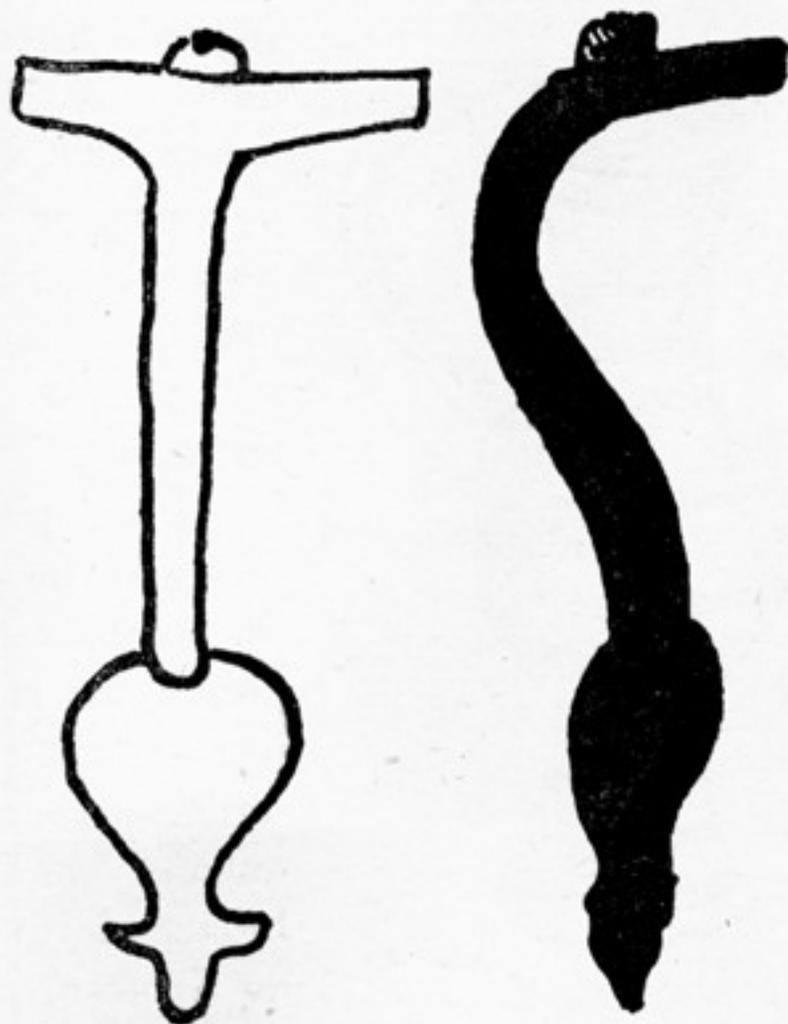


Fig. 1

Desenho de frente e perfil da asa de jarro, visigodo encontrado no Castro de Sabroso — Museu da Soc. Martins Sarmiento — Guimarães

(1) Aut. e op. cit., pág. 321.

que a origem de todos estes objectos tem de ser buscada no Egipto, embora outros arqueólogos queiram atribuir à Itália a sua origem.

Tanto nas patenas, como nos jarros votivos aparece a palavra VITA, incluída nas inscrições gravadas neles, e segundo uma sugestiva suposição de Gomez Moreno, serviriam para o baptismo de determinada pessoa, de que por vezes se conservou o nome na inscrição. Depois de usada, rompia-se o fundo para que a peça não pudesse ser empregue outra vez.



Fig. 2

Tipo provável do jarro
votivo de bronze
de Sabroso

Presentemente em Portugal, talvez só de um jarro-votivo pode ser assinalado um fragmento, representado pela asa de bronze dum jarro-ritual, em tudo semelhante à dum outro exemplar completo e exposto em Madrid. Esta asa de bronze foi encontrada no Crasto de Sabroso, perto de Guimarães, e está exposta no Museu de arqueologia da Sociedade Martins Sarmiento e é idêntica às asas dos exemplares completos do Instituto de Valência de Don Juan.

Estes objectos da liturgia visigoda podem dividir-se em dois grupos, um dos quais mostra sempre o fundo do jarro fundido na mesma peça e todo o resto apoiado em três pequenos salientes repuchados na mesma chapa e, segundo parece, de proveniência extra peninsular. Teriam sido importados muito provavelmente do Egipto, quer directamente, quer por intermédio da Itália. Existem também outras peças semelhantes, na mesma importadas, com desenhos distribuídos por todo o corpo do jarro. Supõe-se que sejam de procedência copta, proveniência semelhantemente

atribuída a peças idênticas achadas em túmulos *alamanes* do Württemberg. Parece seguro que, tanto certas peças peninsulares como as do sul da Alemanha, tenham sido importadas. Analogias podem ser notadas, por um lado com outras do Egipto e por outro com similares encontradas na Itália, especialmente em Nocera Umbra.

Relativamente às patenas temos ainda menos dados sobre a sua origem e cronologia e até agora não conhecemos peças que seguramente tivessem sido importadas, — ainda que certamente as houvesse, — uma vez que a sua galba geral repete as que conhecemos noutras regiões do Mediterrâneo e da Alemanha. A sua cronologia poderá ser aproximadamente estabelecida pelo aparecimento simultâneo de outros testemunhos, especialmente de restos de cerâmica fina, envernizada, e derivada da *terra sigillata*.

Em Portugal conhecem-se seis lugares onde se encontraram restos de *patenas crismalis*, nenhuma porém completa.

Para Schlunk, os jarros votivos e as petenas aparecem em Espanha aproximadamente ao tempo do século VII. São importadas de outras terras, embora depois também se tenham produzido na Península, talvez que na região de Leon-Palência-Astorga, donde devem proceder os exemplares portugueses. Este ilustre arqueólogo confirma as grandes analogias existentes entre as peças peninsulares e as *alamanes*, frisando serem tão semelhantes que quando comparadas se não podem distinguir aquelas das encontradas no sul da Alemanha e portanto desde que a cronologia está bem fixada relativamente às necrópoles do Württemberg — onde também serviam para o baptismo, como o indica as inscrições que contêm — não podem, para Schlunk, serem anteriores ao século VII e muito provavelmente, pertencem à segunda metade desta centúria. Ao estudarmos a patena encontrada no Castro de Fiães diremos algo sobre os elementos cronológicos que ali surgiram.

As cinco patenas que foram publicadas por Ferrandis (1) e existindo duas delas no Museu Arqueológico Nacional de Madrid, outras três no Instituto Valência de Don Juan, podemos agora acrescentar mais duas, na mesma provenientes de Espanha, uma da necrópole visigoda de Hornillos del Camiño (2) e outra ainda resultante das escavações levadas a efeito em 1942 pelo Rev.º Saturio González Salas no Castro de Yecla — Santo Domingo de Silos (3).

As sete patenas conhecidas e publicadas em Espanha têm sido, com grande probabilidade, situadas cronologicamente no séc. VII e veremos que as três agora referidas e encontradas em Portugal não são posteriores a esta centúria.

Os restos de *patenas crismalis* conhecidos em Portugal foram recolhidos nos seguintes locais:

- 1) SAFAIL, Vila Nova de Tazem, Gouveia.
- 2) CIVIDADE DE BAGUNTE, Vila do Conde.
- 3) CASTRO DA TREPA, Sobral Pichorro, Fornos de Algodres.
- 4) CASTRO DE FONTES, Santa Marta de Penaguião, Douro.
- 5) CASTRO DE FIÃES, Fiães, Vila da Feira.

Passemos a referir com algum detalhe estes objectos:

1) — S A F A I L
(Vila Nova de Tazem)

Bibliografia:

- Emil Hübner, *Inscriptionum Hispaniae Christianarum Supplementum* pág. 135, n.º 529, Berlim 1900.
- J. M. Cordeiro de Sousa, *Relação das inscrições dos séculos VIII a XIII existentes em Portugal*, in «Ethnos», vol. III, Lisboa 1945.

(1) Jose Ferrandis, *op. cit.*, em (3), pág. 53.

(2) Jose Luis Monteverde, *Sobre la Necropolis de Hornillos del Camiño*, in «Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales», vol. VI, 1945, pág. 28.

(3) Saturio González Salas. OS. B., in «Informes y Memorias de la Comisaria General de Excavaciones Arqueológicas», n.º 7, pág. 30, Madrid, 1945.

Russell Cortez, *Una patena suevo-visigótica*, in «*Archivo Español de Arqueología*», vol. LXIX, Madrid 1946.

Mário Cardoso, *Correspondência epistolar entre E. Hübner e M. Sarmiento*, págs. 277-279, Guimarães 1947.

Esta patena foi encontrada, por acaso, em Safail, Vila Nova de Tazem, lugar assinalado pelo encontro de numerosos restos de antigo povoado, tejos muito espessos e outras velharias, além de várias sepulturas cavadas na rocha ⁽¹⁾.

Martins Sarmiento teve conhecimento do seu achado, dele deu imediato conhecimento a Hübner ⁽²⁾. Para o enviar a este investigador fotografou a peça e a sua inscrição central, uma vez ter-lhe o dono confiado este magnífico exemplar da toreutica visigoda, o primeiro



Fig. 3

Patena crismalis de Safail
— Vila Nova de Tazem

desta espécie a ser encontrado em Portugal. Apesar do muito interesse posto na aquisição desta bela peça, Martins Sarmiento não conseguiu adquiri-la para o seu Museu de Guimarães. Passado quase meio século acabo de reencon-

⁽¹⁾ Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. XI, pág. 888 Porto 1886; Vergílio Correia, *Monumentos e Esculturas*, pág. 213, Lisboa 1924; id. id., *Obras Completas*, vol. I, pág. 102, Coimbra, 1946.

⁽²⁾ Cartas de 2-6-98, 8-7-98, 23-11-98, 15-1-99, 12-1-99, 15-2-99, 18-3-99, cfr. *Correspondência*, etc., vol I.

trar esta *patena crismalis*, que se considerava perdida, nas mãos do Sr. João Pacheco Teixeira Rebelo de Carvalho, na sua Quinta do Mosteiro, São Simão da Junqueira, Vila do Conde, no decurso duma campanha de escavações arqueo-



Fig. 4

Patena crismalis de Safail — moldagem
em gesso

lógicas que desde 1944 e sob a minha Direcção foram levadas a efeito na Cidade de Bagunte.

Por informação do detentor da patena julguei-a, a princípio, proveniente daquela importante estação arqueológica das margens do Ave. Porém, uma vez que fui informado das diligências de Martins Sarmento, das suas referências epistolares, então ainda inéditas e reservadas, e mais, pude ver as fotografias tiradas por aquele insigne arqueólogo fui o primeiro a assinalar ser uma e única peça, pois era impossível verificar-se uma tão coincidente fractura, na parte onde

se inseria e cravava o cabo ou pegadeira. Portanto, quando em Braga a mostrei ao Sr. Mário Cardoso, conclui ser errónea a afirmação que dizia ter esta peça aparecido na Cidade de Bagunte. Tinha forçosamente que ser a mesma já referida por Sarmento proveniente de Safail.

Conhecendo Martins Sarmento esta importante peça de toreutica visigoda procurou decifrar o letreiro e propôs a Hübner, sem todavia reputar segura, a seguinte leitura:

ARGIMIRI VI A(nno) P(ontificatu)S U(niversali)S (e)P(isco)PI (1)

Fidel Fita propôs a interpretação e leitura:

ARGIMIRI VITA AMOR SALUS POPULI (2)

Hübner sugeriu:

ARGIMIRI VITA(li)S V(i)S(aeensis)(e)P(isco)PI

ou então:

ARGIMIRI VITAPS(ensis) VSP(rae) P(osit)I

e acrescentava: «Mais ces explications ne sont que des conjectures très incertaines» (3). Este notável epigrafista e devoto hispanófilo, que não viu a peça, mas teve presente uma magnífica fotografia enviada por Martins Sarmento, preferiu a primeira das suas interpretações (4).

Ultimamente foi de novo publicada esta inscrição, de

(1) Carta de Martins Sarmento a Hübner de 15-2-899. Cfr. «Correspondência», etc., pág. 277.

(2) Ref. de J. M. Cordeiro de Sousa, in *op. cit.*, pág. 22.

(3) Carta de Hübner a Martins Sarmento de 12 de Janeiro de 1899, ver *Correspondência*, etc., pág. 286.

(4) Hübner, *Insc. Hisp. Crist.*, *loc. cit.*

forma inexacta, sem que houvesse sido assinalado o nexo existente em VIT(A') e atribuída sem base ao séc. VIII.

ARGIMIRI VIAPS:VSPPI

escrevendo PP onde está OD (1).

Referidas, em resumo, as interpretações dadas anteriormente a eu conhecer e estudar a peça, bem posso para o presente caso recordar as palavras de Martins Sarmiento: «Esta inscrição não pode dizer-se inédita, porém é como se o fosse, tão extravagantes têm sido as interpretações a que tem dado lugar» (2).

Vamos pois estudá-la.

Assim e mercê da atitude do meu ilustre amigo Bento de Amorim, verdadeiro mecenas da Arqueologia Portuguesa, tornando viável a realização de intensas escavações na *Civitas Bocunti* foi possível reencontrar este objecto litúrgico do século V a VII, permitindo o seu estudo detalhado e o seu arrolamento oficial (3) visando a evitar novo extravio.

A forma desta patena, com 22 centímetros de diâmetro, por 3,3 cms. (2,8 cms. no centro) de maior profundidade, é idêntica a algumas das encontradas em Espanha e é constituída por um prato de bronze pouco fundo, fundido, com o bordo arredondado e ligeiramente inclinado para o interior, repousando todo este conjunto num anel quase cilíndrico, que serve de pé ao todo. Está mutilada em parte da sua periferia, faltando-lhe um pedaço, precisamente onde inseria o cabo que também não apareceu; esta pegadeira sujeitava-se

(1) J. M. Cordeiro de Sousa, *Relação das inscrições dos séculos VIII a XIII existentes em Portugal*, in «Ethnos», vol. III, Lisboa 1945.

(2) Autor citado, in *Boletim Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, vol. IV, 2.^a série, Lisboa 1883.

(3) Ver no *Diário do Governo* n.º 23, 2.^a série, de 28-1-947, o despacho do Ministro da Educação Nacional, mediante parecer da Junta Nacional da Educação, que perfilhou a minha proposta de classificação e arrolamento.

ao bordo, pela sua face externa, por dois cravos e ligeira soldadura. Tal cabo falta na maioria dos exemplares conhecidos, dado a facilidade com que desprendia a soldadura uma vez que a cravação tornava ainda mais frágil a zona considerada.

A ornamentação é idêntica ao comum conhecido nas similares espanholas. A disposição dos elementos decorativos está feito de uma maneira uniforme — ainda que variem os temas ornamentais — toda ela se desenvolve em volta de um motivo central, em séries concêntricas (1).

A inscrição existente nesta *patena crismalis* ocupa uma zona interior a um traço circular, limite de uma terça parte do diâmetro total deste objecto religioso. Gravada mesmo na zona central existe uma flor estilizada e cruciforme, em volta da qual se distribui, entre dois círculos concêntricos, a legenda:

✠ ARGIMIRI VITA' DS 'VS ODI

Do exame paleográfico dos caracteres constituintes desta inscrição, algumas conclusões podemos tirar, conclusões que talvez permitam ajudar a fixar aproximadamente a cronologia desta peça.

De acordo com os trabalhos de conjunto de epigrafistas e numismatas interessados por esta época, em especial os de Heiss, Campaner, Navascués e Llopis (2), sabemos que a escritura hispânica entre os séculos v e vii é feita predomi-

(1) Jose Ferrandis, *op. e loc. cit.*

(2) Aloïs Heiss, *Description générale des monnaies des rois wisigoths d'Espagne*, Paris 1872; Alvaro Campaner, *Indicador manual de la numismática española*, Palma de Mallorca 1891; Felipe Mateu y Llopis, *Las monedas visigodas del Museo Arqueológico Nacional*, Madrid 1936; George J. Hill, *On the coins of Narbonensis with Iberian inscriptions*, New York 1930; Matilde López Serrano, *La escritura y el libro en España durante la dominación del pueblo visigodo*, in «Historia de España» de Ramon Menendez Pidal, vol. III, Madrid, 1940.

nantemente em caracteres capitais, aproximando-se ora das formas monumentais, ora das rústicas ou das actuárias (1).

Nos fins do século v aparecem variantes novas de letras, de certo modo típicas, sobretudo na parte respeitante à pre-

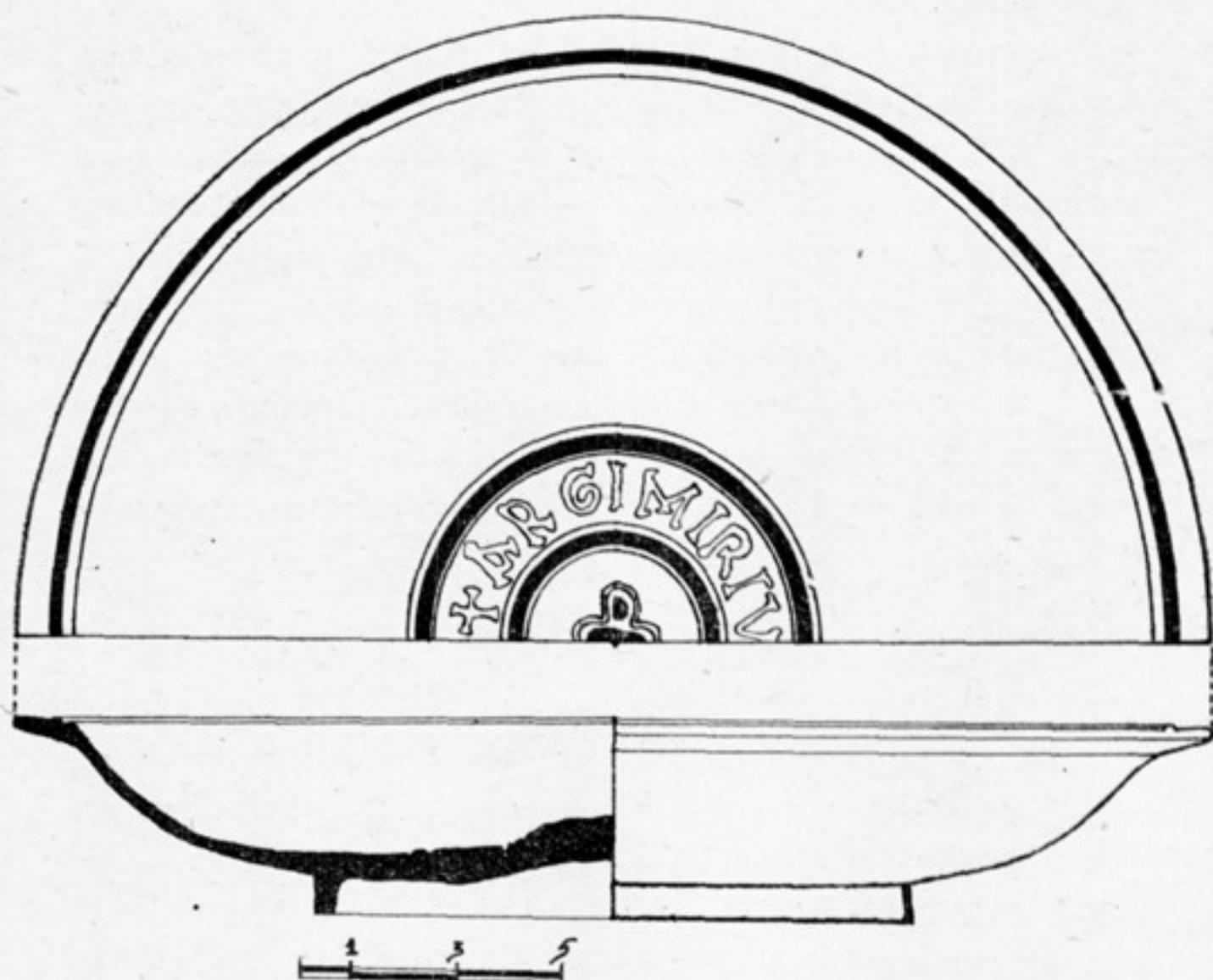


Fig. 5

Corte e planta da patena visigótica, de bronze, encontrada em Safail

sente inscrição: o A surge com o travessão angular, de forma a tocar com o vértice a linha que une os extremos dos traços altos. O D, desde os fins do século v até ao VII alterna o modelo corrente com o de forma triangular mais ou menos perfeita. Simultaneamente aparece uma outra variante, confunde-se quase com o P. O traço curvo do D não chega à extremidade do traço alto vertical, encurta-se

(1) Matilde López Serrano, *op. cit.*, pág. 363.

também e cada vez mais, a parte curva, até que depois dos tempos de Leovogildo (578-586) a diminuição é tal que chega a ocupar somente a metade superior do traço recto.

Pela forma como foram gravadas as letras da legenda que estudamos, mostrando-se nos o A com o travessão angular e o P com a haste vertical ultrapassando o extremo do traço curvo, não parece desacertado atribuir uma cronologia de provável contemporaneidade ou algo posterior a Leovogildo. Deve ter sido gravada no século VI, data que concorda com alguns documentos cerâmicos que estudados serão ao diante, quando tratarmos da patena encontrada no Castro de Fiães.

Para que a inscrição desta patena, encontrada em Safail, desempenhe cabalmente o seu depoimento histórico procuraremos interpretá-la de forma a que possamos ler com propriedade o significado da legenda nela gravada.

Desnecessário será admitir o analfabetismo do gravador para atribuímos a DS o significado de DEVS e de resto esta abreviatura foi desdobrada, tomando-se como paralelo a inscrição do jarro litúrgico exposto no Museu Arqueológico de Leon e que ostenta a seguinte legenda: IN NOMINE D/omi/NI ARVILDI VITA D/eu/S CONCEDAT (1). Nesta abreviatura não pode existir qualquer confusão, dado a segurança e firmeza do traço. Se se tratasse de latim clássico estaria antes escrito DEO ou DOMINO, atendendo a que nesta época já se escrevia muito em romance, seguindo então as formas de dizer populares, com pouco respeito pela semântica correcta, não nos repugna muito aceitar, facto verificado em inúmeros outros exemplos, que os gravadores tivessem empregado a grafia DEVS quando deviam ter escrito DEO.

Como outras vezes sucede, o gravador analfabeto limitava-se a copiar a legenda fornecida previamente e, mesmo assim, quantas vezes a erraram. Estas razões podem expli-

(1) Manuel Gomez Moreno y González, *Medina Elvira*, Granada 1888; José Ferrandis, *Artes Decorativas visigodas*, «História de España», vol. III, págs. 639 e segs., Madrid 1940.

car o defeito que notamos nos vestígios hoje existentes na letra que antecede a VS, possivelmente um C; se admitirmos que mais adiante deixou de se gravar um T e que a cruz serve de T final podemos sem dificuldade ler: (C)VS[T]ODIT⁽¹⁾ verbo que vemos também empregue na inscrição gravada no bordo externo de uma *patena crismalis* existente no Museu Arqueológico Nacional de Madrid⁽²⁾.

A leitura de toda a inscrição seria então:

✠ ARGIMIRI VITA(M) D[EV]S (C)VS[T]ODI(T)

Interpretação esta que se aproxima em significado às legendas existentes nos exemplares espanhóis.

2) — CASTRO DA TREPA

Sobral Pichorro — Fornos de Algodres

Russell Cortez, *A faca punhal visigótica do Castro da Trepa — Fornos de Algodres*, Crónica del II Congresso Arqueológico del Sudeste Español, Albacete 1946.

José Coelho, *Alguns objectos de bronze da Beira Alta*, in «Beira Alta», vol. VI, pág. 224, Viseu 1947.

Na propriedade que o Sr. José da Costa possui na freguesia de Sobral Pichorro, denominada *os Castros da Trepa*, têm aparecido, desde há muitos anos, conjuntamente com muita cerâmica, objectos de bronze e inúmeros numismas, muitos quilogramas de moedas romanas, principalmente de bronze.

«Há mais de trinta anos foram encontrados um punhal curto de metal e uma bacia de bronze, com um pé termi-

(1) Leitura também proposta pelo erudito medievalista, o Rev.º Prof. Dr. Pierre David.

(2) Jose Ferrandis, *Artes Decorativas visigodas — «História de España»*, vol. III, pág. 639, Madrid 1940. Inscrição onde se lê: IN NOMIN DONMINII + AAMER + VITA. XPS. CVSTODIA FAMEN + +ADIVRA DOMIN

nado por uma cabeça de leão, objectos que foram trazidos para o Porto por António Cardia, então empregado no Hospital do Conde de Ferreira» (1).

Tive também ensejo de reencontrar estes objectos e estudo-os presentemente, por se tratar de mais dois interessantes testemunhos da vida cristã nas nossas terras da Beira.

O punhal curto é um curioso exemplar de francisca visigoda, do tipo de Simancas, punhal-faca que pela primeira vez aparece em Portugal, sendo de lamentar não ter aparecido com a respectiva bainha. Não necessito de frizar a importância que este achado assume, dado não só a rareza do aparecimento de armas pertinentes aos tempos suevo-visigóticos, como também por permitir avaliar melhor qual a área em que era usada tal peça de armaria (fig. 6).

É muito semelhante aos outros punhais recolhidos nas necrópoles de Simancas (2), Suellacabras (Soria) (3) e Nuez de Abajo (Burgos). Tem a lâmina triangular de ferro, só com um dos bordos afiados, e do mesmo material é a espiga do cabo. Este cabo que é de bronze polido e trabalhado ao torno, lembra, na sua forma, o representado na Lam. v, tipo 1 (4) do relato das escavações de Simancas, depois representado na Lam. LXXIV das Memórias dos Museus Arqueológicos Provinciais referentes a 1942. Termina idênticamente aos de Simancas, por um botão de perfil discoidal, tendo na parte que insere junto do começo da lâmina um pequeno, mas forte, travessão de cobre, servindo de guarda mão, tapando os bordos da bainha que, lamentavelmente, falta neste exemplar.

(1) José Coelho, *op. cit.*, pág. 224.

(2) S. Rivera Manescau, *La Necropoli visigoda de Simancas*, «Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología», fasc. XIII a XIX, Valladolid, 1940.

(3) Blas Taracena Aguirre, *Excavaciones en diversos lugares de la provincia de Soria (Necrópolis de Taniñe y Suellacabras)*. «Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades, n.º 75, Madrid, 1926.

(4) S. Rivera Manescau, *op. cit.*

Da necrópole de Hornillos del Camiño está exposto no Museu Arqueológico de Burgos uma francisca, com a sua bainha, idêntica às de Simancas e da Tropa (1).



Fig. 6

Faca-punhal de castro da Tropa— Sobral Pichorro

Algumas são, como já referimos, as necrópoles visigodas que têm fornecido franciscas ou facas-punhais, como lhe chamam os arqueólogos do País vizinho. O cabo destas armas que, em alguns exemplares é também de cobre, tem uma secção circular, com sua moldura para facilitar uma maior aderência, rematada por um ornato em forma de glande ou botão.

Temos de concordar que estas armas são de uma novidade indiscutível. Podem considerar-se como tipicamente visigodas e parecem que apanágio da classe superior e guerreira. Tais instrumentos surgem conjuntamente com outras armas de ferro atípicas, alguns vasos de *terra sigillata*, bastante gastos, outros de barro avermelhado e polido e ainda outros de barro negro grosseiro, mal cosidos, todavia acusando uma forte persistência de formas romanas. Estas mesmas sobrevivências podem apreciar-se nos vasos de vidro, de cor esverdeada e já com irisões por alteração, dentro dos quais se encontraram moedas do Baixo Império, numismas que, como sabemos, foram usados como moeda divisionária até tempos tardios da Baixa Idade-Média.

Vemos por este achado, logrado em Portugal, que tais instrumentos considerados por alguns arqueólogos espanhóis como

(1) Ver «Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales», 1946, Lam. xxii, n.º 3, Madrid 1947.

típicamente hispano-godos não são peculiares à necrópole de Simancas, tiveram certamente uma maior dispersão, sendo sem dúvida merecedores, como bem disse Rivera Manescau, de um estudo e completa análise, pois a riqueza decorativa das suas bainhas faz-nos pensar não se tratar de objectos de uso correntio e vulgarizado, antes usado por pessoas de alta hierarquia religiosa ou guerreira. O aparecimento deste punhal junto a uma *patena crismalis*, também de bronze e que estudamos a seguir, pode indicar que teve uso em cerimónias religiosas e portanto poderá considerar-se como mais uma peça votiva e empregue na primitiva liturgia cristã.

A patena do Crasto da Tropa, infelizmente, não apareceu completa. Falta-lhe uma grande parte da zona central do prato, conservando no entanto o seu cabo, rematado por uma ornamentação de carácter zoomórfico (fig. 8).

A patena da Tropa é algo aparentada com a encontrada na necrópole visigoda de Hornillos del Camino (Burgos) ⁽¹⁾ e tem 240 milímetros de diâmetro, com 180 milímetros comprimento do cabo. Esta peça é também semelhante a outras que foram encontradas nos tumulos *alamanes* do Württemberg. As paredes do prato afectam



Fig. 7

Faca-punhal encontrada na necrópole de Simancas (Espanha)

(1) José Luis Monteverde, *Sobre la necropolis romana de Hornillos del Camino (Burgos)*, «Archivo Español de Arqueología», págs. 338 e segs., vol. XVIII, n.º 6, Madrid, 1945. Mario Martinez

a forma de uma calote esférica, nada podendo nós dizer sobre o seu perfil completo, uma vez que o fundo falta completamente. A sua fundição é muito perfeita, chegando a parecer

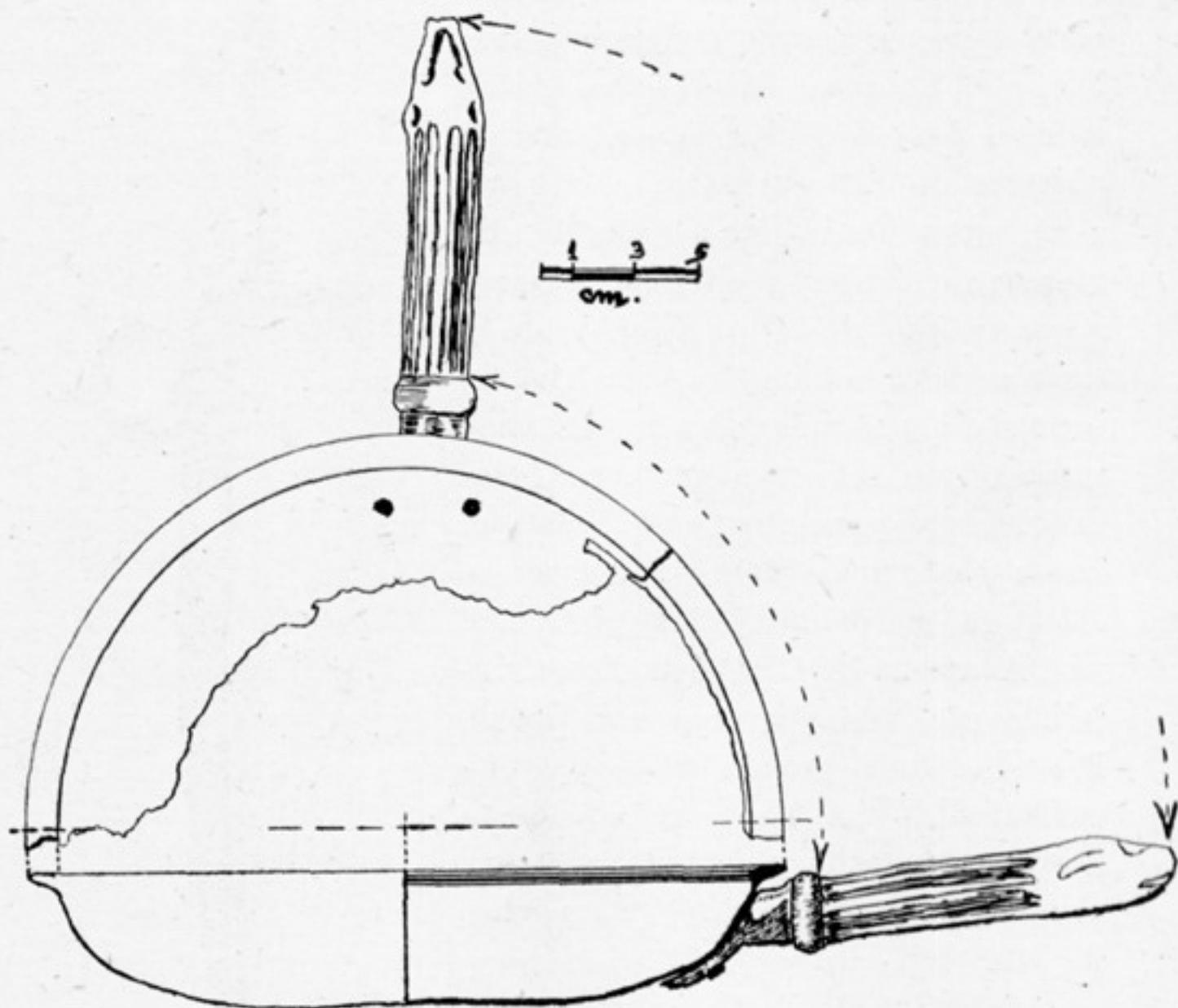


Fig. 8

Planta e corte dos restos da *patena-crismalis* do Castro da Trepa

torneada ou repuxada, tão delgada é a espessura das paredes laterais que não chegam a atingir um milímetro.

Não sabemos as condições do seu achado e foi-nos, até ao presente, impossível visitar o local, procurando recolher elementos para fixar uma cronologia aproximada a esta peça.

Burgos, *La necropolis de Hornillos del Camiño*, «Memorias de los Museos Arqueologicos Provinciales», pág. 28, Madrid, 1945.

Todavia, como ao diante referirei ao tratar do resto de patena encontrado no Castro de Fiães, também com a patena de Hornillos del Camiño (Burgos) aparecem grandes pratos de *terra sigillata* decadente, ornamentada com círculos incisos, ramos de palmetas e rosetas estampilhados (1).

Para Gratiniano Nieto (2) a posição cronológica destas peças de toreutica visigoda, que nos aparecem como pertencas funerárias, pode situar-se numa época próxima do início da denominação visigoda no século v. Baseia esta afirmação no exame dos objectos cerâmicos e vítreos, recolhidos conjuntamente, que para ele afectam profundas sobrevivências romanas e também não deixa de estabelecer paralelos comparativos com objectos similares do espólio exumado por Taracena em Suellacabras (3) e que parece pertencer identicamente ao século v. Porém, não devemos situar cronologicamente estes objectos no século v, baseados só no carácter algo decadente e tardio da *sigillata*, da que, segundo Monteverde, parece aparentada com a *sigillata* negra alemana, pois devemos recordar o carácter arcaizante desta época, em que as oficinas populares produziram imenso e em vez de aperfeiçoarem o fabrico antes o degradaram.

3) — CIDADADE DE BAGUNTE (Vila do Conde)

Bibliografia:

- Ricardo Severo & Artur Cardoso, *Monte da Cividade*, «Revista de Guimarães», vol. III, págs. 137-141, Guimarães, 1885.
Ricardo Severo, *Paleoethnologia Portuguesa*, Porto, 1888.

(1) Monteverde, *op. cit.*, n.ºs 677-8, pág. 339.

(2) Gratiniano Nieto Gallo, *Los fondos visigodos del Museo Arqueologico de Valladolid*, in «Memorias de los Museos Arqueologicos Provinciales», pág. 223, Madrid, 1942.

(3) Blas Taracena Aguirre, *Excavaciones en diversos lugares de la provincia de Soria*, «Memorias da Junta de Superior de Excavaciones», n.º 75, Madrid, 1926.

Fernando Russell Cortez, *Restos arqueológicos de Vila do Conde, I*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XII, Porto, 1950.

Entre o espólio inédito das escavações de Severo e Cardoso realizadas na Cidade de Bagunte e que hoje se encontra exposto no Museu de arqueologia do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto encontrei um cilindro de bronze torneado, rematado numa das extremidades por uma cabeça de animal, enquanto a outra mostra um sulco profundo entre dois bizeis. Nas paredes deste sulco



Fig. 9

Pegadeira de patena, de bronze, da Cidade de Bagunte. 1/1.

são visíveis os orifícios por onde passavam os cravos fixativos, um dos quais cravos ainda lá se encontra.

Ora como nas campanhas de escavações que sob a

minha Direcção lá foram realizadas se reconheceu que aquele povoado deve ter sido habitado posteriormente ao século IV, não me custa a admitir que o tal e acima referido cilindro de bronze torneado e com uma decoração e geométrica estilizada em pontilhado, seja uma pegadeira de uma *patena crismalis*. Decoração semelhante encontramos-na na orla e no cabo da patena que foi descoberta em 1942 no Castro de Yecla, Santo Domingo de Silos (Burgos).

4) — CASTRO DE FONTES (Santa Marta de Penaguião — Douro)

Bibliografia:

- Catálogo da Secção lapidar do Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto, 1941.
Fernando Russell Cortez, *Actividade Arqueológica de Portugal em 1948*, «Archivo Español de Arqueología», n.º 77, Madrid, 1949.

Fernando Russell Cortez, *A ara greco-romana do Castro de Fontes*, «Anais do Instituto do Vinho do Porto», Porto, 1948.

Eugénio Jalhay, *Ara romana inédita de Fontes (Santa Maria de Penaguião)*, «Brotéria», XLIX, fasc. 5, Lisboa, 1949.

Sempre que, por qualquer circunstância, os trabalhos agrícolas, realizados no Crestelo ou na vinha do Castelo, nos terrenos outrora ocupados pelo Castro de Fontes, atingem maior profundidade, costumam aparecer objectos ou testemunhos coevos de antiga ocupação humana local.

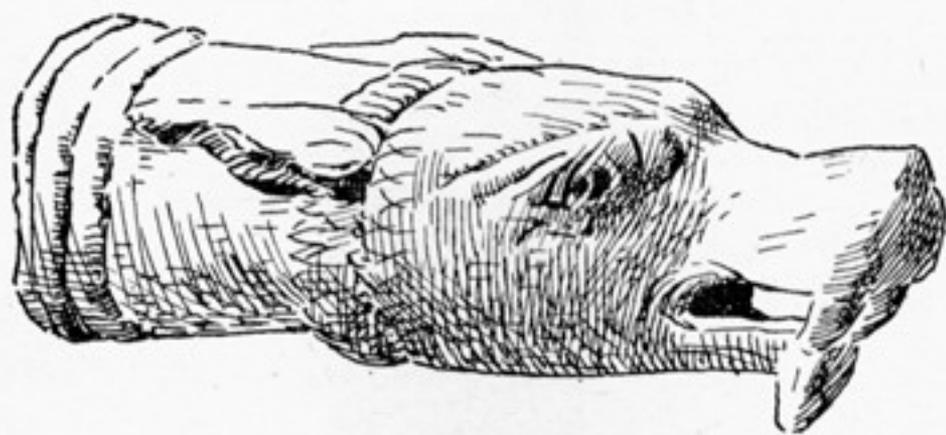


Fig. 10

Pegadeira de patena, de bronze,
do Castro de Fontes. 1/1

Alguns destes achados encontram-se guardados em vários Museus.

No Museu de arqueologia do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto existem diversos objectos provenientes deste Castro e um deles tem destacado interesse para o presente estudo, uma vez que o reputo como um terminal duma pegadeira de *patena crismalis*.

Trata-se de uma peça de bronze, de aspecto cilíndrico, perfeitamente fundida, pois que a técnica usada permitiu reproduzir os menores detalhes anteriormente modelados, peça depois enriquecida por trabalho de cinzelação. Este terminal duma pegadeira é rematado por uma cabeça de animal, semelhando um cão, símbolo de fidelidade, podendo

estabelecer-se um flagrante paralelo entre este objecto e os cabos terminais das *patenas crismalis* que encontrados foram no *Castro da Tropa* e em *Hornillos del Camiño*, etc.

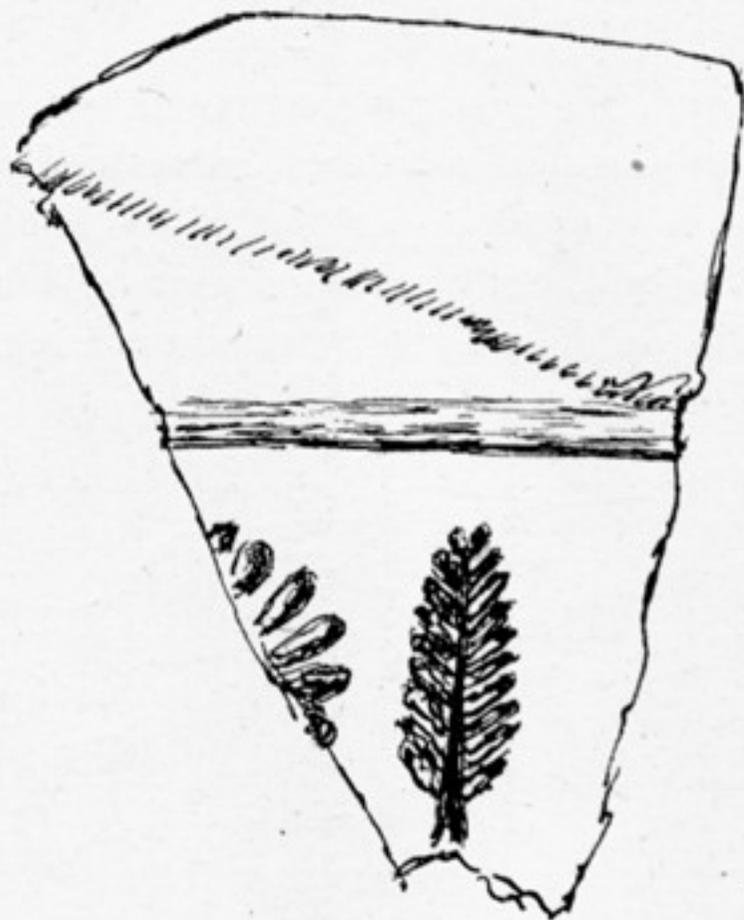


Fig. 11

Sigillata, estampada do Castro de Fontes — 1/1.

5) — CASTRO DE FIÃES (Vila da Feira)

Bibliografia:

- A. A. Mendes Corrêa, *Estação luso-romana de Fiães, Nótulas arqueológicas*, «Rev. de Estudos Históricas», ano 2.º, n.º 2, Porto, 1925.
- Rui de Serpa Pinto, *Centipondium de Belmonte*, «Revista de Guimarães», n.º 3/4, vol. XXXIX, 1929.
- *A Cerâmica arretina*, «A Palavra», Porto, 13-11-1928.
- Carlos Teixeira, *Nótulas arqueológicas sobre a estação Luso-romana de Fiães da Feira*, «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», vol. VIII, fasc. III/IV, págs. 389 e segs., Porto, 1938.

Fernando Russell Cortez, *Mosaicos Romanos no Douro*, in «Anais do Instituto do Vinho do Porto», vol. VII, pág. 156, Porto, 1946.
Pedro de Palol Sallèles, *Ponderales y exagias romanobizantinos en España*, «Ampurias», XI, pág. 136, Barcelona, 1949.

Resumamos as impressões da visita que o Professor Mendes Corrêa fez ao local das escavações do Castro de Fiães, em 24-11-1924, situado no Monte de Santa Maria, junto à povoação de Vilar de Fiães, concelho da Vila da Feira.

«Algumas semanas antes o P.^o Abel de Pinho, de Vilar, tendo mandado proceder a trabalhos agrícolas no monte, junto da Ermida de Santa Maria, foi informado pelos trabalhadores de que se descobriam paredes que estavam enteradas, e de que apareciam cacos, moedas, etc. Com louvável curiosidade, aquele sacerdote determinou que se tratasse metódicamente de pôr a nu os restos arqueológicos que se fossem encontrando, e novos achados surgiram, cuidando o referido eclesiástico de os recolher em sua casa, ao abrigo de irreverências ignaras.»

«Foram postos a descoberto as paredes de dois recintos quase quadrados, contíguos apenas numa pequena parte duma das faces, onde se abria apenas uma porta de comunicação.»

«Em alguns pontos, a parede era feita de fiadas sucessivas de pedras dispostas obliquamente, um aspecto arquitectónico análogo às fiadas helicoidais das construções castrejas.»

«A área de cada um dos recintos não podia exceder muito 15 a 20 metros quadrados.»

O espólio que é muito valioso para o estudo dos tempos paleo-cristãos do norte de Portugal recolheu posteriormente ao Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, devendo, dentro de breve tempo, ser convenientemente estudado e publicado no seu conjunto.

No momento da visita do Prof. Mendes Corrêa ao recinto, um rapaz apanhou do solo uma moeda solta de Constantino e então aquele Professor foi informado do aparecimento de alguns centenares de moedas, entre as quais

muitas dos imperadores do século iv. Muitas destas moedas estavam num saco de esteira (esparto?). Na mesma



Fig. 12

Pegadeira de Patena de bronze do Castro de Fiães. 1/1

altura foi também asseverado que uma moeda de ouro, encontrada em tempos no local, era de Adriano (séc. II, 117-138); mas, como já vimos, o maior número das que foram encontradas pertenciam ao século iv.

Para o presente estudo interessa, hoje referir o cabo ou pegadeira de uma *patena crismalis*, ainda inédito, e que portanto nos comprova a existência de práticas de liturgia cristã neste povoado.

Este cabo é de bronze fundido, oco, de aspecto cilíndrico, terminando por uma cabeça de animal, talvez um cão, idênticamente ao que sucede em alguns dos exemplares espanhóis. Tem 14 centímetros de comprimento. Apresenta a espera de reforço

para a fixação ao prato ou patena podendo ainda ver-se num dos orifícios um dos rebites empregues na cravação.

Conjuntamente com a pegadeira que acima referimos apareceu um ponderal romano-bizantino, uma libra de forma esferoidal, de bronze e que já foi ligeiramente descrito; recolheram-se também muitos fragmentos de cerâmica vermelha, envernizada, aparentada com a *terra sigillata* tardia, da época paleo-cristã. Esta cerâmica mostra-nos os conhecidos ornatos incisos; estampados de aspecto peninervado, ou ramiforme; círculos concêntricos rodeados por um circuito de pequenas incisões oblíquas; ornatos pontuados em séries regulares marginando filetes contínuos, ou uma linha fechada e sinuosa, de aspecto estrelado regular, formando seis lobos, tendo uma circunferência inscrita, etc., e que as figs. 15 documentam.

Da comparação, que a seguir se faz, entre o ponderal e a cerâmica, com os exemplares semelhantes que encontrados foram noutros lugares pertencentes ao Império Romano, procuraremos estabelecer uma cronologia aproximada para estes instrumentos litúrgicos, empregues posteriormente ao séc. iv.

A maior parte destes objectos têm sido publicados sem se referir as condições arqueológicas do achado, o que ajudaria a fixar uma cronologia muito mais exacta. Que tal lacuna deixe de verificar-se, é uma necessidade, pois estes objectos da liturgia dos tempos hispano-visigodos nem sempre foram encontrados sózinhos. Na maioria dos casos aparecem num ambiente arqueológico, cujo registo será do maior interesse, se, na sua publicação, for seguido um firme critério científico. Não pode continuar a ser aceite a justificação de que na maioria, são objectos achados isolada e ocasionalmente, nos finais do século xix, ou princípios do actual, época em que o método arqueológico empregue para o estudo dos tempos paleolíticos, por exemplo, não era então aplicado, conforme hoje fazemos, às artes medievais ou à numismática.

De há bastante tempo que é conhecido o essencial sobre os ponderais bizantinos (1). Conhecemos mais os ponderais-

(1) Babelon, *Exagium*, cfr. Daremberg & Saglio, «Dictionnaire des antiquités grecques et romaines», vol. III, pág. 873-878; Leclerc,

-padrões e toda a legislação aos mesmos referentes e que promulgada foi nos tempos do Baixo-Império. Não é, porém, agora momento oportuno para falar propriamente dos ponderais romanos e bizantinos que apareceram no Castro de Fiães, pois o que nesta comunicação pretendemos é, aproximadamente, fixar a posição cronológica do cabo de *patena crismalis* que apareceu nesta povoação romano cristã. Tolerem pois que eu relembre ter o sistema ponderal romano a libra como unidade, e também que as peças padrão se guardavam primitivamente nos templos de Roma (1) e até ao governo de Constantino (306-337) os pesos padrões estavam depositados no Capitólio.

Nos princípios do século IV verificava-se uma grande irregularidade no peso da moeda de ouro, em circulação, o que ocasionava uma sensível desordem e conseqüentemente impunha-se uma reforma monetária. Foi então criado por Constantino uma nova unidade monetária: o *solidus aureus* que no sistema da libra correspondia a 1/72 desta unidade. Simultaneamente à desvalorização do *aureus* imperial, retiravam-se os *exagia* à tutela dos templos pagãos, entregando-os à guarda do *praefectus-praetorii* (2), ficando pois desde Constantino estabelecido o *exagium* para peso-padrão, sem que, por circunstâncias que agora seria ocioso aqui referir, se evitassem os prejuízos para o Estado, na cobrança dos impostos.

A irregularidade no peso do *solidus* de Constantino continua durante o governo de Valentiniano II (375-392),

Poids, cfr. Cabrol & Leclerc, «Dictionnaire d'Archeologie chrétienne et de liturgie», vol. XIV, pág. 1226, Paris, 1939.

(1) Garruchi, *Annali di Numismatica*, di «Fiorrelli», I, pág. 202, 1846, cfr. Babelon, Daremberg, *Dic. cit.*, III, 874, nota 13; Pedro de Palol, *Ponderales y exagia romanobizantinos en España*, «Ampurias», XI, pág. 129, Barcelona, 1949; Cagnat-Chapot, «Manuel d'Archeologie romaine», vol. II, pág. 256, Paris, 1920.

(2) Mommsen, *Histoire de la monnaie romaine*, seg. trad. Blacas. Hultsch, *Metrolog scripturarum reliquae*. Sabatier, *La monnaie bizantine*, 2.^a ed., vol. I, pág. 51.

que para evitar os consabidos prejuízos cria um padrão monetário exclusivo dos soldos, para melhor se comprovar o peso de cada um. Foi o chamado *exagium solidi auri* do qual se conhecem muito poucos exemplares e eram destinados aos lugares onde se procedia à cunhagem da moeda, enquanto que os restantes andavam nas mãos dos recolectores de impostos ou de tributos ou dos negociantes cambistas.

Dado que pelos decretos de Valentiniano, Teodósio e Arcádio⁽¹⁾ e Justiniano⁽²⁾, se ordena que o peso-padrão se conserve na igreja mais importante de Constantinopola, e que também sejam enviadas cópias do padrão ao Senado e à igreja de Roma: «*Acceptas ab imperatore mensuras vel papa, vel senatus servabant*» nós podemos aventar a sugestão da existência no povoado de Fiães de uma basílica onde se guardava o ponderal encontrado. Preferimos esta hipótese, contrariamente à existência ali dum *praefectus-praetorii*, por terem aparecido ali provas do culto cristão posteriormente ao século iv. Entre este e o século vi o ponderal encontrado é de tipo esférico e de origem clássica, de uso que perdura até Justiniano (527-565).

Pode parecer despropositado a extensão que dediquei referentes à libra esferoidal aparecida no Castro de Fiães, mas quis aproveitar um óptimo elemento cronológico, do qual sabemos a data em que o podemos situar, embora desconheçamos até agora, com a mesma precisão, os seus tipos arqueológicos, a sua genealogia, o momento em que se usavam as suas diferentes terminologias ou sistemas. Juntamos também as nossas lamentações às de Palol, pela falta que faz um bom estudo do conjunto dos ponderais bizantinos, de forma a completarem se os catálogos de que dispomos actualmente.

Por outro lado, podemos estabelecer um paralelo entre a libra de forma esferoidal de Fiães com a sigla AA e os

(1) *Código Justiniano*, LXXIII,2 — *Novela CXXVIII*,15.

(2) *Código Justiniano*, *Novela CXXVIII*,15.

exemplares de Málaga e outro da Biblioteca Nacional de Paris (1) que tem a inscrição *Gennadius* (ΓΕΝΝΑΔΙΟΥ) e ainda o do Museu do Louvre, e a libra esferoidal conhecida como a libra de Justiniano, ou de Phocas (2) por conter a inscrição: *Domino nostro Justiniano perpetuo Augusto, exagium factum sub viro illustri Phoca, praefecto praetorio, exconsule ac patricios enatore* e que consequentemente nos comprova o uso dos ponderais esferoidais até ao tempo de Justiniano (527-565).

Interessa referir igualmente que ao fundo de prato plano, de cerâmica estampada, da necrópole romano-tarda da Chaminé (Elvas) (3) temos de juntar uma *ligula* — que parece semelhante às de origem bizantina (4) — e é como sabemos uma colher de metal (prata ou bronze) com o cabo quebrado — e que nos aparece também na necrópole contemporânea da Terrugem e identicamente na Alcazaba de Malaga (5). Um objecto semelhante foi encontrado no Castro de Rosas (6), castro visigodo escavado por Pedro Palol, Director do Museu de Gerona, e onde surgiram abundantes instrumentos de ferro, fivelas de cinturão visigodas, objectos ornamentais de tipo bizantino, cerâmica

(1) Fernandez Chicarro, *cit.*, págs. 32 e 35. Palol, *id. id.*, pág. 149.

(2) Babelon, *Exagium*, *cit.* Dic. Daremberg, pág. 876, n.º 39.

(3) Abel Viana, *Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas*, fig. 17, d, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», fascs. 3-4, vol. XII, Porto, 1950.

(4) *Op. cit.*, fig. 19.

(5) Rodriguez de Berlanga, *Malaca, últimos descubrimientos de la Alcazaba*, «Revista de la Asociación Artístico-arqueologica Barcelonesa», Julio-Septiembre, 1907, 53, vol. v, pág. 403. Conception Fernandez Chicarro, *La colección de pesos en bronce (Exagia), de época bizantina*, del Museo Arqueologico Provincial de Sevilla, «Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos», tomo LIII, págs. 361-374, Madrid, 1947. Pedro de Palol, *Ponderales y exagia romano-bizantinos en España*, Ampurias XI, pág. 148, Barcelona, 1949.

(6) Palol, *op. cit.*, pág. 148.

parecida com a da necrópole de Simancas — se bem que mais evoluida —, e cujo principal elemento cronológico é um triente de Achila, pelo que podemos dizer que foi este povoado habitado desde o último quartel do século VII ao primeiro do seguinte. O não aparecimento, neste espólio de Rosas, de *terra sigillata* estampada, parece indicar-nos que, nesta época, já se não usava esta espécie de cerâmica romano-cristã.

Não será demais relembrarmos que desde os tempos do Baixo-império até à invasão mussulmana, a arqueologia em geral, e as artes menores em particular, estão muito pouco diferenciadas e conhecidas cronologicamente. Debateremo-nos no meio de uma dupla corrente cultural: a arte germânico-europeia e a arte mediterrânica, com perdurações romano-tardas e que podemos subdividir em artes paleocristã e bizantina.

A separação destes dois mundos artísticos é mais fácil se nos dedicarmos ao estudo das artes menores, das chamadas artes industriais. Dentro destas, encontramos maior soma de caracteres diferenciativos se, dentro da torêutica, estudarmos os bronzes, únicos elementos que pelo seu tipismo, claramente reconhecido, têm merecido um estudo cheio de rigor e critério científico.

Sobre as cerâmicas finas romanas conhecemos, duma forma quase perfeita, tudo o que se refere à sua evolução e cronologia.

Ao estudarmos a cerâmica fina do mundo romano, na sua decadência, devemos separar os estilos romanos orientais ou prebizantinos, dos outros grupos estampados que por um momento são peculiares das regiões do mediterrâneo ocidental.

Juntamente com as patenas, que atrás estudámos, surge-nos uma espécie de cerâmica fina, resultante duma evolução decadente das *terrae sigillatae*, com uma decoração geometrizante e estampilhada. São as cerâmicas estampadas dos tempos páleo-cristãos. Por verificarmos esta associação,

procuraremos algo referir sobre esta espécie cerâmica, buscando assim coligir maior cópia de dados cronológicos e ao mesmo tempo estudarmos as peças litúrgicas, que consideramos atrás, no seu próprio horizonte arqueológico.

Na decoração destas peças cerâmicas temos a considerar dois elementos: — O primeiro e mais importante é o estampado, que anda quase sempre associado ao segundo — de papel secundário — constituído por um hábil trabalho de torno, com o qual o oleiro vinca simples linhas circulares ou horizontais, outras vezes são bem modeladas mulduras separativas das zonas estampilhadas.

Para o estampado utilizam-se modelos de origem geométrica, zoomórfica ou floral. Esta técnica é muito mais usada e geral que a do molde, e dá o nome a este grupo cerâmico. Em alguns casos, porém, conhecemos até ao presente escassos exemplos, ainda se utiliza o molde para obter as decorações em relevo. Vemos que em Fiães (fig. 15), em Sacoias (fig. 14) etc. também nos aparece associada com a cerâmica envernizada estampada aquela outra cerâmica em que é característica a decoração constituída por grandes arcos, com uns motivos em aspas dispostas regularmente no interior de dois arcos concêntricos. Esta cerâmica tardia foi pela primeira vez referida pelo Marquês de Cerralbo (1) ao estudar a necrópole de Galiana (Somaén) mas não sabia como considerá-la, se púnica se visigoda. Tempos depois, descreve Gomez Moreno (2) idênticos fragmentos, hoje no Museu de Leon e procedentes de *Lancia*. Igualmente este ilustríssimo Mestre dos arqueólogos hispânicos recolheu cerâmica igual no Castelo de Valência de Don Juan e inclina-se a que fosse «*probablemente manufactura goda*».

Associação idêntica aparece-nos, e abundantemente, na

(1) Aut. cit., *Aguilera y Gamboa. El Alto Jalón, Descubrimientos Arqueológicos*, págs. 158-161, Madrid, 1909.

(2) Gomez Moreno, *Catálogo Monumental de España — Leon*, pág. 51, fig. 11.

necrópole páleo-cristã de Tarragona (1) e na própria cidade.

É a cerâmica agrupada no tipo **D** da classificação da *terra sigillata* peninsular, de Comfort (2).



Fig. 13

Sigillata tardia — Séc. v — do Castro
de Sacoias — 1/1

Teria grande interesse um estudo de conjunto desta cerâmica que encontramos frequentemente nas jazidas arqueológicas paleo-cristãs do Norte de Espanha e de Por-

(1) Juan Serra Vilaró, *Excavaciones en Tarragona* — Mem. 116 da Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades — Lam. XLIII, Madrid, 1932.

(2) H. Comfort R. E., *Supplementband VII*, col. 1339, Stuttgart, 1940.

tugal (1) e que parece ter sido a última cerâmica romana de fabricação cuidada que teve uma larga difusão na província da Hispânia (2).

Nas decorações destas cerâmicas estampadas predomi-

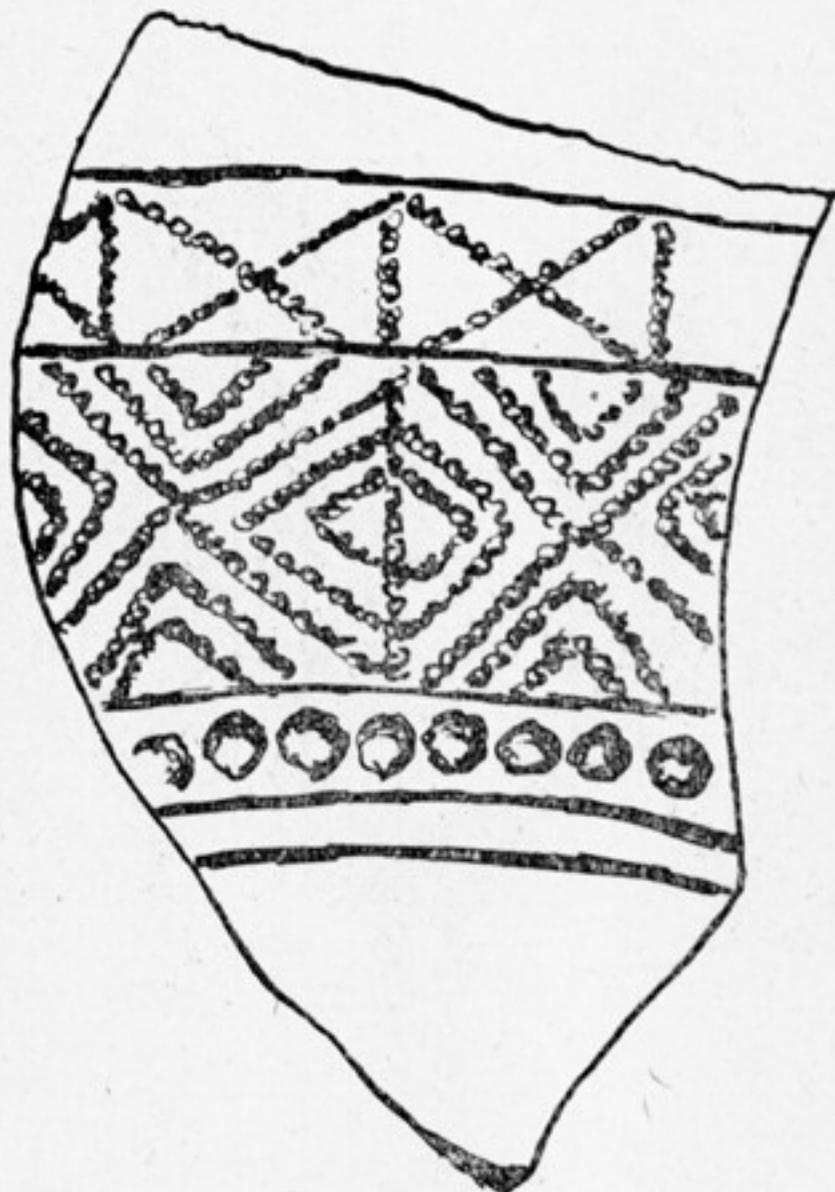


Fig. 14

Sigillata tardia do Castro de Sacoias — 1/1

nam os elementos geométricos, ainda que por vezes nos encontremos perante decorações zoomórficas ou vegetais;

(1) Ver Blas Tarracena e Luís Vazquez de Parga, *Excavaciones en Navarra, La «villa» romana del Ramallete (termino de Tudela)* — «Príncipe de Viana», xxxiv, pág. 39, Pamplona, 1949.

(2) Tarracena, etc., *op. cit.* pág. 38.

sempre muito esquemáticas e geometrizantes. Podemos então constituir dois grandes grupos (1):

1.º) A decoração é constituída por elementos páleo-cristãos, com o crismón ao centro, ou a cruz grande de braços triangulares e pombos, pavões reais, ou peixes aos lados. As cerâmicas deste tipo correspondem sempre a pratos grandes, de bordo e perfil circular, sem rebordo exterior. Conhecem-se exemplares no (2) Egipto, África Menor, Maiorca, Narbona, Barcelona, Ampúrias e Quinta do Marim (Algarve) (3).

2.º) Palol, ao estudar este género de cerâmica páleo-cristã, diz ser este grupo de extensão geográfica muito-mais reduzida, encontrando-se especimens no norte da Itália e em todo o arco do Mediterrâneo formado pela Provença e pelas costas do Levante Espanhol. Permito-me corrigir para costas Peninsulares, uma vez que em Portugal esta espécie de cerâmica romano-cristã é mais vulgar do que até hoje era suposto. Encontramo-la desde o alto Trás-os-Montes, Sacoias — à Beira, Castro de Fiães (Vila da Feira) e em Conimbriga (Condeixa-a-Velha), sem faltar no Alentejo — Necrópole da Herdade da Chaminé (Elvas), deixando de referir os exemplares minhotos que reservo para ulterior trabalho de conjunto.

Neste grupo os principais elementos decorativos são as grandes palmetas triangulares, os círculos estampados ou flores estilizadas, os arcos combinados com reticulados de malhas quadradas ou rectangulares. Da combinação de todos estes elementos resulta uma infinidade de arranjos decorativos. O mais típico de todos é o que nos apresenta

(1) Pedro de Palol Sallelas, *La ceramica estampada Romano-cristiana*, «Crónica del IV Congreso arqueológico del Sudeste Español», Elche, 1848, pág. 456, Cartagena, 1949.

(2) Pedro Palol Sallelas, *op. cit.*, pág. 457.

(3) Descoberto por Estácio da Veiga no Algarve, hoje encontra-se exposto no Museu Etnológico Português, Belém, Lisboa. Cfr. J. L. da Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, vol. III, pág. 584, fig. 301, Lisboa, 1913.

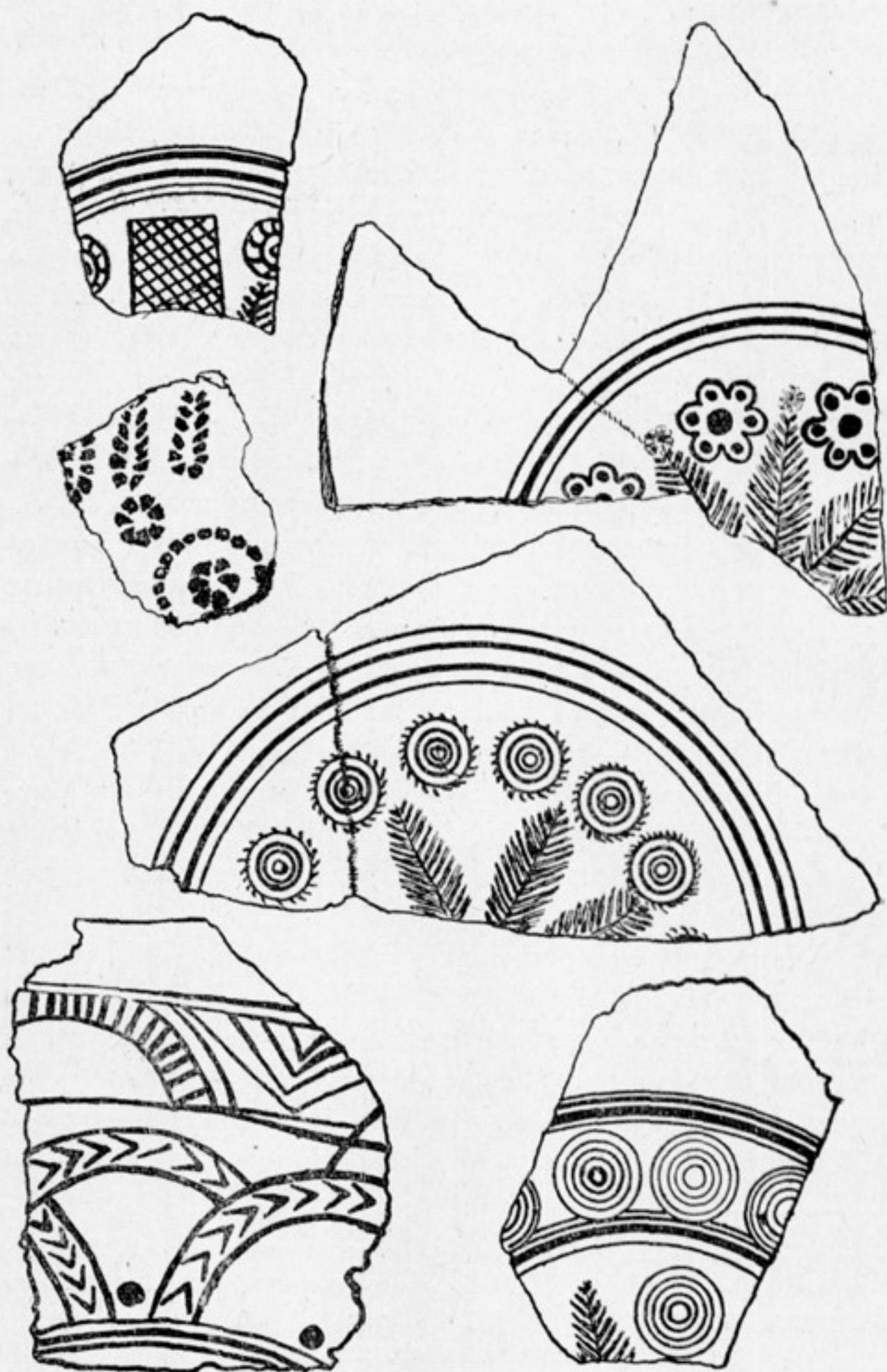


Fig. 15

Terra Sigillata, estampada e tardia do Castro de Fiães

como motivo central uma estrela de cinco ou de seis pontas, constituída por estampilhas ramiformes peninervados, palmetas de aspecto triangular que são sempre acompanhadas por motivos circulares formados de vários círculos concêntricos, rodeados ou não por um circuito de pequenas incisões oblíquas. O arranjo decorativo, acima descrito, é sempre estampado no interior dos pratos quase planos, aparentados com as formas 17 B e 21 de Dragendorf, e vem sempre acompanhado de motivos circulares, feitos ao torno.

Resumindo, como já dissemos, a decoração destes pratos é geométrica e distribui-se circularmente no interior do prato de bordas baixas ou do vaso, sempre a partir do centro de torneamento da peça. Formam-se variadíssimas estrelas radiadas, constituídas habitualmente por ramos peninervados, palmetas que também por vezes nos aparecem estampadas isoladamente, preenchendo os espaços vazios interradiais, espaços que noutros exemplares são ocupados por vários círculos concêntricos. Estes círculos, noutros casos, repetem-se no bordo do vaso. Temos assim resumido o esquema tipológico da cerâmica estampada páleo-cristã (1).

A cerâmica de decoração estampada, de motivos geométricos, bem pode ter derivado directamenté da *terra sigillata* clara, na sua fase mais avançada e devemos pensar, serem talvez, as primeiras manifestações daquela cerâmica as que foram feitas de pasta vermelha sem vernis, aparecendo mais tardiamente os vasos de tons acinzentados e alaranjados.

Parecem pouco prováveis as relações com as cerâmicas Danubianas aduzidas por Dechelette (2) filiação muito menos verosímil que a de entroncar a origem desta cerâmica estampada na *terra sigillata* clara. Sendo em muitos casos produtos de oficinas Peninsulares.

Quanto à cronologia é, por agora, muito ousado estabelecer os limites, inicial e final do seu fabrico e uso.

(1) Palol, *op. cit.*, pág. 457.

(2) Joseph Dechelette, *Les vases céramiques ornés de la Gaule Romaine*, vol. II, págs. 327 e segs., Paris, 1904.

Estudou-se ultimamente a questão procurando congregiar os informes cronológicos logrados nas várias necrópoles onde esta louça appareceu (1). Por este trabalho parece concluir-se que todos os dados cronológicos coincidem na segunda metade do século v, sendo diminutos os informes relativos ao século vi. Afirma-se então que estes tipos cerâmicos iniciados durante todo o século iv, têm o seu apogeu durante o século v e chegam ao immediato. Porém a sua pervivência na centúria de seiscentos é completamente problemática (2).

Verifica-se assim que a denominação «visigoda» attribuída a este género de cerâmica é completamente falsa, uma vez que o seu mundo de dispersão é muito mais amplo que a área deste reino no século v. Da mesma maneira é muito arriscado pronunciarmo-nos pela sua «filiação bizantina». Trata-se como vimos de um produto tardio e páleo-cristão, de origem indubitavelmente romana.

Hoje vemos claramente que a arte dos séculos v a vii — longe de serem primitivos eram requintados — apresenta-se duma forma bastante complexa, surge com grande diversidade de formas (3). Junto à tradição indígena e romano-ocidental renascem formas, empregam-se motivos pertinentes a uma tradição indígena e local mais antiga, que se misturam harmoniosamente com outros elementos pertencentes ao património artístico dos germanos e dos bizantinos.

Se conhecemos com algo de suficiêcia os caracteres da arte visigoda, o conceito do bizantino, contrariamente, permanece numa penumbra, toma um carácter um tanto ou quanto vago; característica que mais se acentua se, como no caso presente, tratamos de inventariar objectos pertencentes às chamadas artes menores.

(1) Palol, *op. cit.*, págs. 466 e segs.

(2) Palol, *op. cit.*, pág. 468.

(3) Helmut Schlunk, *Relaciones entre la Peninsula Ibérica y Bizancio*. «Arquivo Español de Arqueologia», n.º LX, págs 177. e segs. Madrid, 1945.

Embora desde o século iv possamos distinguir inequivocamente os objectos visigodos, aqueles que foram provavelmente trazidos por populações mais vincadamente influenciadas por Bizâncio são ainda mal conhecidos para que com segurança, os possamos destringir suficientemente.

Este tão difícil tema foi ultimamente estudado por Zeiss (1), que justifica os períodos estabelecidos pelas profundas modificações políticas que nesta época se realizaram, tais como: Conversão ao catolicismo; Supressão da lei que proibia os matrimónios entre elementos da população Germana e da Hispano-romana; adaptação do cerimonial bizantino por Leovogildo; etc., etc.

Demais as populações citadinas deixam de seguir a usança pagã de colocar objectos nos túmulos. A partir pois do século iv só as populações aldeãs, com menos probabilidades de comunicações, é que, apesar de cristãs, continuam com o costume pagão de colocar oferendas junto dos mortos. Esta velha prática manteve-se inclusivé no século vii, porém as pertenças diferenciam-se notavelmente das que encontradas foram nas sepulturas tipicamente godas, em especial por serem então ainda frequentes os achados de vasos e pratos da *pseudo-sigillata*, etc. destinados a receber oferendas alimentícias (2).

Se a denominação «Bizantina» é como a considera Zeiss (*Westgotische Grabfunde*) um mero recurso, sob o qual se considera a arte cristã do Leste, no seu aspecto geral, não me parece aconselhada a denominação proposta (3) chamando «*época bizantina*» à última fase da arte visigoda peninsular.

(1) Hans Zeiss, *Die Grabfunde aus dem Spaischen Westgotenreich*, «Römisch-Germanisch Kommission des Archeologischen Instituten des Deutschen Reiches», vol. II, Berlin & Leipzig, 1934.

(2) H. Schlunk, *op. cit.*

(3) Julio Martinez Santa-Ollala, *Notas para um ensaio de sistematización de la arqueologia visigoda de España*, «Archivo Español de Arte y Arqueologia», n.º 29, Madrid, 1934.

Em conclusão e ao revisarmos os materiais guardados nos Museus Portugueses, nas colecções públicas ou particulares, verificamos que não escasseiam os objectos pertinentes à época visigótica. Com a chegada dos povos germânicos à Península verifica-se uma evolução nas artes menores. Evolução que se não manifesta da mesma maneira na arquitectura ou na escultura regional.

A arte Peninsular do séc. v apresenta aspectos, os mais variados, revelando caracteres diferenciativos dos diferentes focos que se mantiveram ou foram criados de novo. Precisamente, neste momento, as comunidades cristãs são a vanguarda da cultura, as defensoras do património tradicional e nestes núcleos facilmente vemos reflectidas as novas influências que chegam tanto do Ocidente como do Oriente.

O fim principal deste estudo é indicar objectos de bronze usados nos tempos visigóticos e que foram encontrados em Portugal.

Primeiramente refiro uma asa de Jarro votivo, achada no Castro de Sabroso (Guimarães) idêntica às dos outros exemplares que foram encontrados na Espanha e que têm paralelos com objectos similares do Württemberg, da Itália e do Egipto.

O maior lote dos outros objectos litúrgicos que inventario em seguida é constituído por restos de recipientes, constituídos por escudelas cujo diâmetro não excede 25 centímetros.

Como estes objectos têm sido publicados sem se referir as condições arqueológicas do achado, o que ajudaria a fixar uma cronologia muito mais exacta eu referi ligeiramente os materiais encontrados, crente que assim contribuiria para um mais exacto conhecimento da época em que tais instrumentos eram usados.

É muito de aceitar a afirmação de que alguns dos instrumentos litúrgicos do tipo dos atrás considerados, teriam sido importados. Os estudados acima, devem ser réplicas locais e fundidos em oficinas peninsulares. Para a fixação

da sua cronologia, servindo-nos de elementos hispânicos, temos um precioso dado fornecido pelo achado casual de um jarro votivo em La Grassa, Tarragona, seguramente importado e repleto com vários centenaes de moedas de ouro, o que indica seguramente o enterramento deste tesouro nos primeiros anos do reinado de Recesvinto (649-72) no século VII portanto. É a data mais recente que nos permite a ilação do seu uso até esta data.

O exame paleográfico da inscrição da patena de Safail fornece-nos, porém, uma data mais remota, pois a grafia dos caracteres parece ser anterior aos tempos de Leovigildo (578-586).

O aparecimento da faca-punhal junto à patena do Castro da Tropa permite o estabelecimento de um paralelo com os elementos cronológicos fornecidos pelas necrópoles de Simancas, Suellacabras e Hornillos del Camiño. Porém não devemos situar estes objectos no séc. V, baseados só no carácter algo decadente e tardio da *sigillata*, pois devemos recordar o carácter conservador e arcaizante desta época, em que as oficinas populares e locais produziram imenso, e em vez de aperfeiçoarem o fabrico, antes o degradaram.

Outro elemento que merece consideração é fornecido pelo espólio paleo-cristão do Castro de Fiães, em que nos aparece um cabo de patena envolta com muita *sigillata estampada* e uma libra romano-bizantina de tipo esferoidal — *exagium* — com as siglas de prata, cujo uso sabemos perdurar até ao governo de Justiniano (527-565). Como parece que a *sigillata estampada* tem o seu apogeu durante todo o século V e o seu uso continua no imediato, sendo problemática a sua pervivência na centuria seguinte, eu suponho que estes objectos litúrgicos visigóticos, surtos num meio arqueológico de carácter páleo-cristão, devem ter sido usados durante o século VI, embora possamos admitir que em certos casos e dado o carácter conservador da igreja cristã, sobretudo a das aldeias, ainda pudesse estar em uso restrito no século VII.

Este estudo foi apresentado e lido na sua versão alemã — *Gegenstaende westgotischer Liturgie, die in Portugal gefunden worden sind* — ao Congresso Internacional de História de Arte do 1.º Milénio realizado em Mogúncia de 30 de Maio a 4 de Junho, no qual participei oficialmente como representante de Portugal e bolseiro do Instituto para a Alta Cultura.

Porto e Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Maio de 1950.

F. RUSSELL CORTEZ

RELACIÓN DE LA VIDA Y COSTUMBRES DEL P. SUÁREZ POR EL P. MANUEL DE VEIGA

La veneración que sintieron por Suárez sus contemporáneos se desbordó en cartas, relaciones y noticias necrológicas de diversa índole, cuando el 25 de Setiembre de 1617 murió en la Casa Profesa de Lisboa. De aquella rica documentación se han conservado restos importantes en los archivos y bibliotecas. De los escritos portugueses se conocen la carta necrológica escrita por el P. Nuño Mascarenhas, Prepósito de la Casa Profesa de Lisboa, en una copia que se halla en Valencia; el testimonio jurado del H. Silva sobre los éxtasis y raptos en que sorprendió a Suárez, y la carta en que el P. Abreu, su último rector en Coimbra, informaba al P. General Mucio Vitelleschi sobre la muerte del teólogo, dando fe de que en los 53 años de vida religiosa guardó Suárez la pureza más admirable que se conoce en las vidas de los santos.

Mientras se difundían espontáneamente estas noticias por las casas de la Compañía, en Portugal y fuera de ella, se pensó en escribir vidas más extensas y de carácter oficial que perpetuaran en la Compañía y en la Iglesia la memoria y devoción de Suárez. Así ocurrió en el siglo xvii, sobre todo en España y Portugal. De las biografías españolas, que fueron las más numerosas, se desconoce la principal, que fué la del P. Antonio Arana.

La colección de los escritos portugueses sobre Suárez, después de largos años de búsquedas, se ha logrado completar con el hallazgo reciente del ms. 1022 Universidad Gregoriana, que contiene la *Relación de la vida y costumbres* (1)

(1) El título completo es: *Relação da vida e costumes, morte do P.º Francisco Soares Relligioso da Companhia de Jezu, Lente jubilado na Prima de theologia da insigne universidade de Coimbra.*

del P. Suárez escrita por el P. Manuel de Veiga. Este documento tiene para nosotros un valor que no pretendió el autor al redactarla, y que tampoco apreciaron sus contemporáneos. En la carta de presentación dirigida al Provincial, P. Pereira, se lamenta Veiga de no haber recibido aún informes de Castilla, donde se había criado Suárez en el período primero y más largo de su vida religiosa. Después de esperar en vano la necrología castellana, el autor se vió impulsado por la obediencia a componer una relación sin pretensiones de historia, como él lo hubiera deseado.

El Suárez de esta *Relación* no es, por lo tanto, un personaje *historificado*. Veiga redacta sencillamente una relación testimonial para la intimidad de las comunidades jesuíticas de Portugal, cuyos miembros casi todos conocían a Suárez, y deseaban un retrato vivo de sus virtudes. El autor se lo ofrece con el recuerdo emocionado del gran maestro y religioso ejemplar, cuya muerte estaba aún reciente y les entristecía como luto universal de la Compañía y de la Iglesia.

La *Relación* de Veiga tiene una serie de rasgos interesantes, de que carecen las demás relaciones biográficas de Suárez que conocemos. El Autor ha escrito sus papeles a prisa, «en horas robadas en pocos días a otras ocupaciones», lo que le obliga a referir sencillamente lo que él vió y todos pueden comprobar porque se dirige a los jesuítas portugueses, conocidos suyos y de Suárez, a quienes recuerda el afecto íntimo que el profesor castellano les había cobrado; afecto tan intenso, que no se quería marchar de Portugal «aunque le diesen de palos». Hay pasajes, en los que como representante del Colegio de Coimbra, parece reclamar los derechos preeminentes de aquella casa, respecto a los santos y gloriosos recuerdos de Suárez, por ser la comunidad a que había pertenecido el difunto, y a la que trataba de regresar el día mismo en que cayó postrado en cama por su última enfermedad.

Estos rasgos, al parecer insignificantes, poseen la virtud de trasladarnos insensiblemente al escenario real de la vida.

Veiga parece experimentar de nuevo en la redacción de su noticia necrológica las inquietudes que él y todos pasaron por la salud de Suárez, cuando enfermó gravemente en Valladolid a raíz del decreto condenatorio de su interpretación a las disposiciones de Clemente VIII sobre la confesión epistolar.

Con esta ocasión hace un diagnóstico interesante y hasta ahora desconocido de la salud de Suárez, al decir que con la noticia de la condenación de su libro *de Paenitentia* «le sobrevino una hemorragia nasal de tanta duración que nos llenó de temor»; cosa que Veiga atribuye al esfuerzo que hacía en llevar en silencio la aflicción interna. También es de interés el informe de que era un dolor de muelas persistente la enfermedad que le obligaba a estar en ayunas hasta la noche, por el daño que le hacía el explicar después de comer. Esto y la insalubridad romana fueron causa de que enflaqueciera en forma alarmante.

La espontaneidad narrativa de la *Relación* está interrumpida acá y allá unas veces con consideraciones edificantes que se desprenden de la vida admirable que refiere; otras veces con citas eruditas que sirven de recurso para la misma exposición. Esto último ocurre con dos pasajes de Séneca que aduce para ponderar el gran recogimiento de Suárez, rasgo muy saliente del difunto, que Veiga elogia sin reservas, pero que podría parecer a algunos algo excesivo, y por lo tanto perjudicial y censurable. Para orientar el criterio de sus lectores se vale de un par de alusiones al filósofo cordobés (1), que teniendo en cuenta ambos aspectos, laudable y peligroso, expone su criterio sobre el retiro en aquella frase memorable: «Secessi non tantum ab hominibus, sed etiam a rebus, et in primis a meis» (2). Así huía Séneca de los males y riesgos de la soledad excesiva y del ensimismamiento, ingeniosamente criticados por Crates en

(1) *Relação*, p. 63.

(2) Seneca, *Ep.*, 8,2.

la anécdota del diálogo con un joven inconsiderado, que se apartaba del mundo en forma perjudicial (1).

Veiga alude discretamente a estos pasajes clásicos para asegurar que Suárez no se hallaba expuesto a los peligros de la soledad, porque dejaba en su sala de trabajo todas las ocupaciones terrenas para dedicarse exclusivamente a Dios en un aposento retirado. De esta manera puede elogiar sin reservas aquel admirable recogimiento, que fué el secreto de una vida de contemplativo fecundada por una asombrosa capacidad de trabajo.

Con otra referencia a la lucha dramática de San Hilarión en la hora de la muerte (2) hace resaltar la alegre y serena placidez con que Suárez se despide de esta vida mortal. No es tan afortunada la cita de Quintiliano (3), con que justifica el esfuerzo realizado por Suárez para ahondar en la filosofía mientras cursaba los estudios de teología en la Universidad de Salamanca, aunque el dato es de interés, y lo recoge Freire.

Tertuliano le suministra otro pasaje para hacer resaltar el aire triunfal que comunicaba a la *Defensio fidei* de Suárez el haber sido condenada al fuego por los herejes calvinistas de Inglaterra y Francia. Si para el cristianismo primitivo fué una señal de su verdad el ser perseguido por Nerón, también lo fué para el libro de Suárez el haber sido condenado al fuego por Jacobo I.

Estas referencias clásicas, aunque revelan al literato, están hechas con la mayor sencillez, sin citar los pasajes aludidos y como de memoria.

De mayor importancia es el uso de los documentos que utiliza y no menciona, a no ser incidentalmente, y como un hecho más que refiere, no como fuente de información. Con todo, es manifiesto que Veiga manejó el copioso caudal

(1) Seneca, *Ep.*, 10,2.

(2) San Jerónimo, *Vita Sancti Hilarionis*, ML 23, 52; *Relação*, p. 140.

(3) *Relação*, p. 115.

de documentos biográficos conservados entre los papeles del difunto, y cuyo paradero tenía que ser conocido a los escribientes de Suárez, especialmente al Hermano Aguilar. En ellos pudo ratificar y complementar lo que en forma más o menos precisa sabía de las vicisitudes de la vida del gran teólogo.

Es interesante contrastar con la rica documentación desenterrada por Scorraille, Rivière, Vasconcelos e investigadores suarecianos posteriores, los datos suministrados por Veiga acerca de las etapas más notables de la vida de Suárez en sus últimos veinte años. Tales son su nombramiento y traslado a Coimbra, el intrincado asunto de la confesión, los episodios de la *Defensio fidei* y el entredicho de Lisboa. En toda esta época la información de Veiga es tan segura, que, a pesar de las muchas noticias que esparce en su narración, no encontramos nada que esté en desacuerdo con los documentos relativos a los mismos sucesos. Sólo un deslíz insignificante hemos podido anotar en el período anterior y ya lejano de la vida de Suárez. Veiga atribuye al dominico Bartolomé de Medina la escena ocurrida a Suárez con el dominico Juan de Mancio, en el acto público que éste le encomendó al terminar Suárez sus estudios de teología en Salamanca. Con todo, aun aquí es preciso advertir que también Medina, aunque no como profesor ordinario, debió ser maestro de Suárez aquel año de 1576, del que data un Ms. conservado actualmente en el Seminario de Valladolid, que fué redactado con el esfuerzo colectivo de Suárez y sus compañeros de clase jesuítas. Dicho Ms. contiene, entre otras lecciones, extensos comentarios de Mancio a la tercera parte de Santo Tomás, junto con comentarios de otros profesores, entre ellos algunas lecciones de Medina, su sucesor.

La exactitud de la información es, según esto, un mérito fundamental de la *Relación* de Veiga. Pero eso, que constituye una condición indispensable de su mérito, no basta para estimar el valor excepcional de su testimonio, que tiene una importancia extraordinaria para la inter-

pretación de los mismos documentos. El contenido de éstos aparece iluminado por la *Relación* que sin ella quedarían oscuros. El Ms. añade, además, datos nuevos de gran interés. Así resulta, por ejemplo, con el relieve que adquiere la personalidad de Suárez en las cortes pontificia y española, y aun en el gran prestigio de que gozaba dentro de la Compañía, por lo menos durante sus veinte últimos años.

Veiga asegura en dos pasajes la particular y grande amistad que unía a Suárez y Paulo v, cuando todavía éste era Cardenal (1), cosa que también atestigua el Ms. de Morim. Este dato indica la alta estima de que gozaba en Roma ya desde joven, y disipa las dudas de Scorraille sobre la reputación de Suárez en el primer período de su profesorado romano. Scorraille se inclina a creer que no se le apreció como merecía. También pone en duda la asistencia del Papa Gregorio XIII a la clase de Suárez, a pesar del testimonio claro de Gil González Dávila, quien afirma que el primer oyente de Suárez en el Colegio Romano, recién construído por Gregorio XIII, fué el mismo Papa (2). Un Ms. escolar de la Studien Bibliothek de Olmütz, codex 129, fol. 225 v., pone al margen de la explicación tenida por Suárez el 23 de Julio de 1583 este ladillo: «Sancti Apollinaris festum Ecclesiae fuit, in quo dignata est interesse Sua Beatitudo». Que un amigo particular de Paulo v lo fuese también de Gregorio XIII nada tiene de chocante, y menos el que un día pasara el Papa por el Colegio Romano y oyera la lección de Suárez, a la que se halló también presente Gil González Dávila.

La reputación de Suárez en Roma se acrecienta con el testimonio de que Paulo v le quiso retener como teólogo suyo no concediéndole el permiso para regresar a Portugal hasta que con una carta, oportunamente dirigida al Papa,

(1) *Relação*, p. 41.

(2) Gil González Dávila, *Teatro de las Iglesias de España*, III 2.

venció Suárez las dificultades que se oponían para su vuelta (1).

Lo que Veiga ignoró es que Paulo v hubiera escrito a Suárez varias cartas tratando de hacerle Cardenal, noticia que Suárez tuvo en secreto, pero que nada tiene de extraño, dada la gran estima que Paulo v le manifestó en los cinco Breves extraordinariamente honoríficos con que elogió sus trabajos los años siguientes.

El prestigio de Suárez ante sus hermanos en religión tenía que corresponder al aprecio que hacía el Papa de su virtud y de sus méritos. Hasta ahora se sabía que los Padres portugueses tuvieron empeño en enviarle a la Congregación general convocada en 1615 para nombrar sucesor al General difunto, Claudio Aquaviva, con la intención de que en Roma fuese elegido General de la Compañía (2). Pero estos deseos de los Padres portugueses podían parecer ilusiones nacidas del amor que profesaban al teólogo castellano.

La *Relación* de Veiga demuestra que de esa ilusión — si es que la hubo — había participado la Corte española ya unos doce años antes, precisamente en los momentos en que el prestigio de Suárez parecía más comprometido por el decreto de Clemente VIII. Veiga informa sobre las grandes amistades de Suárez en la Corte de España, y habla especialmente de la veneración con que le honraba el Duque de Lerma, árbitro de España en el reinado de Felipe III (3). Esta amistad fué para su hermana, la Condesa de Lemos, un recurso más para lograr los planes que tenía proyectados con su confesor, el Padre Mendoza. Este había conseguido ya antes librarse, con la intervención del Papa, de toda sujeción al General Aquaviva. Después alcanzó que el Papa impusiera al General hacer una visita

(1) *Relação*, pp. 108-111.

(2) Scorraille, Lib. v, cap. 1, § 4.

(3) *Relação*, p. 111.

a España, lo cual se consideraba en la Compañía como un destierro de Aquaviva. Para la ausencia del General, según Veiga, en esta coyuntura pensaron en Madrid hacer Vicario al P. Suárez, cuya ida a Roma habían maquinado o favorecido de antemano con estos fines. Tanto Clemente VIII como Paulo V y su Nuncio en España favorecieron abiertamente al súbdito intrigante contra su General. Pero el programa del Padre Mendoza y de los Condes de Lemos fracasó en la cuestión del Vicario por la actitud decidida de Suárez. Refiere Veiga, que Suárez recibió la visita de un caballero de Nápoles, enviado a Roma para tratar allí de las pretensiones de los Condes de Lemos. Pero el humilde religioso le persuadió de que sus gestiones eran gravemente pecaminosas, con lo que el caballero volvió inmediatamente a Nápoles (1). En el Epistolario suareciano aparecerá un documento que remata la acción de Suárez en este asunto. Es una carta de Aquaviva al Padre Gaspar Moro, brazo derecho del Padre Mendoza para sus intrigas. Aquaviva le remite al Padre Suárez, quien le dirá cuanto tenga que hacer para arreglar sus asuntos y seguir en paz en la Compañía. La carta fué entregada al mismo Suárez, cuando volvía de Roma a España. Está fechada el 19 de Septiembre de 1605. Scorraille tiene por infundado el rumor de la designación de Suárez para Vicario de la Compañía (2).

Toda esta madeja de asuntos queda aclarada por los datos aducidos por Veiga, quien seguía desde Portugal el desarrollo de estos sucesos, en los que la figura de Suárez adquiere un relieve social e histórico de primer plano. Lo que Veiga y demás historiadores ignoran es que Suárez acababa de conseguir por aquel mismo tiempo para la Compañía y para la Iglesia un éxito que los jesuitas juzgaron excelente en la controversia *de Auxiliis*. Suárez fué el verdadero autor de los discursos pronunciados por Bastida en

(1) *Relação*, p. 115.

(2) Scorraille, Lib. IV, cap. 2, § 18.

el pontificado de Paulo v, como lo revela el estudio de los mismos documentos⁽¹⁾. Todo esto se lo calló Suárez por aquel silencio suyo de los propios méritos, que contrariaba a sus amigos pero era admiración de cuantos le conocieron. Tampoco manifestó la forma aparentemente nada lucida — aun cuando gloriosa en realidad — en que terminó para él la cuestión sobre la confesión a distancia, aunque Veiga lo deduce por pruebas indirectas⁽²⁾.

Gran parte de los triunfos de Suárez quedaron ocultos, gracias a su especial talento en encubrirlos. Pero esto habilidad no logró evitar las grandes muestras que de toda Europa recibía el mérito del profesor de Coimbra. Veiga es testigo de las visitas que recibía en el apartado colegio de Coimbra de personajes que iban a visitarle de todas las naciones de Europa «como oráculo del mundo»⁽³⁾. Lo mismo atestigua Morim en la Noticia necrológica de las Cartas Annuas de Portugal, donde dice: «Vidimus saepe a Gallia, Italia, Germania, totiusque Europae, imo et Asiae regionibus/homines, qui tunc maximum arbitrabantur itineris fructum cepisse, cum jam ad suos in patria gloriari possent, Magnum illum Suarium extremo se in orbe vidisse, cujus inclytum nomen nulla unquam esset immemor obscuratura posteritas».

De especial interés son los rasgos dispersos con que traza Veiga la semblanza de Suárez, describiéndole, unas veces con las palabras del Conde Obispo de Castelbranco como el español más letrado, modesto, y comedido, «que había en el mundo»⁽⁴⁾, y otras veces recordando su natural afable y benigno, su conversación agradable, su gracia en el decir, en fin, un hombre tal, que «no se ha visto cosa más alegre que su gravedad, ni más grave que su alegría»⁽⁵⁾.

(1) E. Elorduy, *Suárez en las controversias sobre la gracia*, en *Archivo Teológico Granadino*, vol. II (1948), pp. 117-192.

(2) *Relação*, pp. 43-44.

(3) *Relação*, p. 101.

(4) *Relação*, p. 81.

(5) *Relação*, p. 95.

Aun en los momentos en que, en sus primeros actos públicos de Coimbra, era descortésmente tratado por alguno de sus colegas, acogía con las formas más respetuosas y corteses las expresiones de sus contradictores⁽¹⁾. Esa bondad de alma impresionante se manifestaba en los juicios sumamente favorables que daba acerca de sus rivales. Así, «le oímos muchas veces decir, que el Padre Gabriel Vázquez tenía mucho mejor talento que el suyo»⁽²⁾. Veiga recoge, además, una serie de datos concretos del mayor interés sobre el espíritu limosnero de Suárez. Movidio por esta generosidad llegó a sugerir al Padre General la idea de recibir los honorarios de la cátedra para repartirlos entre los pobres y necesitados. Animado de este espíritu hacía grandes limosnas, cuya cuantía comprueban numéricamente los datos aducidos por Veiga.

El valor excepcional de la necrología de Veiga destaca al comparársela con las otras biografías portuguesas, todas de carácter más o menos oficial, que le siguieron, y dependen de ella. Tal ocurre con la extensa noticia necrológica de Morim, que se conserva manuscrita, con la de Freire y la *Breve noticia* recogida en el Menologio portugués de los varones ilustres de la Compañía. Solamente las cartas del Padre Abreu, de 23 de Octubre de 1617, y la del P. Mascareñas que le anteceden y a cuyo contenido alude Veiga⁽³⁾, son independientes de la *Relación* de Veiga. Su *Relación* influyó en todas las biografías posteriores atravesando las fronteras de Portugal no sabemos cuándo ni cómo, aunque los biógrafos suarecianos no portugueses parecen haberla desconocido.

Sobre los sitios en que Veiga convivió con Suárez no tenemos más informes que los suministrados por el Ms. de la *Relación*.

(1) *Relação*, p. 130.

(2) *Relação*, p. 95.

(3) *Relação*, p. 130.

La *Relação* ha permanecido oculta hasta ahora en la Universidad Gregoriana de Roma, donde se conserva. El Reverendo Padre Camilo Abad S. J. la encontró y fotografió el año 1937, y ha tenido la amabilidad de prestarme la película para su publicación. Lleva la signatura A. V. G. 1022 de la Universidad Gregoriana de Roma. Comienza con cuatro hojas sin numerar. Después la hoja de guarda en blanco, la segunda y tercera llevan la siguiente noticia escrita, según parece, por el archivero romano:

«Ciò che si contiene in questo Manoscritto in lingua Portughesa: 1 lettera del P.^o Manoelle da Veiga Rettore del Collegio di Coimbra al P.^o Francesco Pereira Provinciale della Provincia di Portogallo; nella quale gli offerisce una Compendiosa Relazione della vita, e virtù del P.^o Francesco Soarez Granatense defunto in quel tempo nel detto Collegio: affi ne di leggerli poi per la Provincia; e credo, che a questo fine fosse inviata a Roma, come è solito farsi nella nostra Compagnia, quando muore qualche soggetto riguardevole. La lettera comincia pag. 1^a e fù scritta a 20 di Gennaro 1618.

Indice dei Capi, in che va divisa la Relazione.

Relazione della vita, costumi, e morte del P.^o Francesco Soarez Religioso della Compagnia di Gesù, lettore giubilato nella prima Cattedra di Teologia della insigne università di Coimbra

1 Cap. 1. ^o Nascimento, ed ingresso nella Religione	p. 5
2 Cap. 2. ^o Degli studi, e della sua gioventù	p. 10
3 Cap. 3. ^o Successi della sua lettura fin che venne a Portogallo	p. 16
4 Cap. 4. ^o E chiamato dal Rè di Portogallo a fin di leggere Teologia nell'Università di Coimbra	p. 28
5 Cap. 5. ^o Di ciò, che accade in occasione del Libro de Penitenza, ch'egli stampò	p. 36
6 Cap. 6. ^o Del bruciamento nell'Inghilterra del Libro scritto da lui, ed inviato al Rè di	

esso; e di come fù anche bruciato in Francia; ed in Venezia si stampò quello delle censure; scemato però	p. 45
7 Cap. 7.º Orazione, ed esatezza negli esercizi spirituali, è come fù in esse da Dio favorito	p. 56
8 Cap. 8.º Retiramento, silenzio, e Pazienza	p. 76
9 Cap. 9.º Penitenza, e straordinaria Penitenza (<i>sic</i>)	p. 82
10 Cap. 10 Humiltà	p. 89
11 Cap. 11 Della stima apresso di tutti	p. 98
12 Cap. 12 Dippreggio della gloria mondana	p. 105
13 Cap. 13 Carità	p. 117
14 Cap. 14 Della felice morte di lui	p. 128

Fine

Questa Relazione fù scritta dallo stesso P.º Veiga Rettore di Coimbra.

Nella pag. 1, 9 si trova un traguaglio, e breve notizia dello stesso P. Soarez, fatta dal medesimo P.º Veiga per inferirsi nel Libro della Casa Professa di Lisbona, dove morì il P.º Soarez. E nel fine si trovano gl'epitafi della sepoltura de lui.

Nella pag. 157, una notizia di ciò, che apresso auttori si legge del P.º Soarez. Ciò è nella Biblioteca di Spagna. In Hugone Grotio heretico, e nella dissertazione Theologica di Fr. Tomaso di S. Giuseppe Carmelita scalzo.»

La cuarta hoja en blanco va también sin paginación. Esta comienza con la carta de Veiga para el Provincial P. Pereira.

Las noticias que hasta ahora hemos conseguido sobre el autor de la *Relación* son escasas. Por una comunicación del Reverendo Padre Francisco Rodrigues S. J., sabemos que en el Catálogo oficial de 1614, se dice en el número 15:

«P. Manuel da Veiga nasceu em Vila Viçosa; neste ano tem 47 anos, e 31 de Companhia; ouviu Latim,

Curso e Teología; leu 6 anos Latim; foi companheiro do P. Provincial; deu muitas missões dentro de Portugal; foi Consultor; prega, confessa há 14 annos; è Mestre em Artes; professo de 4 votos há 10 annos».

¿Fué Rector del Colegio de Coimbra? Según el P. Rodrigues falta su nombre en tres listas no oficiales de los Rectores de dicho Colegio. El P. Antonio Franco dice que el P. Veiga: «fugia sempre de governar. Fazendoo Reitor do Colegio do Porto importunou tanto ao P. Geral que o livrou sempre destas honras».

Según esto, la noticia dada por el archivero romano, de que Veiga era el Rector del Colegio de Coimbra al escribir esta Relación, es muy problemática. Lo que parece fuera de duda por el Ms. (1) es que el Padre Abreu, Rector de Coimbra a la muerte de Suárez y aun el 23 de Octubre de aquel año, había sido relevado de su cargo antes del 20 de Enero de 1618, en que el Padre Veiga se dirigía al Provincial, comunicándole en forma oficiosa la noticia y relación de la muerte de Suárez. Este carácter oficioso de la carta escrita al Provincial pudo inducir al archivero romano a la conclusión de que el autor de la carta era Rector del Colegio.

El Padre Veiga fué autor de varias obras biográficas e históricas, que el P. Sommervogel (2) consigna en esta forma:

«l Tratado da vida, virtudes et doctrina admiravel de Simão Gomez Portuguez, vulgarmente chamado, capateiro Santo, Dirigido a Senhora Dona Anna de Lancastre, Commendadeira do Real Convento de Santos o novo, da Ordem de Santiago. Composto pelo Padre Manoel da Veiga da Companhia de Jesu, natural de Villaviciosa. Em Lisboa. Com todas as licenças

(1) *Relação*, p. 130.

(2) *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus* VIII, 530 531.

necessarias. Por Matthaeus Pinheiro. Anno de 1625, pet. 8.º, 10 ff, ff. 115, 13 ffdt. — Lisboa, por Francisco Villela, 1673, 8.º, pp. xvi-236, slt.

Vida e virtudes e doutrina admiravel de Siman Gomes Portuguez, vulgarmente chamado o Capateyro Santo. Composto pelo P. Manoel da Veyga da Companhia de Jesu, natural de Villa-viçosa, Offerecida ao Senhor Francisco de Miranda Soares, Carleyro . . . Lisboa Occidental, na officina de Pedro Ferreyra, anno M.DCCXXIII, acusta de Felix de Maya Baptista mercader de livros, 8.º, pp. 248, sld. — Lisboa, na Offic. de Joseph Philippe, 1759, 8.º, pp. 210, sllelt:

2. Relaçam geral do estado da christandade de Ethiopia; Reduçam dos Scismaticos; Entrada, e Recibimêto do Patriarcha Dom Affonso Mendes: Obediencia dada pelo Emperador Seltâ Segued com toda sua Corte a Igreja Romana; e do que de nouo succedeo no cobrimêto do Thybet, a que chaman, Gram Catayo. Composta, e copiada das cartas que os Padres da Companhia de Iesu, escreuêram da India Oriental dos Annos de 624. 625. e 626. pelo Padre Manoel da Veiga da mesma Companhia, natural de Villauçosa. Com todas as licenças necessarias. Em Lisboa. Por Mattheus Pinheiro. Anno de 1628, 4.º, ff. 124. — Au fol. 103-124 on trouve la relation du Tibet du P. Ant. de Andrade (Voir t. 1, col. 329, n.º 1).

La traduction espagnole MS. se conservait au collège S. Paul à Grenade.

A. Vida do Padre Francisco Soares. — Ms. conservado en la Bibl. del Duque de Lafoens.

B. Relação da morte do P. Ignacio Martins com testemunto que delle, e de suas cousas se deraô. — Ms. en el collegio de Coimbra.

C. Vida do Irmaô Belchior de Siqueira, Coadjutor temporal da Companhia.

D. Vida do R. P. Vasco Pires da Companhia de Jesu seu Mestre em o Noviciado. — Conservado en Evora.

Cette notice, écrite en 1634, a été utilisée par le P. Franco, dans: *Imagem da virt. em o Novic. de Coimbra*, pp. 575 604.

E. Memorial da Casa de S. Roque em Lisboa.

F. Discursos concionatorios. Tom. 4, 12.º

G. Relogio da Vida Christaã.

H. Historias Sagradas.

I. Historias Profanas. — Ces cinq derniers MSS. se conservaient autrefois au collège S. Roch, à Lisbonne.

Sotwel; — Antonio; — Machado, III, 400; — Silva, VI, 121; — de Backer, III, 1314.»

El Libro *Tratado da Vida* fué mandado destruir y quemar en la plaza pública, por mano del verdugo en tiempo del Marqués de Pombal. El edicto de la Mesa Censoria que lo proscribió es de 10 de junio de 1768, siendo ejecutada la sentencia el 14 del mismo mes» (1).

* * *

La Noticia necrológica de Suárez por el P. Francisco Morim es estrictamente oficial. No se escribió para el público, ni siquiera para las casas de la Compañía, sino para dar cuenta de su muerte en las *Cartas Annuas* correspondientes a 1617, que son relaciones de oficio que cada año deben enviarse a Roma sobre los sucesos principales del curso anterior. La *Carta annua* está firmada el 2 de mayo de 1618.

La nota especial de esta necrología está en que refleja la importancia que se dió a la muerte de Suárez en Portugal. A este propósito debemos recoger aquí la introducción general de la misma Carta y la introducción especial de la

(1) Comunicación del P. Francisco Rodrigues.

relación del Colegio de Coimbra. En la introducción general dice así Morim:

«*Annuae Provinciae Lusitanae S.J. ano Domini 1617. — Prooemium.*—Acta hujus Provinciae scripturus objecta lugubri specie paululum haesi: hunc mihi sorte annum obtigisse tot illustrium virorum glomeratis funeribus luctuosum. Licet enim cum illis praeclare actum sit quos emeritis stipendiis matura mors ad melioris vitae commoda evocavit, illud tamen omnino timendum ne veteranorum robore destituta acies inclinetur, aut loco cedat. Equidem vix tota in Lusitania collegium fuit a quo non aliquod hujusmodi insigne vulnus exciperetur: Omnium vero longe *acerbissimum magni Francisci Suarii obitus* imposuit, qui incredibili hujus Provinciae, imo Societatis universae, atque adeo totius christianae reipublicae detrimento extinctus est. Sed tanti viri memoriam Conimbricenses jure optimo sibi vindicant: obiit enim Olisipone dum aliquot ibi menses *immoratur, haud dubie Conimbricam suam reversurus*» (1).

El archivero romano ha puesto en la misma página como datos principales: Anno 617 — Domicilia 17, Socii 643. La introducción al Colegio de Coimbra dice así:

«*Collegium Conimbricense.*—Conimbricensi collegio tot gravissimorum senum, tot juvenum electissimorum veluti numeroso inaequalium syderum agmine collucenti, duo quoque Deus magna affixerat luminaria: quae non extincta, sed rapta ut inde melius collucerent inferiori huic caelo, caelum aliud invidit: «*Suarium illum* theologiae solem, Ecclesiae lumen, Religionis splendorem, Societatis nostrae immortale decus et orna-

(1) *Ex Archivio Societatis Jesu Romano. Ex codice cui dorso titulus: Histor. Lusitaniae ab an. 1615 ad a. 1639.*

mentum, Lusitanae vero Provinciae quondam gloriam, modo luctum et desiderium. Et ne hoc majore amoto saltem luminare minus justissimi maeroris noctem depellerent, eadem astrorum invidia Patrem nobis *Antonium Moraliu*m in fine superioris anni abstulerat, qui licet utroque lumine captus, multiplici omnium virtutum lumine prae lucebat. Sed jactura ista prior alibi deplorata. Secundam quacumque alia majorem diuturno immixta dolore memoria consequetur. Quamquam vero tanti viri virtus, mores, sapientia christiano orbe notissima praeconio non indigent alieno, gratum me sociis facturum arbitror, si illius vitam exequar uberius, quam exigit epistolae ratio.» (1).

En la narración de la vida de Suárez, Morim sigue ordinariamente la *Relación* de Veiga, resumiéndola como a una sexta parte, aunque así y todo ocupa una extensión inusitada para las cartas anuas. El relato de Morim sirve para confirmar la *Relación* de Veiga, como testigo presencial de los mismos hechos.

Algo así ocurre con la vida escrita por Freire, con la diferencia de que su relato se dirige a los lectores de las obras de Suárez y a las comunidades jesuíticas de fuera de Portugal. Se encuentra en la introducción de las *Obras completas* de Suárez de la edición Vivès y en otras ediciones. Una traducción castellana de la vida latina de Freire, con ligeras modificaciones, se ha hallado, en Tejas, Nueva Méjico. El Suárez de la biografía de Freire está totalmente *historicado*, según los criterios literarios del siglo xvii. Freire escribe para todo el mundo y para la posteridad una biografía, en calidad de historiador, no de testigo, tejiendo una exposición literaria en la que se aprovecha de los documentos para dar el mayor realce al cuadro histórico que pretende componer. Para ello se vale de la *Relación* del P. Veiga,

(1) *L. c.*

completándola a veces, aunque sin citarla nunca. Freire tampoco aduce testimonios personales de la vida de Suárez, por más que le conoció y trató algún tiempo en Coimbra. En aquel siglo se prefería la obra de un historiador docto al documento auténtico y al testimonio espontáneo, considerados como puros instrumentos de la historia. Les gustaba la verdad, pero elegantemente vestida e idealizada.

Hoy, en cambio, nos gusta lo concreto. Apreciamos más el documento y el testimonio que la docta exposición de un historiador, por prestigioso que sea. Por eso Veiga redactó la mejor biografía suareciana del siglo xvii. Finalmente, debemos recordar que en las comunidades portuguesas se leía todos los años un breve elogio contenido en el Menologio, el 25 de Setiembre, aniversario de la muerte de Suárez.

Oña, Abril 1950.

ELEUTERIO ELORDUY S. I.

O DESCOBRIMENTO DO CAMINHO MARÍ-
TIMO PARA A ÍNDIA PARTICIPADO À
CÂMARA DE TAVIRA, PELA CARTA RÉGIA
DE D. MANUEL, DE 11 DE JULHO DE 1499

(DOCUMENTO EM CÓPIA DO SÉCULO XVIII,
DO CARTÓRIO DAQUELA CIDADE, CUJO
ORIGINAL SE PERDEU)

Ao Ex.^{mo} SENHOR
PROF. DR. MARCELO CAETANO

É sabido que, em 20 de Março de 1499, depois de haver levado a bom termo a empresa do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, Vasco da Gama dobrava outra vez o Cabo da Boa Esperança, já de regresso a Portugal, onde chegou, a Belém, só em Setembro seguinte. Antecipou-se-lhe, porém, depois de Cabo Verde, o navio de Nicolau Coelho: à vista dessas ilhas, «ou porque um temporal violento tivesse separado os navios (*o do Gama e o de Nicolau Coelho*) ou porque desejasse receber alvíssaras — escreveu o Prof. Manuel Ramos — Nicolau Coelho veio adiante, chegando a Lisboa, com a boa-nova da conclusão da viagem, em 10 de Julho» (1).

El-Rei D. Manuel apressou-se a transmiti-la imediatamente a todo o País, pois «escreveo a todas as cidades & villas notaveis do Reyno, notificandolhe a chegada de dom Vasco da Gama & os grandes trabalhos que tinha passado, & o q̄ aproue a nosso Senhor q̄ no fim delles descobrisse: encomendandolhe q̄ solemnizassem tamanha merce de Deos, com muitas procissões & festas spirituaes em seu louuor» (2).

A confirmar este informe de João de Barros, tivemos

(1) Cf. *História de Portugal*, dirigida pelo Prof. Doutor Damião Peres, III (Barcelos, 1931), 582.

(2) Barros (João de), *Decada Primeira da Ásia*. Lisboa, 1628, fl. 85 v.º

a boa fortuna de deparar com a carta régia que, em 11 de Julho de 1499, um dia depois da chegada de Nicolau Coelho a Lisboa, el-Rei D. Manuel endereçou à Câmara de Tavira, certamente nos mesmos termos em que se dirigiu *a todas as cidades & villas notaveis do Reyno*, no dizer do nosso grande *historiador do Império*, como já alguém justamente o considerou (1).

A que o monarca enviou aos Juizes, Vereadores e Procurador da Câmara de Tavira, foi encontrada no cartório desta cidade, nos finais do século XVIII, por Fr. Joaquim de Santo Agostino, quando da sua visita aos cartórios do sul do País, por incumbência da Academia Real das Ciências (2).

Deixou-nos o conhecido e operoso frade tavirense, de todo esse labor arquivístico, uma colecção de cópias de documentos, que hoje se guarda na biblioteca da referida Academia, cujo catálogo temos, de há muito, pronto a entrar no prelo, e à qual já fizemos referência em outro estudo (3).

Bastará agora dizer, tal como já o notámos em outro trabalho ainda em publicação, «que nos cartórios das Câmaras do Algarve foi Fr. Joaquim de Santo Agostinho encontrar, em 1790 e 1791, originaes que remontavam a 1261, hoje quase totalmente inexistentes!» (4).

(1) Fialho (Madalena da Câmara), *João de Barros — Historiador do Império*, in *Memórias do Congresso do Mundo Português*, vol. v, t. III (Lisboa, 1940), pág. 381.

(2) Iria (Alberto), *Os arquivos do Algarve no século XVIII*, in *Suplemento Literário das Novidades* (Lisboa) de 25-VI e 9-VII-1939, onde utilizámos os documentos publicados pelo Dr. António Baião, no seu livro: *A infância da Academia (1788-1794) Visita aos arquivos do Reino (...)* Lisboa, 1934.

(3) Iria (Alberto), *Os Arquivos Municipais do Algarve e a Restauração*, in *Boletim da Junta de Província do Algarve*, Lisboa, 1942.

(4) Iria (Alberto), *O Algarve e os Descobrimentos*, estudo ainda em publicação, com prefácio do eminente Professor da Faculdade de Letras de Lisboa, Senhor Dr. João Martins da Silva Marques, ilustre Director da Biblioteca Nacional, editado pelo Instituto para a Alta Cultura.

É, precisamente, o caso da supracitada Carta Régia, cuja cópia tem, por isso, o valor prático do original de onde foi extraída, original que já não encontramos no cartório da Câmara de Tavira, quando, comissionado pelo Instituto para a Alta Cultura, percorremos e inventariámos, em 1945, todos os arquivos e bibliotecas do Algarve.

Presumivelmente inédita, essa cópia da aludida Carta Régia revela-nos a sensação de deslumbramento que, perante o descobrimento da Índia, tiveram Vasco da Gama e os seus companheiros, e da qual se fez eco o próprio monarca, pois *acharam* — diz D. Manuel — *gramdes cidades muy ricas e de gramdes edeficios em que se faz todo o trauto de especearya e pedrarya . . . e ainda acharam terra em que ha mynas douro em gramde cantidade . . .*

É certo que, da Índia, traziam agora os seus descobridores pequena quantidade de todas essas riquezas: especiaria, ouro e pedraria, por não terem levado *tantas mercadorias nã taes como para ysso convynha . . .* (1) Mas tinham achado, em compensação, entre essas cidades, algumas de *povoação de christaães os quaes posto que tam comfyrmados não sejam nas cousas da nossa samta fee teem dysposesam para o serem . . .* E este facto revela que, além das riquezas materiais então encontradas pelos portugueses na Índia, se havia antevisto, desde logo, largo campo aberto, nessas paragens longínquas, à conquista das almas para a fé de

(1) Há no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Livraria, um manuscrito, sob o n.º 1126, intitulado: *Memoria dos Ditos e Sentenças, dos Reys Principes, e Senhores Portuguezes, e outras pessoas de fama*, no qual se lê, a fl. 71, o seguinte: «Chegando Vasco da Gama do descobrimento da Índia perguntou lhe o Conde (*de Vimioso, D. Francisco Portugal*) que mercadorias hauia lá para trazerem, e que cousas querião de cá a troco dellas, e dizendo lhe Vasco da Gama que o que trazia de lá era pimenta, canella, gengiure, ambar, e almiscere, e o que querião de nós era ouro, prata, veludos e escarlatas; disse lhe o Conde, de essa maneira elles são os que nos descobrirão a nós».

Cristo. D. Manuel seguia e confirmava deste modo, a tradicional política dos seus antecessores: a Cruzada!

É tempo, porém, de concluirmos esta breve nótula, transcrevendo os próprios termos de el-Rei D. Manuel — expressos na aludida Carta Régia — perante quem Vasco da Gama havia de dizer, ao ser festivamente recebido pelo monarca: «Senhor, nesta hora som acabados meus trabalhos, e de todo satisfeito, pois Nosso Senhor me trouxe ante V. A. ao cabo de todo muy bem e desejo» (1).

Eis a Carta Régia de el-Rei D. Manuel para a Câmara de Tavira:

Juizes Vereadores e procurador nos el Rey vos enviamos muito saudar Vasquo da gama fidallguo de nosa caza e seo Irmão e os outros Capitaes que tynhamos mandado a descobrir sam vymdos e achegados á nos bento deos e por sua piedade prouve lhe de assy os encaminhar que descobriram a Indea e outros muytos Regnos e Senhorios á ella comarquaaes e emtrarão e navegaram por maares della e acharam gramdes cidades muy ricas e de gramdes edeficios em que se fas todo o trauto da especearya e pedrarya que passa per naaos grandes que os nossos viram ... e dhy se espalha pello mundo a aimda acharam terra em que ha mynas douro em grande quantidade do que e da dita especearia e pedrarya loguo aguora trouxeram soma mas não tanta como poderam por nam levarẽ tantas mercadoryas nã taaes como pera ysso convynha Alguas das quaes cidades acharam de povoaçam de christãaes os quaes posto que tam confyrmados não sejam nas cousas da nossa samta fee teem dysposesam pera o serem e em todo gardarem e oservarẽ della em grande seu eixallçamẽto e per homde muy princespalmẽte e pella gramdyxima homrra beem e proveyto que a estes nossos Regũnos se pode seguir e seguira com a graça e ajuda de deos nosso Señor lhe devemos fazer muitos louvores porem vollo noteficamos assy e vos ãcomen-

(1) Correia (Gaspar), *Lendas da Índia* edição da Academia Real das Ciências, tomo I, (Lisboa, 1858), 139-140.

damos e mandamos que em essa villa façaes per elo fazer procisam solene e dar graças á nosso Señnor com a mais devaçam que ser pode e recebaes por ysso aquelle contêta-mento e praser que he rezam pois tamta merce e beem prouve a nosso Señnor fazer e trazer a nos e a nossos Regũnos e muyto. vollo teremos ã serviço scripta em Lisboa a Xj dias de julho 1499 Rey

(Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, *Reservados* ms. n.º 403, Azul, fl. 82 v.º *Original da Câmara de Tavira*).

ALBERTO IRIA
(Director do Arquivo
Histórico Colonial)

O BRASIL, SEDE DA MONARQUIA PORTUGUESA. A ABERTURA DOS PORTOS E A ECONOMIA BRASILEIRA. POLÍTICA INTERNA DE D. JOÃO E SEUS MINISTROS

1. O BRASIL, SEDE DA MONARQUIA PORTUGUESA

A) DIVERGENTES OPINIÕES DOS HISTORIADORES, QUANTO À TRANSMIGRAÇÃO DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA PARA O BRASIL

Pretendendo Napoleão I impor a todos os países da Europa continental a sua política contrária à Inglaterra, tradicional aliada de Portugal, e desejando este país manter, a todo custo, a sua neutralidade, não concordou com a sua atitude o Imperador dos Franceses, que em Outubro de 1807 declarou deposta a Casa de Bragança e mandou invadir o território português.

A fim de preservar a existência da monarquia, ao Príncipe Regente D. João não restava outro recurso senão acolher-se, com toda a Família Real, ao Brasil, que era o mais importante domínio ultramarino da Coroa Portuguesa.

Essa providência, muitas vezes aventada nos séculos anteriores, para a hipótese de surgirem dificuldades superiores às forças do pequeno Reino europeu, foi então posta em prática. Daí resultou a impossibilidade, em que se encontrou o dominador de quase toda a Europa, de afastar do trono aquela dinastia, a exemplo do que já havia realizado em outros países do continente.

Embora para o Brasil, transformado em sede da monarquia portuguesa, consideráveis e benéficas tenham sido as consequências dessa resolução do Príncipe-Regente, não têm sido unânimes, nas apreciações a seu respeito, os historiadores nacionais. Tudo leva a crer, porém, que vistos os acontecimentos de 1807 sob um prisma mais realístico, não deixará de ser vitoriosa a opinião que pende para a legitimidade e aprovação daquela atitude.

Assim, balanceando essas divergências, não resta dúvida que a maioria dos historiadores brasileiros julga favorável-

mente a transmigração da Família Real Portuguesa para o Brasil, não só pelos benefícios que daí resultaram para o nosso país, como pelo verdadeiro sentido estratégico da providência joanina.

Vamos arrolar, em seguida, algumas das mais autorizadas opiniões a propósito aparecidas, a fim de orientar o leitor no julgamento da questão.

Robert Southey, o eminente historiador inglês, lembrou em sua *História do Brasil* que mais uma vez havia a Casa de Bragança encarado a possibilidade de ser expulsa do seu Reino por um inimigo superior em forças, e, assim, embarcando ainda em tempo, fechou, com este acto, a *História Colonial do Brasil* (1).

Varnhagen, o nosso maior historiador, também registou que, à vista dos últimos sucessos, «já não havia que hesitar». Aceita a solução, uma nova era iria abrir-se para o Brasil, que «em vez de colónia ou principado honorário», tornava-se o «verdadeiro centro da monarquia» (2).

Handelmann, o notável historiador alemão, assinalou que o Brasil Colonial sendo, então, «apenas uma unidade geográfica», passou a ser, «com a transmigração da Casa Real para o Rio de Janeiro, um Reino autónomo» (3).

Joaquim Manuel de Macedo, um dos nossos mais antigos autores de compêndios, chamou a atenção para o perigo a que Portugal estava exposto, e para a segurança do asilo brasileiro, em que a monarquia poderia salvar-se (4). Da mesma necessidade desse «refúgio» escreveram outros Pro-

(1) Robert Southey, *História do Brasil*. Tradução de Luís Joaquim de Oliveira e Castro. Tomo IV (Rio de Janeiro, 1862), pág. 314.

(2) Visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil*. 3.^a edição integral, tomo V (São Paulo, s. d.), pág. 38.

(3) H. Handelmann, *História do Brasil*. Tradução do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro, 1931), págs. 710 e 726.

(4) Joaquim Manuel de Macedo, *Lições de História do Brasil*. (Rio de Janeiro, 1924), pág. 277.

fessores do Colégio D. Pedro II, como J. Capistrano de Abreu (1) e João Ribeiro, este, porém, apresentando o Príncipe-Regente «coagido a fugir» (2).

Ao ser comemorado o centenário da chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1908, apareceu a reabilitadora obra de Oliveira Lima — *D. João VI no Brasil*. Nela foi definitivamente declarado que, retirando-se para a América, o Príncipe-Regente «escapava a todas as humilhações sofridas por seus parentes castelhanos» e «mantinha-se na plenitude dos seus direitos, pretensões e esperanças. Era como que uma ameaça viva e constante à manutenção da integridade do sistema napoleónico. Qualquer negligência, qualquer desagregação seria logo aproveitada. Por isso é muito mais justo considerar a trasladação da Corte para o Rio de Janeiro como uma inteligente e feliz manobra política do que como uma deserção covarde» (3).

Apesar dessa fundamentada opinião, continuaram alguns historiógrafos a insistir no tema da fuga. É o caso de Rocha Pombo (4), do Sr. Tobias Monteiro (5) e de Jonathas Serrano (6).

Vantajosamente a todos respondeu João Pandiá Calogeras, na *Formação Histórica do Brasil*:

«Em torno desses acontecimentos se formou uma lenda de fuga pura e simples, vergonhosa e covarde. E, entretanto, se tratava de executar um plano maduro e política-

(1) J. Capistrano de Abreu, «O Brasil no século XX», in *Ensaios e Estudos (Crítica e História)*. 3.^a série (Rio de Janeiro, 1938), pág. 133.

(2) João Ribeiro, *História do Brasil*. Curso Superior. 5.^a edição (Rio de Janeiro, 1914), págs. 415-416.

(3) Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*. 2.^a edição, 1.^o vol. (Rio de Janeiro, 1945), pág. 53.

(4) Rocha Pombo, *História do Brasil*. Curso Superior. 5.^a edição (São Paulo, 1948), pág. 348.

(5) Tobias Monteiro, *História do Império. A Elaboração da Independência*. (Rio de Janeiro, 1927), cap. II — «A evasão da Corte».

(6) Jonathas Serrano, *História do Brasil*. (Rio de Janeiro, 1931), pág. 296.

mente delineado, o mais acertado nas condições peculiares de Portugal». Depois de minuciosamente expô-lo, concluiu: «Nada mais é mister acrescentar para tornar evidente quão superficial é o conceito dos que opinam ser mera evasão ou pânico, tal acto de importância capital para ambos os países (1)

Noutra ordem de ideias, contribuiu para a mesma conclusão o economista Roberto C. Simonsen, afirmando que «a mudança da Família Real para o Brasil, em 1808, transplantando para o Rio de Janeiro a sede do Império Português, representou um inestimável serviço prestado à Colónia, que passou a gozar dos benefícios decorrentes de coincidência das directivas políticas do Império com o do núcleo económico, já localizado na Colónia» (2).

Reexaminando toda a matéria, inclusive quanto aos seus antecedentes, assegurou, afinal, o Sr. Luís Norton:

«O Príncipe-Regente D. João, transferindo voluntariamente a sua Corte para os domínios portugueses da América, salvara a monarquia com todas as suas colónias ultramarinas; em vez de uma expatriação ignominiosa, com prisão no lugar do desterro, como aquele que Napoleão impusera aos Reis de Espanha — o Príncipe-Regente de Portugal fundara no Brasil um novo Império perpetuador dos vínculos históricos da Nação Portuguesa.

«A crítica histórica demonstrou já que essa transmigração fora o resultado inteligente de um plano preconcebido: o único meio de fazer subsistir a monarquia portuguesa; a única solução impeditiva do seu fatal desaparecimento (3).

(1) J. Pandiá Calogeras, *Formação Histórica do Brasil*. 4.^a edição (São Paulo, 1945), pág. 69 e 72.

(2) Roberto C. Simonsen, *História Económica do Brasil, 1500-1820*. Tomo II (São Paulo, 1937), pág. 237.

(3) Luís Norton, *A Corte de Portugal no Brasil* (São Paulo, 1938), págs. 16-17. Pode ser acrescentado, a título de exemplo, que com toda a justiça também não são acoimados de fugitivos os vários Chefes de Estado que na Segunda Guerra Mundial abandonaram os seus países invadidos pelos exércitos alemães, a fim de preservar, no estrangeiro, as respectivas soberanias.

B) A TRANSMIGRAÇÃO, ANTIGO PLANO DOS ESTADISTAS PORTUGUESES

Já foi dito que o Príncipe-Regente D. João, transferindo-se para o Brasil, em 1807-1808, com toda a Família Real, não fez mais que pôr em prática um plano longamente elaborado por vários estadistas portugueses. Fácil é demonstrá-lo.

Deve-se a primeira sugestão a respeito conhecida, ao donatário de São Vicente, Martim Afonso de Sousa, em meados do século XVI.

Conta-se que tratando-se em conversação, na presença de D. João III, «da bondade e largueza da terra do Brasil», perguntou-lhe o Rei o seu parecer, quanto à passagem da Corte para a sua Colónia. Profeticamente respondeu-lhe o antigo navegador que «doidice seria viver um rei na dependência de seus vizinhos, podendo ser monarca de outro maior mundo» (1).

Anos depois, surgindo a questão dinástica da sucessão do Cardeal-Rei D. Henrique, chegou este a aconselhar a mais legítima pretendente à Coroa portuguesa, a Infanta D. Catarina, Duquesa de Bragança, a que aceitasse as ofertas que o outro candidato, o Rei Filipe II de Espanha, a ela havia feito, isto é, a cessão do Brasil, de que poderia o Duque, seu marido, tomar o título de Rei (2).

Falecido o Cardeal, e aclamado Rei o Prior do Crato, D. António, não podendo este resistir às forças contra ele levantadas pelo mais forte concorrente, o soberano espanhol,

(1) Códice 50-v-33 da Biblioteca da Ajuda, de Lisboa, incorporado aos originais dos *Anais de D. João III*, de Frei Luís de Sousa, com a indicação: «Papeis de Castro», talvez do Conde de Castro Daire. — Apud Jordão de Freitas — «A Expedição de Martim Afonso de Sousa», na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III, (Porto, 1924) págs. 114-115.

(2) Conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, vol. I, (Porto, 1945), pág. 31.

por D. Pedro da Cunha, capitão do porto de Lisboa, foi-lhe aconselhado que dispusesse das naus surtas no Tejo, fazendo-se de vela para o Brasil, onde poderia estabelecer o seu trono⁽¹⁾. Não tendo seguido o alvitre, na ocasião, faltou-lhe idêntica oportunidade, pouco mais tarde, quando a frota em seu favor armada por Catarina de Medicis para conquistar os Açores, a Madeira, o Cabo Verde e o próprio Brasil, foi derrotada pelos espanhóis, forçando-o a refugiar-se em França⁽²⁾.

Depois da Restauração de D. João IV, não faltaram momentos difíceis à restabelecida monarquia portuguesa, lembrando-se o Rei de ceder o periclitante trono ao filho D. Teodósio, primeiro Príncipe do Brasil, depois de seu casamento com uma princesa de França, país que com isto procuraria garantir a independência de Portugal; quanto a ele, abdicaria, vindo reinar no Brasil⁽³⁾. Falhado o plano, de que participou o Padre António Vieira, renovou-o o Rei, para a hipótese do casamento daquele seu herdeiro com a filha de Filipe IV de Espanha⁽⁴⁾.

Malgrado também este projecto, nem por isso deixou D. João IV de considerar a colónia americana como eventual refúgio da sua dinastia. Assim, em seu «gabinete secreto foi encontrado um papel assinado por ele, com três cruces, no qual manifestava o desejo de, em caso de perigo, a sua viúva ser transportada com os seus filhos para o Brasil»⁽⁵⁾. Assim, mais tarde, durante a menoridade de D. Afonso VI,

(1) Robert Southey, *História do Brasil*, cit., Tomo I, pág. 443-444. Visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, cit., Tomo I, pág. 469.

(2) Henry Haussier, *La Prépondérance Espagnole (1559-1660)*. (Paris, 1933), pág. 141.

(3) Hernani Cidade, *Padre António Vieira*. Vol. I (Lisboa, 1940), pág. 53.

(4) J. Lúcio de Azevedo, *Novas Epanáforas* (Lisboa, 1932), pág. 24.

(5) David B. Warden, *Histoire de l'Empire du Brésil depuis la Découverte jusqu'à nos jours*. Tomo II (Paris, 1833), pág. 224 — apud Luís Norton — *A Corte de Portugal no Brasil*, cit. pág. 20.

também a Regente, a Rainha D. Luísa de Guzmán, quando lhe foi contrária a sorte das armas, na guerra com a Espanha, também pensou em mandar abrigar-se na América o herdeiro da Coroa» (1).

Já no século XVIII, coube a outro estadista português, D. Luís da Cunha, lembrar a conveniência da mudança de D. João V para o Brasil, fazendo-o nos seguintes termos: «Considerarei talvez visionariamente que S. M. se achava em idade de ver potentíssimo aquele imenso continente do Brasil; e nele tomasse o título de Imperador no Ocidente; que viesse estabelecer a sua Corte levando consigo todas as pessoas que de ambos os sexos o quisessem acompanhar, que não seriam poucas, com infinitos estrangeiros, e na minha opinião o lugar mais próprio da sua residência seria a cidade do Rio de Janeiro» (2).

Também se cogitou do mesmo plano ao tempo do ministério do Marquês de Pombal, por ocasião do terremoto de Lisboa (3). E em 1762, quando novamente a capital estava ameaçada de uma invasão espanhola, preparativos teriam sido feitos para o eventual embarque de D. José I e da Família Real, com destino ao Brasil (4).

(1) J. Lúcio de Azevedo, *Op. cit.*, pág. 24.

(2) «Instrução a Marco António de Azevedo Coutinho, para quando fosse Ministro de Estado» — Ms. da Colecção Pombalina, Códice 675, em J. Lúcio de Azevedo, *Op. cit.*, pág. 24-25.

(3) David P. Warden, *Op. cit.*, apud Luís Norton, *Op. cit.*, pág. 20.

(4) J. Lúcio de Azevedo (*Op. cit.*, pág. 23), duvidou dessa informação, colhida numa «Vida de Sebastião de Carvalho e Melo», Ms. anónimo da Biblioteca Nacional de Lisboa. Entretanto, foi repetida por Luz Soriano, *História do Reinado de El-Rei D. José e da Administração do Marquês de Pombal*, Tomo I (Lisboa, 1867), pág. 486, apud Visconde de Carnaxide, *O Brasil na Administração Pombalina* (São Paulo, 1940), pág. 179. Também mostrou J. Lúcio de Azevedo não ter fundamento histórico o asserto de Varnhagen (*Op. cit.*, Tomo IV, pág. 306) sobre serem as construções grandiosas do Pará, palácio do governo e outras, ordenadas com o fim de, em caso idêntico ao de 1761, lá se refugiarem o monarca e o seu séquito.

Com todos esses antecedentes, natural seria a renovação da proposta, quando, no início do século XIX, outra guerra com a Espanha, esta provocada por Napoleão, de novo pôs em perigo o Reino de Portugal. Nesta conjuntura, não faltou quem aconselhasse o Príncipe-Regente a tomar a resolução que alguns anos mais tarde levou à prática. Fê-lo o Marquês de Alorna, em expressivo documento de 1801, no qual salientou a conveniência da transmigração para o «grande Império» de que dispunha a Coroa portuguesa no Brasil (1).

Inutilizada a proposta, pela consecução da paz, não tardou que pouco depois, em 1803, evidenciando-se a impossibilidade da manutenção da neutralidade portuguesa diante dos conflitos suscitados na Europa pela política napoleônica, novamente no mesmo sentido se dirigissem a D. João dois de seus futuros ministros no Brasil, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois Conde de Linhares, e Silvestre Pinheiro Ferreira. Este acentuou mesmo que «à lusitana monarquia nenhum outro recurso restava, senão o de procurar quanto antes nas suas colônias um asilo contra a hidra então nascente, que jurava a inteira destruição das antigas dinastias da Europa» (2).

Agravando-se, nos anos seguintes, essa situação, natural seria a adoção, afinal, de um plano tão longamente mantido, único, nas novas circunstâncias, que poderia preservar da inevitável extinção a dinastia bragantina.

A) ANTECEDENTES IMEDIATOS DA TRANSMIGRAÇÃO

Já examinámos, em nossa *História das Fronteiras do Brasil*, as consequências da Revolução Francesa na política exterior portuguesa, durante a primeira fase da Regência

(1) Carta no Arquivo Nacional, transcrita por Luís Norton, *Op. cit.*, págs. 15-16.

(2) Cf. «Cópia dos Manuscritos avulsos e particulares do Conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira», na *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo XLVII, parte I, de 1884, vol. 68 (Rio de Janeiro, 1884), pág. 11.

do Príncipe D. João, herdeiro do trono, exercida em Portugal, de 1792 a 1807. Vimos, então, as divergências que manteve com os sucessivos governos franceses da Convenção, do Directório, do Consulado e do Império de Napoleão I, inclusive quanto às suas reiteradas tentativas de modificação da fronteira do Oiapoque, em favor da respectiva Guiana e com prejuízo dos interesses luso-brasileiros na região do actual Território do Amapá.

Cabe agora acentuar a agravação desses dissídios também no sector da política europeia, no período que vai de 1801 ao novo rompimento de 1807.

Celebrada, em Amiens, a paz entre a França e Inglaterra, a Lisboa mandou o Cônsul Napoleão Bonaparte, como seu representante, o General Lannes, especialmente incumbido de obter partidários para a política francesa. De novo declarada a guerra entre aqueles países, somente à custa do pagamento de um subsídio mensal conseguiu Portugal que fosse reconhecida a sua neutralidade. Criado o Império napoleónico e substituído Lannes pelo General Junot, prosseguiu este na mesma orientação de fomentar o apoio português aos objectivos franceses, para tanto não duvidando servir-se da maçonaria e envolver-se mesmo, numa conspiração urdida contra o Príncipe-Regente, em 1805, o que o forçou a retirar-se do país (1).

Mais uma vez vitorioso em terra, resolveu Napoleão I golpear de morte o comércio inglês, decretando o *Bloqueio Continental*. Estendendo-o a Portugal, exigiu de seu governo não só o fechamento de seus portos aos navios da Inglaterra, como o confisco dos bens e a prisão dos súbditos ingleses residentes em Portugal. Não quis D. João atender a todas essas determinações, pretendendo publicar apenas a primeira, mas somente quando tivesse partido para o Brasil, com o título de condestável, seu filho e herdeiro o Príncipe da Beira, D. Pedro de Alcântara, então de nove anos de idade. Não concordando o Imperador com as eva-

(1) Visconde do Porto Seguro, *Op. cit.*, Tomo v, pág. 34.

sivas portuguesas, ordenou a invasão e divisão do Reino de Portugal em três partes, declarou deposta a dinastia de Bragança, ficando o Brasil e as demais colônias lusitanas para serem posteriormente partilhadas entre a França e a Espanha, conforme dispôs no Tratado de Fontainebleau, celebrado por esses dois países, a 27 de Outubro de 1807.

Prevendo o Príncipe-Regente que Napoleão não concordaria com as suas meias medidas, cinco dias antes desse acordo franco-espanhol, isto é, a 22 do mesmo mês e ano, outra convenção secreta foi assinada em Londres, por representantes de Portugal e da Inglaterra, dispondo sobre a transferência temporária da sede da monarquia portuguesa para o Brasil.

Destina-se a providência, essencialmente, «a conservar intacta a integridade das possessões marítimas» de Portugal. «A posse do Brasil» — escreveu o Sr. Tobias Monteiro — «de cuja riqueza dependia a metrópole, era a preocupação máxima da Coroa e dos seus conselheiros; tudo se deveria envidar para pô-lo a salvo ou nele procurar abrigo» (1).

Ratificada a convenção por parte de Portugal, a 9 de Novembro seguinte,urgia que fosse posta em prática, pois já se avizinhavam, em marchas forçadas, as tropas invasoras franco-espanholas, comandadas por Junot.

Assim, dando cumprimento ao antigo plano de eventual transmigração da Família Real para o Brasil, a 29 do mesmo mês deixava Lisboa a esquadra portuguesa que a conduzia para o Rio de Janeiro, acompanhada por muitos navios mercantes e comboiada por uma divisão naval inglesa.

Com o Príncipe-Regente D. João vinham todos os componentes da Casal Real, inclusive a Rainha D. Maria I, fidalgos e funcionários, superlotando completamente os catorze navios da frota.

Dispersados, estes, por uma tempestade ocorrida nas alturas da Ilha da Madeira, foram alguns navios, inclusive

(1) Tobias Monteiro, *História do Império. A Elaboração da Independência*, cit. pág. 16.

o que trazia D. João, aportar à Cidade do Salvador, a 22 de Janeiro de 1808. Aí permaneceu ele até 26 de Fevereiro, quando prosseguiu viagem, chegando ao Rio de Janeiro, com grandes festas, a 7 de Março seguinte.

2. A ABERTURA DOS PORTOS

A) ANTECEDENTES DA ABERTURA DOS PORTOS

Na convenção anglo-portuguesa de 22 de Outubro de 1807, relativa à transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, encarou a Inglaterra a eventualidade do fechamento dos portos lusitanos aos seus navios, por imposição do Império Francês. Prometeu proceder com toda a moderação, quanto a Portugal, tendo em vista impedir que viessem a cair em poder dos franceses, no todo ou em parte, tanto a marinha de guerra como a mercante do país amigo, ou qualquer das colónias portuguesas.

Na mesma convenção ficou estabelecido que, no caso de ser proibida a frequência dos portos lusitanos aos ingleses, ser-lhes-ia aberto um porto na ilha da Santa Catarina ou em outro ponto da costa brasileira, pelo qual poderiam ser importadas, em navios britânicos, as mercadorias portuguesas e inglesas, pagando os mesmos direitos então vigentes em Portugal, durando este acordo até novo ajuste.

«Tal foi o primeiro germe» da abertura dos portos do Brasil às nações amigas, segundo Capistrano de Abreu, que a propósito acrescentou:

«Tradições que indirectamente remontam a Tomás António de Vila Nova de Portugal, referem que na noite de 28 de Novembro» (de 1807) «Lorde Strangford foi a bordo da nau *Medusa*, onde estava o Ministro António de Araújo» (depois Conde da Barca), «e entrou a propor-lhe condições interesseiras e insuportáveis, debaixo das quais Sydney Smith, comandante do bloqueio, consentiria na saída da Corte Portuguesa para o Brasil. Uma destas era a abertura dos portos do Brasil, a concorrência livre e reservada à Inglaterra,

marcando-lhe desde então uma tarifa de direitos insignificantes, e até que um dos portos do Brasil fosse logo entregue à Inglaterra (1). António de Araújo, em vista de semelhante imposição perdeu a paciência, e lembrou a Lorde Strangford a carta de Sua Majestade Britânica, os officios de seu ministro sobre esta viagem... se eram aquelas as instruções dos ministros de Jorge III, ele aborrecia tais ministros. Lorde Strangford, depois de trocar outras palavras igualmente calorosas, concluiu dizendo com serenidade: «Como a viagem é para o Brasil estamos todos conformes».

B) ABERTURA DOS PORTOS DO BRASIL ÀS NAÇÕES AMIGAS

Um documento da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, redigido por Tomás António de Vila Nova Portugal, descoberto e divulgado por Capistrano de Abreu, esclarece o modo pelo qual foram abertos os portos brasileiros aos navios das nações amigas.

Diz ele que chegando o Príncipe-Regente à Bahia, estava servindo de Ministro de Estado D. Fernando José de Portugal e Castro, depois Conde e Marquês de Aguiar, ex-Governador daquela capitania e ex-Vice-Rei do Brasil. Foi o mesmo «capacitado», isto é, convencido, por José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, pouco depois nomeado professor de Ciência Económica, e por António

(1) Por esse tempo já mantinha a Inglaterra o projecto da obtenção de uma base naval no Atlântico-Sul. Assim, pouco antes, por duas vezes havia tentado apossar-se de Buenos Aires. Mais tarde, interveio nas negociações da paz entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, no sentido da criação da neutralizada República Oriental do Uruguai. Afinal, aproveitando-se da anormal situação criada pelo governo do ditador Rosas, apoderou-se das ilhas Malvinas, que passou a denominar Falkland. Nas duas guerras mundiais de nosso século utilizou-se dessa base marítima. Sua obtenção comprova o longo alcance dos objectivos políticos ingleses.

da Silva Lisboa, que aí administrava o contrato de João Ferreira, o *Sola*, no sentido de ser obtido de D. João o acto que abrisse os portos do Brasil aos navios estrangeiros. Para isso, o Conde da Ponte, Governador da Bahia, representaria ao Príncipe-Regente, mostrando os inconvenientes da suspensão do comércio marítimo, em consequência da invasão de Portugal pelos franceses. Assim foi feito e, em resposta ao memorial recebido, ao seu signatário dirigiu D. João a seguinte Carta-Régia:

«Conde da Ponte, do meu Conselho, Governador e Capitão-General da Capitania da Bahia, Amigo. Eu, o Príncipe-Regente, vos envio muito saudar, como àquele que amo.

«Atendendo à representação que fizestes subir à minha Real presença, sobre se achar interrompido e suspenso o comércio desta Capitania, com grave prejuizo dos meus vassallos e da minha Real Fazenda, em razão das críticas e públicas circunstâncias da Europa; e querendo dar sobre este importante objecto alguma providência pronta e capaz de melhorar o progresso de tais danos: Sou servido ordenar interina e provisoriamente, enquanto não consolido um sistema geral, que efectivamente regule semelhantes matérias, o seguinte: *Primo*: Que sejam admissíveis nas alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias, transportadas ou em navios estrangeiros das potências que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Corôa, ou em navios dos meus vassallos, pagando por entrada 24 por cento; a saber, 20 de direitos grossos, e 4 do donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas ou aforamentos, por que até o presente se regulam cada uma das ditas alfândegas, ficando os vinhos, águas ardentes e azeites doces, que se denominam molhados, pagando o dobro dos direitos que até agora nelas satisfaziam. *Secundo*: Que não só os meus vassallos, mas também os sobreditos estrangeiros, possam exportar para os portos que bem lhes parecer, a benefício do comércio e agricultura,

que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros e produções coloniais, à excepção do pau-brasil ou outros notòriamente estancados, pagando por saída os mesmos direitos já estabelecidos nas respectivas capitánias, ficando entretanto como em suspenso e sem vigor tôdas as Leis, Cartas-Régias ou outras Ordens, que até aqui proibiam nêste Estado do Brasil o recíproco comércio e navegação entre os meus vassallos e estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo e actividade que de vós espero.

«Escrita na Bahia, aos 28 de Janeiro de 1808.

«Príncipe» (1).

Confirmando o importante documento — base de nossa autonomia económica e, consequentemente política — citou-o um Decreto de 11 de Junho do mesmo ano. Defendendo-o ainda em 1808 e 1809, na Impressão Régia, do Rio de Janeiro, publicou José da Silva Lisboa suas *Observações sobre o Comércio Franco no Brasil*. Com os tratados firmados com a Inglaterra, em 1810, um de Aliança e Amizade, outro de Comércio e Navegação, além de uma convenção sobre o estabelecimento de paquetes entre os domínios de Portugal e da Grã-Bretanha — consolidaram-se aquelas determinações. Ampliaram-nas, um alvará de 27 de Março e outro decreto de 18 de Outubro do mesmo ano.

C) CONSEQUÊNCIAS MARÍTIMAS DA ABERTURA DOS PORTOS

Como imediata resultante da abertura dos portos brasileiros aos navios das nações amigas, aumentou extraordinariamente, nos anos seguintes a 1808, o respectivo movi-

(1) Tomás António de Vila Nova Portugal, «Quadros Financeiros», na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; J. Capistrano de Abreu, «28 de Janeiro», in *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, 2.^a série (Rio de Janeiro, 1932), págs. 82-99; Tobias Monteiro, *Op. cit.*, págs. 16-17.

mento, com a afluência de embarcações estrangeiras, que antes somente a título excepcional a eles podiam arribar.

Assim, tomando para a exemplo o ocorrido no Rio de Janeiro, basta acompanhar a estatística das referidas entradas, apresentada pelo Padre Luís Gonçalves dos Santos (*Padre Pereréca*), em suas utilíssimas *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*.

Naquele ano da abertura dos portos aqui entraram 765 navios portugueses e 90 estrangeiros; em 1809 chegaram 822 embarcações portuguesas e 83 estrangeiras; em 1810 aportaram ao Rio de Janeiro 1.214 navios portugueses e 122 estrangeiros. O mesmo ritmo de crescimento deve ter-se mantido nos anos seguintes, até o de 1815, inclusive. Em 1816, primeiro ano do Brasil-Reino, entraram no Rio de Janeiro 1.460 navios, sendo 398 de longo curso e 1.062 de cabotagem, segundo Calógeras. Daqueles, 181 eram portugueses e 217 estrangeiros, sendo 113 ingleses (1). Em 1820, último ano de integral permanência de D. João VI no Brasil, chegaram ao porto de sua capital 1.655 embarcações, sendo 59 portuguesas de guerra, 153 portuguesas de comércio internacional, 1.089 portuguesas de cabotagem e 354 estrangeiras. Destas, 195 eram inglesas, 74 norte-americanos e 46 francesas (2).

Do exame desses dados concluem-se vários factos. Em primeiro lugar, o aumento da navegação de cabotagem, luso-brasileira, enquanto na de longo curso os navios portugueses eram gradativamente substituídos pelos estrangeiros, notadamente das nacionalidades citadas. Os navios mercantes compreendiam principalmente os chamados *três mastros*, brigues, sumacas, corvetas, patachos e escunas. Os de guerra eram naus, fragatas, brigues, escunas, corvetas e charruas.

(1) J. Pandiá Calógeras, *La Politique Monétaire au Brésil* (Rio de Janeiro, 1910).

(2) Luís Gonçalves dos Santos, (*Padre Pereréca*), *Memórias para servir à História do Reino do Brasil* (Rio de Janeiro, 1943), 1.º vol., pág. 453; 2.º vol., págs. 758-760.

Além do Rio de Janeiro, distinguíam-se os portos do Salvador, Recife, Belém e São Luís. Ainda não tinham maior importância os do Sul do país, como Santos, Desterro e Rio Grande.

Para o aumento da navegação também contribuíram as construções navais, oficialmente auxiliadas por um alvará de 1809. Assim, puseram-se em actividade vários estaleiros do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e outros. Para exemplificar, pode ser citado que somente em 1811, do Arsenal Real da Marinha, na Baía, foram lançados ao mar uma fragata, um bergantim de guerra, duas barcas, duas escunas, um iate, duas lanchas e várias embarcações menores. De outros estaleiros particulares saíram três galeras, oito brigues, três sumacas.

Para terminar, desde 1818 havia D. João VI autorizado a incorporação de uma empresa destinada a explorar a navegação a vapor na Baía. No ano seguinte foi entregue ao tráfego, no Recôncavo, o primeiro navio do género, graças à iniciativa do Felisberto Caldeira Brantes Pontes, futuro Marquês de Barbacena (1).

3. A NOVA ECONOMIA, BRASILEIRA RESULTANTE DA TRANSMIGRAÇÃO DA FAMÍLIA REAL E DA ABERTURA DOS PORTOS

A Carta-Régia de abertura dos portos do Brasil foi em seu tempo considerada mais como um estatuto que permitia a «franqueza», isto é, a liberdade do comércio, do que simples inovadora do sistema marítimo nos domínios americanos da Coroa portuguesa, com o incremento, que trouxe, à agricultura, à pecuária e ao advento das indústrias — torna-se necessário o exame, aqui, de cada um deles.

(1) Roberto C. Simosen, *Op. cit.*, Tomo II, págs. 312-315. Todo este capítulo conf. Helio Vianna, *História de Viação Brasileira* (Rio de Janeiro, 1949), págs. 157-161.

A) AGRICULTURA E PECUÁRIA

Os principais produtos da agricultura brasileira, ao tempo da transmigração da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e de sua permanência aqui, eram, além da cana para a fabricação do açúcar (a que deve ser acrescentada, pela sua importância, a aguardente ou *cachaça*), o café, algodão, fumo e arroz. Na pecuária, além do gado em pé, remetido de um ponto a outro do Brasil, para alimentação, da *carne de sol*, do Ceará, e logo, do xarque, de São Pedro do Rio Grande do Sul, também avultavam os couros, de grande consumo interno e mesmo exportados para o exterior.

Para fortalecer a produção açucareira do Brasil, legislou o governo concedendo aos senhores de engenho e plantadores de cana o privilégio de não serem executados em suas propriedades. Determinou, também, medidas em favor da manutenção da boa qualidade do açúcar brasileiro, que então já sofria a concorrência do produto antilhano.

Devido à nova guerra travada entre os Estados Unidos e a Inglaterra, aumentou consideravelmente a exportação brasileira de algodão, fumo, couros e cacau.

Também o arroz, favorecido por medidas proteccionistas do governo português, desde o último terço do século XVIII, tendo sido melhorada a sua qualidade pela introdução do tipo branco, da Carolina, e de primitivas máquinas de beneficiamento, começou desde então a figurar entre os produtos agrícolas exportados.

Quanto ao café, deve ser assinalado que a partir dessa época começou a avultar a sua produção, de modo a aparecer, dentro de pouco tempo, ao lado do fumo, nas armas do novo Império do Brasil e, simultaneamente, nas listas de exportação. O Príncipe-Regente, além de distribuir terras de sesmaria a muitas pessoas que com ele vieram de Portugal, ou que aqui já se encontravam, também lhes forneceu mudas de cafeeiro, assim fomentando o seu cultivo.

Relativamente às sesmarias, de tanta importância no desenvolvimento da agricultura, convém notar que foram os

governadores e capitães-generais das capitánias autorizados a continuar a concedê-las, dispondo-se que para sua maior regularidade fossem todas precedidas de medição e demarcação judicial.

Criado, em 1809, o Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil, uma de suas primeiras iniciativas foi a de instituir prémios para os que transplantassem no país árvores de especiarias finas da Índia e outros produtos exóticos. Assim, várias dessas plantas, já aclimadas na ilha de França (hoje Maurícia, no oceano Índico), vieram para o Brasil, inclusive a muscadeira, canforeira, o cravo da Índia, a manga e o abacate, este aliás americano. No Jardim Botânico do Rio de Janeiro, fundado em 1811, além destas também se introduziu a árvore do chá, para cujo trato vieram chins. Também da Guiana Francesa, em consequência da ocupação luso-brasileira, foram transplantadas especiarias e árvores frutíferas, além da excelente cana de açúcar por isso mesmo denominada Caiana (de Caiena) e das belas palmeiras reais, depois denominadas imperiais. Destas, existe ainda a primeira, ali plantada pelo Príncipe-Regente, a *Palma Mater*. Vieram com escalas por outros hortos botânicos, também existentes em Belém do Pará e Olinda.

Dois grandes problemas ligados ao desenvolvimento da agricultura também foram enfrentados pelo governo regencial e depois real estabelecido no Brasil: o da abertura e melhoramento das poucas estradas então aqui existentes, e o da manutenção do tráfico de escravos africanos. Este, começou a ser dificultado pela Inglaterra, mas apesar disso foi tentado pelo governo português do Rio de Janeiro, em cujo período foram activadas as relações com as suas possessões africanas.

Para atender, porém, às necessidades do fomento da agricultura, para ela foram encaminhados muitos dos refugiados portugueses que então procuraram o Brasil. Da mesma forma, facilidades concederam-se para a vinda e o estabelecimento, aqui, de novas levas de açorianos.

A todos continuariam os governadores das capitâneas autorizados a conceder terras de sesmaria, a fim de fixá-los ao solo cujo povoamento e aproveitamento, aqui, se pretendia incentivar.

Enfim, como mais um motivo de incremento da agricultura, deve ser registado o início da colonização de estrangeiros no Brasil, com a criação, em 1818, da colônia suíça de Nova Friburgo.

B) COMÉRCIO INTERNO E EXTERNO

Como complemento à Carta-Régia de abertura dos portos, um decreto de 11 de Junho 1808 regulamentou os direitos de entrada e a reexportação de mercadorias pertencentes aos vassallos portugueses nas alfândegas, tendo em vista o aumento do comércio. Criada, pouco depois, a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, a ela competiram contribuições retiradas dos direitos devidos pelas exportações de açúcar, fumo, algodão, couros e meios de sola.

Ainda do mesmo ano data a criação do nosso primeiro estabelecimento de crédito, o Banco do Brasil, que apesar de destinado principalmente a servir ao governo, como seu agente, prestou reais serviços ao país. Começando a operar com o capital de 1.200:000\$00, com privilégio por 20 anos, tinham os seus bilhetes curso legal e estabeleceu filiais na Baía e em São Paulo.

A fim de atender ao crescente movimento do comércio externo pelo porto do Rio de Janeiro, nele foi demarcada a zona destinada aos trapiches e armazéns.

Para favorecer ao comércio interno, seguiu-se a livre abertura de lojas e as vendas realizadas por mascates, revogando-se disposições proibitivas anteriores.

De grandes consequências para o incremento mercantil foram os dois tratados e a convenção com a Inglaterra, assinados em 1810. Aqueles, de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação, a última relativa aos paquetes ingle-

ses que regularmente passaram a vir ao Brasil. Tão vantajosa para a Inglaterra era a situação resultante desses convênios, que comerciantes britânicos começaram a estabelecer-se entre nós, em grande número, tornando internacional o comércio antes reservado aos portugueses. Garantindo a posição preferencial para as mercadorias inglesas ou simplesmente importadas em navios da mesma nacionalidade, basta assinalar que pagavam apenas 15 % de direitos sobre o respectivo valor, enquanto as vindas de Portugal pagavam 16 % e as dos demais países 24 %. Somente em 1818 foram igualadas em 15 % as taxas para as importações de Portugal e Inglaterra.

A esse tempo, além de franceses emigrados, outros estrangeiros também procuravam o Brasil, a fim de se dedicarem ao comércio, agricultura e à nascente indústria.

Entendimentos mercantis haviam sido feitos com diversos países, dentre os quais a Áustria, Rússia, Espanha, França (depois de 1815), Estados Unidos (que também estabeleceram linha de navegação para o Brasil), Prússia e Cidades Hanseáticas, Holanda e Dinamarca.

Relativamente ao comércio com Portugal verificou-se verdadeira inversão em suas posições: tendo-lhe sido favorável a balança comercial, em 1808, apesar da guerra então vigente, em 63,4/5 % passou em 1814 a ser desfavorável ao Reino, em 18,3/4 % (1).

C) INDÚSTRIA E SIDERURGIA

Tendo em vista fomentar o desenvolvimento económico do Brasil também no sector industrial, um alvará de 1 de Abril de 1808 derogou o de 5 de Janeiro de 1785, que proibia o estabelecimento de manufacturas e fábricas no Brasil. Outra determinação, de 1809, concedeu isenção de

(1) Visconde de Porto Seguro, *Op. cit.*, tomo v, pág. 122.

direitos às matérias-primas das manufacturas nacionais. Ainda outro alvará, de 1810, livrou do pagamento de taxas alfandegárias o fio e tecidos de algodão, seda e lã, produzidos no Brasil, concedendo outros favores às fábricas que se montassem no país.

O resultado de todas essas providências foi o efectivo início das actividades industriais brasileiras, logo ocupando a primeira posição as fábricas de tecidos de algodão.

Também as indústrias extractivas minerais mereceram novas atenções oficiais, determinando-se, em 1813, que os mineradores de ouro não pudessem ter penhoradas as suas lavras; e permitindo-se, em 1815, ampla liberdade aos ourives. Outras regulamentações também recebeu a extracção de diamantes, de cuja Intendência por muito tempo esteve encarregado o competente mineralogista brasileiro Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá.

A este funcionário, como ao Ministro Conde de Linhares, ficou devendo o Brasil o início de sua indústria siderúrgica, em volume mais elevado que o atingido pelas simples tentativas registadas no decorrer do período colonial. Em 1809 deu ele começo à construção da fábrica de ferro do morro de Gaspar Soares ou do Pilar, nas Minas Gerais. Quanto ao Ministro, mandou vir da Europa pessoas habilitadas ao trabalho siderúrgico, criando, em 1810, a fábrica de Sorocaba. Coube, porém, à Fábrica Patriótica, situada perto de Congonhas do Campo, também nas Minas Gerais, dirigida pelo alemão Barão Guilherme von Eschwege, fundir pela primeira vez ferro líquido no Brasil, a 17 de Dezembro de 1812. Ao Intendente Câmara competiu, entretanto, a primeira fabricação de ferro gusa, no Pilar, em 1814. Nisto foi seguido, em 1818, pela Fábrica de São João de Ipanema (Sorocaba), dirigida pelo alemão Coronel Frederico Luís Guilherme de Varnhagen (1).

(1) Helio Vianna, «A Indústria do Ferro ao tempo de D. João, Príncipe-Regente e Rei», na revista *Cultura Política*, do Rio de Janeiro, n.º 45, de Outubro de 1944, págs. 69-72.

4. POLÍTICA INTERNA DE D. JOÃO E SEUS MINISTROS NO BRASIL

A) REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, alterou, profundamente, a situação de nosso país, que de simples colônia, embora intitulada Estado e geralmente considerada Vice-Reino, repentinamente passava à condição de sede da monarquia lusitana, deixando, portanto, de merecer aquela classificação.

Resultou daí a necessidade de ampla reorganização administrativa, tendo em vista não só a transferência, para o Rio de Janeiro, das Secretarias de Estado, tribunais e repartições antes estabelecidas em Lisboa, mas também a adaptação, à nova ordem de coisas, das que aqui já existiam.

Começou o Príncipe D. João pela nomeação, a 11 de Março de 1808, dos titulares dos ministérios que aqui deveriam funcionar: do Reino, da Marinha e Ultramar, da Guerra e Estrangeiros, além do Real Erário, somente em 1821 transformado em Ministério da Fazenda. Em consequência da nova situação, contrariamente ao que antes ocorria, passou o Ministério do Reino a cuidar mais dos negócios do Brasil, em detrimento das atribuições anteriormente cabíveis ao da Marinha e Ultramar. Com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido ao de Portugal e Algarves, a 16 de Dezembro de 1815, melhor se caracterizaria essa mutação.

Além daquelas Secretarias de Estado, estabeleceram-se na nova capital da monarquia portuguesa quase todos os órgãos da administração pública e da Justiça até então existentes em Portugal. Entre eles o Conselho de Estado, a Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, o Conselho da Fazenda, o Conselho Supremo Militar e outros. No sector da Justiça, foi a Relação do Rio de Janeiro elevada à condição de Casa da Suplicação, como tribunal Superior, julgando em última instância. No sec-

tor militar, criaram-se as Academias Militar e de Marinha, o Hospital e o Arquivo Militares e a Fábrica da Pólvora, renovando-se e ampliando-se os Arsenais de Guerra e da Marinha, quartéis, etc. De especial significação para o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro foi a criação da Intendência Geral da Polícia, com amplas atribuições para a administração municipal.

Também nas capitanias, depois províncias, extensa foi a renovação administrativa ocorrida no período de permanência da Corte portuguesa no Brasil. Quanto à Justiça, foram criadas as Relações do Maranhão e de Pernambuco, além de novas comarcas, espalhadas por todo o país, nomeando-se os respectivos juizes de fora. No sector propriamente administrativo, passaram à categoria de autónomas as capitanias do Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Santa Catarina, antes subalternas, criando-se mais as de Alagoas e Sergipe d'El-Rei, além de algumas cidades e numerosas vilas, em todo o Brasil, de acordo com o grande aumento da respectiva população.

Com todos esses melhoramentos, e outros já mencionados ou a serem adiante referidos, praticamente deixou o Brasil de ser uma Colónia de Portugal, desde que aqui chegou a Família Real Portuguesa. Confirmou a nova situação o acto do Príncipe-Regente pelo qual foi o nosso país elevado à condição de Reino Unido aos de Portugal e Algarves, modificando-se, por esse motivo, as respectivas armas e títulos dos soberanos e príncipes herdeiros. Com a morte de D. Maria I, ocorrida em 1816, passou o Príncipe-Regente a Rei D. João VI, sendo solenemente aclamado em 1818. Seu filho e sucessor de Príncipe Real de Portugal, Brasil e Algarves.

B) D. JOÃO, PRÍNCIPE-REGENTE E REI

D. João, Príncipe-Regente e Rei de Portugal, Brasil e Algarves por ter propiciado e presidido à mais profunda transformação ocorrida em nossa História, a passagem da

fase colonial para independente, dela é magna figura, digna, sem dúvida, de apresentação especial, para melhor compreensão do referido período.

Vindo do absolutismo português do século XVIII, fortalecido pela influência pombalina, teve de sofrer, como o seu país, as consequências da Revolução Francesa e do predomínio napoleónico, alcançando a fase constitucionalista que novos rumos daria à monarquia bragantina. Único soberano europeu transferido ao ambiente americano, soube adaptar-se às mais difíceis circunstâncias, aqui efectivamente criando um novo Reino, a que ligou a sua dinastia, preservando-o, a um só tempo, da fragmentação territorial e da uniformidade republicana do continente. Verdadeiro «fundador da nacionalidade brasileira» considerou-o o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁽¹⁾, e assim realmente poderia ser classificado, se fosse possível a personalização de um facto dessa natureza.

Desde a publicação da grande obra de Oliveira Lima — *Dom João VI no Brasil* (Rio de Janeiro, 1908), não é mais possível a inferiorização do papel que naquela transformação coube ao Príncipe-Regente e Rei, aqui residente de 1808 a 1821. Suas qualidades pessoais, de governante atilado e de político adaptável às duras contingências que se lhe apresentaram, não podem mais ser contestadas, à luz da documentação hoje conhecida. Acima de tudo, tornou-se sincero amigo do Brasil, interessando-se por seu progresso material e engrandecimento cultural, e não apenas em razão de sua posição como Chefe de Estado, mas por uma sólida compreensão do futuro que ao «novo Império» estava reservado.

C) MINISTROS DE D. JOÃO NO BRASIL

Outra qualidade de D. João era a boa escolha de seus auxiliares imediatos, aos quais concedia liberdade de acção bastante sensível para sua época. Dos ministros que com

(¹) Oliveira Lima, *Op. cit.*, 1.º vol., pág. 17.

ele serviram no Brasil, vários são tidos como dos mais notáveis administradores portugueses, poucos deixando de merecer esse conceito.

No gabinete formado logo após a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, avultavam D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois Conde de Linhares, Ministro da Guerra e Estrangeiros, e D. Fernando José de Portugal e Castro, depois Conde e Marquês de Aguiar, ex-Governador da Baía e ex-Vice-Rei do Brasil, Ministro do Reino. Ao primeiro, espírito progressista e esclarecido, ficamos devendo oportunas iniciativas relativas ao nosso país, além de importantes providências referentes à política exterior de Portugal na América. Ao segundo, funcionário competente e dedicado, coube a parte principal na reorganização administrativa aqui então realizada.

Ministro igualmente benemérito, sobretudo pela participação que teve no desenvolvimento cultural do Brasil, foi António de Araújo de Azevedo, Conde da Barca, que entre 1814 e 1817 ocupou as três pastas então existentes, as citadas e a da Marinha e Ultramar, além da presidência do Real Erário. Seu sucessor, Tomás António de Vila Nova Portugal, conservador e dedicado, amplamente mereceu a absoluta confiança nele depositada por D. João VI.

Dos últimos que no Brasil teve o Rei, distinguiram-se o Conde de Palmela (D. Pedro de Sousa e Hols-tein), por seu amplo conhecimento da situação europeia; o 8.º Conde dos Arcos (D. Marcos de Noronha e Brito), pela experiência adquirida como Vice-Rei do Brasil e Governador da Baía; e Silvestre Pinheiro Ferreira, competente publicista.

Também é digno de referência o brasileiro Paulo Fernandes Viana, Intendente Geral da Polícia, pelo muito que fez para a modernização do Rio de Janeiro, transformando-o de simples cidade colonial em adequada sede da monarquia portuguesa, tanto quanto permitiam os recursos da época.

5. EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES
DURANTE A PERMANÊNCIA DE D. JOÃO
NO BRASIL

A) EDUCAÇÃO

O ensino no Brasil, ao tempo de D. João, continuava regulado pelas normas estabelecidas pelo Marquês de Pombal, depois da expulsão dos jesuítas. Muito aumentou, porém, o número das chamadas *escolas régias* e das aulas isoladas, que funcionando nas principais cidades e vilas do país, hoje poderiam ser consideradas do segundo grau. Dedicavam-se, preferentemente, ao ensino do latim, gramática, geografia, matemática, filosofia, retórica, mecânica e desenho. Com o estudo nelas realizado conseguiam os estudantes brasileiros, mediante novas provas, a admissão às escolas superiores do Reino, notadamente na Universidade de Coimbra, e mesmo em outras universidades europeias. Foi permitida a qualquer pessoa a abertura de escolas de primeiras letras, independentemente da prestação do exame de licença, a fim de ser incentivado o ensino primário. Também cadeiras de artes e ofícios foram criadas, em várias povoações.

Nas sedes dos bispados funcionavam seminários, sendo grande o número dos brasileiros que se ordenavam sacerdotes.

Chegando ao Brasil criou o Príncipe-Regente o nosso primeiro estabelecimento de ensino superior, a Escola Médico-Cirúrgica, mandada organizar na Baía, ainda em 1808. Diversas aulas médicas isoladamente criadas no Rio de Janeiro, reuniram-se posteriormente em nova Escola Anatómica, Cirúrgica e Médica. Foram-lhes complementares um Instituto Vacínico e um Laboratório Químico.

Para a preparação de oficiais de terra e mar, fundaram-se, no Rio de Janeiro, as Academias Militar e de Marinha. Na Baía e no Maranhão funcionaram Escolas de Artilharia e Fortificação.

Para ser regida por José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cairu, criou D. João uma aula de Ciência Económica, no Rio de Janeiro.

A Biblioteca Real, muito rica para a época, foi primeiramente franqueada aos estudiosos, depois ao público.

B) CIÊNCIAS

A reforma da Universidade de Coimbra, empreendida pelo Marquês de Pombal, com a colaboração do brasileiro D. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho, Bispo-Conde de Arganil, seu Reitor, forneceu oportunidade para a formação científica de vários jovens da Colónia, cuja acção iria alcançar o período de permanência da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro, o Brasil-Reino e próprio Império.

Alexandre Rodrigues Ferreira, que na Amazónia realizou prolongada e útil excursão científica, a *Viagem Filosófica*, de 1783 a 1792, terá sido o maior naturalista brasileiro de seu tempo. Frei José Mariano da Conceição Veloso, na Oficina Tipográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, por ele dirigida em Lisboa, além de publicar e traduzir várias obras úteis ao seu país, como *O Fazendeiro do Brasil*, escreveu a valiosa *Flora Fluminense*.

Também botânico de valor foi Manuel Arruda da Câmara; e mineralogistas José Vieira Couto, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, José Bonifácio de Andrade e Silva e seu irmão Martim Francisco Ribeiro de Andrada, todos brasileiros de nascimento.

Com a vinda, para o Rio de Janeiro, da Corte Portuguesa, tornou-se o Brasil objecto de numerosas explorações científicas empreendidas por naturalistas e viajantes, que para realizá-las obtinham licenças e favores do governo de D. João.

Assim, longa e útilmente aqui permaneceu o mineralogista alemão Barão Guilherme von Escowege, autor do *Pluto Brasiliensis*. Primeiro estrangeiro a visitar e a escrever sobre as regiões das minas de ouro e diamantes foi o

inglês John Mawe. Tendo percorrido toda a zona próxima ao litoral que se estende do Rio de Janeiro à Baía, interessante *Viagem ao Brasil* escreveu o culto Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, botânico e zoólogo. O mais atento e simpático viajante estrangeiro do Brasil-Reino foi o naturalista francês Augusto de Saint-Hilaire, que de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo o percorreu, por todo o Sul, até a Província Cisplatina, das suas excursões científicas deixando vários volumes, ainda hoje de proveitosa leitura.

O casamento do Príncipe Real D. Pedro, herdeiro do trono, com a Arquiduquesa D. Leopoldina d'Áustria, muito afeiçoada ao estudo das ciências naturais, forneceu oportunidade para que visitasse o Brasil notável grupo de cientistas. Dele fizeram parte os austríacos Mikan, Pohl e von Natterer, o toscano Raddi e os bávaros Spix e Martius, autores, todos eles, de valiosos trabalhos referentes à botânica, zoologia, mineralogia e etnologia brasileiras. Os dois últimos escreveram notável *Viagem pelo Brasil*, tornando-se Carlos Frederico Filipe von Martius, cognominado «o amigo das palmeiras», coordenador, já sob o Segundo Reinado, da monumental edição da *Flora Brasiliensis*, a mais notável obra até hoje escrita sobre a nossa botânica.

C) IMPRENSA

Para o desenvolvimento cultural do Brasil muito concorreu a fundação da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro. De sua direcção participaram os brasileiros José da Silva Lisboa e Mariano José Pereira da Fonseca, no Império intitulados Visconde de Cairu e Marquês de Maricá. Valiosa foi a sua actividade editorial e impressora, sendo considerável o número de livros, folhetos e periódicos nela publicados, de 1808 a 1821. Entre os últimos figuram o primeiro jornal brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822), órgão officioso, e a notável primeira revista carioca *O Patriota* (1813-1814).

Também na Baía, e depois noutras capitánias ou províncias, estabeleceram-se bibliotecas e tipografias. Naquela, publicaram-se a segunda gazeta do país — a *Idade d'Ouro do Brasil* (1811-1823) e a primeira revista brasileira — *As Variedades ou Ensaios de Literatura* (1812).

D) LETRAS

Diversos escritores brasileiros tornaram brilhante o período de permanência da Corte portuguesa do Brasil.

Além dos cientistas já mencionados, um grande publicista muito se distinguiu nessa fase da vida nacional: José da Silva Lisboa, depois 1.º Barão e Visconde Cairu, notável economista e historiador, doutrinador político e educador religioso, jornalista e panfletário dos mais activos que tem tido o Brasil.

Entre os historiadores, salientam-se os memorialistas, como Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, autor das *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias anexas*; José Feliciano Fernandes Pinheiro (mais tarde Visconde de São Leopoldo), que escreveu os *Anais da Capitania (depois da Província) de São Pedro*; Padre Luís Gonçalves dos Santos (*Padre Pereréca*), autor das *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*; e Baltazar da Silva Lisboa, redactor dos *Anais do Rio de Janeiro*.

Como criador da Geografia do Brasil, embora aqui não tivesse nascido, deve ser mencionado o Padre Manuel Aires de Casal, autor de preciosa *Corografia Brasílica*.

Representam a oratória sacra Frei Francisco de São Carlos, o Cónego Januário da Cunha Barbosa, ambos também poetas, além de Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, eventualmente jornalista, como o anterior. Dos oradores políticos o mais notável foi António Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva, principal deputado brasileiro às Cortes de Lisboa.

Entre os eruditos do tempo devem ser citados, além de José da Silva Lisboa, o Bispo de Pernambuco e de Elvas,

D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, que escreveu várias memórias, e António de Moraes Silva, autor do *Dicionário da Língua Portuguesa* em que pela primeira vez se incluíram brasileirismos.

Dos jornalistas brasileiros da época merece referência, em primeiro lugar, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, que entre 1808 e 1822 redigiu em Londres a inestimável revista denominada *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*. O militar Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, além de redactor da *Gazeta do Rio de Janeiro*, durante nove anos, dirigiu a excelente revista *O Patriota* e, em 1821-1823, o órgão político *O Espelho*.

E) ARTES

O ensino artístico começou no Brasil, ainda no período colonial, com as aulas régias de desenho, de que foram professores o pintor e gravador Manuel Dias de Oliveira, no Rio de Janeiro; o Padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, em Olinda; e o pintor Manuel da Costa Ataíde, em Mariana.

Vindo para o Brasil o Príncipe-Regente D. João, acompanharam-no ou vieram posteriormente para o Rio de Janeiro diversos artistas portugueses de valor, entre eles os pintores Joaquim Cândido Guillobel e Henrique José da Silva. Aos seus nomes devem ser acrescentados os nascidos no país, como José Leandro de Carvalho e Francisco Pedro do Amaral, além do citado Manuel Dias de Oliveira, o Brasiliense, ou o Romano, por ter estudado em Roma.

Em 1816 chegou ao Brasil a Missão Artística Francesa, em Paris contratada pelo Embaixador Marquês de Marialva, aqui muito bem acolhida por D. João e pelo Ministro Conde da Barca. Chefiava-a o pintor Joaquim Lebreton, Secretário do Instituto das Belas Artes de França, pouco depois falecido. Eram seus principais componentes Nicolau António Taunay e João Baptista Debret, ambos pintores; Augusto Taunay, escultor; Grandjean de Monti-

gny, architecto; Charles Simon Pradier, gravador como Zeferino Ferrez, e Marcos Ferrez, ornamentista.

Em 1820 foi criada a Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Architectura Civil, dirigida por Henrique José da Silva.

Além das artes cujo ensino era objectivo da Academia, deve ser mencionada a música, muito protegida por D. João, especialmente a sacra. O português Marcos Portugal, o notável brasileiro Padre Maurício Nunes Garcia e o austríaco Sigismundo Neukomm — foram os maiores compositores da Corte portuguesa estabelecida no Rio de Janeiro (1).

HÉLIO VIANNA

(1) Não foram incluídos no presente trabalho outros aspectos do período relativo à permanência da Corte portuguesa no Brasil, embora merecedores de especiais atenções. É o que acontece, por exemplo, ao que se refere à respectiva política exterior e à sua fase final (1817-1821).

O PALEOLÍTICO DE LISBOA E ARREDORES

Interessados no conhecimento do paleolítico dos arredores de Lisboa, iniciámos há tempos um estudo de conjunto, tentando relacionar as indústrias, baseados nas técnicas e na tipologia dos instrumentos, com as formações geológicas dos solos, formas do relevo, modo de vida, etc.

A necessidade duma cuidadosa observação e da elaboração de numerosas estatísticas, faz-nos prever alguns meses de trabalho antes da publicação do referido estudo.

Hoje, com mero carácter de divulgação, apresentamos um sumaríssimo bosquejo das indústrias paleolíticas que ocorrem na área circunvizinha de Lisboa.

* * *

Toda esta área, que se tem patenteado rica em achados pré-históricos, é, contudo, duma tão tremenda heterogeneidade cultural que toda a prudência é pouca para o seu estudo. Vias de trânsito, tanto pelas margens do Tejo, como pela orla marítima, teriam facultado o acesso a várias influências que se entrecrocaram, ao lado de outros factos que não serão, possivelmente, mais do que simples casos de convergência. Pode-se afirmar que poucas são as culturas paleolíticas, quer encaradas sob o ponto de vista tipológico, quer tecnológico, que não aparecem nesta região, autêntico labirinto para investigadores e vasto laboratório para todos aqueles que se dediquem a tais estudos.

Existe, porém, um grupo fundamental do Paleolítico de Lisboa e arredores com certo carácter de uniformidade, precisamente o que tem aparecido, até agora, em maior abundância e cuja área de distribuição coincide com a

dos afloramentos basálticos e cretácicos. Contudo, em cada uma das áreas referidas apresenta esse grupo fácies diferentes e, por isso, consideraremos dois tipos: o Paleolítico dos afloramentos basálticos e o Paleolítico dos afloramentos cretácicos.

Um exame demorado do assunto, que apresentamos com as necessárias reservas, levou-nos à seguinte conclusão: o primeiro é nitidamente mais antigo e o material que tem fornecido vai rareando à medida que nos avizinhamos do paleolítico superior; nas estações da segunda categoria, pelo contrário, o material antigo tem-se mostrado raro e as suas culturas são, principalmente, do Paleolítico superior, com grande número também de peças mustierenses. As indústrias dos afloramentos cretácicos continuam, por assim dizer, as dos afloramentos basálticos, mas coexistindo nas duas áreas geológicas e mostrando apenas uma diferente representação. O facto deve relacionar-se com motivos de ordem vária, entre as quais cremos poder-se salientar a procura de matéria prima adequada às exigências provenientes da evolução das técnicas e o desejo de garantir mais eficientemente a posse da mesma matéria prima. O fenómeno pode relacionar-se ainda com o aspecto de estação oficina, aqui tão frequente⁽¹⁾. Isto equivale a dizer que as duas fácies se completam e que, para as podermos compreender, há que estudá-las primeiramente em separado e depois em conjunto.

Duma maneira geral a evolução das técnicas nestas estações obedece aos clássicos quadros da classificação da pré-história. São, na sua totalidade, de superfície e em tal

(1) No Porto, por exemplo, cidade situada, como Lisboa, perto da foz dum rio importante, tal aspecto não foi notado até hoje. Há um predomínio nítido das culturas paleolíticas da orla marítima. As lascas afeiçoadas não aparecem em grande número, abundando os instrumentos trabalhados em calhaus rolados, na sua maioria de quartzite, mas alguns também de quartzo, sendo raro o aparecimento de instrumentos de sílex. Encontram-se formas do Abevilense, Acheulense, Mustierense e Languedocense.

modo de jazida nos aparecem na mais confrangedora promiscuidade — parcialmente remediada por uma seriação segundo pátinas e estado de conservação de arestas e retoques — todas as técnicas e culturas mais vulgares: Abevilense, Acheulense (em todas as suas fases de evolução), Clactonense, Taiacense, Levaloisense, Mustierense e Paleolítico superior, este desde as raspadeiras típicas do Aurignacense até às pontas solutroides e aos buris do Magdalense. Não podemos, deste modo, falar de estações típicas de qualquer técnica ou fase cultural. Santa-Olalla considerou a estação de Casal do Monte como um dos exemplos do seu Izidrense I, que seria coevo do Abevilense (1). Em nosso entender, a atribuição não corresponde a qualquer realidade.

Na estação de Vila Pouca, mercê de depósitos efectuados no fundo de pequena ravina, parcialmente conservados até hoje, o dr. G. Zbyszewski pôde identificar um nível com indústria típica do Paleolítico superior a que se sobrepõem outros com predominância nítida de elementos neo-eneolíticos.

São numerosíssimas as estações conhecidas nos arredores de Lisboa. Desde que, pela primeira vez, Fonseca Cardoso assinalou aqui a existência de paleolítico, não mais

(1) Santa-Olalla, baseando-se no material colhido em estações dos arredores de Madrid, entre os quais a de S. Izidro, engloba o Paleolítico dentro dum termo que convencionou ser Izidrense, subdividindo-o em Izidrense I, Izidrense II, etc., para cada uma das suas técnicas, a que se seguiria um Matritense, também paleolítico. Ora, a estação de S. Izidro poderá ter uma fácies caracterísca, mas as técnicas que apresenta o material são várias e as mesmas que são conhecidas em outras estações da península, desde o Abevilense e o Clactonense. Compreende-se que se empreguem as designações de Clactonense, Acheulense, Mustierense, etc., para as técnicas ou indústrias que foram encontradas nas estações típicas de Clacton, S. Acheul, Moustier, etc., mas não se justifica o mesmo princípio para o Izidrense de S. Izidro, ou o Matritense, como não se justificaria para um Monsantense, de Monsanto, ou para um Alpiarcense de Alpiarça. Não são igualmente exactos, em grande parte, os exemplos que escolheu, pelo menos, no respeitante ao nosso país.

terminou a descoberta de estações paleolíticas nesta região. Devem, com justiça, lembrar-se os nomes de Joaquim Fontes, Bovier Lapierre, Vergílio Correia, Alves Pereira, Mesquita de Figueiredo, Alves Costa, Abílio Roseiro e Cordeiro de Sousa. Ter-se-á uma ideia da intensidade de povoamento que, durante essas eras, aqui existiu, analisando o trabalho de Eugénio Jalhay e Afonso do Paço, sobre o «Páleo e mesolítico português», publicado em 1941. Já, por essa época, avaliava Breuil uma média de duas estações por quilómetro quadrado; posteriormente, Zbyszewski, M. Vaultier e o autor destas linhas têm efectuado novas descobertas...

As principais estações dos afloramentos basálticos que se conhecem são as da Serra de Monsanto (Moinho das Perdizes, Moinho das Cruzes, Moinho da Carrasqueira, Tapada da Ajuda, etc.), as de A-da-Maia e Amadora (Borel Horta, Casal da Serra, Neudel, Alferragide, etc.), Casal do Monte, e outras. As dos afloramentos cretácicos são Vila Pouca, Santana, Alto da Sarafina, etc. Nesta última, encontra-se uma cultura de lascas, de cronologia em parte contemporânea do Paleolítico superior, mas com uma técnica que nos faz pensar em tradição clactonense. Igualmente são de assinalar certas formas que, aliadas a alguns aspectos do Paleolítico desta zona perto da sua fase final, aparentam, como já dizia Breuil, «um vago sabor campigniense».

Eventualmente, misturadas com as peças que constituem o fundo das culturas e técnicas atrás mencionadas, surgem outras, cujo aparecimento, para algumas, é talvez devido à proximidade de estações em que tais elementos são típicos, mas que, para outras, é de difícil explicação.

Assim, é frequente aparecerem nos afloramentos basálticos de Monsanto pequenos seixos truncados idênticos aos que ocorrem, em grandes associações, no litoral português — que Breuil designou por estilo lusitaniano ou lusitano — e que, para este caso, apresentam um aspecto micro-lusitano. Não longe, em Liceia, têm sido encontradas pelo escultor Álvaro de Brée estações típicas com abundância de seixos truncados micro-lusitanos.

Os calhaus trabalhados com técnica languedocense igualmente se encontram, mas raros. Entre nós eles são apenas típicos de estações em prais ou terraços. É notável, por exemplo, a grande abundância daqueles calhaus — já evoluindo naturalmente do Acheulense — no NO. peninsular e que, associados aos picos e, mais recentemente, também aos pesos de rede, vão dar origem à tão característica cultura aí desenvolvida e que, embora algumas correntes pretendam filiar totalmente numa cronologia post-paleolítica, deve ter tido origem em época muito mais remota, de onde evoluiu até ao Asturiense. Desta cultura — da orla marítima do NO. peninsular — temos dois exemplares nas colecções provenientes dos arredores de Lisboa, colhidos no Moinho das Perdizes: um pico e um peso de rede. O primeiro, pelo seu estado de conservação, entra na série II, contemporânea do Acheulense antigo; o segundo é mesolítico. Trata-se, a nosso ver, de simples convergência, pelo menos, quanto ao primeiro.

Na estação paleolítica da Junqueira, descoberta por M. Vaultier, apareceram várias peças que tipologicamente lembram as de Alpiarça e Muge, entre as quais um coup-de-poing.

Localizam-se algumas outras estações à superfície de formações geológicas de natureza diversa daquela em que foram descobertas as anteriores, como seja a da Buraca, nos terrenos oligocénicos de Benfica, e a do Pinhal da Chernesca, perto do Lumiar, no Miocénico. A primeira forneceu material atípico; na segunda aparece Paleolítico superior e Mesolítico.

Em Santo Amaro de Oeiras, num baixo terraço do Tejo, foi localizada recentemente uma jazida com peças micro-lusitanas.

Quanto a grutas, a que se encontra mais perto de Lisboa e forneceu material paleolítico é a da Ribeira de Lage, em Oeiras. Não foi feita oportunamente qualquer comunicação, motivo porque se desconhece o modo de jazida. O exame do material paleolítico recolhido revela a existên-

cia de Mustierense e de Paleolítico superior, este representado, entre outros exemplares, por pontas solutrenses.

Poderíamos, seguidamente, referirmo-nos às estações que, nas praias do litoral e nos terraços do Tejo, têm sido assinaladas e, bem assim, às suas indústrias, mas as mais próximas encontram-se já a relativa distância de Lisboa e são culturalmente afins das indústrias que se encontram em meio semelhante, sem qualquer facies especial. Merecem, contudo, referência, pelas afinidades que apresentam as suas culturas com as de Lisboa, as jazidas encontradas nos dois baixos terraços do rio Trancão, contemporâneos do interglaciário Riss-Wurm, situados em S. Antão e S. Julião do Tojal, referenciadas por Carlos Ribeiro e mais tarde estudadas por Breuil e Zbyszewski. Ali, associada a restos de *Elephas antiquus*, *Equus caballus* e a um coprólito de *Hyena*, foi encontrada uma abundante indústria mustierense.

Elaborado este resumido estudo do Paleolítico dos arredores de Lisboa, tracemos um esboço do que se passa nas vizinhanças.

Para Este, situam-se, na margem oposta do Tejo, os jazigos languedocenses de Alcochete (1) e Benavente. Para Nordeste, as estações de Alpiarça e Muge, com características tão próprias e diferentes das de Lisboa, quer no tipo, quer na evolução das técnicas;— embora recentemente se hajam localizado estações semelhantes em outros locais do país. Para Norte, a não ser longe, pouco se conhece. Olhando para Ocidente, encontramos os jazigos de Açafora, Magoito, Praia das Maças e Cascais, típicos dum Paleolítico do litoral. Mais para Sul, os da Costa da Caparica, Cabo de Espichel e os da Costa da Arrábida, idênticos aos anteriores.

Todas estas culturas são diferentes do Paleolítico que tão abundantemente surge nos arredores de Lisboa, nos afloramentos de Cretácico e de basalto.

Assim, parece à primeira vista existir na região dos arredores de Lisboa uma zona cultural bem distinta.

(1) Alcochete tem igualmente fornecido material mustierense.

Como interpretar este facto? Por condicionalismo geográfico do rio, pela natureza geológica do solo ou pelas características físicas do meio?

Na primeira hipótese haveria que admitir várias migrações culturais, seguindo, de E. para W., as margens do Tejo, as quais, ao chegarem à foz, tivessem procurado o meio mais favorável para se fixarem. Isto explicaria a abundância de indústrias, mas não completamente a uniformidade cultural que, quilómetros acima, na margem do rio, já tão diferente é.

A natureza geológica do solo é um factor de peso, principalmente quanto ao Paleolítico antigo, tanto mais que, ao passo que nas estações do tipo de Alpiarça o material é quase exclusivamente quartzítico e nas do litoral a quartzite é ainda a matéria-prima mais empregada e fácil de obter, nas estações dos arredores de Lisboa o silex aparece em grande quantidade associado ao quartzo e à quartzite para, em certa altura, o suplantar. Mas surge, com este facto, um grande problema: foi a natureza geológica das formações que criou a técnica e o tipo?

No Monsanto, notámos que, ao avizinhar-se o Paleolítico superior, o homem tende a fugir, em parte, dos afloramentos de basalto, onde restos pliocénicos lhe haviam fornecido seixos que utilizou, principalmente, no fabrico das suas peças acheulenses; para procurar os afloramentos cretácicos, onde o silex ia ser mais delicada matéria-prima para a sua pequena utensilhagem. Subentende-se, pois, que nos encontramos perante uma subordinação da matéria-prima à técnica. Queremos dizer: parece que, em certa altura, o homem deixou de ser escravo da matéria-prima para procurar aquela que, segundo as suas condições de vida, lhe era propícia, tentativa essa de independência, que, desde os mais remotos restos de cultura, se parece acentuar cada vez mais. Se isto é assim — e verificamos que no Monsanto tal fenómeno se vê já com certa amplidão um pouco antes do Paleolítico superior — porque motivo vamos encontrar, a tão curtas distâncias, outras técnicas contemporâneas, mas dife-

rentes, como o Languedocense que, desde o Acheulense final, se prolonga até ao Mesolítico?

Estamos então caídos na explicação pelo meio físico e pelo modo de existência. E não admira que assim seja pois que se o condicionalismo geográfico impera tão fortemente no homem de hoje, como não havia de imperar já nesse tempo no homem de então, de necessidades mais simples, é certo, mas mais servo da Natureza? Não são bem frisantes da influência do meio físico no homem paleolítico as culturas do nosso litoral?

No entanto, tudo isto por ora é vago. Natural é mesmo que entre todos estes factores haja uma certa interdependência, e que todos tenham contribuído de certo modo para a criação da fácies apresentada pelo Paleolítico dos arredores de Lisboa. É de admitir que futuras descobertas venham mostrar que o Paleolítico que, na região ulissiponense, mostra certas diferenciações dos outros grupos paleolíticos do país, ocorra também noutras regiões. Adoptámos, porém, a designação de «Paleolítico tipo dos arredores de Lisboa» para as indústrias que apresentem uma fácies similar da que nos aparece como característica desta região.

Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Julho 1948.

J. CAMARATE FRANÇA

ALGUMAS NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- G. et A. de Mortillet — *Le Préhistorique*, 3.^a edição. Paris, 1900.
- Hugo Obermaier — *El Hombre Fósil*, 2.^a edição. Madrid, 1925;
Fossil Man in Spain, New Haven, 1924.
- Mendes Corrêa — *Raça e Nacionalidade*, Porto, 1919; *A Lusitânia pre-romana*, «História de Portugal», Barcelos, 1928, vol. I;
Os povos primitivos da Lusitânia, Porto, 1924.
- Joaquim Fontes — *O homem fóssil em Portugal*, «Coleção Natura», Lisboa, 1923; *Contribution à l'étude de la période paléolithique en Portugal* — VII Congrès Préhistorique de France — Nîmes, 1911; *Note sur le chélléen de Casal do Monte*, «B. S. P. Sc. N.», tomo VII, Lisboa, 1915; *A questão do homem fóssil em Portugal*, «Arquivo Histórico de Portugal», Lisboa, 1932; *Estação paleolítica do Casal do Monte*, Lisboa, 1910; *Note sur le mustérien au Portugal* — VIII Congrès Préhistorique de France — Angoulême, 1912; *Instruments paléolithiques dans la collection de préhistoire du Service Géologique — Instruments paléolithiques des environs de Santo Antão do Tojal*, «Com. S. G. P.», tomo XIII, Lisboa, 1916; *Indústrias paleolíticas do Casal do Monte*, «M. E. A. P.», vol. I, n.º 2, Leiria, 1910; *Nos tempos pré-históricos*, «Lisboa, oito séculos de história», Lisboa, 1947.
- Afonso do Paço — *Carta paleolítica e epipaleolítica de Portugal*, «T. A. A. P.», vol. I, Lisboa, 1934; *Páleo e mesolítico português: descobrimentos — bibliografia — I*, «Revista de Guimarães», tomos XLVI-XLVII, Guimarães, 1930-1937.
- Vergílio Correia — *O paleolítico em Portugal*, «Archeól. Port.», vol. XVII, Lisboa, 1912; *Facas e raspadores da estação paleolítica de Monsanto*, «Archeól. Port.», vol. XVII, Lisboa, 1912; *O paleolítico português — Descobrimentos*, «Terra Portuguesa», n.º 21-23, vol. II, Lisboa, 1917.
- Eugénio Jalhay — *Algumas palavras sobre arqueologia: III — A idade da pedra lascada ou período paleolítico*, «Brotéria», vol. XX, fasc. III, Lisboa, 1922; *L'industrie de type asturienne sera-t-elle une industrie purament locale?*, Proc. F. I. C. P. P. Sc., Londres, 1932.
- Eugénio Jalhay e Afonso do Paço — *Páleo e mesolítico português*, «Anais da Academ. Port. de História», vol. IV, Lisboa, 1941.

- H. Breuil — *Impressions de voyage paléolithique à Lisbonne*, «Terra Portuguesa», vol. III, Lisboa, 1918.
- H. Breuil e G. Zbyszewski — *Contribution à l'étude des industries paléolithiques de Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire*, «Com. Serv. Geológ. Port.», tomos XXIII e XXVI, Lisboa, 1942 e 1945; *Le Quaternaire de Santo Antão do Tojal*, «Com. Serv. Geológ. Port.», tomo XXIV, Lisboa, 1943.
- G. Zbyszewski — *La classification du Paléolithique ancien et la chronologie du Quaternaire au Portugal*, Porto; *Les éléphants quaternaires au Portugal*, «Com. Serv. Geológ. Port.», tomo XXIV, Lisboa, 1943.

A FAMÍLIA DO DR. ANTÓNIO HOMEM E OS CÓNEGOS, COM ELE CONIVENTES, A CONTAS COM A INQUISIÇÃO

ESTUDO DE PROCESSOS DESCONHECIDOS

Quem ler no celebérrimo processo inquisitorial movido ao professor doutor António Homem, às do Direito Canónico do tempo, as declarações regimentais sobre a sua genealogia, depara com as seguintes personagens, então existentes, que evidentemente nos interessam: um irmão Gonçalo Homem, emigrado no Brasil, uma irmã mais velha, D. Guiomar d'Almeida, casada com o doutor corregedor, Manuel d'Elvas Quaresma e outra irmã mais moça, chamada Maria Brandôa, solteira, e sua companheira das portas a dentro.

Deixemos o irmão, ausente nas terras de Santa Cruz onde tardiamente poderiam ter chegado ecos da terrível desgraça que impendeu sobre António Homem; vejamos porém a situação assás melindrosa das suas duas irmãs. A mais velha, encostou-se é certo a boa árvore, um magistrado, cristão velho dos quatro costados; mas valeria-lhe isso muito? É de supor que pouco se fiaria em tal ligação pois, após a declaração genealógica que vimos e, antes do auto da fé que vitimou o doutor António Homem, D. Guiomar d'Almeida se finava, decerto amofinada com a dura sorte de seu irmão. E razão de sobra tinha para tal. A 6 de Junho de 1623 a inquisição de Coimbra assinava um mandado de captura contra seu filho, Valentim Quaresma, assistente no Porto, onde o pai era desembargador da Relação. Dava entrada no cárcere no dia 10 de Junho. Acusado de judaísmo, declarou ter 26 anos e ser bacharel em cânones. Era seu pai, natural de Tavira e havia ele nascido em Azeitão. Sobrinho, como já disse, do doutor António Homem o seu processo (n.º 5.051 da inquisição de Lisboa) foi sumário e, pelo acórdão final, condenado a cárcere e hábito peni-

tencial a arbítrio. Indo ao auto da fé de quatro de Maio de 1625, foi-lhe tirado o hábito penitencial em 8 de Julho, estando assim apenas dois anos sob os ferros inquisitoriais.

Mas pior aconteceu a sua tia, Maria Brandôa ou, como ela sempre se assina, dona *Maria dalmeida*. Deu entrada no cárcere da inquisição de Coimbra a 28 de Março de 1620, denunciada por Leonor de Caminha, a quem, em Vagos, se confessara como crente na lei de Moysés, por Vicência d'Ares, sua prima co-irmã e outras. Com sessenta anos de idade, declarou ter sido educada no mosteiro de Celas, *ou antes no mosteiro velho de Sant'Ana*, mas negou a pés juntos a sua culpa. Em 29 de Março de 1623 por isso foi, simuladamente, mandada entregar à justiça secular como quem dissesse condenada à morte, e então ela, mais fraca que o doutor António Homem, confessou suas culpas. Não julgaram porém a confissão completa e assim posta a tormento. Reza o auto respectivo: *foi mandada levar ao banquinho... foi começada a atar... foi atada perfeitamente, pediu mesa (como quem dissesse audiência) e vindo a ela, por não dizer cousa de substancia, foi outra vez mandada ao tormento e, querendo ser alevantada... lhe foy dado hũ trato corrido, e foy outra vez começada a levantar e por nam querer dizer nada, e estar satisfeito ao assento que neste seu processo estava tomado, foi mandada descer e desatar e levada a seu carcere.* Em que estado fácil é de prever.

Finalmente, pelo acórdão derradeiro, foi mandada abjurar públicamente, com cárcere e hábito penitencial perpétuos, o que efectivamente fez no auto celebrado na praça de Coimbra em 18 de Junho de 1623. Mas, coisa curiosa! Ela, que, como se vê do decalque junto, se assinava sempre *dona M.^a dalmeida*, assinou-se na abjuração em forma *M.^a doctor* e no termo de soltura e segredo principia a assinar, mas por fim desiste; têm de o fazer a seu rogo.

O seu estado mental já não devia ser normal (1).

(1) Inquisição de Coimbra, proc. n.º 7.440.

Embora encontremos na lista respectiva, entre os condenados, Estêvão Couceiro Homem, não aparece este processo crime que nos elucidaria acerca da origem do seu parentesco com o *praeceptor infelix*. O doutor António Homem não foi sòmente um notabilíssimo lente coimbrão; foi também cónego doutoral na sua sé, e assim con-

domo m dalmida

vente com outros personagens de triste memória que, assessores de um príncipe da igreja católica, na aparência portanto fervorosos apaniguados da religião do Crucificado eram, no íntimo, apaixonados da seita moysaica. *A priori* se reconhece ser isto inadmissível. Por tanto não admira que as leis canónicas fossem muito expressivas a tal respeito. «Mantinha se, escreve Fortunato de Almeida (1), a antiga regra de não admitir nas corporações capitulares hereges, nem mouros, nem judeus, nem seus descendentes. Havendo hesitações, Clemente VIII determinou para sempre que os descendentes do sangue hebreu fossem excluídos dos canonicatos. Tinha o breve a data de 18 de Outubro de 1600» (2).

Numa época em que a fertilidade legislativa não se comparava com a de hoje o breve estava fresquinho e applicava-se em toda a sua extensão, além de António Homem, aos cónegos André d'Avelar, Crispim da Costa, Matheus

de docboa

Lopes, António Dias da Cunha e Fernão Dias da Silva. Pena é não se poderem estudar em conjunto todos os processos movidos pela Inquisição a estes cónegos pois não se encontram os de Mateus Lopes e Fernão Dias da Silva. Os de António Homem e de André d'Avelar já foram por nós estudados no 1 volume dos *Episódios da Inquisição*.

(1) *História da igreja em Portugal*, vol. III, parte 1, pág. 137.

(2) *Corpo Diplomático*, XII, pág. 91.

Vejamos por isso agora sòmente os dos cónegos Crispim da Costa (n.º 5.688 da inquisição de Coimbra) e António Dias da Cunha (n.º 3.901 também da mesma inquisição).

Foi o primeiro o denunciante de André d'Avelar. Tinha 47 anos de idade e era natural de Lisboa.

A 25 de Fevereiro de 1620 deu entrada nos cárceres. Havia sido acusado pelo cónego António Dias da Cunha, que também acusou os cónegos Manuel Teles e Francisco Borges, todos de judaísmo. Quanto ao cónego Manuel Teles não julgaram suficiente o depoimento para prisão, mas não assim a respeito do cónego Crispim da Costa. Quanto a Francisco Borges também pareceu não ser suficiente, tanto mais que ele, de idade avançada e residindo numa quinta, não podia fugir.

A 24 de Fevereiro foi pois Crispim da Costa convidado a ir de noite por causa do escândalo, a casa do inquisidor Simão Barreto de Meneses. Com efeito assim succedeu e *logo disse que elle vinha mui prestes... porque via os tempos revoltos e quatro conegos da sua see prezos por judaismo e que não sabia se diriam ou teriam dito delle alguma cousa. Não se enganava.*

Em 25 de Fevereiro o deputado do St.º Of.º Bento d'Almeida, arcediago na Sé, que acompanhou na noite anterior Crispim a casa do inquisidor Simão Barreto de Meneses disse que ante hontem, pela manhã, depois de saírem da Sé, Crispim da Costa o tomou de parte e, estando ambos sós, assentados em um escabelo, no corpo da igreja, lhe confidenciou o seguinte:

— *Senhor, V. M. saber-me ha dizer alguma cousa acerca d'isto que se diz que Cristovão de Sá me anda inquietando, dizendo que eu tenho culpa no cónego Matheus Lopes estar preso pelo St.º Of.º e que o ensinei a ser judeu e que o dito Cristovão de Sá o vae contar a casa do inquisidor deão?*

Bento d'Almeida respondeu-lhe que ouvira efectivamente dizer que Christovão de Sá havia estado uma tarde em casa do inquisidor deão, mas devia ser visita ordinária.

Na mesma audiência depôs o cónego Nicoláu Monteiro, vigário geral do bispado:

«Sabado passado, a horas de Avé Marias, andando ele testemunha passeando no ladrilho da Sé, e chegou ahi o dito Crispim da Costa e, apartando-se com ele testemunha, lhe deu conta como andava inquieto e enfadado, temendo que lhe succedesse algum mal porquanto tinha notado nos trez capitulares, deputados deste St.º Of.º que lhe não faziam tão bom rosto como d'antes e que lhe falavam mais carregados do que costumavam! ..

No mesmo dia depôs o arcediago Julião Pinheiro e declarou que, «sabado passado, estando ele testemunha passeando no claustro da Sé com o conego Crispim da Costa, este disse a elle testemunha que queria desabafar com elle como um amigo, natural da mesma patria e conhecido de tantos anos e logo, com grandes estremos de sentimento, lhe começou a dizer que a honra d'ele, Crispim, estava posta em mão de quatro velhacos que estavam presos do Stº Of.º, nomeando os conegos Ant.º Homem, Fernãm Dias, e Matheus Lopes, e o médico Francisco d'Almeida e ele testemunha lhe perguntou como, havendo tanto tempo que as ditas pessoas estavam presas, agora lhe lembrava temer-se e recear-se delas e o dito Crispim da Costa lhe respondeu que os arcediagos Bento de Almeida, M.º de Sousa e o dr. João Pimenta lhe falavam de algum tempo a esta parte mais chumbados e carregados do que costumavam e que isto o tinha a máo sinal»...

Bento d'Almeida, na audiência da tarde, veio aditar o seu depoimento: «Indo elle testemunha esta tarde á Sé, depois da Noa e antes das Vesperas, chamou-o o conego Crispim e o levou para o claustro de cima onde, andando ambos sós, apertou muito com ele, que lhe quizesse dizer se estava culpado no Santo Officio, mostrando o mesmo temor e receios e por isso... se pode temer com muito fundamento que se absente o dito conego.»

Até aqui as acusações, vejamos agora as declarações do próprio, aliás de grande interesse biográfico.

A 1 de Março de 1620 foi com efeito o primeiro interrogatório de Crispim da Costa e confessou que, sendo de 12 ou 13 anos, entrou no serviço do bispo D. Afonso de Castelo Branco, onde aprendeu latim, Artes e Teologia e, dois anos antes do falecimento do bispo, entrou para cónego da Sé e que haverá uns quatro anos passou a ter amizade com o dr. António Homem e depois a crer na lei de Moisés, o que declarou não só a António Homem como aos cónegos Mateus Lopes e Fernão Dias, António Dias da Cunha, André d'Avelar e ao médico Francisco d'Almeida.

Na audiência de 14 de Março acrescentou mais o doutor António Gomes, lente de prima de medicina, com as quais 7 pessoas mutuamente se tinham declarado judaizantes, além doutras.

Pelo acórdão final foi condenado a cárcere, sendo-lhe publicada a sentença no auto da fé de 29 de Março de 1620. Assinaram-lhe por cárcere a cidade de Coimbra e, em 23 de Junho de 1620, lhe mandaram tirar o hábito. Ficou livre portanto e com ele não foram os inquisidores tão rigorosos como com o cónego António Dias da Cunha (1), como se vai ver, embora ficasse infamado para toda a vida.

António Dias da Cunha, filho do médico Lopo Dias da Cunha, natural do Porto, ao tempo de cincoenta anos de idade, deu entrada no cárcere da inquisição de Coimbra a 15 de Setembro de 1618. Acusado de judaísmo por seu irmão, o médico Luís da Cunha, logo na primeira audiência, de 29 do sobredito mês e ano, confessou as suas culpas, de que aliás também foi acusado pelo l.^{do} Tomé Vaz (2). Pouco tempo depois, a 6 de Novembro, concretizou melhor a sua confissão indo a casa do cónego Fernão Dias, a visitar o irmão deste, Marçal Nunes, advogado na legacia, se declararam os três, como criam e viviam na lei de Moisés e nela esperavam salvar se e, de então por diante ele e Fernão

(1) Processo n.º 3.901 da inquisição de Coimbra.

(2) Vide *Episódios da Inquisição*, 1 volume.

Dias se ficaram conhecendo *como pessoas apartadas da fee e observantes na lei de Moysés.*

As declarações do réu não satisfaziam os inquisidores e assim o sujeitaram a uma dura prova e que no caso presente teve requintes de crueldade. Transcrevemos *ipsis verbis* para não alterar o sabor verdugo.

Foi posto a tormentos e assim, *começado a atar atado perfeitamente e alevantado até o lugar do libello, onde sendo amoestado disse que queria vir à mesa.*

Entre outras coisas confessou então que, indo a casa do cónego Matheus Lopes, estando ambos sós, declararam-se como crentes na lei de Moysés; idem a casa do cónego Crispim da Costa. Foi novamente *levantado até o do libello* e então continuou as acusações. *Por mais não dizer foi outra vez levantado ao lugar do tormento e levantado até a roldaina e por dizerem o médico e surgiam que não era capaz de tormento experto por ser quebrado de ambas as vrilhas lhe foi dado hum trato corrido com que desanimou e perdeu a falla e foi visto pello medico e surgiam e por affirmarem ambos que não estava capas de mais tormento por aver muito tempo que estava atado e ser muito fraco e indisposto, o que tudo affirmaram sob cargo do juramento que ambos receberam dos santos evangelhos, em que poseram suas mãos e porem que ainda poderia ser levado ao potro e nelle ter algum tormento, o mandaram desatar. Mas o cónego não confessou mais e por isso foi despojado de todos os seus vestidos, até ficar em camisa e foi deitado no potro, onde começou a dizer.*

Senhor, lembrai-vos de mim, chamando por Deus nosso senhor e que Deus lhe trouxesse á memória o que lhe faltava pera o dizer e foi atado nas partes ordinarias e lhe foram dadas duas voltas na primeira corda húa em cada braço e por tornarem a dizer o medico e surgiam sob cargo do juramento que tinham recebido que não estava capas de mais tormento o mandou o senhor inquisidor desatar e levar a seu cárcere com protesto de se continuar o tormento quando assi parecesse justiça.

Dos muitos centos de processos que pela mãos nos passaram, este tormento é o mais requintadamente cruel.

Foi publicada a sua sentença a 29 de Março de 1620 no auto público celebrado em Coimbra na praça e no dia 30 foi mandado soltar, tendo abjurado publicamente, com cárcere e hábito perpétuo. Vê-se que se expatriou para Itália pois vem, no fim do processo, uma carta do Réu dirigida ao Inq.^{dor} G.^{al}, datada de Roma, 3 de Junho de 1620, alegando que serviu a sé de Coimbra 33 anos, confiavam-lhe o cartório, pede a revisão do processo, ataca Simão Barreto de Meneses; diz que fez acusações falsas e que o tormento que lhe deram foi como a nenhum outro preso; protesta largamente contra este tormento que, como já vimos, foi excepcional.

Tal é uma das páginas mais negras da Inquisição coimbrã, mas páginas vitais para a sua história e a acrescentar às que publicámos no 1 volume dos *Episódios da Inquisição*, nos capítulos respeitantes a António Homem, André d'Avelar e Tomé Vaz.

Para aí remetemos o leitor curioso.

ANTÓNIO BAIÃO

LA PRÉPARATION PROFESSIONNELLE DES MAÎTRES DE L'ENSEIGNEMENT SECONDAIRE (1)

Le sujet que je me propose de traiter se révèle, à première vue, très *vaste* et fort *complexe*. Mon premier soin sera de le *limiter* et d'en *préciser* autant que possible les aspects. Afin que mon exposé ne soit pas trop long, j'adopterai volontairement une forme *condensée* et *simple*.

Tout d'abord, je n'envisage ici que le problème de la *formation professionnelle*, logiquement subordonné à celui de la *sélection vocationnelle*. Cette subordination est commandée par le bon sens et par l'économie. Avant d'élaborer des programmes de formation, il faut, comme dit G. Kerchensteiner, savoir *qui* doit être formé. Une des lois fondamentales de l'apprentissage est la loi de la disposition convenable (*readiness*). Elle s'applique ici comme ailleurs. Il faut des dispositions naturelles préalables. Je pourrais intituler l'ensemble de mes considérations: «Comment préparer convenablement aux fonctions professorales les jeunes gens qui ont été reconnus aptes à exercer cette mission?».

J'ajoute que je limite le problème à l'apprentissage professionnel *préparatoire* à l'exercice effectif du métier, faisant abstraction, sans en sous-estimer l'importance, de l'apprentissage et du perfectionnement qui se poursuivent au cours de la carrière et qui sont même organisés systé-

(1) Cette étude constitue la matière d'un rapport exposé au Congrès International de Pédagogie de Santander, en juillet 1949. Dans un article précédent, publié dans cette même revue, *Os problemas da função docente e a Universidade (O Instituto, Vol. 111º, p. 1-76)* nous avons examiné principalement des aspects de la *psychologie* du professeur et effleuré quelques-unes des questions que nous reprenons ici pour les étudier de façon plus détaillée.

matiquement dans certains pays. On apprend toute sa vie et on doit d'ailleurs se réadapter très souvent, — surtout dans une profession comme celle d'éducateur —, aux conditions changeantes du milieu et aux progrès de la science. Cristalliser serait se condamner à la routine.

J'ai essentiellement en vue ici les *candidats à l'enseignement secondaire*, avec toutes les modalités que celui-ci présente aujourd'hui. Cependant, du point de vue pédagogique, beaucoup de principes et de pratiques valent pour la préparation à l'enseignement primaire comme pour la préparation à l'enseignement secondaire. Les exigences communes résultent de l'identité partielle du travail à réaliser, de la ressemblance que présentent, du point de vue psychologique et moral, les enfants et les adolescents. Il serait même désirable, pour une plus parfaite unité de l'œuvre éducative et pour une entente plus étroite entre les éducateurs, que la *formation pédagogique* des instituteurs et des professeurs ait un contenu largement commun. On a même proposé, dans certains pays, des établissements universitaires uniques pour la préparation professionnelle des maîtres du primaire et du secondaire.

Je ferai abstraction des *exigences particulières* liées aux *situations propres à chaque pays*. Il est certain que l'organisation politique et administrative, les particularités sociales, l'héritage historique et d'autres circonstances spéciales, impliquent des différenciations plus ou moins profondes de pays à pays en matière de préparation à la fonction professorale, comme en n'importe quel autre domaine humain. Je reconnais cette nécessité, simplement, mais je pars ici de la considération des exigences communes à tous les pays de civilisation occidentale. En matière pédagogique il ne s'agit presque jamais d'adoption pure et simple mais bien d'adaptation aux conditions nationales et locales.

Enfin, la formation des professeurs comportant une *préparation scientifique* ou culturelle, et une *préparation spécifiquement pédagogique*, autrement dit l'acquisition d'un savoir et l'initiation à une technique au sens large, c'est

avant tout à cette dernière que je m'attacherai. Je m'empresse d'ajouter cependant qu'on aurait tort d'établir entre les deux une séparation artificielle. La préparation scientifique d'un professeur obéit en partie à sa future mission. Un physicien ou un historien peuvent limiter leurs préoccupations à la recherche et à la compréhension des faits, un professeur de physique ou un professeur d'histoire doivent envisager ces faits sous une autre perspective. C'est ce qu'on oublie trop souvent.

* * *

Ces éclaircissements préliminaires étant fournis, abordons l'examen de notre problème. Le premier point qui retiendra notre attention est celui-ci :

Est-il vraiment *nécessaire* de soumettre le futur professeur d'enseignement secondaire à une préparation pédagogique spécifique ?

L'interrogation peut paraître oiseuse, mais le fait est qu'il n'y a pas tellement longtemps qu'on se préoccupe de la formation professionnelle des maîtres de l'enseignement secondaire, et la nécessité d'une telle formation est encore souvent mise en doute aujourd'hui, surtout dans nos pays latins.

Comment justifie-t-on semblable attitude ? La proposition suivante est implicitement ou explicitement admise comme un dogme : « Un jeune homme qui s'est spécialisé dans la ou les matières qu'il se propose d'enseigner, et qui a révélé sa compétence en ces matières, est automatiquement apte à enseigner, et l'aptitude sera d'autant plus élevée que le candidat est doué d'une brillante intelligence. Toute préparation pédagogique est superflue. Enseigner n'est qu'une question de savoir et d'intelligence, à partir du secondaire tout au moins. La pédagogie est une préoccupation de primaire. « L'intellectuel français est convaincu, au fond, — c'est M. Bouglé, ancien directeur de l'École Normale Supérieure de Paris qui parle —, que du moment qu'on a pu avoir commerce avec les plus hauts esprits de l'Anti-

quité, on est muni pour la vie d'une sorte de viatique à toutes fins (...) L'éducateur, nourri aux lettres classiques et pourvu par elles d'un esprit de finesse prêt à toutes les adaptations, n'a pas un besoin pressant des lumières que peut procurer la science pédagogique, utile surtout, celle-ci, aux maîtres de l'enseignement primaire». Un autre pédagogue français, A. Millot, ancien professeur à la Sorbonne, s'exprime plus ou moins dans le même sens: «Ils (les futurs professeurs) semblent compter sur des instincts-guides qui les dirigent dans leurs nouvelles conditions d'existence ou, plus simplement, ils croient que l'intelligence et la pratique leur permettront de s'adapter rapidement. Ils éprouvent à l'égard de la pédagogie un dédain et une défiance qui peuvent persister pendant toute leur carrière et qu'ils expriment souvent sans aucun ménagement. (...) La pédagogie n'apporte aucun secours indispensable. On peut se montrer un remarquable éducateur sans avoir lu une page de pédagogie, sans avoir reçu cette préparation spéciale qu'on déclare si nécessaire». Ce même auteur partage d'ailleurs jusqu'à un certain point ce scepticisme: «A ceux qui prétendent constituer une pédagogie scientifique, il faut rappeler que l'éducateur doit surtout être guidé par ses qualités natives parmi lesquelles le bon sens est appelé à jouer un rôle essentiel». La formule est absolue mais facile à réfuter. Si de tels arguments — et ils sont encore si courants même quand la préparation est officiellement prévue — sont valides, on se demande pourquoi la culture humaniste et le bon sens ne pourraient pas, par leur seule vertu, produire de bons médecins, de bons avocats et de bons officiers? Si des dispositions légales obligent le futur professeur de l'enseignement secondaire à subir certaines épreuves théoriques et pratiques de pédagogie, ce n'est qu'à regret qu'il soustrait quelques heures à ses études principales (sa spécialité) pour satisfaire au minimum exigible, c'est-à-dire acquérir quelques notions dispersées, théoriques et superficielles. L'examineur, dont la conviction pédagogique n'est souvent pas plus solide que celle du candidat, se montre d'une bienveillance extrême.

Quant à l'épreuve pratique, si on en exige une, elle n'est, la plupart du temps, qu'une simple formalité. Notons cependant, pour être juste, que la Commission de réforme de l'enseignement français a suggéré de sérieuses modifications en ce qui concerne la formation des professeurs, suggestions qui se rapprochent de celles formulées dans le rapport Mac Nair en Angleterre en 1944. Ces dispositions ne sont pas encore, que je sache, entrées en vigueur. Leur efficacité dépendra surtout de la valeur et de la conviction des professeurs universitaires qui seront chargés de leur application. En d'autres termes, il s'agit de préparer des cadres vraiment spécialisés et animés d'un esprit nouveau.

On affirme aussi, pour justifier l'inutilité d'une préparation pédagogique approfondie du professeur de l'enseignement secondaire, que, à la différence de l'instituteur, il s'adresse en général à des élèves dont la mentalité est déjà proche de celle de l'adulte et que, par conséquent, les procédés d'explication et les modalités de compréhension sont semblables à ceux de la personne même qui enseigne. Il suffirait donc de bien se connaître soi-même pour bien enseigner.

Il n'est pas difficile de répondre à ces diverses objections. On peut d'abord vérifier, même en recourant à l'observation courante, qu'il y a des professeurs très intelligents et très instruits qui ne réussissent pas dans leur métier, du moins au début. Il peut se faire que ce soit par manque d'aptitude pédagogique, et dans ce cas les partisans de la préparation réduite à la formation scientifique devront admettre que cette dernière n'entraîne pas, *ipso facto*, l'habileté professorale. Mais, à supposer que l'exercice réel de la profession fasse acquérir une bonne technique à ceux qui en sont dépourvus au début, il en résulterait beaucoup de temps perdu pour l'intéressé, d'où une certaine aigreur, du découragement, des tâtonnements prolongés et, pour quelques générations d'enfants et d'adolescents, un préjudice qu'on aurait pu éviter si les jeunes

maîtres avaient été convenablement et opportunément initiés à leur tâche. Il y a donc tout bénéfice pour la société à ne pas attendre que la vie-même impose au professeur un apprentissage « par essais et par erreurs ». Il ne suffirait d'ailleurs pas, pour que le professeur soit considéré comme un excellent praticien, qu'il formât quelques brillants élèves. Il convient d'apprécier la valeur d'un maître aux résultats moyens qu'il obtient. Les sujets très bien doués sont beaucoup plus indépendants du facteur maître que les sujets moyens. Ils se développeront malgré le maître, oserais-je presque dire. Mais c'est de la masse qu'il s'agit. Il faut voir si l'ensemble de la population scolaire a profité de façon satisfaisante de l'enseignement qui lui est dispensé. Cet objectif est plus démocratique. Le professeur n'est pas là pour quelques privilégiés mais pour tous les élèves.

Mais la nécessité d'une préparation professionnelle strictement pédagogique, théorique et pratique, des professeurs de l'enseignement secondaire, se fonde sur les arguments positifs suivants :

a) Même si l'intelligence et l'instruction conféraient l'aptitude à bien *enseigner*, il n'en reste pas moins vrai que la tâche d'un professeur, aujourd'hui surtout, ne se borne pas à instruire, à communiquer un genre déterminé de connaissances, à être, selon une expression vulgaire, un marchand de latin, de mathématiques ou de sciences, ni même à assurer la seule culture intellectuelle. Il doit en outre se préoccuper de la formation complète d'une personnalité en devenir. Un spécialiste étroit n'est pas en mesure d'assurer cette formation complète. Habitué à envisager les choses sous l'angle de ses intérêts intellectuels limités, il comprendra difficilement que l'éducation est un équilibre harmonieux entre de multiples éléments et que, dans cet ensemble, les matières qu'il enseigne n'ont qu'une valeur relative. Un professeur dont la préparation est bornée à la maîtrise des branches qu'il doit enseigner devient facilement un déformé professionnel dont les élèves sont les victimes. Quelques-uns se défendent mais la plupart en

subissent les conséquences lamentables: leur «formation» n'est qu'une juxtaposition de programmes péniblement digérés. Une large culture générale, une connaissance précise des nécessités de l'éducation et des besoins de l'enfant et de l'adolescent, une appréciation exacte de la valeur de chaque discipline dans l'unité de la formation, sont donc des qualités indispensables chez le professeur. Et ces qualités ne sont certainement pas innées. Elles s'acquièrent par un apprentissage approprié. Il ne s'agit pas, bien entendu, de discuter la nécessité d'une préparation scientifique spécialisée des futurs professeurs, mais il convient de souligner que son importance est relative. Etudier une science et l'enseigner sont deux choses passablement différentes et savoir beaucoup n'implique pas bien enseigner et bien éduquer⁽¹⁾. On se plaint fort aujourd'hui d'un intellectualisme exagéré qui sévit dans l'enseignement secondaire. La plainte n'est pas sans fondement mais un fait

(1) Une étude publiée récemment dans la revue *Synthèses* vient confirmer notre point de vue, du moins en ce qui concerne l'enseignement des sciences. Il est de plus en plus évident qu'on ne peut tout enseigner, et ce n'est d'ailleurs pas ce qui importe, la formation étant infiniment supérieure à l'information et celle-ci pouvant se poursuivre en dehors de l'école et selon les nécessités de chacun. Il faut se servir des sciences comme méthode de développement de l'esprit. Et c'est pourquoi les sciences ne doivent pas s'enseigner toutes faites car leur valeur éducative dépend moins de leur contenu que de la manière dont elles sont exposées aux élèves. L'auteur de l'article en question souligne l'importance et la nécessité de la préparation *pédagogique* du maître «puisque en effet celui-ci est supposé en mesure de dominer son cours, non seulement au point de vue scientifique mais tout autant au point de vue pédagogique, afin de savoir en extraire les chapitres les plus propices à l'éveil et à l'exercice des facultés.» Nous ajouterons que ce choix des problèmes et la méthode pour en rendre l'étude éducative ne peuvent être le fruit d'une simple méditation personnelle mais doivent aussi s'inspirer de la connaissance concrète de la psychologie des adolescents et de la pratique scolaire même.

(Cf. G. Pholien: «L'enseignement des sciences dans les Humanités», revue *Synthèses*, n.° 50, juillet 1950).

curieux, c'est que le mal est surtout patent là où la formation pédagogique des professeurs est le plus négligée. Je crois qu'il n'est pas téméraire d'établir entre les deux constatations un rapport de cause à effet.

b) L'élève de l'école secondaire, du point de vue psychologique, est loin d'être arrivé au terme de son développement et ce serait donc une erreur regrettable de le traiter comme un adulte. Le plus grand nombre des élèves qui fréquentent les divers types d'établissements secondaires se groupent entre les âges de 12 à 18 ans. Cette période de développement comporte des caractéristiques plus originales qu'on ne pense habituellement. C'est du moins l'opinion de plusieurs psychologues actuels. Et leurs observations semblent s'accorder avec certaines constatations courantes. H. Wallon, du Collège de France, s'exprimait plus ou moins ainsi il y a peu: «Quelques psychologues ont affirmé, sur la foi de tests appliqués à des milliers d'individus, que le développement spontané de l'intelligence cessait assez tôt, vers 14 ans même selon certains. Après cela, il ne s'agirait plus que de variations dans l'importance du bagage intellectuel. Cette conclusion est fautive et s'explique par le fait que les psychologues en question n'ont pas trouvé, à partir d'un certain âge, des tests mentaux qui marquaient des résultats différents d'une année à l'autre, d'où l'impression que les individus atteignaient leur plafond intellectuel assez tôt. La vérité est que, à partir de 12-13 ans, l'évolution consiste surtout dans l'émergence de dispositions intellectuelles spéciales. La différenciation individuelle s'effectuerait surtout alors, d'où la nécessité d'entreprendre, à cet âge seulement, l'orientation scolaire: les tendances qu'on désigne couramment sous le nom de tendances littéraire, technique ou scientifique, s'affirmeraient peu à peu chez les adolescents. C'est en se basant sur ces constatations que le psychologue français a proposé pour la nouvelle organisation scolaire de son pays, un cycle d'*orientation*, précédant un cycle de *détermination*. Au cours du premier, les professeurs, recourant à l'observation des jeux, à des

exercices spécialement prévus, à des tests pronostiques, etc. chercheraient à découvrir le type de chaque adolescent. Ces suggestions — et on en retrouve de semblables dans d'autres pays qui repensent le problème de l'enseignement secondaire en fonction des temps présents — n'impliquent-elles pas, pour le professeur, la nécessité d'être un psychologue pratique, exercé à l'observation humaine, à la détermination des caractéristiques individuelles, doué d'assez d'imagination pour découvrir les moyens de cette observation et d'assez d'habileté pour les mettre en œuvre? Autrement dit, la préparation psycho-pédagogique des maîtres de l'enseignement secondaire me paraît tout à fait indispensable.

c) Ce n'est d'ailleurs pas tout. Si on admet que la formation secondaire (quel que soit le type d'école qui la réalise), n'est pas un pur emmagasinement de connaissances ni même une simple éducation intellectuelle, mais une préparation à la vie complète, un ensemble d'influences et d'initiations qui permettront à ceux qui en sont l'objet de réaliser plus pleinement leur destinée, de gagner leur vie certes, mais en satisfaisant aux aspirations de leur personne, on doit en conclure que tout professeur, quelle que soit sa spécialité, ne remplira bien sa tâche que s'il est informé parfaitement de cet aspect qualitatif de l'éducation secondaire et préparé à en favoriser le développement. S'il y a des programmes à enseigner, il y a des méthodes pour le faire et certaines sont plus spécialement appropriées à l'enseignement secondaire et au caractère et à la vie affective des adolescents: la discussion collective, l'initiative particulière, l'individualisation des tâches, le recours aux sources qui ne sont pas strictement scolaires. Si on ne leur en a pas fait la démonstration, beaucoup de candidats-professeurs ne comprendront pas que, jusqu'à un certain âge, les méthodes psychologiques, c'est-à-dire les méthodes basées sur les intérêts spontanés, sur l'expérience acquise, sur les ensembles concrets, sont plus efficaces que les méthodes logiques, basées sur la systématisation scientifique et les rigoureuses démarches du raisonnement. Une fois de plus,

il ne suffit pas de connaître ce qu'on doit enseigner, il s'agit de savoir comment le faire et ce comment est largement dépendant de la nature bio-psychologique des élèves.

On sait combien d'essais, dus principalement à l'initiative privée, ont été réalisés au cours des trente dernières années dans le domaine de l'éducation secondaire (Plan de Dalton et ses dérivés, Système de Winnetka, Méthode des Projets, Travail par équipes...). Petit à petit, ces réalisations ont influencé la pédagogie officielle. Or, une des caractéristiques dominantes de toutes ces nouveautés est justement l'angle nouveau sous lequel est envisagé le rôle du maître. Il ne s'agit pas d'une modification dans sa préparation scientifique, mais bien d'une adaptation nouvelle à une tâche très différente de celle que traditionnellement on lui attribue. Il s'agit en somme de dégager l'école d'un didactisme desséchant pour le remplacer par un activisme libérateur. Cette transformation n'est possible que par une sélection et une formation différentes des maîtres. Qu'on considère par exemple comment sont recrutés et préparés les professeurs dans les écoles de C. Washburne à Winnetka, et que l'on compare avec les exigences habituelles de nos pays. « Nous connaissons assez les milieux universitaires français, écrivait récemment H. Bouchet, pour savoir que nos maîtres, les plus savants du monde, et le plus souvent les plus dévoués, sont aussi les moins préparés à dispenser leur science à des enfants (...). Nous le disons tout net, ni la valeur intellectuelle, ni la bonne volonté, ni même les « décades d'information » ne pourront y suffire (à préparer professionnellement les maîtres) (...). Tous les pays qui ont pris au sérieux l'Education Nouvelle ont organisé l'éducation des éducateurs dans des Instituts de formation magistrale dont le besoin se fait sentir chez nous de façon spéciale » (in *Etudes*, mars 1949, p. 313-315).

Etre professeur est donc, aujourd'hui plus que jamais, exercer une technique spécifique, c'est pratiquer, jusqu'à un certain point, un *métier*. Et l'exercice de tout métier requiert un apprentissage professionnel si on veut assurer à

celui qui s'y destine la maximum de capacité. Tant vaudra la préparation, tant vaudra le rendement.

d) Un autre argument en faveur d'une préparation professionnelle plus développée et plus nuancée des maîtres de l'enseignement secondaire réside dans la tendance actuelle à intégrer les établissements d'éducation dans le vaste réseau des groupements de jeunesse de différente nature. Depuis la fin de la guerre surtout, -- et celle ci a certainement contribué au phénomène --, on assiste à un développement extraordinaire des œuvres de jeunesse: cercles d'études, associations récréatives et sportives, service social des jeunes, scoutisme, groupements internationaux d'élèves et échanges d'étudiants... Toutes ces activités ne sont que des compléments de l'école, nés de conditions sociales nouvelles et d'une connaissance plus parfaite de la psychologie des adolescents. Presque partout d'ailleurs on a prolongé le période d'obligation scolaire, jusqu'à 15 ans et parfois jusqu'à 16.

L'ensemble des dispositions prises représente un système plus complet et plus naturel d'éducation de la jeunesse, une organisation qui brise les cadres trop artificiels qu'avait l'école ancienne et qui tente de remédier à un intellectualisme excessif dont la faillite a été prouvée. La conséquence de cette révolution, en ce qui concerne le professeur, est qu'il doit, lui aussi, opérer une conversion, se libérer d'un intellectualisme étroit, orienter et même partager avec ses disciples ces multiples activités qui débordent l'enceinte de l'école et ses horaires. Les Anglais ont déjà consacré une expression pour désigner les éducateurs chargés de cette mission, ce sont les « Youth Leaders » et ils ont élaboré des projets détaillés pour leur recrutement et leur formation. On a dit du professeur français que c'était un homme qui écrit, a écrit, ou écrira un livre. Ne serait-il pas préférable, dans la plupart des cas, qu'il renonçât à cette activité en chambre et égocentrique, pour se consacrer davantage à l'action directe, au contact plus étroit avec les élèves dont il a la charge? Et ne serait-il pas opportun de prévoir cet aspect de sa mission et de s'en souvenir à la

phase de la préparation professionnelle? Ajoutons que cette préparation élargie est rendue de plus en plus nécessaire du fait de la collaboration croissante entre les éducateurs scolaires et les autres agents éducatifs, familles et associations particulières.

En résumé, nous dirons donc que, outre l'étude d'une ou de quelques matières spéciales, la formation professionnelle du professeur de l'enseignement secondaire est indispensable et doit comporter *grosso modo*:

1 — Une culture générale solide, une orientation délibérée vers tous les grands problèmes qui intéressent la société contemporaine; rien de ce qui est humain ne doit lui rester étranger. Ayant pour mission de former des hommes, il doit être lui-même un *homme* de son temps et de tous les temps.

2 — Une préparation nettement *pédagogique*, justifiée par la nature-même des sujets dont il aura la charge, par les exigences de l'éducation moderne, par le contenu plus large de la formation actuelle. Il doit être un psycho-pédagogue possédant les connaissances théoriques et les aptitudes pratiques dont nous parlerons.

* * *

La nécessité de la préparation professionnelle des maîtres de l'enseignement secondaire et son importance actuelle étant reconnues, essayons de préciser le *contenu* de cette préparation et d'indiquer les *modalités* souhaitables de sa réalisation.

Une première question surgit à propos de la spécialité choisie par le futur professeur comme matière d'enseignement. Les éléments de cette spécialité doivent-ils être enseignés au candidat-professeur de la même façon qu'ils le sont aux autres étudiants qui ne se destinent pas à l'enseignement, ou bien doivent-ils l'être en fonction de la profession magistrale? La première formule est celle qui

est adoptée dans nos universités européennes, la seconde est, en général, préférée aux Etats-Unis dans les «*Teachers Colleges*». Disons rapidement en quoi consiste la *professionnalisation* des matières étudiées à l'Université par les futurs professeurs. Alors que, dans une Faculté de Lettres ou de Sciences, les divers enseignements n'ont d'autre fin que de former des spécialistes pour les diverses branches, dans un *Teachers College*, les disciplines sont enseignées avec l'objectif principal d'organiser la matière en vue des nécessités de l'école, et de l'apprentissage, et d'indiquer les points sur lesquels l'effort du maître devra principalement s'appliquer. Apprendre à enseigner ou apprendre à apprendre sont deux attitudes bien différentes qui justifient, aux yeux des partisans de la professionnalisation, leur manière de faire. Cette professionnalisation comporte en principe la psychologie de la matière, c'est-à-dire l'étude détaillée des mécanismes mentaux qui interviennent dans l'apprentissage de cette matière. Ainsi, les processus qui interviennent dans l'étude de l'histoire sont plus complexes que ceux qu'on découvre dans des activités telles que lire ou calculer, qui ne sont en somme que des instruments d'acquisition pour d'autres savoirs. Connaître, comprendre, interpréter, utiliser les faits du passé, exige l'intervention de bien des mécanismes et fonctions psychologiques: perception, mémoire, jugement, imagination, affectivité... autant d'aspects qui eux-mêmes ne sont pas simples et revêtent des modalités spéciales quand ils se rapportent à la matière historique. L'apprentissage de l'histoire suppose en premier lieu la perception et la mémoire chronologiques. Comment évoluent ces processus chez l'enfant et chez l'adolescent? Existe-t-il de grandes différences individuelles en ce domaine? L'influence du sexe intervient-elle, etc... A côté de la psychologie des branches, il y a l'histoire de celles-ci et le développement de leurs méthodes, leur valeur éducative, les principes pour la sélection et l'organisation du matériel didactique, les difficultés techniques chez le maître, la littérature sur la matière, l'élaboration d'un cours, la critique

des manuels en usage, la mesure du rendement... L'intérêt pédagogique domine donc ici, ou accompagne toujours l'intérêt intrinsèque de la branche.

Il est certain qu'il y a des avantages dans cette façon de procéder: le professeur universitaire chargé des disciplines en question n'est pas un pur spécialiste, indifférent aux questions pédagogiques ou les ignorant d'ailleurs très souvent, comme c'est le cas habituel dans nos pays; il est à la fois intéressé par le contenu même de la matière qu'il enseigne et par l'usage que ses étudiants devront en faire plus tard. Ceux-ci sont dès lors plus familiarisés avec le programme réel et avec les méthodes et ne seront pas tentés de reproduire devant leurs élèves les savantes leçons qu'ils ont reçues sur les bancs de l'Université, adoptant le genre «conférence», ainsi que cela se constate encore trop souvent. Le cours de méthodologie spéciale accompagne donc pratiquement ou mieux se confond avec l'enseignement de chaque spécialité.

La formule de la professionnalisation rencontre cependant des objections, même chez les Américains. Certains lui reprochent de nuire, par son souci exagéré de la profession, à la formation scientifique proprement dite. On constaterait un manque d'équilibre entre le spécialiste et le professeur, du fait d'avoir confié aux Teachers Colleges la formation exclusive et totale des professeurs, tant scientifique que pédagogique. La capacité pédagogique serait augmentée mais au détriment de la formation scientifique. La professionnalisation conduirait à une sorte de vulgarisation des sciences et des lettres. La remarque est peut-être justifiée, mais l'objection est discutable. En effet, si la mission de l'université est surtout de former de bons professionnels, et non en ordre principal des investigateurs et de purs érudits dont le nombre doit rester limité, on peut se demander s'il n'est pas préférable de renoncer à une spécialisation trop poussée, au bénéfice d'une préparation professorale plus adéquate. La fonction d'un professeur de l'enseignement secondaire est avant tout de transmettre la science et

d'en tirer tout le parti éducatif possible, plutôt que de la faire progresser. Ce dernier rôle appartient aux maîtres de l'université et aux investigateurs professionnels et exige d'ailleurs des aptitudes individuelles différentes des aptitudes didactiques et éducatives. La tendance à séparer les tâches de l'investigation de celle de l'enseignement est d'ailleurs particulièrement nette aujourd'hui. Quelle que soit la divergence des opinions à cet égard, il me semble qu'une professionnalisation des cours essentiels tels que la langue maternelle, serait utile à nos futurs professeurs et avantageuse pour les élèves des écoles secondaires. Il semble d'ailleurs se dessiner un courant favorable en ce sens puisque, un peu partout, on invoque la création d'Ecoles Normales Supérieures où serait assurées la formation intégrale des professeurs de l'enseignement secondaire.

* * *

En ce qui concerne les matières théoriques dont l'étude serait désirable pour tous les candidats à l'enseignement secondaire, quelle que soit leur spécialité, le programme suivant nous paraît adapté aux nécessités actuelles: la *Philosophie de l'éducation* — des notions de *Psychologie pédagogique* et autres *sciences relatives à l'enfant et à l'adolescent* — l'étude de la *Sociologie et de l'Histoire dans leurs relations avec l'éducation* — une connaissance raisonnable de la *Pédagogie expérimentale* et de la *Didactique*. Tous ces enseignements devraient obéir avant tout à un critère éducatif et pragmatique, et non à des préoccupations d'érudition.

1 — Une philosophie est nécessairement à la base de l'éducation. Explicitement ou implicitement, l'école et les éducateurs adhèrent à une conception de vie et leur travail est orienté en ce sens. Un éducateur sans convictions philosophiques ne peut être un bon éducateur. Il doit se considérer non seulement comme un distributeur de leçons mais surtout comme un formateur d'hommes, ce qui impli-

que l'adhésion à un idéal éducatif clairement conçu et constamment recherché. Un professeur, plus que tout autre, doit «s'engager», pour reprendre un mot fort à la mode actuellement. Un tel engagement apparaît de plus en plus nécessaire à notre époque. D'une part, l'extension croissante du nombre d'élèves qui font des études secondaires sous l'une ou l'autre forme, augmentation provoquée par les exigences de plus en plus nombreuses de la société et par l'obligation scolaire renforcée, justifie pleinement le souci d'une philosophie de l'éducation secondaire. (En Belgique, la population des écoles secondaires a augmenté dans les proportions suivantes: en 1929, 30.000 élèves; en 1939, 65.000; en 1947-48, 112,748) La grande partie des forces vives des nations s'y trouve intéressée. D'autre part, démonstration par la négative, on a pu constater, au cours des dernières années, jusqu'où peut aller une jeunesse imprégnée d'une philosophie délétère et les résultats lamentables d'un enseignement secondaire indifférent aux idéaux éducatifs. Ce fut, pour reprendre l'expression de Jules Payot, la «faillite de l'enseignement». Un pays ne peut espérer un grand avenir si ses écoles se désintéressent des valeurs morales et des constantes de ses traditions.

Si l'éducateur doit avoir des convictions, il n'est cependant pas indispensable qu'il les formule à tout propos. L'éducation est une philosophie vécue, cette philosophie informe toute la conduite du maître, confère un sens profond à toutes ses activités. C'est cette conscience de sa mission qui est importante.

Mais peut-on parler d'une formation philosophique pratique alors que les conceptions en un tel domaine sont si variées? Peut-on imposer un système déterminé d'idéaux éducatifs quand en réalité les opinions des parents, dont les professeurs ne sont en somme que les mandataires, ne sont pas unanimes? C'est là, de fait, un problème débattu depuis très longtemps. En général, on l'a résolu par la neutralité religieuse des écoles officielles. Cette solution a cependant été combattue dans les pays où prédomine une

population catholique. On affirme que la neutralité en matière religieuse est impossible, car qui dit neutre dit indifférent et l'indifférence est, en un certain sens, une négation. Alors on réclame à côté des écoles officielles neutres, des écoles catholiques, où l'on puisse enseigner et éduquer catholiquement et l'Etat, reconnaissant la liberté de l'éducation, a l'obligation de soutenir matériellement de telles écoles si elles ont un nombre suffisant d'élèves et remplissent les garanties indispensables du point de vue pédagogique et hygiénique. C'est plus ou moins la situation en Belgique où l'enseignement officiel et l'enseignement agréé vivent côte à côte avec les mêmes droits sinon avec les mêmes ressources matérielles. Dans les établissements secondaires officiels, l'enseignement religieux est une branche obligatoire mais les élèves peuvent en être dispensés à la demande des parents et, dans ce cas, il doivent suivre un cours de morale laïque dont les élèves qui suivent le cours de religion sont évidemment dispensés. Pour ma part, je crois que cette solution est démocratique et sage, encore qu'elle ne satisfasse pas tout le monde.

Dans des pays comme l'Espagne et le Portugal, où la presque totalité de la population est catholique, de tradition sinon de pratique, les discussions sur l'orientation religieuse des écoles n'ont jamais eu l'acuité qu'elles ont revêtue dans d'autres pays. Catholiques pratiquants et non pratiquants, ou indifférents en matière religieuse, s'accordent généralement sur ce point: l'enseignement secondaire et l'enseignement primaire doivent avoir une orientation chrétienne et même catholique. Chacun s'arrange dans sa maison au mieux de ses intérêts et de ses goûts... Rien n'empêche d'ailleurs un élève éduqué selon les règles d'une religion déterminée de les abandonner plus tard s'il l'entend tandis qu'il sera difficile pour un jeune homme élevé en dehors de toute ambiance religieuse de venir plus tard à la religion. Et c'est là un aspect important du problème.

Tout compte fait, la difficulté de s'entendre sur la philosophie de l'éducation est plus théorique que pratique.

En fait, les peuples occidentaux, malgré les différences qu'ils peuvent présenter du point de vue politique, social et religieux, vivent cependant sur un fond moral identique, aspirent aux mêmes fins humaines, partagent en somme les mêmes *principes généraux de l'éducation*. Les droits de la personne humaine, le libre épanouissement des potentialités de celle-ci, la solidarité et l'entr'aide humaine, la tolérance, la liberté d'expression et de culte, la justice impartiale, le sacrifice de l'intérêt individuel à l'intérêt général... tels sont quelques-uns des principes si fréquemment affirmés et qui constituent le fond de ce patrimoine chrétien dont vit l'Occident. La nécessité de défendre et de promouvoir ces vérités fécondes est plus impérative aujourd'hui que jamais après la crise qu'elles ont subies et qu'elles continuent de subir dans certains pays. Comme le notait J. Maritain, à l'ouverture de la session générale de l'UNESCO en 1947, l'accord peut facilement exister sur beaucoup de principes pratiques encore que les personnes divergent quant à la justification, à l'explication de ces principes. C'est ce qui permet à la plupart des nations de coopérer en matière d'éducation. Au-dessus des religions et des crédos politiques, nous pouvons entrevoir et réaliser une communauté de point de vue basée sur les droits de la personne humaine.

Nous concluons donc en disant qu'il est possible d'adopter un programme de philosophie pratique de l'éducation, acceptable par tous, et en soulignant que les futurs professeurs peuvent et doivent, en cette matière, recevoir une orientation commune, chacun gardant la liberté de compléter le fond commun par une superstructure religieuse déterminée. Il convient de se garder de tout sectarisme, il est préférable d'insister sur ce qui rapproche les hommes plutôt que d'exaspérer ce qui les sépare.

Le cours de principes de l'éducation nous semble donc indispensable pour tout professeur. Ce cours s'efforcera de mettre en relief les valeurs permanentes de la vie humaine et de provoquer l'adhésion intime qui se réfléchira sur le

comportement du futur praticien. Ce sera en même temps un cours de déontologie professionnelle. Il montrera à l'étudiant les responsabilités de sa tâche, ses obligations, la véritable signification de son travail. Cet enseignement devrait, pour atteindre pleinement sa fin, se présenter sous forme de cercle d'étude plutôt que comme cours expositif, comme matière à vivre plutôt qu'à mémoriser. Il est bon que celui qui en aura la charge rencontre les objections éventuelles et y réponde, qu'il ne craigne pas la discussion, qu'il la provoque au contraire, qu'il use de la méthode comparative, autrement dit qu'il oppose les conséquences pédagogiques des diverses doctrines morales ou philosophiques. Dans un programme de formation, la philosophie pédagogique signifie beaucoup plus *éducation* qu'enseignement. Le résultat final est de créer dans l'âme de l'éducateur une foi profonde dans la grandeur de sa tâche, une conscience claire de la hiérarchie des valeurs, un enthousiasme fécond dans l'exercice de sa profession. Il doit être plus qu'un fonctionnaire, ce à quoi il se résigne trop souvent. Pour reprendre une expression usée, mais parfaitement adéquate, sa fonction est un sacerdoce.

2 — En matière de *psychologie*, il convient de faire un choix parmi la quantité de problèmes que comporte cette science. Ce qui intéresse avant tout un professeur, c'est l'étude du comportement humain sous son *aspect évolutif*. Savoir ce qui caractérise l'enfant et l'adolescent aux phases successives de leur développement est absolument indispensable pour une adaptation convenable de l'action éducative. Le fait des *variations individuelles* importe également au plus haut point car l'éducation s'adresse à des êtres concrets particuliers; les différences de l'un à l'autre ne pouvant et ne devant pas être nivelées, elles appellent une malléabilité correspondante dans le traitement pédagogique. Un cours de psychologie pédagogique doit donc insister sur la psychologie individuelle, sur les moyens de diagnostiquer les traits particuliers, en un mot sur la psy-

chologie clinique. Il convient aussi d'attirer l'attention sur l'*unité fonctionnelle* que constitue chaque individu. Une sérieuse refonte des manuels en usage paraît nécessaire pour répondre aux exigences que nous signalons. L'étude de la psychologie à l'usage des éducateurs reste trop générale, trop abstraite, trop artificiellement analytique, trop éloignée de la vie. On commence par démonter l'être humain en une série de mécanismes prétendument indépendants et, finalement, comme un enfant imprudent qui aurait dispersé les rouages d'une montre et ne pourrait les remettre en place, on n'arrive pas à reconstituer l'unité vivante de l'individu. Les divers problèmes psychologiques ne constituent pas des secteurs indépendants. Ils se compènetrent et cette compénétration, cette unité de la vie mentale, doit toujours être présente à l'esprit du professeur. La psychologie ne doit pas nous éloigner du réel et devenir, aussi paradoxal que cela paraisse, nuisible à l'action éducative. L'homme et l'adolescent constituent une unité fonctionnelle où il est permis de distinguer de multiples aspects, sans doute, mais à la suite d'une analyse qui est essentiellement méthodologique. A ce point de vue, les manuels devraient commencer par une étude de la personnalité totale qui est le donné immédiat. Or, invoquant l'ordre logique, les auteurs relèguent aux dernières pages de leurs ouvrages la notion de personnalité.

Indiquons quelques autres points particuliers qui intéressent spécialement la psychologie à l'usage des éducateurs: l'étude de l'influence du *facteur scolaire* sur la psychologie de l'enfant et de l'adolescent, la *mesure des aptitudes*, le vaste problème de l'*apprentissage* (du «learning») qui est le problème central et fondamental de la pédagogie, certains *aspects irréguliers* du comportement (sans qu'il s'agisse de psychiatrie), l'étude détaillée de l'*évolution de quelques fonctions* plus directement en rapport avec le travail scolaire, particulièrement la pensée et le langage.

La fixation d'un programme minimum de psychologie éducationnelle, clair et précis, serait fort désirable car il

existe une grande confusion en la matière. Chaque professeur d'université chargé de cet enseignement élabore ce programme un peu à sa fantaisie. Je ne puis évidemment m'étendre ici sur le contenu souhaitable d'un tel cours. Une telle analyse exigerait une étude spéciale. Je me borne à deux suggestions: avant d'élaborer un «syllabus», on pourrait procéder à l'enquête suivant: adresser à un grand nombre de professeurs qui ont déjà une expérience assez longue de l'enseignement, une liste suffisamment détaillée de problèmes de psychologie pédagogique afin qu'ils signalent ceux dont l'étude leur paraît directement utile et qu'ils en indiquent l'importance relative. En ce qui concerne la manière de les présenter aux étudiants, il faudrait partir autant que possible de situations concrètes, telles qu'elles se présentent dans la pratique journalière. Tel problème se posant, quelles sont les connaissances psychologiques nécessaires à sa solution. Ce serait un peu, si l'on veut, la «méthode des projets» appliquée à la formation pédagogique. Les situations dont on partirait pourraient être imaginées, ou bien, ce qui serait mieux, déterminées à la suite d'enquêtes auprès des gens d'école: quelles sont les difficultés habituelles? Quelle est l'influence de tel facteur sur le rendement scolaire? Comment obtenir tel ou tel résultat?... Comme la matière est vaste et complexe, on ne peut pas espérer assurer aux futurs professeurs une formation psychologique qui leur permette de résoudre tous les cas. De plus en plus se justifie la nécessité de former des techniciens spécialisés dont le rôle sera de venir en aide aux éducateurs professionnels. C'est ainsi que la France a pris l'initiative il y a trois ans de former des psychologues scolaires dont le rôle est de prêter assistance aux maîtres de l'enseignement primaire et de l'enseignement secondaire. Il est probable que cet exemple sera suivi progressivement par les autres pays. Le développement des cliniques psychopédagogiques est aussi une manifestation réjouissante du même souci. Ajoutons que l'étude de la psychologie doit aussi aider le professeur à se connaître et à s'éduquer lui-même.

A côté des connaissances psychologiques ou plus exactement en connexion avec elles, des notions de biologie, de physiologie, d'hygiène, indispensables à l'étude même de la psychologie ou utiles dans l'exercice de la fonction d'éducateur, trouveront aussi leur place dans le programme. Le dosage de telles notions doit obéir aussi à la *finalité pédagogique* de ce programme. Il ne s'agit pas de former des médecins, des biologistes ou des hommes de laboratoire mais bien des éducateurs. En matière de physiologie par exemple, le maximum désirable semble être l'exposition élémentaire de la structure et du fonctionnement du système nerveux, lié plus directement à l'activité psychique, et peut-être, pour éviter la confusion si fréquente entre le physiologique et le psychologique, conviendrait-il de séparer les deux enseignements, en commençant bien entendu par la physiologie. En ce qui concerne l'hygiène, il faut se garder d'un enseignement trop orienté par les préoccupations médicales. Si un professeur, quelle que soit sa spécialité, doit être capable de vérifier les conditions d'hygiène scolaire, de les modifier dans les cas habituels, d'aider les élèves à vivre d'une vie saine tant à l'école que dans la famille, ce n'est pas une raison suffisante pour lui imposer l'étude de questions spécialisées telles que l'étude médicale des maladies scolaires, les méthodes scientifiques d'examen corporel, les bases rationnelles de l'alimentation... Tout cela n'est pas indispensable à un professeur. Eventuellement ces connaissances pourront être exigées de certaines personnes telles que les médecins scolaires ou les professeurs d'hygiène mais les premiers ne sont pas des éducateurs professionnels et, pour ce qui est des seconds, ces notions font partie de leur préparation scientifique et non strictement pédagogique.

3 — A côté de la psychologie il y a la *sociologie*. Celle-ci est généralement absente des programmes de formation des futurs professeurs. Son étude théorique et pratique se

révèle cependant indispensable et c'est avec raison qu'on insiste aujourd'hui un peu partout sur la nécessité d'inscrire cette matière dans les programmes d'études pédagogiques. L'école, en effet, a une finalité sociale, elle est intégrée dans la société, elle évolue partiellement avec les conditions de la vie collective. Comment donc un professeur pourrait-il remplir pleinement sa tâche s'il ne connaît pas les caractéristiques principales de la société actuelle, les facteurs qui les expliquent et les modifient, les besoins essentiels des citoyens? On parle beaucoup d'école *pour* la vie et *par* la vie. La réalisation de la formule n'est possible que par une initiation aux sciences sociales. Cette initiation devrait comporter l'étude de la psychologie sociale. Quels sont les effets de la société sur le comportement individuel et vice versa? Quelles sont les causes de la désorganisation sociale moderne? Quels sont les traits saillants de la structure sociale d'aujourd'hui en ce qui concerne la famille, la profession, l'Etat? L'étude de ces questions et d'autres du même genre conduit à une sociologie de l'éducation. Bref, il ne peut y avoir de véritable adaptation de l'école à la vie sociale si le professeur est étranger lui-même à cette vie. Il conviendrait aussi que la connaissance des faits sociaux ne soit pas exclusivement théorique mais que le futur professeur soit initié aux méthodes de la sociologie. Des enquêtes sur les particularités du milieu local, en rapport avec l'éducation, pourraient illustrer les idées fondamentales de la sociologie; une participation à certaines activités sociales intégrerait davantage les professeurs dans la vie de la communauté et servirait de trait-d'union entre l'école et la famille. Après une insistance presque exclusive sur l'aspect psychologique de l'éducation, on constate actuellement un intérêt tout spécial pour les faits sociologiques en rapport avec l'école. Cette tendance est particulièrement apparente dans les pays anglo-saxons.

L'histoire de l'éducation se rattache naturellement à la sociologie pédagogique. L'évolution des programmes, des méthodes d'enseignement, des types d'organisation scolaire,

reflète avant tout, en effet, les changements sociaux qui se sont succédés au cours des temps. Si on l'étudie sous cet angle, l'intérêt et le profit de cette discipline seront beaucoup plus grands. Ce sera une nouvelle démonstration du lien inséparable qui unit l'école et la société, et une incitation à favoriser ce rapprochement. Pendant de longues années, la formation pédagogique dans les universités s'est limitée à l'enseignement de l'histoire de l'éducation et à la critique des théories éducatives. On comprend facilement cette préférence, ces sujets constituant un secteur de la haute culture dont l'Université est la dépositaire et la dispensatrice. Cet enseignement n'avait guère de pédagogique que le nom, si on entend par pédagogique une intention professionnelle. Sans doute, cet aspect culturel de la pédagogie ne doit pas être perdu de vue, l'ensemble des faits et des idées éducatives constituant une matière fort intéressante en soi, intégrée dans le patrimoine culturel de l'humanité et des nations. Mais c'est un point de vue trop restreint quand il s'agit de préparation professionnelle. L'étude de l'histoire de la pédagogie doit non seulement ressusciter le passé mais éclairer le présent et faciliter l'action. Si on ne l'envisage pas sous cet angle elle ne sera que pure érudition.

4 — La formation pédagogique des professeurs de l'enseignement secondaire doit encore comporter la *Didactique* et la *Pédagogie expérimentales*. C'est la partie du programme qui est le plus directement en rapport avec la technique de l'enseignement. La didactique, générale et spéciale, est constituée par un ensemble de règles systématisées, déduites de l'expérience et de l'expérimentation et relatives à l'apprentissage scolaire. Elle a fait beaucoup de progrès au cours des dernières années — bien que les professeurs universitaires qui ont charge de l'enseigner s'en tiennent encore souvent aux idées d'il y a quarante ans. Elle ne doit pas être considérée comme un code rigide et absolu. Elle est sujette à révision, oriente l'action du maî-

tre plus qu'elle ne lui fournit des recettes à appliquer partout et toujours. Elle doit rester souple, en raison même des variations nombreuses des circonstances scolaires : les élèves, le maître, le moment, le lieu.

La pédagogie expérimentale, autrement dit le contrôle scientifique des faits pédagogiques considérés comme tels, et dont la didactique expérimentale est une partie habituera le futur maître à vérifier objectivement les résultats de son enseignement, à analyser en détail les situations qui se présentent dans la pratique, à en chercher les causes, en un mot à éviter la routine et à travailler avec un esprit scientifique sans lequel aucun progrès n'est possible.

5 — Les branches que j'ai passées rapidement en revue constituent l'essence même de la préparation professionnelle pédagogique. Indirectement elles contribuent aussi, cela va sans dire, à la culture générale de l'aspirant professeur et suscite en lui des intérêts qui seront générateurs d'un développement culturel ultérieur. Mais il est également souhaitable que dans le programme destiné aux futurs maîtres, la culture générale, antidote à une spécialisation excessive, soit envisagée pour elle-même. A cet effet, il serait sans doute opportun d'attacher plus d'importance qu'on ne le fait à la langue et à la littérature nationales. Le professeur doit, en effet, savoir mieux que quiconque sa langue maternelle puisque, sous sa forme écrite ou parlée, elle lui est un outil indispensable. On a aussi, en vue d'enrichir la culture générale, proposé et pratiqué les cours à option. Dans une série assez variée de tels cours, chaque étudiant doit en choisir deux ou trois sur lesquels il sera interrogé. On satisfait ainsi en même temps aux exigences de la culture générale et au principe de l'individualisation.

* * *

Le programme qui vient d'être esquissé n'est que la partie *théorique* de la formation professionnelle des maîtres de l'enseignement secondaire. A côté de ce programme

théorique, ou plus exactement en intime compénétration avec lui, il y a *l'initiation concrète*. La formule tant prônée «learning by doing», apprendre en exerçant, vaut aussi bien pour l'élève-maître que pour l'élève en général. L'initiation pratique au métier varie beaucoup actuellement d'un pays à l'autre. Particulièrement longue et systématique dans un pays comme le Portugal — où les candidats à l'enseignement secondaire officiel doivent accomplir un stage de deux ans dans un Lycée normal, après avoir déjà reçu à l'université une formation pédagogique théorique —, elle est presque négligée dans d'autres, encore que prévue et réglée par des dispositions légales comme c'est le cas en France, jusqu'aujourd'hui tout au moins, car la réforme de l'enseignement apportera des changements notables en la matière. Pour être efficient, l'apprentissage pratique devrait, à mon avis, être suffisamment long et associé étroitement aux enseignements théoriques; il devrait en outre se rapprocher autant que possible des conditions naturelles dans lesquelles le futur maître se trouvera engagé. Il devrait consister dans des exercices d'initiation à l'activité enseignante proprement dite, dans l'entraînement à l'observation psychologique et pédagogique, dans l'exercice de certaines activités liées plus particulièrement au rôle social du professeur. Examinons rapidement ces trois aspects de l'initiation pratique des maîtres:

1 — Nous n'insisterons pas spécialement sur l'art didactique. Apprendre à enseigner doit se faire dans l'atmosphère naturelle de l'école, c'est-à-dire que l'apprenti-professeur doit avoir affaire à de vrais élèves et non à ses compagnons ou même à ses maîtres, comme cela se produit encore parfois. En effet, c'est le comportement même des élèves qui détermine en grande partie l'attitude du professeur. Une initiation didactique consistant en quelques leçons isolées, préparées selon un plan *ne varietur* ne peut être efficace. Une période assez longue d'expérience enseignante ininterrompue est indispensable, sous le contrôle et l'orien-

tation d'un «tuteur» expérimenté. C'est pourquoi le stage pédagogique, dans un établissement d'enseignement secondaire, nous paraît absolument indispensable. Il devrait, à notre avis, durer au moins six mois effectifs, sous la responsabilité de professeurs reconnus comme spécialement compétents. Les candidats n'auraient accès définitif à l'enseignement qu'après avoir accompli ce stage avec fruit. Sans doute, quel que soit le soin avec lequel le stage est organisé, il ne faut pas en attendre qu'il fasse des praticiens parfaits. L'exercice de la profession, ainsi que nous l'avons souligné au début, perfectionne toujours dans une certaine mesure l'activité professionnelle. Mais le stage n'en est pas moins important car il crée les conditions préalables du progrès ultérieur: connaissance pratique de soi-même et des autres, appréciation des possibilités et des déficiences individuelles; il évite ainsi les tâtonnements initiaux plus ou moins longs dont les élèves sont les premiers à souffrir.

L'efficacité du stage sera d'autant plus grande que ceux qui le dirigent connaîtront bien les difficultés habituelles des débutants et leurs déficiences, de façon à pouvoir y remédier systématiquement, et qu'ils s'inspireront des résultats déjà acquis en pédagogie expérimentale et particulièrement en didactique expérimentale. Il me semble également opportun de souligner la nécessité d'une individualisation dans la formation pratique des professeurs, ce qui suppose de la part des maîtres de stage une connaissance exacte et concrète des stagiaires. C'est une bonne règle de pédagogie que de tenir compte des dispositions spéciales de chacun, de les utiliser au maximum et de ne pas vouloir imposer à un individu déterminé des modalités d'action pour lesquelles il n'a manifestement pas de disposition. Ceux qui ont des talents exceptionnels peuvent les utiliser dans leur enseignement. Ainsi, un professeur qui possède une aptitude spéciale pour le dessin recourra avec profit à l'illustration au tableau noir; un autre, qui possède une grande facilité d'élocution sera capable de décrire personnellement des scènes qu'un moins doué à ce point de

vue se résignera à lire. En bref, il s'agit d'utiliser au mieux les ressources naturelles de chacun et ne pas vouloir imiter des techniques pour lesquelles on n'est nullement doué.

2 — Le second aspect de la formation pratique est l'initiation aux tâches d'observation et éventuellement à l'expérimentation. Etant donné que le professeur moderne doit non seulement individualiser son enseignement mais qu'on lui demande en outre de participer à l'orientation scolaire et professionnelle des adolescents, de fournir aux parents, aux collègues, aux autorités scolaires, des informations sur le comportement de ses élèves, il convient de réserver une place spéciale dans sa formation aux exercices de psychologie pratique. Ces exercices auront pour but de familiariser le futur maître avec les techniques d'étude des multiples aspects de la personnalité de l'enfant et de l'adolescent. Les candidats-professeurs devront donc être initiés à l'application des tests mais plus encore à l'observation des manifestations spontanées du comportement des élèves: à l'école, dans leurs jeux, dans la rue, chez eux. Ils devront être exercés à élaborer de petites monographies, à remplir des fiches signalétiques scolaires, à prendre des notes sur le vif. Aiguiser l'esprit d'observation humaine pour en tirer le plus de profit possible, telle doit être la finalité de ces activités.

Le professeur doit-il faire de l'investigation proprement dite? Le problème de la compatibilité ou de l'incompatibilité entre la recherche et l'enseignement a été posé depuis longtemps déjà mais sous une forme plus générale que celle que nous avons en vue ici. Nombreux sont ceux qui, invoquant les bénéfices d'une division rationnelle du travail, souhaitent voir l'investigation se réaliser indépendamment de l'enseignement. Les aptitudes requises pour chacune de ces fonctions sont différentes, antagoniques même selon certains. Il y a avantage par conséquent, disent-ils, à les séparer. C'est à propos de l'enseignement

supérieur, et spécialement en ce qui concerne les sciences positives que la discussion est ouverte. En pédagogie, la question se présente sous une forme quelque peu différente. Si on peut et si on doit envisager une catégorie de chercheurs professionnels dont la mission est d'entreprendre et de coordonner les travaux d'investigation dont les résultats seront utilisés par les praticiens de l'enseignement et de l'éducation, on doit admettre toutefois que les maîtres eux-mêmes, à quelque degré d'enseignement qu'ils appartiennent, ont besoin d'être aussi des investigateurs. En effet, la matière qui est ici objet de recherches ce sont précisément les faits pédagogiques, le propre travail scolaire donc. Ces faits s'éclairent à la lumière de l'observation et de l'expérimentation. L'action magistrale s'en trouve par conséquent perfectionnée. C'est la technique même de son métier que le praticien scolaire améliore en faisant de l'investigation. Le professeur ne peut donc négliger l'investigation, mais la finalité de la recherche pratiquée par le maître trace à celle-ci un domaine précis et lui fixe ses modalités: elle doit être essentiellement *pédagogique, suggérée* ou *provoquée* par les problèmes tels qu'ils se présentent *dans les conditions normales du travail scolaire de chaque maître*. Chaque éducateur a *ses* problèmes, relatifs à *ses* élèves et à *lui-même*.

Pour initier les maîtres de l'enseignement primaire à l'observation et à l'expérimentation, on a parfois suggéré l'installation dans les écoles normales de laboratoires de psychologie expérimentale. Nous ne sommes pas, quant à nous, favorable à cette idée et nous ne l'approuvons pas davantage en ce qui concerne les futurs professeurs de l'enseignement secondaire. Il est préférable et plus économique, au lieu de se livrer à de délicates mesures des sensibilités ou de la mémoire ou de l'attention, de préparer les éducateurs à l'observation et à l'expérimentation telles que nous les suggérons plus haut: dans l'ambiance naturelle de l'école, des jeux, de la famille. Les laboratoires et les cliniques sont indispensables, sans doute, mais doivent être

réservées à ceux-là dont la mission sera spécifiquement psychologique: investigateurs, psychologues scolaires, orientateurs professionnels, etc. Gardons-nous de transformer les jeunes gens qui se destinent à l'enseignement en pédants qui auraient oublié leur conscience d'éducateur pour devenir des maniaques de l'expérimentation prétentieuse et vaine.

Ce qui nous paraît de loin préférable à l'installation de laboratoires coûteux, c'est la création de classes expérimentales, annexées aux centres de formation pédagogique et où les aspirants à l'enseignement puissent s'initier, sous la conduite de chefs compétents, à l'expérimentation pédagogique. Ces écoles ont déjà fait leurs preuves dans plusieurs universités et il faut se réjouir de voir les projets de réforme élaborés dans plusieurs pays leur accorder l'importance qu'elles méritent.

3 — Le troisième aspect de la préparation pratique aux fonctions professorales, et le plus récent, se justifie par l'extension actuelle de la mission du professeur. Il s'agit d'une initiation concrète aux études sociales. Puisque la formation secondaire, sous l'une ou l'autre forme, devient pratiquement obligatoire pour tous les adolescents et que, d'autre part, l'activité scolaire est beaucoup plus intégrée dans la vie sociale qu'autrefois, le professeur est plus que jamais, par la force des choses, un agent social. Il faut le préparer à cette tâche. Il l'est déjà en partie par les études théoriques de sciences sociales dont nous avons fait mention tantôt, mais il ne le sera complètement que si, pour employer une image familière, il a mis la main à la pâte. Concrètement, il devra s'habituer à l'observation sociale directe, réaliser de petites enquêtes familiales, s'informer de l'opinion publique au sujet des problèmes du jour, étudier dans un milieu déterminé l'influence de facteurs tel que le cinéma, connaître directement les aspects de la vie du travail, élaborer de courtes monographies locales ou régionales mettant surtout en relief les caractéristiques

sociales, participer personnellement à l'une ou l'autre activité en rapport avec les œuvres sociales de jeunesse, etc. Cette préparation des futurs maîtres aux tâches sociales n'a guère été réalisée jusqu'ici si ce n'est en Angleterre où on s'en préoccupe beaucoup, depuis la fin de la guerre, et où de nombreux rapports ont été présentés sur ce problème. Mais il est certain que dans tous les pays on reconnaît l'importance et l'urgence actuelle de cette éducation sociale des futurs professeurs.

En France, par exemple, une même tendance à intégrer l'école dans la vie sociale est particulièrement nette depuis 1944. Les activités dirigées et les activités sociales, les cours d'instruction civique, en sont des manifestations évidentes. Les «Centres de Jeunesse» créés pendant la guerre ont été maintenus, encore qu'en en modifiant l'orientation générale. Ils sont rattachés au Ministère de l'Éducation Nationale. En 1945, pour assurer la formation des éducateurs de ces groupements, on a créé les Ecoles Normales Nationales d'Apprentissage.

* * *

Une objection surgira probablement dans l'esprit de beaucoup et en premier lieu sans doute dans celui des professeurs eux-mêmes. Une formation professionnelle des maîtres de l'enseignement secondaire telle que nous venons de la présenter dans ses lignes principales, va exiger beaucoup de temps. Si on additionne la préparation scientifique à tout ce qui est requis par la préparation pédagogique, la période d'études deviendra assez longue et la carrière de l'enseignement va décourager beaucoup de bonnes volontés parce qu'elle imposera un délai excessif avant son exercice définitif. Avant d'en franchir le seuil, beaucoup d'argent et d'efforts seront nécessaires.

Que répondre à cette objection? Nous croyons, pour notre part, qu'en deux ans il est possible d'assurer la pré-

paration pédagogique, théorique et pratique, que nous avons esquissée. Il s'agit de répartir rationnellement le contenu du programme sur ces deux années, ou mieux de la combiner harmonieusement avec la formation scientifique. Si on ajoute à ces deux ans quatre années d'études universitaires antérieures, on arrivera à un total de 6 ans. Est-ce excessif? Et n'est-il pas souhaitable que le professeur ne commence sa carrière qu'à un âge de complète maturité? Si on compare la durée de telles études au temps requis pour la formation d'un ingénieur, d'un médecin ou d'un juge, on constatera qu'elle ne lui est pas supérieure, au contraire. Les exigences des professions libérales n'ont cessé d'augmenter en raison des situations nouvelles créées par la civilisation en progrès. Qui oserait affirmer que la fonction de professeur est socialement moins importante et comporte moins de responsabilités que celle du médecin ou de l'ingénieur? Comme pour toutes les autres professions, un réajustement aux conditions nouvelles est indispensable. Si on veut améliorer la qualité du corps enseignant dans son ensemble, et par conséquent le rendement des écoles et le niveau culturel d'une nation, il faut nécessairement admettre ces prémisses: sélection plus rigoureuse, préparation plus longue, plus complète et plus pratique. En retour, il s'agira, pour les Gouvernements, de reclasser socialement et économiquement la profession enseignante de façon à lui garder des vocations. C'est un autre aspect de la question qu'il ne nous appartient pas de traiter ici.

L'ensemble des suggestions que nous avons faites semblent approuvées par les Congrès internationaux, qui se sont occupés de la question. Qu'on relise par exemple les recommandations faites à ce sujet par le Bureau International de l'Education en 1944, on y retrouvera plusieurs principes semblables à ceux que nous avons défendus ici et une orientation générale parallèle. (Brochure n.º 86, *Recommendations of the Intern. Conf. on Public Educ.* Genève, 1944).

* * *

Nous avons montré la nécessité d'une formation professionnelle plus adéquate des professeurs de l'enseignement secondaire; nous avons essayé de déterminer, dans ses grandes lignes, le contenu théorique et pratique de cette formation. Nous voudrions examiner rapidement un dernier point: cette formation doit-elle être assurée par des Instituts Supérieurs spécialement destinés à cette fin?

Pour obtenir une plus grande unité d'action et créer une atmosphère plus favorable à la réalisation des fins proposées, il semble bien que les futurs professeurs de l'enseignement secondaire devraient être préparés à leur mission dans des Ecoles Normales Supérieures intégrées dans les Universités mais gardant une certaine autonomie. C'est en somme la formule adoptée dans les Teachers Colleges universitaires américains. On a même parfois proposé le régime d'internat, avec évidemment une liberté assez large. Etant donné le caractère social de la fonction enseignante et la nécessité de collaboration entre les divers agents éducatifs, on reconnaîtra que la vie en commun des futurs maîtres assurerait une atmosphère plus propice à la création des habitudes et des attitudes désirables. On a admis, depuis toujours, les avantages de l'internat en ce qui concerne la formation des prêtres, des officiers, et il y a des affinités incontestables entre la mission de l'éducateur et celle de ces derniers. Mais le problème de l'internat n'est pas seulement un problème pédagogique, il présente aussi des aspects économiques et sociaux et les difficultés surgissent surtout de la considération de ces derniers aspects.

Les sciences de l'éducation ont, depuis une trentaine d'années, pris un développement de plus en plus important dans les universités européennes. Ce développement s'est manifesté surtout par la création d'Instituts spécialisés de psychologie et de pédagogie. Il serait souhaitable de voir ces Instituts se charger la formation professionnelle des maî-

tres de l'enseignement secondaire (et peut-être primaire) tout en assumant les tâches d'investigation qui font partie de leur programme et en préparant des spécialistes en matière de psychologie et de pédagogie. Jusqu'aujourd'hui, ces Instituts n'ont pas été suffisamment en contact avec l'école. Ils devraient devenir des organismes nationaux mis au service de la recherche scolaire. C'est à eux qu'il devrait appartenir de résoudre un grand nombre de problèmes relatifs à l'enseignement. Ils pourraient prendre l'initiative d'enquêtes sur telle question, élaborer scientifiquement les méthodes de diagnostic qui seraient ensuite mises à la disposition des maîtres, se charger de recueillir et d'interpréter la documentation provenant des éducateurs, se mettre à la disposition des écoles pour résoudre ou essayer de résoudre des problèmes difficiles qui leur seraient soumis. Ces Instituts constitueraient alors un instrument éminemment utile au service de l'éducation nationale, serviraient d'élément unificateur entre les divers types et degrés d'enseignement et contribueraient à maintenir l'unité d'action parmi les agents éducatifs.

Ajoutons que de tels instituts universitaires faciliteraient aussi la collaboration internationale dont on prône tellement les avantages à l'heure actuelle. En matière de formation des maîtres, chaque pays a vécu jusqu'aujourd'hui en régime fermé, se préoccupant assez peu de ce qui se fait hors de ses frontières. Il faut souhaiter non seulement que des Congrès Internationaux comme celui de Santander incluent dans leur programme les problèmes de la formation magistrale, mais aussi qu'il se pratique entre les pays des échanges de candidats-professeurs et de professeurs qui séjourneraient un certain temps dans les écoles mêmes de l'étranger et prendraient ainsi directement contact avec l'atmosphère et les méthodes éducatives des pays visités. Ce ne serait pas seulement la pédagogie qui y gagnerait, mais la bonne entente et la coopération entre les peuples.

E. PLANCHARD

QUEVEDO CONTRA EL CONDE-DUQUE DE OLIVARES EN UN DRAMA ROMÁNTICO

El drama en cuestión se titula: «Don Francisco de Quevedo»; y el autor que lo escribió fué Don Eulogio Florentino Sanz. Y es interesante ver cómo un espíritu rebelde, castigado por la mano severa de muchas amarguras físicas y morales, y tardíamente romántico, vacía el contenido de su alma en los moldes ardientes de una obra dramática, con todas las apariencias de anacronismo en su fondo y en su forma.

EL AUTOR

Nació Don Eulogio Florentino Sanz y Sánchez en Arévalo (Avila), el día 11 de Marzo de 1822. De muy poca edad se quedó huérfano, circunstancia ésta que le obligó a vivir con un tío suyo, por quien fué educado. Es muy posible que la desolación de este espíritu empezase en aquellos días de soledad temprana, sin afectos de hondura paternal y sin ciertas tolerables condescendencias que sólo unos ojos paternales saben disimular. Lo cierto es que nuestro futuro dramaturgo no se encontraba a gusto en la atmósfera que le brindó su tío. Los desentendimientos se sucedían, el corazón se amargaba y la rebelión estaba a punto de estallar.

Si no estalló, catastrófica, fué gracias a que la frecuencia en las aulas universitarias de Valladolid se interpuso oportuna, para ofrecer al escolar inquieto y díscolo un nuevo campo de acción y un plan de vida más ambicioso. Pero tan altos ensueños se estrellaron bien pronto contra la barrera del amor, que deposita en el corazón de una humilde moza, hija de un vidriero modesto. Surgió, al

fin, la inevitable huída a Madrid, donde una bohemia un tanto degenerada iba a ser el asiento poco muelle de sus pasiones y ansias. Más de una vez tuvo su lecho al aire libre, y acaso entonces el surco de las estrellas le habrá servido para fabricar un nuevo mundo de ilusiones.

El pórtico de ese mundo se lo abrió Don Andrés Borrego, Director del periódico *El Español*, de limpio abolego literario. En aquella Redacción, también bohemia y no poco revolucionaria, afinó su pluma, desenvolvió su ingenio y se codeó con ilustres periodistas de la época, entre los cuales figuraba el poeta García Tassara.

De estos tiempos es un soneto suyo, acalorado, que se convirtió en altanera aportación para la revolución de 1854.

Gracias a esta revolución y a su ya cimentada fama de crítico sutil y elegante escritor, fué nombrado representante de España en Berlín. La estancia en Alemania, que se prolongó por dos años, le dió ocasión para entregarse al estudio y conocimiento de los literatos germanos que más fama tenían por aquel entonces. Así llegó a conocer perfectamente la obra de Goethe, y se entusiasmó con Heine. De tal manera se identificó con el espíritu de este último poeta, que se convirtió en el traductor magistral del mismo: alguna poesía traducida de aquél pudo pasar como original a los ojos de los españoles contemporáneos suyos.

De regreso en Madrid, colaboró asiduamente en varios periódicos, uno de los cuales, *El Museo Universal* estaba dirigido a la sazón por Gustavo Adolfo Bécquer. Como poeta nos dejó algunas composiciones tan bellas como «El color de los ojos», y la célebre «Epístola a Pedro», que el mismo Menéndez y Pelayo incluyó en su colectánea «Las cien mejores poesías líricas de la lengua castellana». En 1854 estrenó una comedia en verso — «Achaques de la vejez» —, y dejó escrita otra de capa y espada — «La escarcela y el puñal» — amén de otras producciones menores. Pero su fama en las letras la ganó sobre todo con el drama «Don Francisco de Quevedo», de cuyos personajes nos ocuparemos en seguida.

Como persona, no debía de ser Don Florentino Sanz demasiado agradable. Tenía un carácter altivo y soberbio, fundado en su propio valer. Creía firmemente — y cierto que no andaba muy errado — que su labor no había sido justamente apreciada por el público. Firme en creencia semejante, abandonó la poesía y el teatro, dolorosamente herido, renunciando así a una gloria segura y definitiva: el talento no le faltaba, y el ingenio lo tenía de sobra. Mucho derrochó de ambos, en efecto, en conversaciones amenísimas y cuajadas de agudezas de los mejores quilates. Pero desdénoso de todo y de todos, murió al fin pobre y abandonado en aquel mismo Madrid que tanto había celebrado sus dichos y sus hechos de altísimo bohemio, el día 29 de Abril de 1881.

LA EPOCA

Para comprender mejor la interpretación romántica de nuestros personajes, no estará de más que situemos, aunque sea muy rápidamente, este carácter que acabamos de esbozar, en el torbellino moral, social y político de su tiempo. Ya hemos visto que su vida discurrió entre 1822 y 1881, años que son como dos polos de una de las épocas más agitadas de la historia de España: nace poco después de la revolución de 1820, y se convierte en espectador, y aun actor muchas veces, de todos los sucesos ocurridos hasta el reinado de Don Alfonso XII. Esto quiere decir, por tanto, que atraviesa un periodo de continuos levantamientos, sublevaciones, alternativas en el poder de liberales y absolutistas; guerra civil e intervención francesa; sublevación y pérdida de la América continental; reinado de Isabel II y guerra carlista; guerra de Africa y destronamiento de la citada reina; reinado de Amadeo de Saboya; primera República, y reinado de Alfonso XII, con la segunda guerra carlista. En suma: ambiente de pura lucha, de odios, de intranquilidad, en el que los hermanos se matan entre sí, al tiempo que desangran a la patria.

Nuestro autor no puede huir al peso de influencia tan enorme, gran parte de la cual ha de grabarse inevitablemente en el carácter, en la sensibilidad, en la ideas, en el alma, en fin, de quien como Florentino Sanz tiene siempre los ojos bien abiertos hacia los nuevos caminos del mundo y hacia los resplandores de ilusionadas esperanzas.

Por eso se explica más aún la tardía manifestación romántica de esta alma rebelde que se exaspera ante la triste realidad de egoísmos y ambiciones partidarias y materialistas. Es un hombre de auténtico valer que se ve obligado a vivir en medio de un mar de ruindades y miserias, de intereses particulares y personalistas, horros de verdadero ideal para una sociedad y un país que se desintegran y se ahogan entre las ansias políticas y bastardas.

¿Qué otra cosa podía esperarse de una época en que persona de elevado rango social, como un embajador de Austria, le pregunta a Florentino Sanz: «Los poetas, los poetas!... ¿Para qué sirven los poetas?»? — Razón tuvo el autor al responderle agudamente indignado: «Los poetas, señor Conde, sirven para todo lo que ustedes, y además para hacer versos».

De ahí que todo el idealismo y el entusiasmo de un romántico tenga que estrellarse contra la indiferencia y la escasa alteza de miras del ambiente reinante, hasta llegar al aislamiento completo de las letras.

Esto nos explica en Florentino Sanz algo más que un simple momento de transición entre el romanticismo y las siguientes orientaciones de la literatura española. En el cruce del teatro realista de Pérez de Ayala, de la poesía prosaísta de un Campoamor, de la novela realista también de un Galdós y aun del naturalismo que pronto se adelantaría con la Condesa de Pardo Bazán, se levanta la voz de Florentino Sanz con una protesta airada contra tanta mezquindad en la vida político-social.

Y en tales circunstancias crea un drama que nos causa la impresión de lo anacrónico en el fondo y en la forma, como hemos dicho al principio. En la forma, porque no

era ya costumbre de aquella hora la expresión de sentimientos en versos exaltados, ni la profusión de admiraciones, ni apartes reflexivos a modo de confesión hecha al público. Ni tampoco parecía ser aquél el momento más oportuno para revivir en la escena lances caballerescos o victorias de galantería setecentista.

La verdad, sin embargo, es que existía un notable paralelo entre la época de Quevedo recogida en el drama, y la propia atmósfera cargada que el autor respiraba en la vida española de su tiempo. Al menos, si nos es permitido, creo que podemos señalar un fondo tristemente común para ambos momentos: el derrumbamiento de altos ideales; los odios y codicias personales en torno al poder público; y una pendiente peligrosísima hacia la desintegración moral, social y política de la nación.

Por eso se yergue airada la figura de Florentino Sanz con la más noble intención de acusar a la injusticia y detener el atropello de la mediocridad en todos los órdenes. Y por eso también, no pudiendo luchar contra semejante marea impetuosa que todo lo arrolla sin consideración, se aísla y se asquea para siempre del contacto de sus contemporáneos.

Y este su drama sobre Quevedo no deja de ser una especie de válvula de escape, un modo de encerrar y lanzar luego a los vientos todo su amargor y su sarcasmo, que aunque velado en bellos moldes literarios, no por ello pierde la acritud de su carácter, ni la nobleza de una sátira verdaderamente sentida y dolorosa.

Curiosa e interesante es, por ende, esta interpretación de Quevedo hecha por un romántico que, como aquel personaje de la corte de Felipe IV, se siente sólo y se juzga incompatible con un medio lo bastante cretino y materialista para no ver y no querer comprender la ruina que se acerca con pasos agigantados. Para él, las Letras se olvidan del Arte y de la Belleza, como la política se olvida de la Patria.

El drama «Don Francisco de Quevedo» es, pues, como una transplantación de aquel verdadero dolor de patria que sintió Quevedo con toda su alma, al espíritu inquieto y arre-

batado de este romántico tardío que no ve en su torno, sino sombras pálidas de glorias pretéritas. Y es hora de que empecemos a comentar la interpretación que de los personajes que nos interesan se hace en la obra dramática en cuestión.

QUEVEDO Y EL CONDE-DUQUE DE OLIVARES

Preciso es decir por adelantado que las figuras de estos personajes, especialmente la segunda, se alejan de toda exactitud histórica en lo que a sus hechos concretos en el drama se refiere. Ambas están tomadas por el autor como una suerte de símbolos, y como tales, los envuelve poéticamente en el halo que la fama histórica y la leyenda les tejieron hasta llegar a nosotros. Tampoco nos interesa, por otro lado, un rigor histórico que acaso no serviría, aquí, más que para enturbiar la idealización artística que el autor busca en figuras de tanto relieve, como medio o vehículo expresivo de su propio espíritu. Basta, por tanto, con que de los dos personajes nos sea dado un rasgo, una actuación equivalente a la síntesis de las dos personalidades, tal como de verdad lo fueron en la vida y lo son en la historia.

Así tendremos en Quevedo un hombre de talento, patriota, valiente y caballeroso, capaz de todo, y de ofrecer la vida por su patria... y por unos bellos ojos. El Conde-Duque es a su vez el típico personaje odioso de toda intriga dramática, egoísta, altanero y absorbente, y capaz también de todo lo más bajo y criminal con tal de conservar la gran pasión que lo domina: la del mando y el poder.

Alrededor de la figura de Quevedo se había formado una leyenda que poco a poco la erudición científica y la crítica serena van destruyendo. Quevedo no era, ni muchísimo menos, un bufón de la Corte, sino un hombre de un talento excepcional y de un ingenio portentoso, bien patentes a lo largo de su vasta obra. Ciertamente es que se reviste de un humorismo que no es otra cosa que la expresión de su amargura espiritual, de aquella amargura producida por su auténtico dolor de patria, que, según hemos dicho antes,

sentía Quevedo en lo más hondo de su sér ante la ineptitud, el desgobierno y la intriga malévolá de aquellos gobernantes españoles, especialmente, el Conde-Duque de Olivares.

Don Aureliano Fernández Guerra, al prefaciá las Obras Completas de Quevedo, de la Biblioteca de Autores Españoles, le llama: «Valiente político, profundo filósofo, gran hablista, padre de los donaires y de las gracias, el más regocijado y popular de nuestros escritores». Todavía no tiene 24 años y ya Lipsio dice de él que es: «La mayor prez y más alta gloria de los españoles». Para Lope de Vega es «el príncipe de los líricos», y Cervantes lo estima por «hijo de Apolo».

En efecto, todos estos elogios y otros muchísimos más que no son para citar, bien los merece este hombre de letras y de gobierno que supo poner su inteligencia y su gran corazón al servicio de un ideal.

Se dedicó a toda clase de estudios, incluso los de Teología. Escaló altos cargos políticos; vivió un ambiente palatino y cortesano; pero supo, a la vez, descender hasta los más ocultos rincones del hampa, para extraer de allí conocimientos abundantes y completos del corazón humano, cuyas glorias cantaba y cuyas vilezas afeaba constantemente en su obra. Y tanta miseria contempló en ocasiones, que por no creerlo posible, o para engañarse piadosamente a sí mismo, escribe en forma de sueños, como no queriendo acabar de convencerse de la triste realidad.

Es autor de numerosas obras en prosa y en verso, de carácter filosófico; abunda en hermosos sonetos y en poesías festivas de todo género. Y es, además, el más ilustre representante del conceptismo o refinamiento y sutileza en la ideas y en los conceptos expresados literariamente.

EL DRAMA «DON FRANCISCO DE QUEVEDO»

Puesto que no es caso ahora de reproducir en estas páginas la pieza dramática, debemos siquiera dar a conocer el argumento de la misma, a fin de que los lectores puedan

hacerse una idea acerca de la situación de los personajes fundamentales en la escena, del juego de las pasiones que en ella se desenvuelven y de la visión de conjunto en que los dos caracteres antagónicos de los protagonistas luchan, al mismo tiempo que por ellos transpira todo el aliento espiritual del autor.

He aquí el argumento. La Infanta Doña Margarita de Saboya, que estaba sufriendo destierro en Ocaña, huye de este pueblo para Madrid con la intención de ver al Rey y hacerle saber, con pruebas, los torpes manejos de su favorito, el Conde-Duque, que arruinan al país. Para lograr éxito en plan, le escribe una carta a Quevedo, única persona en quien confía para su empresa. El Conde-Duque se entera, y trata de impedirlo, aconsejando a la Infanta que se vuelva a Ocaña. Mientras tanto, ya había encargado a un secuaz llamado Medina el asesinato de aquélla.

Medina, al enterarse de la elevada categoría de la presunta víctima, exige al Conde-Duque una orden firmada. De esta manera podrá matar dos pájaros de un tiro: prevenirse contra la posible traición del favorito, y exigir pingües rendimientos a la complicidad de éste en el crimen. El Conde-Duque, muy contra su voluntad, no tiene más remedio que acceder a la petición del criminal.

Cuando se va a cometer el vil asesinato, a la salida de una iglesia, aparece Quevedo, que estaba esperando a la Infanta, y la defiende: arranca el puñal de manos de Medina y lo mata en desafío noble, mientras la Infanta huye. Con la precipitación de los acontecimientos, Quevedo se lleva la capa del muerto, sin darse cuenta. A todo esto, surge el Conde-Duque lleno de ira y odio al ver que sus planes fallaron. Pero tiene la suerte de encontrar a la Infanta, y la lleva a Palacio, donde la oculta de todos.

La Reina, desdeñada por el Rey a causa de unos celos avivados por la intriga del valido, recuperaría todo el aprecio de su regio esposo si consiguiese un escrito, con sangre del Conde de Villamediana, que éste hizo cuando estaba

moribundo, y que salva el honor de la Reina. Pero dicho escrito lo posee el de Olivares.

A pesar de todas las dificultades levantadas por el Conde-Duque, Quevedo consigue hablar con la Reina y decirle que la Infanta Margarita está bien guardada en el Palacio. El favorito contempla a Quevedo con la capa de Medina, y creyendo a la capa como prueba suficiente de asesinato quiere prenderlo. Mas Quevedo en ese momento encuentra en la capa la orden que el Conde-Duque había dado a Medina para matar a la Infanta. Y el odioso personaje, entonces, encendido de rabia, no tiene otra solución que prometer a Quevedo una seguridad plena respecto a la vida de la Infanta. En este momento llega la guardia que viene a prender a Quevedo, y el Conde-Duque se ve obligado a decir que todo fué una broma. Todos los presentes, entre los que se encuentran algunos nobles cortesanos, se imaginan que el papel que está en la mano de Quevedo es algún chiste o ingeniosidad nueva; para resolver la situación apurada, Quevedo les dice que, en efecto, se trata de un nuevo y jocososoneto. (El autor pone aquí, oportunamente, en boca de Quevedo un auténtico soneto de éste, que bien vale la pena reproducir entero).

El soneto es el siguiente:

A UNA NARIZ

Érase un hombre a una nariz pegado,
érase una nariz superlativa,
érase una nariz sayón y escriba,
érase un peje espada muy barbado,

era un reloj de sol mal encarado,
érase una alquitara pensativa,
érase un elefante boca arriba,
era Ovidio Nasón más narizado,

érase un espolón de una galera,
érase una pirámide de Egipto,
las doces tribus de narices era

*érase un naricísimo infinito,
muchísimo nariz, nariz tan flera,
que en la cara de Anás fuera delito.*

Este soneto va repentizándolo — haciendo que lo lee en el papel con la orden de muerte, suscrito por el Conde-Duque — con enorme sufrimiento de éste y gran regocijo de los demás. Pero Quevedo no dice más que los ocho primeros versos, intercalando otros, «sotto voce» para el Conde-Duque en que lo ataca sin piedad, aprovechando la ocasión. Por ejemplo, después del verso: «Érase un hombre a una nariz pegado», añade en aparte: «como al Rey el privado que aquí priva»; y después de «érase una nariz superlativa», dice: «como la audacia loca del privado». Y así seis versos más.

La escena termina saliendo Quevedo de allí entre la guardia que venía a prenderle... y que acaba por rendirle honores.

En seguida, Quevedo se marcha a Portugal con objeto de buscar unas pruebas escritas que le interesan a la Infanta, suficientes para desenmascarar al privado. La Infanta arde en impaciencia esperando el regreso de aquél; pero el de Olivares se asegura que no volverá. Pero se presenta, sin embargo, Quevedo, con gran asombro del favorito. Entonces, con objeto de salvar a la Reina, Quevedo propone al Conde-Duque el cambio de escritos: éste entregará el del Conde de Villamediana, relativo al honor calumniado de la Reina, y él devolverá al privado la orden de muerte contra la Infanta Margarita. El de Olivares acepta, siquiera para dejar a Quevedo sin la terrible arma.

A todo esto, siempre acuden a la compañía de Quevedo unos cuantos cortesanos que no ven en él más que al hombre ingenioso y agudo capaz de estar siempre dispuesto a hacerlos reír. Quevedo se disgusta con semejantes compañeros y les llama necios y estúpidos de tal manera, que ellos lo toman como un humorismo de tantos, sin percibir toda la hiel que destilan las frases quevedescas.

Otra vez el autor sabe colocar con maestría en esta escena los amargos versos del propio Quevedo. Se trata ahora de unas quintillas que dicen así:

.....

Y es, por Dios, contraste horrendo,
y aun viceversa nefando,
y hasta sarcasmo estupendo
que ellos escuchen riendo
lo que yo digo rabiando.
Tal vez porque se desvíen
suelto un chiste insulso y frío... ;
mas de gusto se deslíen,
y tanto a veces se ríen,
que al fin... yo también me río.
¡Risas hay de Lucifer... ,
risas preñadas de horror !
¡ Que en nuestro mezquino ser,
como su llanto el placer,
tiene su risa el dolor !

.....

¡ No !... Con su chata razón
no comprenden, cosa es clara,
que mis chistes gotas son
de la hiel del corazón
que les escupo a la cara.
Y jamás librarme puedo
de ese infernal retintín
que ya me produce miedo:
« Divertidnos vos, Quevedo ».

.....

Versos estos bien ejemplares para comprender la amargura de alma de Quevedo — y por boca de éste, de la de Don Florentino Sanz — transformada en sarcástico humorismo para semejante atmósfera de necedad.

Y sigamos con el argumento. La Infanta Margarita recoje, al fin, el escrito de Villamediana, que salvará a la Reina; a la vez, se hace cargo de un pliego secreto procedente de Sicilia para el Rey. En la conversación que sostiene Quevedo con la Infanta se deja ya entrever su amor hacia ella.

Y ahora sí que Olivares cree tener en sus manos a Quevedo, quien ya no dispone de aquel célebre «soneto» para escapar a las sanas intenciones del privado. La Providencia, no obstante, le brinda nueva oportunidad de salvación: en el instante mismo en que otra vez viene la guardia a prenderlo, lo llama el Rey, por ser embajador y portador de los documentos sicilianos.

El Conde-Duque tiene ahora la preocupación máxima de que el escrito reivindicador de la Reina no llegue a manos del Rey. Dispone las cosas de tal modo, que ni aquélla, ni la Infanta, ni Quevedo le puedan hablar, antes de su marcha al Escorial. Una vez que el Rey salga de Madrid, todos quedarán en las manos del favorito: ocasión propicia para tomar venganza de sus enemigos, que son los amigos de la nación.

Quevedo, no viendo otra salida, recurre a una estratagemas, muy teatral por cierto; prende el escrito en la misma espalda del privado. Es la única forma de que el Rey lo lea sin que el Conde-Duque pueda evitarlo. Poco después sale el Rey para el proyectado viaje, y encarga por escrito a la Reina que, como todos los años, el día del aniversario de su privanza, entregue a su privado una copa de oro, con una carta laudatoria para sus servicios.

Las regias damas, lo mismo que Quevedo, se creen perdidas. El de Olivares ya está disfrutando de los castigos que piensa imponerles a los tres. Pero cuál no sería su asombro al oír que el escrito de la copa de oro, que obliga a leer en voz alta al propio Quevedo, en lugar de elogios, trae una orden de destierro para el privado. Así acaban los mandos y órdenes de aquel nefasto consejero real.

En seguida, regresa el Rey y se reconcilia con su esposa, durante largo tiempo difamada en su honra.

Termina el drama con una escena verdaderamente romántica: aquélla en que la Infanta y Quevedo comprenden y se declaran su amor; pero en vista de la imposibilidad del mismo, por diferencia de rangos, se separan para siempre, dolorosamente: él se marcha a sus tierras,

y ella se retira a un convento. Hasta aquí, el asunto de la obra.

Como hemos visto, Florentino Sanz sitúa la acción de su drama en el reinado de Felipe IV, monarca de la dinastía de los Austrias. En él contrapone la figura egregia de Quevedo a la discutida y poco simpática del Conde-Duque de Olivares, privado absoluto de aquel monarca. Y como motivo delicado, entra también la Infanta Margarita de Saboya, — belleza, simpatía y talento — que viene a ser como un puente por el que cruzan, de un lado, todo el furor dominante del privado, para quien es un estorbo del que aquél quiere librarse criminalmente; del otro, la galantería de Quevedo, que a través de una actividad altamente patriótica, se convierte en el indispensable sentimiento amoroso de toda obra teatral.

LOS PERSONAJES EN LA OBRA

Desde el punto de vista histórico, si bien los hechos concretos no brillan por su exactitud, el ambiente que los rodea no distan mucho de la realidad de una época que bien podríamos calificar como la de los reyes holgazanes, pues éstos, presos de horrible abulia se echan en manos de sus favoritos, quienes gobiernan con arreglo a su voluntad y poder casi omnímodos.

La figura de la Infanta Margarita es real: una mujer inteligente, prudente, que ve con disgusto como el favorito maneja al Rey y a la Corte cual le viene en gana. Por eso, pone en práctica cuantos medios están a su alcance para conseguir la desgracia del privado ante el Rey. A lo largo de la obra se expresa con energía y dignidad acusándolo de la maniobras más ineptas de gobierno que pueden imaginarse. Virreina que había sido de Portugal, dice de sí misma:

¡Cierto!... La altiva duquesa
Margarita de Saboya,
que no conoció en su vida
más voluntad que la propia;

la que nunca dominada
 siempre fué dominadora,
 con su voluntad de hierro
 y su corazón de roca;
 esa mujer soberana,

.

Imaginemos ante esto el dolor de su dignidad herida, al verse acorralada, digamos así, por el favorito, causa de todos los males de su patria, y a quien acusa virilmente con estas palabras:

«Bien lo sabes: Portugal,
 antes provincia española,
 se hizo reino independiente,
 siendo yo gobernadora...
 Que no fué por culpa mía
 bien em mis despachos consta;
 con tiempo avisé el peligro
 y pedí dinero y tropas...
 Pero sordo el conde-duque
 a mis peticiones todas,
 juzgó sueños mis temores,
 me creyó débil o loca.
 Pues bien: ya que la experiencia,
 aunque por mi mal, me abona;
 por las cartas de Olivares,
 llenas para el Rey de mofa,
 sabrá el Rey que ese ministro,
 con escándalo de Europa,
 necio o traidor, ha vendido
 un joyel de su corona.

.

Ciertas, sin duda, tales acusaciones en la parte que le toca al Conde-Duque. Pero el autor, tal vez tocado de galantería, o por su objetivo fundamental de acumular cargos contra el funesto personaje, se olvida de la verdadera historia respecto a esta gobernadora, que no demostró, la verdad, cualidad apropiada para el cargo difícil e delicadísimo. No se puede olvidar el catastrófico desacierto de haber nombrado como secretario suyo, y del gobierno de

Lisboa, por tanto, a aquel menguado y tristemente célebre Miguel de Vasconcelos, si odiado de unos, despreciado por los otros.

La Infanta, como personaje de la obra, insiste una y otra vez en los desafueros intolerables que comete el privado; dice que es preciso:

« Salvar a España
de un yugo que la deshonra
comprar también el castigo,
del tirano... »

Y todavía repite furiosa cuando habla con la Reina:

« La corte y España toda
sufren su tirano yugo
y sus desafueros lloran.
..... Por su causa
la España, terror de Europa
y del mundo en otro tiempo,
duerme en el olvido ahora.
Por él lloramos perdidas
tantas conquistas gloriosas,
unas al hierro entregadas,
y al oro vendidas otras.
Más de trescientos navíos
tragaron del mar las olas
por él; y por él perdimos
a Esthin, Wiranzan y Dola,
y a más las islas Terceras,
y el ducado de Borgoña,
y el Brasil y el Rosellón
y Ormuz, Fernambuco y Hoa!
Y no ha mucho Portugal,
siendo yo gobernadora,
por su Rey al de Braganza
coronó en Villaviciosa... »

Las iras de Doña Margarita achacan todos los fracasos, pérdidas y hasta desgracias por accidentes a la pésima gestión del de Olivares, pero sigue olvidando sus propias culpas. Y una de las cosas que más repiten, tanto ella como

Quevedo, según veremos, es la cuestión de la pérdida de Portugal. Aunque muchas hayan sido las causas y variados los factores que a tal acontecimiento contribuyeron, no hemos de negar que la oportunidad decisiva para que el alto espíritu de independencia de los portugueses se manifestase, aplastante y triunfador, fué fraguada por la torpísima política del Conde-Duque de Olivares.

En cuanto a éste, discrepan los historiadores. Para unos es el personaje funesto, de política disparatada, que con su falta de visión, su altanería y su imperialismo de tres al cuarto, no hizo otra cosa que cometer horribles faltas de tacto en el exterior, y atropellos sin nombre en el interior. Aquéllas acarrearán la ruptura con Holanda; la enemistad con Inglaterra, y la independencia de Portugal. Estos producen desorden y empobrecimiento, principio de desintegración y decadencia españolas.

Para otros, en cambio, es el político vigoroso y recto que necesitaba la nación en tiempos de monarcas abúlicos, cuando no ineptos. Pero tuvo, dicen, la desgracia de ser contemporáneo del gran Cardenal Richelieu, rival muy superior y mucho más favorecido también por la fortuna de las circunstancias.

Hay historiadores, en fin, que tratan de poner las cosas en su justo medio... si tal justicia existió. Para éstos, ni es el Conde-Duque la persona inmoral y el gobernante cretino, culpable de todos los desastres, ni es tampoco un modelo de espíritu honesto, talentado y laborioso que no tenía otra ilusión que el engrandecimiento de su patria.

Es posible, decimos nosotros, que el privado tuviera algo para cada una de estas tres corrientes u opiniones eruditas. Es posible que su aparición en la escena política hay sido oportuna en el primer momento del reinado de Felipe IV, cuando aun éste era más que nada un mozuelo sin experiencia ni conocimiento político, halagado siempre, especialmente por el mismo privado, en sus pasiones y entretenimientos.

Pero lo cierto es que el de Olivares, desde que entró como gentilhomme en la cámara del entonces príncipe heredero, se dedicó a cultivar el ánimo del futuro Rey de tal forma, que aun antes de la muerte de Felipe III acariciaba como segura la idea de su mando y su poder. Histórico y bien elocuente es el siguiente episodio: Estando El Rey Felipe III gravemente enfermo, dijo el de Olivares al Duque de Uceda, favorito a la sazón del Rey moribundo: «A esta hora todo es mío. — ¿Todo?, replicó el duque — Todo, respondió el Don Gaspar, sin faltar nada.» (1).

Como protagonista — o mejor, antagonista — de la obra que estamos recorriendo, la figura coincide plenamente con las tintas cargadas de los que no pueden dejar de ver en el Conde-Duque una verdadera calamidad para España. En la escena, ya lo hemos visto, se presenta con todo el énfasis de altanería y orgullo que le permite el manejo de su Rey; y para tener el camino libre no retrocede ni ante el crimen. Así en la escena III del segundo acto es humillado por la Reina, que le llama, con todo derecho y con lógica intachable, vasallo. ¡Nunca tal hiciera la Reina! Oid y leed la reacción del privado en magnífico monólogo:

«Entre Principe y vasallo,
lo primero es lo primero»,
me dijo, y callé... Sí; pero
yo para obrar siempre callo.
¡Vasallo quien da la ley!...
Reina, me hiciste un ultraje,
que no rinde vasallaje
quien hizo vasallo al Rey.

.
El Rey te abrirá sus brazos
si a ver llega tal escrito;
mas primero el favorito
se lo comerá en pedazos.

(1) Lafuente: *Historia de España*, vol. III, pág. 287 — Barcelona, 1879.

Te amaba el Rey con pasión...;
 mas roto el lazo nupcial
 por mi astucia, sin rival
 reino yo en su corazón.

.

Lo transcrito es de sobra para verificar hasta qué punto la fama del poder del favorito sobre el Rey — «quien hizo vasallo al Rey» — se había hecho cuerpo y alma en las generaciones españolas ulteriores; y no digamos si, como en este caso, se trata de un romántico, incompatible por naturaleza con toda traba a la libertad, y aun al libertinaje, según se manifestó en los arrebatos alocados del propio autor del drama, desde sus primeros momentos de orfandad.

Acaso las tintas estén en la obra excesivamente cargadas, sobre todo en lo que se refiere a la Reina. De todas maneras, lo que nos interesa de verdad no es precisamente la historia real en sus detalles auténticos, sino más bien el modo de cómo fué captada la psicología de un personaje autoritario del siglo xvii por este dramaturgo. Y lo cierto es que a través del propio espíritu del autor se opera una superposición de ambientes, de indudable paralelismo en su conjunto, distanciados por dos siglos de acontecimientos.

No se aparta demasiado, no obstante, el drama de esa historia real de que hablamos. La figura eje del mismo, Quevedo, está recogida con absoluta fidelidad al perfil vital de este gran escritor y político de la época de Felipe iv. Lo que ocurre es que — y aquí está una característica muy romántica — en vez de centrar la actitud y la actividad del personaje en un problema de alto rango político o literario, de los muchos que Quevedo planteó y resolvió o intentó resolver en su vida, en lugar de esto, decimos, nos presenta al Quevedo galante y enamorado, y al amargo humorista rodeado de necios y aduladores, capaz de ofrendar su vida al servicio de sus Reyes, que era el servicio de su Patria. Y claro está que todo esto sumergido en un fondo de acción indignada contra el manejo egoísta e inmoral del odioso favorito. Al cabo, es verdad, todo se orienta en el sentido

de conseguir un rápido y rotundo desmoronamiento de privanza tan funesta. Pero sigamos viendo cómo fué Quevedo en su vida, y cómo se nos ofrece en el drama.

No vamos a repetir elogios, de los innumerables que pudieran coleccionarse, relativos a su categoría suprema de hombre de letras y de talento indiscutible. Sí podemos y debemos, únicamente, delinearlo en breves rasgos vitales que nos sirvan como término de comparación respecto a su figura como personaje de la obra dramática, frente a la tiranía del Conde-Duque.

Quevedo era hombre muy metido en la corte y en los asuntos políticos de su tiempo. Su actividad honesta, como tal, le valió una serie de peripecias, destierros e persecuciones. Y precisamente su amistad intachable con el prestigioso Duque de Osuna fué el motivo inicial del odio implacable que hacia él sintió siempre el de Olivares. Depuesto, desterrado y preso aquel gran militar, político y diplomático, también Quevedo tuvo que sentir el peso del castigo injusto por el solo hecho de ser amigo fiel y sagrado de las horas tristes, como lo había sido en la gloriosas jornadas del Duque de Osuna.

Eran, pues, Quevedo y el de Olivares dos hombres irreconciliables, porque el patriotismo y el sentido justiciero del uno estaba muy por encima del egoísmo y la ambición de mando del otro. El primero se pasó la vida, en cuanto pudo, atacando despiadadamente al segundo con una de las más eficaces armas en aquellas circunstancias: armas del talento y el ingenio sonriente, pero cuajado de la hiel de su dolor de patria. Y el segundo no desperdició ocasión de ejercer su omnipotencia de poder sobre la vida y hacienda del primero. Y a todo esto, el Rey sin enterarse, o sin querer enterarse de nada. Tenía un quehacer: sus diversiones, el teatro y las mujeres, al menos en su primera época; tenía unos ojos: los de Olivares; y tenía unos oídos: para escuchar al de Olivares.

Una muestra muy elocuente de los ataques hechos al Conde-Duque con el arma citada es la célebre «Epístola

«satírica» de la que bien vale la pena citar algunos de sus versos más expresivos:

«No he de callar, por más que con el dedo,
ya tocando la boca, ya la frente,
me representes o silencio o miedo.

¿No ha de haber un espíritu valiente?
¿Siempre se ha de sentir lo que se dice?
¿Nunca se ha de decir lo que se siente?

¿Habrán quien los pecados autorice,
y el púlpito y la cátedra comprados
harán que la lisonja se eternice?

Señor Excelentísimo, mi llanto
ya no consiente márgenes ni orillas:
inundación será la de mi canto.

Veránse sumergidas mis mejillas,
la vista por dos urnas derramadas
sobre el sepulcro de las dos Castillas.

Pues os dió el ascendiente generoso
escudos, de armas y blasones llenos,
y por timbre el martirio glorioso,
mejores son por vos los que eran buenos
Guzmanes, y la cumbre desdeñosa
os muestra a su pesar campos serenos.

Podríamos espigar otros muchos tercetos llenos de santa indignación por el desgobierno que crispa los nervios a Quevedo. Los sentimientos recogidos en los que anteceden nos dan ya la tónica del «amor» que el ilustre escritor sentía por el favorito. Tampoco se calló en relación con el propio Rey, al que dirigió algunas de sus aceradas poesías satíricas. Creo que tendrán algún interés para el lector, tanto más cuanto que casi todas ellas tocan el punto de la independencia y levantamiento de Portugal, punto éste que no podía menos de ser una dolorosa espina clavada en el corazón de los buenos e ilustres españoles, o no serían los tales patriotas, al ver descomponerse un imperio y desvanecerse la gran ilusión de los Reyes Católicos, puesta en la unidad territorial de la península. Y mucho más, cuando

tal desmoronamiento se debía en gran parte a negligencia y falta de atención para las cosas de la patria.

He aquí, por vía de ejemplo, algunos trozos de esta poesía satírica, empezando por el soneto

AL MAL GOBIERNO DE FELIPE IV

«Los ingleses, señor, y los persianos
han conquistado a Ormuz; las Filipinas,
del holandés padecen grandes ruinas;
Lima está con las armas en la mano;

el Brasil, en poder de luteranos;
temerosas, las islas sus vecinas;
La Valtelina y treinta Valtelinas
serán del turco, en vez de los romanos.

La Liga, de furor y astucia armada,
vuestro imperio procura se trabuque;
el daño es pronto, y el remedio tardo.»

Responde el rey: «Destierren luego a Estrada,
llamen al conde de Olivares duque,
case su hija, y vámonos al Pardo.»

Sangre de angustia respiran semejantes estrofas, con la exposición de las calamidades a la vista. Repárese en el desahogo de amargura contenido en el último terceto: gran solución la del Rey para problemas de gravedad suma. ¡Oh, ese dolor patriótico de Quevedo convertido en literatura de sonriente sarcasmo!

Sangra todavía más el celeberrimo Memorial que Quevedo hizo aparecer bajo la servilleta de Felipe IV, cuyas son las expresivas siguientes estrofas:

«Católica, sacra y real majestad,
que Dios en la tierra os hizo deidad:
un anciano pobre, sencillo y honrado,
humilde os invoca y os habla postrado.

Diré lo que es justo, y le pido al cielo
que así me suceda cual fuere mi celo.

.....

Mal oireis, señor, gemidos y queja
de las dos Castillas, la Nueva y la Vieja.

.....

A cien reyes juntos nunca ha tributado
España las sumas que a vuestro reinado.

Y el pueblo doliente llega a recelar
no le echen gabela sobre el respirar.

.....

Un ministro, en paz, se come de gajes
más que en guerra pueden gastar diez linajes.

.....

Sin duda el demonio, propicio y benino,
aquel que por nombre llaman peregrino,
al Conde le dijo, favorable y plácido,
cuando su excelencia oraba en San Plácido:

«Del rey los vasallos compiten tu puesto;
destruye, aniquila y acábalo presto.

Los de la Corona mayores contrarios
serán la disculpa para tu erarios:

.....

Esto dijo el diablo al Conde Guzmán,
y el Conde prosigue como Don Julián.

.....

Grande sois Filipo, a manera de hoyo;
ved esto que digo, en razón de apoyo:

Quien más quita al hoyo, más grande le hace;
mirad quién lo ordena, vereis a quién place.

.....

Si en algo he excedido, merezca perdones.
¡Dolor tan del alma no afecta razones!

Si las poesías citadas antes que la precedente aluden a desastres y calamidades exteriores, ésta pone ante el Rey un tristísimo panorama interior, que no puede ser velado, ni por la belleza literaria ni por la sonrisa irónica del dolorido autor.

Los mismos extremos se reiteran una y otra vez en la larga composición escrita en décimas y titulada «El Padre

Nuestro glosado». Nos detendremos en algunos versos de especial significación. Por ejemplo, éstos:

«
despierta, rey, que la fama
por todo el orbe pregona
que es de león tu corona
y tu dormir de lirón.
Mira que la adulación
te llama con fin siniestro
padre nuestro

.
En Navarra y Aragón
no hay quien tribute ya un real;
Cataluña y Portugal
son de la misma opinión;
sólo Castilla y León
y el noble reino andaluz
llevan a cuestras la cruz.

.
A una cruz de tanto peso,
con que a tu reino lastimas,
en vez de Simón, le arrimas
otro madero más grueso.

.
De quien nunca se vió harto
del pan que le quita el pobre,
de quien ha bajado el cobre,
de quien la plata ha subido,
de quien tu reino ha vendido
y venderá al mismo Dios,
libranos.

.

Y para no cansar con tanta cita incompleta, séanos permitido acabar estas muestras con algunas otras décimas «Sobre el estado de la monarquía», siquiera por la parte que en ellas le cabe a la independencia de Portugal:

«Todos del Conde, a mi ver,
se quejan por varios modos,
y pues dél se quejan todos,
razón deben de tener;

la verdad debe de ser
 que el insufrible dolor
 del excesivo rigor
 de tributos y de pechos
 se aumenta más con despechos
 de ministro superior.

.

Muchos afirmado han
 en varios juicios severos
 que a España dos condes fieros
 han causado eternos lloros,
 uno metiendo los moros
 y otro sacando dineros.

.

Levántase el de Berganza
 con el título real,
 que su casa en Portugal
 es la casa de Maganza;
 su castigo y su venganza
 el de Monterrey procura,
 y con guerra que apresura
 en una y en otra plaza,
 a Portugal amenaza
 y castiga a Extremadura.

La guerra de Portugal,
 que se juzgaba por breve,
 con tanto espacio se mueve,
 que va aspirando a inmortal.
 Tanto espíritu marcial,
 tanta gente levantada,
 a pie y a caballo armada,
 tanto aparato, ¿qué ha sido?
 Mucha costa y gran ruido.
 ¿Y tanta jornada? Nada.

Cuando asistir le conviene,
 Monterrey la empresa deja
 y de Portugal se aleja;
 misterio sin duda tiene.
 Leganés dicen que viene
 en lugar de Monterrey;
 y, con buena o mala ley,
 que se quedan; me parece,
 el catalán, en sus trece,
 y Juan de Berganza, rey. »

Aparentemente, tomaba a chacota Quevedo los asuntos más graves y los peligros que se cernían sobre aquella patria abandonada en manos de pésimos servidores. Pero toda esta broma formal no es más que el veneno moral de la impotencia para poner remedio a los males. El hizo cuanto pudo en todos los terrenos, por contener un derrumbamiento que vislumbraba mejor que nadie. Y cuando la acción positiva, militar o política, le era imposible de realizar, entonces busca el consuelo, ya que no el remedio, en las galas del ingenio y de la belleza literaria que constituyen la savia vivificadora de su obra.

Así era, en fin, el Quevedo de carne y hueso que en la vida como en la muerte (la fama de sus letras lo acredita) se enfrentó, decidido y enérgico, con los despilfarradores de la nación. Veámoslo ahora en el tablado que en su honra levantó Don Florentino Sanz. Nada se aparta, en cuanto a espíritu, de la persona que tan rápidamente hemos visto en la pantalla histórica de su vida. Es el mismo caballero noble que sufre con la enfermedad político-moral de su patria, y que quiere evitar a toda costa un desenlace fatal para ella. Por eso el objetivo fundamental de su acción en la obra dramática consiste también en el ataque a fondo y tenaz contra la privanza lamentable del Conde-Duque.

Toda la obra está hilvanada, con gracia y vigor, de furibundos y abiertos ataques, acusaciones e ironías apuntados sobre el de Olivares. Si éste consigue promulgar una ley conveniente para sus planes de crimen, respecto a la Infanta Margarita, allí está Quevedo denunciándolo:

«Pero, volviendo a Olivares:
él, que al soberano engaña,
le arrancó ley tan extraña
por fines particulares.»

Y si algún otro plan terrible prepara el privado, también surge Quevedo dispuesto a averiguarlo y a deshacerlo:

«Dios nos clava frente a frente.
Para leer en lo escondido

de ese corazón podrido,
Dios alumbrará mi mente.»

La infamia de los celos del Rey, basada en la infidelidad de la Reina, que el de Olivares se encargó de fabricar con objeto de distanciar espiritual y moralmente a los regios esposos, soslayando de esta manera cualquier influencia de la Reina sobre el Rey, es descubierta por Quevedo en su noble afán de reivindicar a una esposa, y derrocar la inaudita privanza. Tan caballero y delicado es Quevedo en punto a la honra de su Reina, que no vacila en acusar cara a cara al favorito, aun a trueque de exponer una vez más su vida. He aquí un momento profundamente dramático y teatral, en que la tensión de la escena se realza por el contraste declarado de los dos espíritus y las dos personas.

En esta ocasión, dice Quevedo al de Olivares, refiriéndose a éste mismo, si bien lo hace en forma de cuento:

«... Ese hombre maldito,
por influir sin rival
del Rey en el corazón,
alzó de infamia un padrón
entre la pareja real.
Con habilidad cruel
— le hizo muy hábil su estrella —
mintiendo culpas en ella,
encendió celos en él.

.
Escuchadme. El favorito,
que a la Reina calumnió,
tal delito coronó
con otro nuevo delito-
Sabedor de la verdad,
el conde solo podía
poner en claro algún día
tan cobarde iniquidad.
Era un testigo hartos fiel...
Pero, ya resuelto a todo,
halló el favorito modo
para deshacerse de él.»

Así en la pieza dramática; pero hemos de reconocer que el rasgo tiene todos los caracteres de la auténtica realidad vital de Quevedo, quien jamás tuvo pelos en la lengua, como decimos, para soltar las verdades a todo el que provocara, o el levantamiento de su sentido profundo de justicia, o el natural deseo de su espontánea sinceridad.

Y otro tanto tenemos que decir cuando se trata de romper lanzas en defensa del preclaro español Duque de Osuna, de cuya amistad con Quevedo ya hemos dicho lo bastante. Sabemos también cómo aquél fué perseguido por el privado — los grandes hombres siempre hacen sombra a los pequeños, moralmente hablando — y cómo Quevedo sufrió las consecuencias de rechazo. Pues bien, Don Florentino Sanz supo aprovechar con tino en su obra la emoción que supone contemplar cómo un hombre en inferioridad de condiciones defiende digna y orgullosamente, ante quien todo lo puede en la nación, a un noble amigo que sufre persecución de justicia. Y para mayor realismo histórico de la escena, el autor pone en boca de Quevedo sus propias alabanzas poéticas a la memoria del amigo ya entonces muerto, atajando así los insultos del privado:

«Faltar pudo su patria al grande Osuna,
pero no a su defensa sus hazañas;
diéronle tumba en cárcel las Españas,
de quien él hizo esclava la fortuna.
Lloraron sus envidias una a una
con las propias naciones las extrañas...
Su tumba son de Flandes las campañas,
y su epitafio la sangrienta luna.»

Tampoco podía faltar en Quevedo la expresión de su dolor por la pérdida de Portugal, joya amada con razón de todos los españoles del tiempo. Al efecto, Quevedo en el drama se muestra tan apenado y furioso contra el privado inepto que, históricamente, tuvo la desfachatez inicua de considerar el alzamiento portugués como una ganancia de

millones para el Rey. En el teatro, Quevedo trae pruebas escritas para que el Rey abra los ojos acerca del verdadero causante de aquella independencia. Oigámoslo:

«.....Este escrito
 prueba de un modo fatal
 que el Rey perdió Portugal
 por culpa del favorito.
 Y aunque, según las razones
 de éste, España en aquel día
 por un cetro que perdía
 ganaba muchos millones,
 sabido de todos es
 que el buen Monarca lloró
 cuando Braganza se alzó
 con el cetro portugués.»

No hacen falta más citas ni más transcripciones del drama para llegar al conocimiento claro del Quevedo teatral, así como de la cumplida identificación que existe entre éste y el auténtico hombre que anduvo sobre la tierra hispana. Advirtamos, sin embargo, que se trata en esta obra de un Quevedo visto a través de un romántico, y que, por tanto, no tiene mucho de extraño la acentuación visible que el autor hace de los rasgos de amargura interior contra el ambiente que rodea al personaje. Hay detalles y acciones que, sin ser históricas, recogen fielmente el perfil psicológico del hombre del xvii. Otros hay que tomados de la leyenda, sirven al dramaturgo para dar una mayor tensión dramática a la escena, a la vez que dan al protagonista una aureola de campeón de la justicia y de la galantería que forzosamente ha de agradar al público.

Esto ocurre, verbigracia, con la muerte de Medina, sicario vil del Conde-Duque de Olivares. El episodio se basa en una leyenda quevedesca — algunos insisten en su autenticidad histórica —, según la cual en la noche de Jueves Santo del año 1611 Quevedo mató a un hombre que había insultado a una dama que asistía al oficio de

Tinieblas en la iglesia de San Marcos. Repetimos que esto es falso, según documentos publicados no ha muchos años.

Todo lo que antecede nos pone a la vista de una actitud rebelde de Quevedo ante el desgobierno del favorito real, el Conde-Duque de Olivares. Ambos simbolizan dos espíritus antagónicos, dos posiciones frente a la realidad histórica del momento y dos maneras de ejercer el servicio de la patria. Y ante ellas no es difícil elegir partido, por cuanto nos sitúa como espectadores en la contemplación de los polos contrarios en relación con el citado servicio. Para un espíritu romántico como el de Don Florentino Sanz, la santa ira del genial Quevedo tenía que explotar de alguna manera, aunque fuese dentro de una ficción dramática.

EL ROMANTICISMO DE LA OBRA

Para terminar este ligero trabajo de comentario, no estará de más que dediquemos una ojeada al sentido literario que permitió la creación de los dos personajes centrales. Ello nos ayudará también a comprender el paralelo de los dos ambientes — el de la realidad histórica, y el de las tablas —, y, al mismo tiempo, a separar cuanto pueda haber de exageración arrebatada en este punto de vista décimonónico de última hora.

Estamos ante una voz que se levanta para tratar de contener la ola materialista, y renacer el aliento del que podemos llamar primer romanticismo. Hay que confesar, a pesar de todo, que tal esfuerzo tardío está muy lejos de tener el vigor del de un Zorrilla, por ejemplo. Y es que, en verdad, Florentino Sanz representa un romanticismo en tonor menor: su llama encendida de idealismo se apaga pronto, porque le faltan los combustibles de la época primera.

Esto no quiere decir que, literariamente, peque de pobre ni de falsa. Su verso es una explosión de amargura,

toda la amargura que siente el romántico al contemplar un mundo tan distinto del que él concibe, que es un mundo ideal. No es el verso del clásico, quizá más perfecto y armonioso, pero acaso también hecho con más artificiosidad y, por ende, sin mostrarnos el corazón en sus profundidades.

El romántico es un hombre que vive en la realidad de la vida y se lamenta de las iniquidades que observa, unas veces con amarga ironía, otras, con explosión arrolladora. El clásico, por el contrario, tiene otro idealismo: para él no hay lucha interior como en el romántico. El clásico toma las formas puras de la vida y las viste con un ropaje candoroso e ingenuo muchas veces; de ahí una poesía dulce, llena de cadencias y serenidad.

Pero lo curioso es que, con todo, hay relación estrecha entre el clásico de nuestro Siglo de Oro, por ejemplo, y el escritor romántico. No en vano las mejores raíces de nuestro romanticismo surgen bien firmes de los escritores del xvii. Y precisamente esta relación empezó a tomar cuerpo de doctrina a través de la crítica alemana, y en el caso que ahora nos interesa es también el romanticismo alemán el que informa los sentimientos y las formas expresivas del autor de nuestro drama. Reparemos cómo esto se dá también en el drama «Don Francisco de Quevedo». En el romanticismo alemán, la amargura del protagonista queda en su interior, recogida, silenciosa consigo misma — Werther se suicida sólo, encerrado, sin que nadie se entere ni le vea, con la pistola que le da su amada, y ante el retrato de ésta —. Igual es el suicidio de nuestro Larra.

En el drama que comentamos se observa algo muy parecido. El protagonista manifiesta su dolor íntimo, irónicamente, mientras los necios que le acompañan lo toman a broma, sin darse cuenta que sus «chistes gotas son — de la hiel del corazón — que les escupo a la cara». Toda la obra está impregnada de ese sabor romántico, acentuado en la violentas y silenciosas escenas de Quevedo con el de

Olivares, en las que los dos, en presencia de los cortesanos de «chata razón» que no vislumbran siquiera la tragedia que va por dentro, traban lucha encarnizada.

Al final de la obra, teniendo en cuenta la intención efectista del autor, reside asimismo una buena dosis de romanticismo: Quevedo y la Infanta Margarita se aman, pero la diferencia de rangos los separa para siempre, todo expresado en un diálogo de intensa emoción; pero el mismo dolor de la separación es sordo y para entre ellos, hasta el punto de tener que fingir que Margarita llora... de risa, cuando aparecen personas extrañas en la escena.

Esto, repetimos, es puro romanticismo alemán, a diferencia del francés, que tiene otras visiones, dispone de otras imágenes, es más teatral, pudiéramos decir: es la lucha del romántico presenciada por los demás — recordemos el «*Hernani*» de Víctor Hugo, en el cual dos protagonistas mueren a la vista de sus enemigos.

De alguna forma, al cabo, se había de notar en Don Florentino Sanz el ser el mejor traductor español de Heine, sirviendo así de enlace entre aquel romanticismo y español en su propia obra.

Parece ser que Mariano José de Larra, el gran romántico en vida y obra, había querido llevar él mismo a la escena el asunto del drama. ¿Qué de particular tiene, pues, que Florentino Sanz se haya inspirado en la idea o el interés del romántico por excelencia? El momento era propicio, y el autor quiso aprovecharlo para verter por boca de su protagonista toda la furia acumulada en su corazón. En realidad, bien se descubre la voz de Florentino Sanz en los labios de Quevedo, sin que por eso pierda éste nada de su verdadera personalidad. Ahí está precisamente lo interesante de un paralelismo espiritual, y el mérito de un dramaturgo, que al sentirse como huésped en el mundo en que vive, sabe reencarnarse, valga la palabra, por un proceso de regresión psicológica a lo largo de los siglos, en el personaje más característico y más típico de la rebeldía y del sarcasmo en el ambiente político del siglo xvii.

Perdónesenos ahora a nosotros, identificados también con lo que de justo tienen las iras de Quevedo y de Florentino Sanz, que hayamos hecho un esbozo tan superficial sobre sentimientos tan sagrados y actitudes tan serias. Acaso el tiempo no dió para más, ni la intención para menos.

Coimbra, Diciembre de 1950.

JOSÉ M^A VIQUEIRA BARREIRO

UM PORTUGUÊS NA FACULDADE DE MEDICINA DE MOMPILHER

No ano lectivo de 1417-1418, a 25 de Fevereiro, *António Lourenço, do Reino de Portugal*, Mestre em Artes, isto é, em Letras segundo a designação actual, e Bacharel Médico, foi promovido ao Grau de Licenciado em Medicina na Universidade de Mompilher, pelos Mestres *Michel Boet*, Decano da mesma Faculdade, *Nicolas Colin* e *Raymond Cazelas*, na Igreja de *Sainte Marie des Tables*, na Tribuna fronteira ao Altar de *Saint Michel*, os quais depois de o terem graduado de Licenciado, lhe deram o beijo da paz. Eis o que dizem textualmente «Les Archives Départementales de L'Herault, notaires de Montpilher, notaire Armand Vitalis, régistre de notes brèves de 1414-1418, fol. 109.»:

«Le 25 février 1417/18 Antonius Laurentius, in artibus magister et in medicina baccalarius, de regno Portugalie, est promu au grade de licenciatus in medicina, par M.^{rs} Michel Boet, doyen, Nicolas Colin e Raymond Cazelas, infra ecclesiam beate Marie de Tabulis et in tribuna ante altare Sancti Michaelis, qui après l'avoir reçu licencié, lui donnent osculum pacis.»

Em face dos Estatutos que ao tempo governavam a Universidade de Montpilher é possível imaginarmos o que teria sido a vida académica do nosso remotíssimo patrício, que, talvez seduzido pela fama da Faculdade de Medicina montepeliense, então mais afamada que a de Paris, teria deixado a terra da pátria, onde o ensino médico decorria apagado e sem interesse, para obter a sua carta num centro

cultural de primeira grandeza, cujo brilho vinha fulgurando há século e meio.

António Lourenço logo deve ter percebido que a vida do estudante médico em Mompilher não era nem fácil, nem barata. Se toda a sua formação profissional decorreu na luminosa cidade provençal, ele principiou por se matricular na Faculdade das Artes, onde durante três anos fez os seus preparatórios médicos, concluídos os quais teve de ascender ao grau de Magister ou Mestre em Artes, sem o qual não poderia matricular-se na Faculdade de Medicina e nesta não foram nem poucas, nem ligeiras as provas prestadas, pois até conseguir o Grau de Doutor — o mais alto a que podia aspirar — sujeitou-se nada mais nada menos do que a dezasseis exames, tendo durado só a prova do bacharelato apenas... quatro horas seguidas. Se o nosso compatriota já levava de Portugal ou de Espanha o seu curso de Artes ou sejam os seus preparatórios liceais, para falarmos a nossa linguagem actual, então matriculara-se logo por três anos na Faculdade de Medicina, para o que teria de jurar perante duas testemunhas abonatórias ser filho legítimo e de provar não ser... leproso.

No fim destes três anos de frequência assídua tinha de sujeitar-se às provas de bacharelato.

Mas antes de dizermos em que consistiu este bacharelato, imaginemos à luz dos documentos, alguns aspectos da vida que levou o nosso remoto colega como estudante na famosa cidade universitária, onde dois séculos depois o nosso grande Francisco Sanches, médico e filósofo, havia também de estudar, doutorar-se e ensinar por sua vez a medicina que aí aprendera.

Naturalmente arranjou primeiro a instalar-se numa casa de família, que lhe dava a ilusão do lar distante, e por um preço regulado pela Universidade, ou num dos colégios para escolares dos muitos que havia na terra.

Uma vez instalado ia tratar dentro duma semana da matrícula na salubérrima Faculdade por três anos, cada ano lectivo sendo de oito meses. No acto da matrícula

havia de provar que era bacharel em Artes, isto é, em Letras, e que acataria os estatutos universitários.

Como todo o português depressa deveria ter-se adaptado à maneira de viver da linda cidade provençal, muito parecida com o da nossa Coimbra, alegre, franca e buliçosa. O trabalho escolar era bastante, como veremos, mas não faltava também em que passar o tempo agradavelmente, pois os estudantes montepelienses tinham fama e proveito de saber engendrar divertimentos de toda a ordem.

As aulas começavam no dia de S. Lucas, 18 de Outubro, com uma inauguração solene e, terminavam no fim da Páscoa. As férias não eram poucas: oito dias antes do Natal até à Epifânia do Senhor; os três dias antes da Quaresma; oito dias antes da Páscoa até às Oitavas; da Vigília de Pentecostes às Oitavas; das Calendas de Julho à Assunção da Virgem (15 de Agosto); oito dias antes do S. Miguel até os oito dias seguintes.

Além das férias eram dias de *assueto*, os dias santos e os seguintes a estes. Eram de festa os de S. Lucas, patrono dos médicos, S. Nicolau, Santa Catarina, S. Fabião, S. Sebastião com procissão, missa e sermão, da Conversão de S. Paulo, 25 de Janeiro, com sermão na Igreja dos Frades Menores, Santa Eulália; eram ainda feriados todos os dias de *Mercurio*, ou sejam as quartas-feiras, se na semana respectiva não houvesse outro dia feriado⁽¹⁾. Durante o ano escolar o nosso António Lourenço ia todos os domingos à missa sob pena de pagar dois dinheiros de multa e na missa de S. Lucas logo após o Evangelho tinha de esportular-se com . . . *uno pataco*.

No primeiro de Novembro assistia à missa pelos mortos da Universidade — estudantes e professores — não esquecendo de incorporar se nos funerais universitários.

(1) As quartas-feiras eram chamadas também de Hipócrates, em homenagem ao patriarca da Medicina.

As aulas começavam cedo — às sete da manhã e cada uma (eram em número de duas) durava uma hora certa... de sessenta minutos, pois entrava-se à primeira badalada do sino universitário e o professor abandonava pontualmente a sala ao som da campã tangida ao fim duma hora. As lições eram proferidas pelo mestre em latim, que era a língua oficial da Universidade. Os livros que tinha de ler e comentar para os alunos, eram manuscritos, pois que Guttenberg ainda não chegara com a invenção da imprensa e além disso eram raros, caros e pesados para a bolsa dos alunos. Eis os da obrigação ao tempo em que o nosso compatriota frequentava a Faculdade:

- Todo o primeiro do Canon de Avicena.
- Liber de Morbo et Accidenti et Differentiis
Febrium.
- Liber de Crisi et Criticis Diebus et de Malitia
Complexionis diverse.
- Liber de Simplicis Medicinis et de Comple-
xionibus.
- Liber Aphorismi Cum Regimine Acutorum
vel de Pronosticis.
- Liber de Juvantis Membrorum et de Interio-
ribus.
- Liber de Ingenio ad Glauconem.
- Quartus Canonis quo ad duas primas seu cum
Johannicio de Pulsibus et Urinis
Theophili.
- Tegnicum Pronosticis et Regimine Acutorum.
- Liber de Regimine Sanitatis et de Virtutibus
naturalibus.

Se o tempo sobrasse, ainda o nosso compatriota teria ouvido os mestres nos seguintes cursos:

- De Febribus, de Isaac, cum diebus universa-
libus do mesmo ou

a Terça ou a Quarta Fen do Canon Quarto ou
as duas outras Fenes do mesmo ou
o Terceiro Canon de Avicena ou ainda
Outros livros de Galeno.

Como estes manuscritos eram raros e caros o nosso antepassado muito teve que escrever nos seus apontamentos ou apostilas.

Além destas leituras e comentários havia regularmente repetições e sabatinas...

Como se vê era um programa bem recheiado, a que não faltava de dois em dois anos a «anatomia dum enforcado» pois que lá diz o estatuto «ser a experiência a melhor das mestras». Então não havia uma cátedra regular de Anatomia que só foi instituída por Henrique IV em 1595. Acrescentem-se as horas passadas pelo nosso estudante a acompanhar os professores ou os médicos nas visitas aos enfermos para nos convencer de que não era uma sinecura a vida do estudante António Lourenço.

Ao matricular-se, o nosso compatriota, além de assinar o seu nome no livro próprio, jurou, nas mãos do Cancellário ou na igreja de S. Mateus no altar dos Três Reis, que cumpriria religiosamente a letra dos Estatutos e no fim de cada curso provou com testemunhas que o tinha frequentado, assinando também o seu nome no mesmo livro.

Eis as fórmulas textuais dos juramentos:

Ego juro quod ego servabo honorem et utilitatem
Universitatis Medicine Montispessulani, nec contra jura
ejusdem, directe aut indirecte, scienter veniam, ymo eam
juvabo consilio, auxilio et fauore, hic et ubique terrarum,
etiam ad quemcumque gradum, statum vel dignitatem ego
possim pervenire.

Juro quod ego ero fidelis et obediens dicte Universitati,
et cuilibet ex magistris, et eorum quemlibet debite hono-

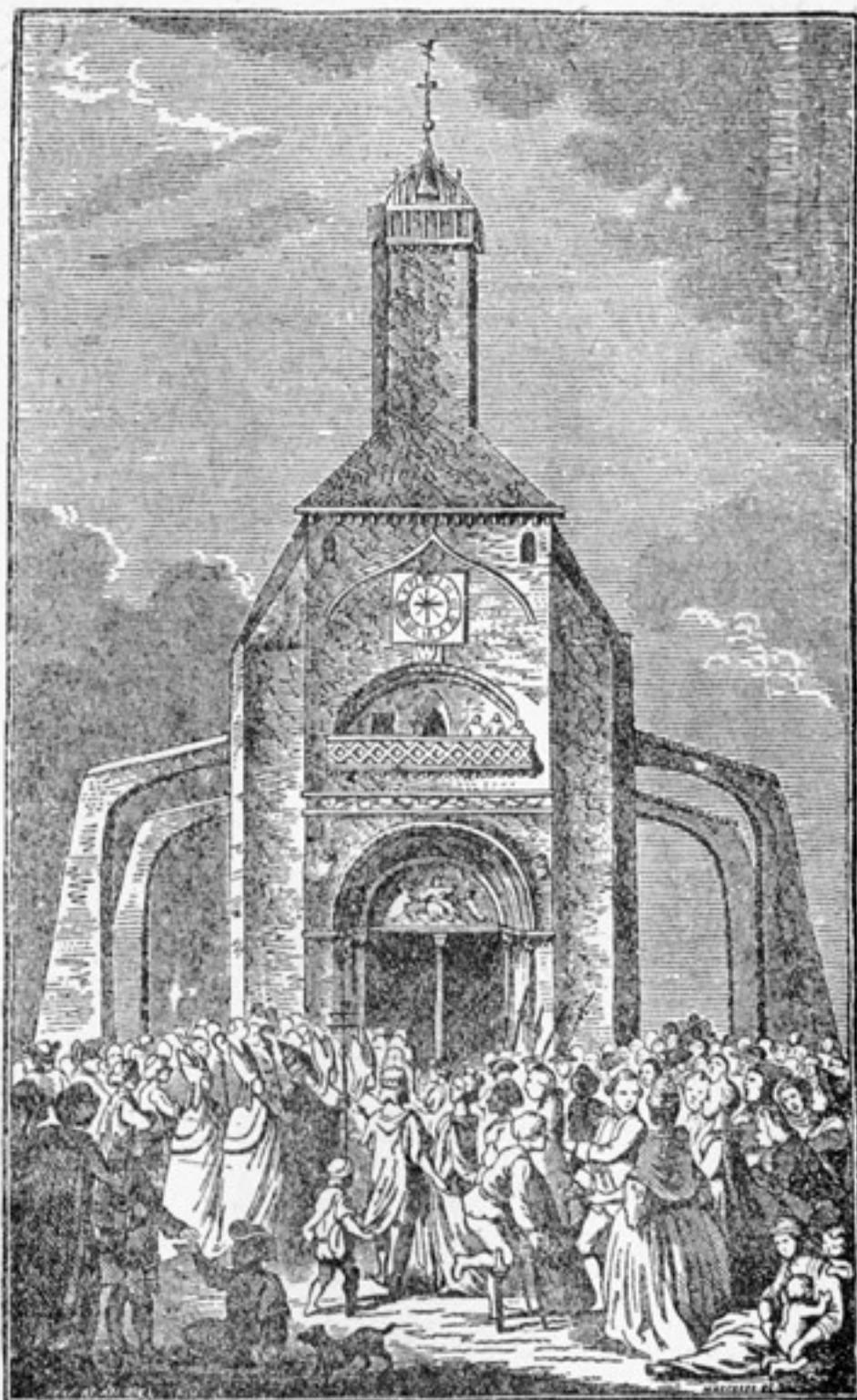
rabo, et, si quid contra alicujus honorem scivero, eidem notificabo indilate.

Juro quod ego non practicabo in Montepessulano, nec in suburbiis, nec permittam alium praticare, saltimquin revelem illum dominis procuratoribus Universitatis vel alicui ex magistris, donec et quousque in Montepessulano, et non alibi, insignia magistratus recepero, et servabo omnia et singula privilegia et statuta, edita et edenda, et hoc per meam bonam fidem.

Se tudo lhe correu bem, ao fim de três anos, ou melhor de 24 meses, de aturados trabalhos e estudos, entremeados aliás com dias de prazer e recreio, António Lourenço deu as suas provas para ir ao Bacharelato, verdadeiras forcas caudinas sob as quais teve de passar durante quatro horas estafantes e árduas. De todas elas saiu-se triunfalmente o português, pois que o vemos avançar até à Licenciatura. Antes, porém, de alcançar o almejado grau teve que frequentar os mestres e ler lições aos ouvintes a partir da segunda feira de Quasímodo e isto durante três anos, cada um de oito meses, após o que se sujeitou aos quatro exames *per intentionem*, assim chamados porque se realizavam com o intento de conseguir a Licença: *per intentionem consequendi licentiam*. Consistiam na defesa de quatro teses, cada uma de dois em dois dias, sobre assunto designado na véspera e sobre o qual deveria dissertar durante uma hora pelo menos, seguida de aturada discussão. Oito dias depois, escasso tempo para se repousar, logo se prestou às provas duríssimas dos chamados *Pontos Rigorosos* ou *Exames Privados*. Um destes exames ou teses tinha por objecto uma doença, o outro um aforismo de Hipócrates e ambos eram tirados à sorte com um dia de antecedência apenas.

Os dois exames tinham lugar diante do Altar de S. Miguel na antiga igreja da «Beata Maria de Tabulis» desde o meio dia até às quatro da tarde, sob a luz bruxuleante de duas tochas, pesando cada uma doze libras, que António Lourenço

pagou do seu bolso. Rigorosos e bem rigorosos foram eles, pois durante todo esse tempo ele teve de responder



A igreja de *Notre Dame des Tables* (séc. XII-XVI) onde teve lugar a Licenciatura de António Lourenço

a quantas perguntas lhe fizeram e se relacionavam com o assunto, o que não é muito difícil para quem interroga, sabêmo-lo bem... mas muitíssimo para quem responde,

também o sabemos. Estiveram presentes pelo menos o decano da Faculdade Michel Boet e os professores Nicolas Colin e Raymond Cazelas, acompanhados do Bedel, aos quais o nosso compatriota ofereceu a merenda tradicional.

Convocados os Mestres, vencidas estas provas de resistência física, e psíquica, das quais o nosso compatriota saiu vitorioso, teve que jurar como se segue, diante do mestre mais antigo:

juro quod ego feci omnia et singula que debet facere baccalarius promovendus secundum privilegia et statuta;

juro quod audiivi medicinam in Montepossulano vel in alio famoso studio, sex annis computando annum pro octo mensibus ordinarie;

juro quod sum legali matrimonio natus, (o que teve de provar com duas testemunhas idóneas).

juro quod recipiam insignias magistratus in Montepossulano infra unum annum ab hora mee receptionis proxime computandum;

juro quod servabo omnia privilegia et statuta, edita et edenda;

juro quod non practicabo in Montepossulano nec in suburbiis, nisi prius recepero insignia magistratus nullalius praticare.

Prestados estes juramentos, já pôde receber a Licença, concebida nestes termos:

«Et consilio habito presentium magistrorum, damus et concedimus Magistro Antonio Laurentio presenti licentiam accipiendi insignia magistralia, quandocumque vobis placebit; quibus receptis, damus vobis auctoritatem et licentiam legendi, disputandi, practicandi in Medicina hic et ubique terrarum, et omnia alia faciendi, que verus Magister in Medicina facere potest et debet.»

que ele passados oito dias sobre este Exame Rigoroso recebeu das mãos do Juiz (1) também na Igreja de *Notre Dame des Tables* e diante do mesmo altar de S. Miguel, estando presentes os professores delegados pela Faculdade, que lhe deram o beijo da paz: Michel Boet, decano, Nicolas Colin e Raymond Cazelas.

Conforme prometera no juramento o Licenciado António Lourenço preparou-se para o Acto de Doutoramento sujeitando-se às *Triduanas*, novos exames que se prestavam durante três dias seguidos, consoante o nome está dizendo, de manhã e à noite, sendo de uma hora cada um.

O Doutoramento ou *Actus Triumphalis*, cerimónia imponentíssima, já não tinha por teatro a igreja de Nossa Senhora *des Tables*, protectora da cidade, mas a de S. Firmino, em cujas torres fora anunciado de véspera pelo repicar alegre dos sinos.

Ao som das charamelas, atabales e trombetas o doutorando era acompanhado desde a sua residência até ao templo pela Universidade, convidados e povo, quando a campana universitária badalava a hora de *tertia*, nove da manhã. O Mestre escolhido pelo Licenciado António Lourenço trazia o vestuário que lhe dera o antigo discípulo, mais o barrete,

(1) A nomeação deste juiz obedecia à seguinte praxe estabelecida pelos estatutos:

Dois representantes dos Mestres da Faculdade de Medicina vão ao Paço Episcopal, acompanhados do Mestre escolhido e do Bacharel solicitar do Bispo que nomeie o Juiz que ha-de presidir a este Exame Privado. Uma vez na presença do Bispo dirão:

Senhor!, vimos da parte da Universidade dos Mestres em Medicina de Mompilher apresentar-vos o Bacharel António Lourenço que cumpriu tudo quanto é necessário para poder prestar-se às provas da Licenciatura e é considerado *suficiente* pela mesma universidade; por isso pedimos em nome da mesma que lhe deis um juiz de Mompilher para presidir a este Exame Privado. Nomeado este presidente e notificado, ele escolherá os dois mestres que hão-de examinar o Licenciado António Lourenço, argumentando primeiro o mais antigo, depois o mais moderno.

com a borla vermelha e as luvas com os punhos franjados de seda verde, também por este oferecidos; os outros professores traziam as respectivas insígnias doutorais, vermelhas para a medicina, verdes para as letras, azuis para o direito.

Abria o cortejo o Bedel ou Fámulo vestido ⁽¹⁾ pelo doutorando expressamente para este cerimonia, levando a vara de prata, o livro de Hipócrates sobre os Aforismos para ser oferecido ao novo Doutor e os Privilégios da Universidade. Uma vez na Igreja reuniram-se ante o Altar de S. Firmino ou de S. Estêvão, onde o mais antigo dos Mestres recebeu de António Lourenço os seguintes juramentos:

Juro quod ego bonus ero Universitati Magistrorum et honorabo Universitatem et eam juvabo, consílio, auxílio et favore ubique terrarum.

Juro quod servabo omnia et singula privilegia et statuta, edita et edenda.

Feitos os juramentos, ordenaram-se os mestres segundo a antiguidade dos seus graus. Então o Cancelário, ou o Vicecancelário na sua ausência, o Decano ou mesmo o Mestre por ele escolhido, leu os privilégios e disse-lhe:

«Mestre, jurastes observar os privilégios que acabam de ser lidos».

Então o Mestre escolhido pelo doutorando sobe à Cadeira Magistral e faz o elogio do novo Doutor em latim empolado, findo o qual, o Bedel, voltando-se para António Lourenço, lhe diz:

«Mestre, principiais na benção do Senhor».

E então o novo Doutor profere o seu «Princípio» sobre o tema que na véspera fora proposto pelos Mestres para esta solenidade, findo o qual o Cancelário convida o

(1) Isto é, com a túnica e a sobretúnica, com o capuz, até ao valor de 12 turoneses de prata; mais os forros de costume, mais as luvas lisas sem seda, sapatos e meias.

novo Doutor a sentar-se ao seu lado, dá-lhe o abraço simbólico e abençoa-o. Este levanta-se para dar graças ao Altíssimo e a toda a Cúria excelsa, aos Mestres e Escolares, aos amigos. Nesta altura já António Lourenço recebera as insígnias doutorais, o barrete negro com borla de seda carmesim, o anel de ouro, o cinto dourado e o livro de Hipócrates. Levanta-se já Doutor e, acompanhado pelo Padrinho, passeia por entre a assistência, distribuindo alegremente cumprimentos e agradecimentos a amigos e conhecidos, que o felicitam. Entretanto o Bedel distribui frutas, doces e confeitos pelos presentes, reservando as luvas para os doutores e bachareis, para aqueles as luvas franjadas de seda verde nos punhos e os barretes com borlas vermelhas, para estes apenas as luvas, sem seda, tudo oferecido, claro está, pelo novo Doutor. O ritual ainda não está terminado, pois o Bedel tem que anunciar em público qual o livro em que na manhã seguinte o Doutor há-de ler a sua primeira lição e qual a sala em que esta se realizará.

Só então é que os presentes abandonam a igreja e acompanham o Doutor António Lourenço à sua residência, os Doutores e Mestres a dois e dois pela ordem da sua antiguidade, ao som das charamelas, trombetas e atabales. Segue-se depois o banquete com a comparência dos mestres e convidados, podendo cada mestre levar consigo um ou dois amigos, «mais... não». No dia seguinte não há aulas para que todos os escolares possam assistir à primeira lição do novel Doutor.

Fora um dia feliz para o nosso patricio, mas também pesado para a sua bolsa, pois, entre outras despesas teve que «vestir o mestre escolhido» oferecendo-lhe a capa, a túnica, o capuz no valor de 25 turoneses argênteos, mais o barrete com a borla vermelha e o par de luvas com o punho franjado de seda verde; a cada um dos Mestres presentes o barrete com a borla e o par de luvas de seda franjada; ao Bedel uma roupa nova, isto é, a túnica, a sobretúnica com capuz, no valor de 12 turoneses de prata *cannam* com os forros do costume, sapatos, meias e um par de luvas

lisas sem seda. E o banquete a Mestres, Bacharéis e Amigos seus e dos... Mestres, em quanto não importaria?

Mas tudo isso era bem compensado com o título de Doutor que orgulhoso trazia para Portugal e adquirido numa das mais prestigiosas das Faculdades médicas da Europa, a Salubérrima Faculdade de Mompilher.

A. DA ROCHA BRITO

BOLETIM DO INSTITUTO DE COIMBRA

SESSÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1949

Assumiu a Presidência o Director de Classe, Torquato de Sousa Soares, secretariado pelos sócios Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo e António Gomes da Rocha Madahil.

O Presidente fez a apresentação da conferente, a Senhora D. Amália de Proença Norte que realizou uma brilhante conferência sobre «Altas Figuras do Império» — Descobertas e Explorações — Reis do Congo, vassallos de Portugal — Pedro Batista, Silva Porto, Serpa Pinto, Capelo e Ivens — Conferência de Berlim — Mapa cor de rosa — Campanhas para a ocupação efectiva de Angola e Moçambique — Exaltação da Raça.

O Doutor Torquato de Sousa Soares, encerrando a Sessão, referiu-se em termos muito elogiosos ao trabalho apresentado pela conferente e, felicitando-a, agradeceu em nome do Instituto de Coimbra.

A direcção do Instituto de Coimbra ofereceu um almoço de homenagem à conferente.

REUNIÃO DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1949

Aos 28 de Novembro de 1949 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por uma saudação ao Professor Egas Moniz a quem foi conferido recentemente o prémio

Nobel. Resolveu a Direcção propor a sua eleição como sócio honorário.

Depois fez a apresentação de contas as quais foram aprovadas.

Sob proposta do sócio Torquato de Sousa Soares foi contratado o Senhor Manuel Amado Mateus para se ocupar da organização e catalogação da Biblioteca e do arquivo da revista «O Instituto».

Foi-lhe atribuída a remuneração mensal de esc. 300\$00.

De nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumer-sindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO
DE COIMBRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1949

Aos 28 de Novembro de 1949 reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente comunicou que na reunião da Direcção tinha sido feita uma saudação ao Prof. Egas Moniz, ao qual acabava de ser conferido o prémio Nobel, e a proposta, unanimemente aprovada, para a sua eleição como Sócio Honorário.

Comunicou depois que, devido à iniciativa do sócio Madhail, o Engenheiro Sá e Melo concedera os restos do vitral da Faculdade de Letras e o frontão do Colégio de S. Paulo, agora demolido. Esse Colégio foi primeira sede do Instituto de Coimbra.

Foi resolvido agradecer ao Engenheiro Sá e Melo e também ao Engenheiro Reis Gonçalves que mais uma vez prestou amável colaboração ao Instituto, facilitando o transporte de todas as peças referidas.

O Presidente referiu-se ao falecimento do sócio Coronel Ferreira Lima, propondo que se exarasse na acta um voto de sentimento.

Procedeu-se por fim à eleição dos sócios que deu o seguinte resultado:

SÓCIO HONORÁRIO NACIONAL

António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz

SÓCIO CORRESPONDENTE ESTRANGEIRO

Francisco Maria Viqueira Barreiro

De nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumer-sindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

SESSÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA,
DE 5 DE DEZEMBRO DE 1949

Assumiu a Presidência o Professor Anselmo Ferraz de Carvalho secretariado pelos sócios Joaquim de Carvalho, Rocha Brito, Torquato de Sousa Soares e Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo.

O Presidente ao abrir a sessão disse que o Instituto de Coimbra se reunia para ouvir uma conferência do Dr. José de Arruela, de quem fez rápido elogio.

O sócio Torquato de Sousa Soares fez a apresentação do conferente.

O Dr. José de Arruela pronunciou a seguir, a sua notável conferência, sobre «O 1.º de Dezembro».

Ao encerrar a sessão, o Presidente elogiou o trabalho apresentado, salientando a sua elevação e alto sentido patriótico. Testemunhou ao conferente o seu agradecimento e o do Instituto de Coimbra.

REUNIÃO DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1950

Aos 11 de Fevereiro de 1950 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente ocupou-se da organização da homenagem a Amélia Janny.

Depois foram apresentadas e devidamente examinadas várias propostas para sócios.

De nada mais se tratou nesta sessão da qual eu Gumer-sindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO DE COIMBRA, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1950

Aos 13 de Fevereiro de 1950 reuniu a Assembleia Geral sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por se referir à organização da homenagem a Amélia Janny, homenagem de que se ocupou também o sócio Costa Rodrigues. Foram convidados para falar nesta sessão a sócia desta Academia Senhora D. Virgínia Gersão e o sócio Costa Rodrigues.

O Presidente anunciou o falecimento do sócio Coronel António Mimoso Guerra do qual fez o elogio, propondo que se exarasse na Acta um voto de sentimento.

Procedeu-se depois à eleição dos sócios que deu o seguinte resultado:

SÓCIO HONORÁRIO ESTRANGEIRO

Emile Henriot

SÓCIOS EFECTIVOS

Maria Serpa dos Santos
José Joaquim da Costa Lima
José do Carmo Valente
Jaime Eduardo Rios de Sousa
José Bruno Carreiro

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Claud Isopescu
Gabriel Lefèbre
Vasco Mariz
Henry H. Hart.

De nada mais se tratou nesta sessão da qual eu Gumer-
sindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente Acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho
Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

SESSÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 1950

Assumi a presidência o Director de Classe Torquato de
Sousa Soares, ladeado pelos sócios Rocha Brito, Michel Mosin-
ger, Costa Pimpão e Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo.

O Presidente depois de abrir a Sessão pediu ao
Prof. Rocha Brito para apresentar o conferente, o acadé-

mico E. Henriot, que realizou a seguir uma conferência sobre «O romance francês de Proust até à actualidade».

O Sócio Torquato de Sousa Soares ao encerrar a sessão felicitou o conferente pelo seu trabalho e agradeceu em nome do Instituto de Coimbra.

SESSÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA,
DE 16 DE MARÇO DE 1950

Assumiu a presidência o Director de classe Torquato de Sousa Soares secretariado pelos sócios Alberto Rocha Brito, Michel Mosinger, Alvaro Júlio da Costa Pimpão e Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo.

Ao abrir a sessão o sócio Torquato de Sousa Soares fez o elogio do conferente, Professor Yves Renouard, Director da Faculdade de Letras da Universidade de Bordéus.

No final da conferência, sobre o tema «La grande industrie du moyen âge: l'industrie de la laine», o conferente foi muito aplaudido e o Professor Torquato de Sousa Soares felicitou o e apresentou-lhe em nome do Instituto de Coimbra e no seu, sinceros agradecimentos pelo interessante trabalho.

SESSÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA,
DE 24 DE MARÇO DE 1950

Assumiu a presidência o Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Dr. Figueira Valverde realizou uma conferência subordinada ao título «Santiago de Compostela-Ciudad Barroca» que foi ilustrada com projecções. No final da conferência o Presidente apresentou ao Dr. Valverde os seus agradecimentos e do Instituto de Coimbra.

SESSÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA,
DE 29 DE ABRIL DE 1950

De harmonia com a proposta do Presidente, em reunião da Direcção, realizou-se no dia 29 de Abril de 1950 uma sessão de homenagem ao Professor Doutor Egas Moniz.

À entrada desta Academia aguardavam Sua Ex.^{cia} o Presidente do Instituto, os membros da Direcção e outras individualidades.

Assumiu a presidência da sessão o Presidente do Instituto de Coimbra Anselmo Ferraz de Carvalho, tomando parte na mesa, além do homenageado, o Reitor da Universidade, Maximino Correia, o Presidente da Associação Académica, e os membros da Direcção, Pereira Dias, Torquato de Sousa Soares, Amadeu Ferraz de Carvalho, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo e António Gomes da Rocha Madahil.

O Presidente começou por manifestar a sua satisfação por ver o Instituto de Coimbra honrado com a presença do Doutor Egas Moniz.

Recordou fases da vida Académica do homenageado, lembrando como o seu espírito e a sua inteligência cintilantes se distinguiam tornando-o uma figura prestigiosa da sua geração. Já nessa altura o Doutor Egas Moniz preconizava novos caminhos para a educação da juventude — abertura de estradas amplas onde se podessem iniciar os estudantes em trabalhos de investigação científica.

O Professor Anselmo Ferraz de Carvalho evoca a seguir com simplicidade figuras que deixaram o seu nome ligado àquela fase da vida da Academia.

Com surpresa para o Mestre, apresenta-lhe um volume do «Instituto» onde se encontra um discurso que o Dr. Egas Moniz proferiu quando, ainda estudante, foi convidado para colaborar numa brilhantíssima sessão do Instituto de Coimbra, dedicada aos estudantes premiados da Universidade. Lê algumas passagens desse discurso, para sobre elas bordar

considerações saudosas e referir-se à elevação e intensidade da vida académica naquela época.

O Prof. Ferraz de Carvalho termina por lhe oferecer o diploma de sócio honorário do Instituto de Coimbra, que assim atravessava um dos momentos mais brilhantes da sua história.

Grandes aplausos sublinharam as suas palavras e se prolongaram quando depôs nas mãos do homenageado o diploma e o volume de «O Instituto» a que aludira.

O Professor Egas Moniz começou por dizer que sentia grande satisfação espiritual por se encontrar naquele momento adentro das portas acolhedoras do Instituto de Coimbra. Remontando ao passado lembrava-se do antigo Instituto, onde as instalações eram tão diferentes das actuais e sentia-se bem por reconhecer quanto ele tem progredido, mercê dos esforços do seu ilustre Presidente auxiliado pela simpatia e apoio do Senhor Reitor da Universidade.

Referiu-se aos laços da velha amizade que o ligam ao Senhor Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho e a seu irmão, também ali presente. Contou depois, com cativante simplicidade, episódios da sua vida de estudante, no tempo das velhas repúblicas de Coimbra.

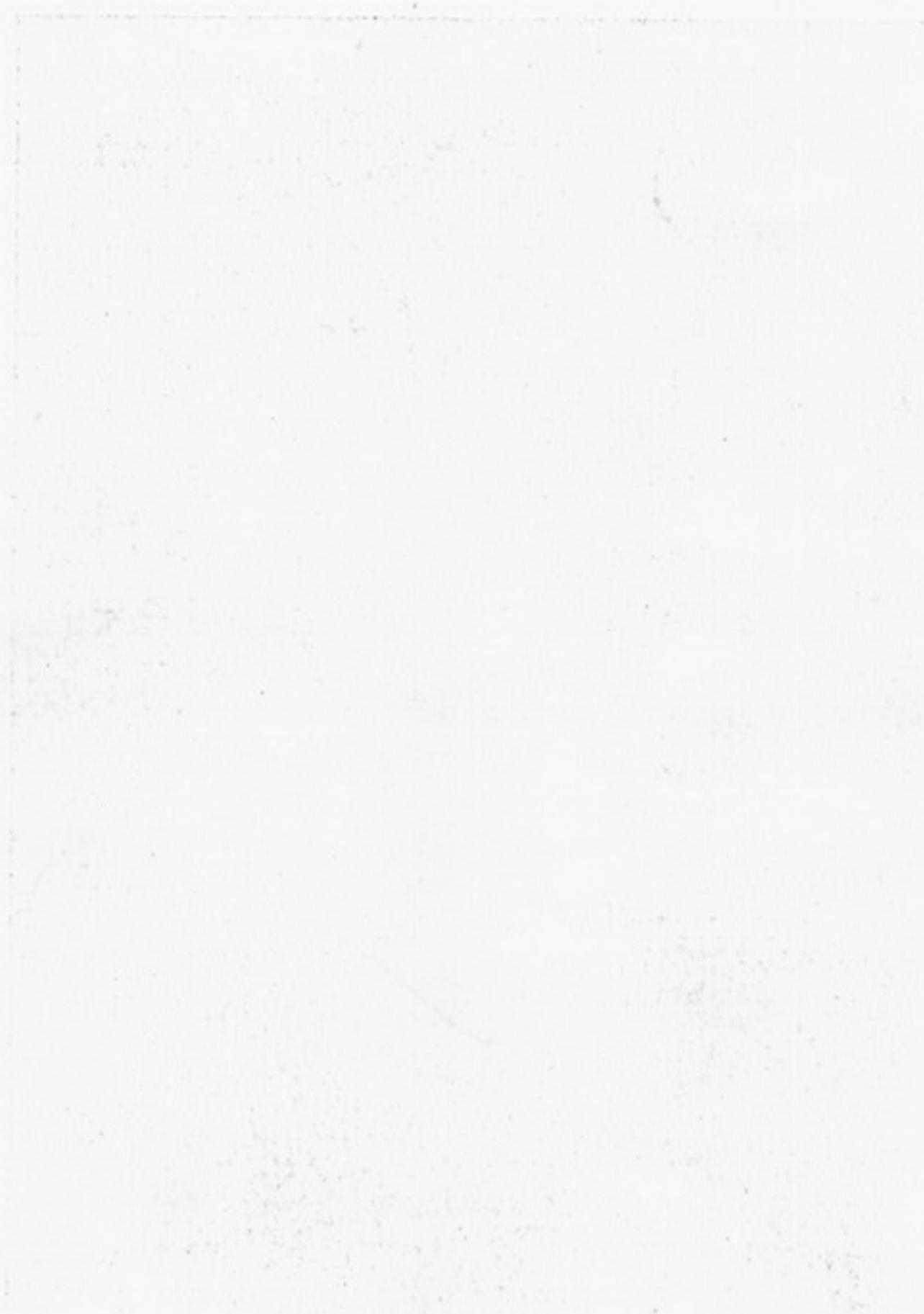
Fez o elogio do Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho, professor distinto, figura nobre do país. Referiu-se à luta no campo da Ciência e, considerando a necessidade de abrir campos vastos ao labor científico, disse que ele tem a satisfação de se ver sempre acompanhado por uma equipa de novos, cuja colaboração tanto contribuiu para o bom resultado dos seus trabalhos.

Terminou exprimindo a sua gratidão pelas homenagens que ali tinha recebido, e tanto o sensibilizavam, manifestando ao Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho a sua alegria por ficar sendo duas vezes sócio do Instituto de Coimbra.

A assistência, de pé, aplaudiu com entusiasmo o homem de Ciência que tanto dignifica a sua Pátria e que para além das nossas fronteiras é justamente admirado.



O Doutor Egas Moniz à sua entrada no Instituto de Coimbra



REUNIÃO DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO
DE COIMBRA, DE 2 DE MAIO DE 1950

Aos 2 de Maio de 1950 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra sob a Presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente informou sobre a organização definitiva da homenagem a Amélia Janny e a seguir procedeu-se à apuração das candidaturas para sócios.

De nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumer-sindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO
DE COIMBRA, DE 15 DE MAIO DE 1950

Aos 15 de Maio de 1950 reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

Depois do Presidente se referir à sessão de homenagem à Poetisa Amélia Janny a realizar em fins de Maio ou princípio de Junho, procedeu-se à eleição dos sócios que deu o seguinte resultado:

SÓCIOS EFECTIVOS

José de Arruela
Guilherme de Oliveira.

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Marcelo José das Neves Caetano
António Xavier da Gama Pereira Coutinho
Henrique de Castro Lopes.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Martins Moreira
Hélio Viana
Mariano Guardabassi
Fortuné Koller
D. H. Menzel
M. F. H. van den Dungen
Jean Thibaud
Júlio Garrido
Júlio Palácios
Hernâni de Barros Bernardo.

De nada mais se tratou nesta sessão de que eu Gumer-
sindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo
Anselmo Ferraz de Carvalho

SESSÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA,
DE 5 DE JUNHO DE 1950

De harmonia com a resolução tomada, realizou-se no dia 5 de Junho uma sessão de homenagem à memória da Poetisa Amélia Janny.

Presidiu o Professor Anselmo Ferraz de Carvalho ladeado pelos sócios D. Virgínia Gersão, Costa Rodrigues e A. Gomes da Rocha Madahil e pelo representante da família da homenageada, Dr. António Correia Caldeira.

O Presidente pôs em evidência o significado da sessão que seria — disse — uma homenagem de consagração a uma notável figura de Coimbra. O Dr. Costa Rodrigues evocou a memória da poetisa salientando o lugar que ocupou na sociedade do seu tempo.

Seguidamente a Senhora D. Virgínia Gersão marcou as fases da vida da poetisa, analisando a sua obra.

O Dr. António Correia Caldeira, como representante da família de Amélia Janny, agradeceu ao Instituto de Coimbra e aos oradores.

O sócio Rocha Madahil leu telegramas e cartas de poetas que se associaram à homenagem.

SESSÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA,
DE 28 DE NOVEMBRO DE 1950

Assumiu a presidência o Professor Anselmo Ferraz de Carvalho ladeado pelos sócios Rocha Brito, João Pereira da Silva Dias e Gumersindo da Costa Lobo.

O Presidente depois de abrir a sessão deu a palavra ao Professor Rocha Brito que fez a apresentação do conferente, o Prof. Charles Picard, arqueólogo francês, membro da Academia das Incrições do Instituto de França e Director do Instituto de Arte e Arqueologia da Sorbonne.

Na conferência, sob o título «Hésiod et les reliefs dits de Lisbonne», o Prof. Charles Picard estudou dois relevos gregos do princípio do século III (A. C.), os quais pertenceram à colecção do Duque de Loulé, hoje, no Museu de Lisboa, e estabeleceu pela primeira vez o seu significado.

Esta conferência foi ilustrada com projecções e no final o conferente foi muito aplaudido.

O Presidente encerrou a sessão agradecendo em nome do Instituto de Coimbra o valioso trabalho apresentado.

ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO
DE COIMBRA, DE 30 NOVEMBRO DE 1950

Aos 30 de Novembro de 1950 reuniu a Assembleia Geral sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por se referir com palavras de pesar ao falecimento do Professor João Gualberto de Barros e Cunha. Traçou o seu elogio e lembrou a distinta colaboração prestada ao Instituto de Coimbra. Anunciou ainda o falecimento do Padre Eugénio Jalhay e do escritor Joaquim Costa, individualidades que a Direcção tencionava apresentar nesta sessão para sócios desta Academia, e propôs que na Acta se exarasse um voto de sentimento.

Propôs depois que o Instituto de Coimbra se associasse às homenagens que vão ser prestadas à memória do artista Fausto Gonçalves, cuja dedicação como sócio recordou com saudade.

Procedeu-se a seguir à eleição dos sócios que deu o seguinte resultado:

SÓCIOS EFECTIVOS

Afonso Rodrigues Queiró
Augusto Soares de Sousa Baptista

SÓCIO CORRESPONDENTE NACIONAL

Celestino da Costa Maia

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Leonídio Ribeiro
Enrique Gullon Senespleda
Alexandre Philadelphus
Ricardo Avalone
Vittório Emmanuelle Caramelli di Claveson
Celestino Lopes Martinez

De nada mais se tratou nesta sessão da qual eu Gumer-sindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente Acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho
Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

REUNIÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA,
EM 22 DE DEZEMBRO DE 1950

Aos 22 de Dezembro de 1950 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por comunicar o falecimento do pai do sócio Raposo Marques e do irmão do sócio Saavedra Machado. Foi exarada na acta a manifestação de pesar.

O Presidente ocupou-se depois da comemoração do centenário do Instituto e das investigações a que procedeu a seu pedido o sócio A. G. da Rocha Madahil que anunciou ter reunido os esclarecimentos necessários.

Foi resolvido que na Assembleia Geral, que teria lugar a seguir, o sócio A. G. da Rocha Madahil expozesse desenvolvidamente estes esclarecimentos.

Por fim aprovaram-se as candidaturas de novos sócios.

De nada mais se tratou nesta sessão da qual eu Gumer-sindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente Acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO
DE COIMBRA, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1950

Aos 22 de Dezembro de 1950 reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O presidente anunciou que convocara esta assembleia para se proceder à eleição da Direcção e para se tratar da comemoração do 1.º centenário do Instituto de Coimbra e pediu ao sócio A. G. da Rocha Madahil que expozesse o resultado das suas investigações.

O Presidente congratulou se com esta exposição que agradeceu. Propôs que se publicasse no «O Instituto» e que, de harmonia com a opinião do sócio A. G. da Rocha Madahil, se commemorasse o 1.º centenário do Instituto de Coimbra no próximo ano.

Procedeu-se depois à eleição da Direcção que deu o seguinte resultado:

Presidente — Anselmo Ferraz de Carvalho

Vice-Presidente — Diogo Pacheco de Amorim

Secretários — António Gomes da Rocha Madahil

Francisco Rebelo Gonçalves.

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

Maximino de Moraes Correia

Tesoureiro — Amadeu Ferraz de Carvalho

Director da 1.ª classe — Torquato Brochado de Sousa Soares

» » 2.ª » — João Pereira da Silva Dias

» » 3.ª » — Manuel Lopes de Almeida

De nada mais se tratou nesta sessão da qual eu Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente Acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

ÍNDICE POR AUTORES

	Págs.
ALBERTO IRIA — <i>O descobrimento do caminho marítimo para a Índia participado à Câmara de Tavira, pela carta régia de D. Manuel, de 11 de Julho de 1499 — Documento em cópia do século XVIII, do cartório daquela cidade, cujo original se perdeu</i>	111
ANTÓNIO BAIÃO — <i>A família do Dr. António Homem e os cônegos, com ele coniventes, a contas com a Inquisição</i>	157
A. DA ROCHA BRITO — <i>Um português na Faculdade de Medicina de Mompilher</i>	231
COSTA RODRIGUES — <i>Hora de justiça</i>	1
ELEUTERIO ELORDUY S. I. — <i>Relación de la vida y costumbres del P. Suárez por el P. Manuel de Veiga</i>	93
E. PLANCHARD — <i>La préparation professionnelle des maîtres de l'enseignement secondaire.</i>	165
F. RUSSEL CORTEZ — <i>Objectos de liturgia visigótica encontrados em Portugal.</i>	52
HÉLIO VIANNA — <i>O Brasil, sede da monarquia portuguesa. A abertura dos portos e a economia brasileira. Política interna de D. João e seus ministros</i>	116
J. CAMARATÉ FRANÇA — <i>O paleolítico de Lisboa e arredores</i>	147
JOSÉ M ^a VIQUEIRA BARREIROS — <i>Quevedo contra el Conde-Duque de Olivares en un drama romántico</i>	199
VIRGÍNIA FARIA GERSÃO — <i>Amélia Janny</i>	8

ÍNDICE POR ARTIGOS

	Págs.
<i>A família do Dr. António Homem e os cónegos, com ele coniventes, a contas com a Inquisição</i> , por ANTÓNIO BAIÃO . . .	157
<i>Amélia Janny</i> , por VIRGÍNIA FARIA GERSÃO	8
<i>Boletim do Instituto de Coimbra</i>	243
<i>Hora de justiça</i> , por COSTA RODRIGUES	1
<i>La préparation professionnelle des maîtres de l'enseignement secondaire</i> , por E. PLANCHARD	165
<i>Objectos de liturgia visigótica encontrados em Portugal</i> , por F. RUSSEL CORTEZ	52
<i>O Brasil, sede da monarquia portuguesa. A abertura dos portos e a economia brasileira. Política interna de D. João e seus ministros</i> , por HÉLIO VIANNA	116
<i>O descobrimento do caminho marítimo para a Índia participado à Câmara de Tavira, pela carta régia de D. Manuel, de 11 de Julho de 1499 — Documento em cópia do século XVIII, do cartório daquela cidade, cujo original se perdeu</i> , por ALBERTO IRIA	111
<i>O paleolítico de Lisboa e arredores</i> , por J. CAMARATE FRANÇA	147
<i>Quevedo contra el Conde-Duque de Olivares en un drama romántico</i> , por JOSÉ M ^A VIQUEIRA BARREIRO.	
<i>Relación de la vida y costumbres del P. Suárez por el P. Manuel de Veiga</i> , por ELEUTERIO ELORDUY S. I.	
<i>Um português na Faculdade de Medicina de Mompilher</i> , por A. DA ROCHA BRITO	231

CORRIGENDA

No vol. 111.º de «O Instituto» publicou o meu Ex.^{mo} amigo Dr. Rafael Salinas Calado, um interessante estudo acerca dos *Brazões dos Duques de Bragança no seu antigo senhorio da Vila de Alter do Chão*, para o qual teve a amabilidade de pedir-me a leitura de uma inscrição encontrada na muralha do castelo dessa risonha vila alentejana.

Satisfeito gostosamente tal desejo em face de uma boa fotografia que para o efeito me remetera, ao ser publicado o trabalho aparecem na leitura que me é atribuída erros que uma longa prática de interpretação das inscrições medievais portuguesas não me deixaria cometer.

O que leio na pedra é:

: ESTA: OBR
A: MÃDOU FAZE
R: FERNÃ ROIZ:
UEEDOR: DE DÕ
FERNÃDO: NETO
DEL REI E CÕDE:
DARAOLOS: ER
DO NAMTO D: M:
JJJXXIII ANOS

Ficam assim corrigidas as involuntárias alterações da minha leitura feitas no citado volume, mas que eu não devo deixar sem rectificação.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

GOVERNMENT

It is the duty of the Government to provide for the welfare of the people and to maintain the peace and order of the State.

The Government is responsible for the protection of the rights and liberties of the citizens and for the promotion of the public good.

It is the duty of the Government to provide for the welfare of the people and to maintain the peace and order of the State.

- 1. To provide for the welfare of the people
- 2. To maintain the peace and order of the State
- 3. To protect the rights and liberties of the citizens
- 4. To promote the public good
- 5. To provide for the education of the people
- 6. To provide for the health of the people
- 7. To provide for the employment of the people
- 8. To provide for the housing of the people
- 9. To provide for the transportation of the people
- 10. To provide for the communication of the people

The Government is responsible for the protection of the rights and liberties of the citizens and for the promotion of the public good.

J. M. [Name] DE ROSA

